



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO

FRANCISCO CARLOS FALCÃO JUNIOR

**O PROCESSO CONTRACOLONIAL DA ETNOGÊNESE INDÍGENA COMO
METODOLOGIA DE UM CURSO DE FORMAÇÃO SOBRE SABERES:
ESPIRITUALIDADE, CULTURA ALIMENTAR, MEDICINA TRADICIONAL,
CORPOREIDADE E ARTE**

FORTALEZA

2026

FRANCISCO CARLOS FALCÃO JUNIOR

O PROCESSO CONTRACOLONIAL DA ETNOGÊNESE INDÍGENA COMO
METODOLOGIA DE UM CURSO DE FORMAÇÃO SOBRE SABERES:
ESPIRITUALIDADE, CULTURA ALIMENTAR, MEDICINA TRADICIONAL,
CORPOREIDADE E ARTE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Orientadora: Prof^a Dr^a. Eliane Dayse Ponte Furtado.

FORTALEZA

2026

FRANCISCO CARLOS FALCÃO JUNIOR

O PROCESSO CONTRACOLONIAL DA ETNOGÊNESE INDÍGENA COMO
METODOLOGIA DE UM CURSO DE FORMAÇÃO SOBRE SABERES:
ESPIRITUALIDADE, CULTURA ALIMENTAR, MEDICINA TRADICIONAL,
CORPOREIDADE E ARTE

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Educação. Área de concentração: Educação Brasileira.

Aprovada em: 12/03/2026.

BANCA EXAMINADORA

Prof.a. Dra. Eliane Dayse Ponte Furtado
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. João Batista de Albuquerque Figueiredo
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof. Dr. José Gerardo Vasconcelos
Universidade Federal do Ceará (UFC)

Prof.^a Dr.^a Ruth Anacé
Universidade de Salamanca (US)

Prof.^a Dr.^a Iara Saraiva
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE)

Em memória de
Antenor Costa Filho e
José Ribamar Furtado de Souza

AGRADECIMENTOS

Aqueles que já se encantaram e estão na ancestralidade, mas também, estão presente no nosso dia a dia através das boas lembranças e das marcantes memórias, Antenor Costa Filho e José Ribamar Furtado de Souza.

A minha mãe, Eunice Nogueira Silva e meu pai, Francisco Carlos Falcão por estarem me auxiliando, me fortalecendo e me apoiando nos momentos em que me senti desafiado e precisei superar limites. Obrigado por terem me dado esse suporte fundamental para seguir na caminhada para a realização deste trabalho.

A José Eliezer por me acompanhar desde as primeiras letras deste trabalho, por fazer parte desse processo de estudo e por me estimular na busca de uma escrita mais profunda quanto a construção contracolonial dessa pesquisa, dividindo potencialidades na construção de narrativas de empoderamento cultural, de poder ancestral e valorização da cultura indígena.

A Prof^ª. Dr^ª. Eliane Dayse Ponte Furtado pela orientação profissional e acompanhamento pessoal. Esteve presente em toda a minha trajetória acadêmica, desde a graduação. A amizade construída foi consequência da proximidade ocasionada pelos processos em projetos e programas de ensino, pesquisa e extensão, aos quais se complementaram em minha vida prática, contribuindo com minha formação humana.

A família Anacé que abriu sua casa para me receber, Angela e Raimundo, suas filhas Angélica e Ruth Anacé, e ainda, seus netos Ábner e Agnes Anacé. Foi nesse lar que as mulheres criaram o Curso de Formação ao qual pesquisamos. Através dessa família foi possível desenvolver o estudo e participar das atividades da aldeia, na Reserva Indígena Taba dos Anacé.

A gestão e aos professores da Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé que sempre estiveram presentes, contribuindo e participando atentamente dos processos de oficina nas etnoaulas de construção dos conceitos dos temas geradores, momentos de muito aprendizagem e solidariedade na construção dos processos.

A toda liderança Anacé que na pessoa do Junior Anacé que é um amigo, agradeço as contribuições e confiança pela autorização para a realização da pesquisa. Fui sempre bem acolhido e pude vivenciar experiências compartilhadas no interior da aldeia.

A Reserva Indígena Taba dos Anacé, aos participantes agradeço pelo tempo e disposição investidos das atividades nas oficinas/etnoaulas. Agradeço a liberdade com a qual pude visitar os espaços e realizar o trabalho envolvido com os espaços na Reserva.

A banca examinadora que foi formada com muito carinho e pensando nas pessoas que dialogassem com a temática indígena fazendo conexão com a profundidade com as questões

levantadas pelo trabalho. A esse homem e essas mulheres que se dispuseram compor essa banca, meu muito obrigado por estarem juntos nesse momento tão importante.

“O grande debate hoje é o debate decolonial, que só consigo compreender como a depressão do colonialismo, como a sua deterioração.”

(Bispo dos Santos, 2023, p. 53).

RESUMO

Através do coração inquieto da educadora Ângela Anacé, surge a oportunidade da construção de um Curso de Formação, criado na Reserva Indígena Taba dos Anacé, pensando na valorização dos saberes tradicionais. Dona Ângela Anacé é uma pessoa de luta que tem o sonho de deixar seus saberes ancestrais para as gerações futuras. Para isso, o Curso de Formação em construção será distribuído em cinco “temas geradores”, utilizando-se deste termo cunhado por Freire (1987, p. 103): espiritualidade, cultura alimentar, medicina tradicional, arte e corporeidade, no qual a abordagem dos temas desenvolvidos se deram por meio do conhecimento empírico indígena. Suas práticas foram manuseadas pela ancestralidade cultivada em seu território, fortalecendo a cultura indígena através da vivência de experiências educativas no interior da Reserva Anacé, que atualmente se localiza na Caucaia, mas originalmente seu território se distribuíam em duas aldeias: a do Bolso, em São Gonçalo do Amarante e de Matões, na Caucaia. A Reserva foi criada após a assinatura de um termo de compromisso celebrado entre o Governo do Estado do Ceará, a Funai, a Petrobras, o Ministério Público Federal, a Presidência da República do Brasil e as lideranças indígenas que representam as 163 famílias Anacé. Esse trabalho estudou a cultura indígena através da etnogênese Anacé. Partimos da observação da construção de um Curso de Formação sobre os saberes tradicionais Anacé, seguindo para sua aplicação. O foco da pesquisa foi o processo metodológico desenvolvido a partir do entendimento de uma educação que combata o fundamentalismo e o conservadorismo em suas formas excludentes e violentas de discriminação na formação humana, docente e discente. Nesse estudo, como objetivo geral investigamos o processo metodológico do Curso de Formação na perspectiva da etnogênese Anacé, e como objetivos específicos estudamos a proposta de formação do curso; identificar o saber popular como conhecimento científico; e elaborar um material didático pedagógico (cartilha) como guia para o reconhecimento do saber ancestral numa visão contracolonial. Para este estudo o *locus* da pesquisa foi a Reserva Indígena Taba dos Anacé, localizada na Rodovia do Garrote, número 85, na localidade de Jurema, município de Caucaia, no estado do Ceará. A pesquisa tem como participantes o grupo da liderança Anacé e o grupo de professoras indígenas Anacé participantes do curso. Para a sistematização das experiências, será utilizada a metodologia de Holliday (2006) segundo a qual preconiza a realização de “fóruns de escuta” como elaboração metodológica do Curso de Formação Anacé. Para tanto, foram promovidas cinco oficinas, uma para cada um dos “temas geradores” propostos por Dona Ângela: espiritualidade, cultura alimentar e medicina tradicional e junto a outros três temas baseados nas disciplinas transversais

trabalhadas na Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé: espiritualidade, arte e corporeidade, totalizando cinco temas geradores, já que espiritualidade está presente nos dois blocos. Os “fóruns de escuta” serviram para a determinação dos conceitos dos temas geradores, pensando em sua aplicabilidade, dentro e fora da Escola/Reserva. Para a coleta de dados, usamos as técnicas de estudo de caso ao focar na complexidade do fenômeno social estudado. Para o tratamento dos dados recolhidos nestes fóruns, utilizamos o método de análise de conteúdo, quando através da unidade de contexto, elaboramos a unidade de conteúdo, definindo os rumos da pesquisa.

Palavras-chave: etnogênese Anacé; pedagogia indígena; educação indígena; contracolonização.

ABSTRACT

Through the restless heart of educator Angela Anacé, the opportunity arises to build a Training Course, created in the Tabá dos Anacé Indigenous Reserve, thinking about the valorization of traditional knowledge. Dona Angela Anacé is a fighting person who dreams of leaving her ancestral knowledge to future generations. To this end, the Training Course will be divided into five “generative themes”, using this term coined by Freire (1987, p. 103): spirituality, food culture, traditional medicine, art and corporeality, in which the approach to themes developed will take place through indigenous empirical knowledge. Their practices will be handled by the ancestry cultivated in their territory, strengthening indigenous culture through educational experiences within the Anacé Reserve, which is currently located in Caucaia, but originally its territory was distributed in two villages: Bolso, in São Gonçalo do Amarante and Matões, in Caucaia. The Reserve was created after the signing of a term of commitment between the Government of the State of Ceará, Funai, Petrobras, the Federal Public Ministry, the Presidency of the Republic of Brazil and the indigenous leaders representing the 163 Anacé families. This work seeks to study indigenous culture through Anacé ethnogenesis. We will start by observing the construction of a Training Course on traditional Anacé knowledge, moving on to its application. The focus of the research will be the methodological process developed from the understanding of an education that combats fundamentalism and conservatism in their exclusionary and violent forms of discrimination in human, teaching and student training. In this study, we intend as a general objective to investigate the methodological process of the Training Course from the perspective of Anacé ethnogenesis, and as specific objectives to study the course's training proposal; identify popular knowledge as scientific knowledge; and prepare a booklet as a guide for the recognition of ancestral knowledge in a counter-colonial vision. For this study, the locus of research will be the Tabá dos Anacé Indigenous Reserve, located on Rodovia do Garrote, number 85, in the town of Jurema, municipality of Caucaia, in the state of Ceará. The research has as participants the Anacé leadership group, the group of Anacé indigenous teachers and non-indigenous teachers participating in the course. To systematize the experiences, the methodology of Holliday (2006) will be used according to which it advocates the holding of “listening forums” as a methodological elaboration of the Anacé Training Course. To this end, five workshops will be promoted, one for each of the “generating themes” proposed by Dona Angela: spirituality, food culture and traditional medicine and alongside these two other themes based on the transversal disciplines worked at the Anacé People's Right to Learn Indigenous School: spirituality, art and corporeality, totaling five generating themes,

since spirituality is present in both blocks. The “listening forums” will serve to determine the concepts of the generating themes, thinking about their applicability, inside and outside the School. For data collection, we will use case study techniques by focusing on the complexity of the social phenomenon studied. To process the data collected in these forums, we will use the content analysis method, when through context analysis, we will prepare the content analysis, defining the directions of the research.

Keywords: Anacé people; indigenous pedagogy; indigenous education; countercolonization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Pirografia – Arte desenvolvida por Dona Angela.....	23
Figura 2 -	Etnoaula/oficina de Medicina Tradicional.....	24
Figura 3 -	Etnoaula/oficina de Medicina Tradicional.....	24
Figura 4 -	Etnoaula/oficina de Cultura Alimentar.....	30
Figura 5 -	Horta Comunitária da Reserva.....	31
Figura 6 -	Caminho que conduz a Jurema Sagrada - Terreiro da Jurema Sagrada – Etnoaula/Oficina de Espiritualidade.....	32
Figura 7 -	Etnoaula/oficina de Cultura Alimentar.....	34
Figura 8 -	Etnoaula/Oficina de Espiritualidade.....	44
Figura 9 -	Produto da etnoaula/oficina de Espiritualidade.....	45
Figura 10 -	Brincantes da Dança de São Gonçalo.....	47
Figura 11 -	Espaço Cultural da Dona Angela - Casa aberta para formações, terapias e trocas de saberes.....	48
Figura 12 -	Execução da Cosmociência, do Etnoconhecimento e da Etnoaula Etnoaula/oficina de Espiritualidade	115
Figura 13 -	Junior Anacé e Dona Angela – Dia da Entrevista Semiestruturada.....	117
Figura 14 -	Etnoaula/Oficina de Medicina Tradicional.....	120
Figura 15 -	Dona Valdelice (Mezinheira da aldeia) Extração de óleo de mastruz – etnoaula/oficina de Medicina Tradicional.....	121
Figura 16 -	Estética Anacé nos cartazes.....	128
Figura 17 -	Dona Angela e Dona Valdelice (Mezinheira da aldeia) Etnoaula/oficina de Medicina Tradicional.....	129
Figura 18 -	Etnoaula/Oficina de Espiritualidade.....	131
Figura 19 -	Imagem de São Gonçalo	132
Figura 20 -	Festa na Aldeia.....	134
Figura 21 -	Etnoaula/Oficina de Cultura Alimentar.....	135
Figura 22 -	Etnoaula/Oficina de Medicina Tradicional.....	136
Figura 23 -	Etnoaula/Oficina de Medicina Tradicional Extração de óleo de coco....	137
Figura 24 -	Jogos Indígenas na Escola Direito de Aprender do Povo Anacé.....	138
Figura 25 -	Jogos Indígena da Escola Direito de Aprender do Povo Anacé.....	139
Figura 26 -	Artesanato de Dona Angela Grafismo em pirografia Anacé	141

Figura 27 - Artesanato de Dona Angela.....	142
Figura 28 - Artesanato de Dona Angela.....	142
Figura 29 - Artesanato de Dona Angela.....	143

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CIPP	Complexo Industrial Porto do Pecém
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
IES	Instituição de Ensino Superior
LGBTQIAP+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Trans, Queer, Interssexuais, Assexuais e Pansexuais
UECE	Universidade Estadual do Ceará
UFC	Universidade Federal do Ceará
UNIFOR	Universidade de Fortaleza

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	Entrando no território Anacé	22
2	METODOLOGIA	37
3	ACUSANDO A HERANÇA CATIVA: O PENSAMENTO DO BRANCO	44
4	POVO ANACÉ: ETNOGÊNESE E SUA IMPORTÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO	68
4.1	Povo Anacé: etnogênese no contexto histórico	90
5	PROCESSOS METODOLÓGICOS DE CONSTRUÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO ANACÉ	114
5.1	Etnoaula	114
5.2	Ementa	122
5.3	Temas Geradores: espiritualidade, cultura alimentar, medicina tradicional, corporeidade e arte	130
5.4	Material Didático Pedagógico (cartilha)	144
6	CONCLUSÃO	147
	REFERÊNCIAS	151
	APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO LIVRE E ESCLARECIDO	154
	APÊNDICE B – TERMO DE COMPROMISSO	156
	APÊNDICE C – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	158
	ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS E OFICINAS	160
	ANEXO B – TRECHO DA CARTA DO POVO DE SEATTLE	186

1 INTRODUÇÃO

Escrever sobre a perspectiva da etnogênese Anacé e sobre as abordagens complexas dessa visão no que tange à integração entre espiritualidade, cultura alimentar, medicina tradicional, arte e corporeidade apresenta-se como a jornada central deste trabalho que busca discutir as bases da didática tradicional aplicadas na educação brasileira. Atualmente, o que há de mais amplo na educação brasileira se refere ao retorno às origens. Ou seja, decolonizar os saberes. É o que temos chamado de “indigenecer” a educação. Esta pesquisa trata das potencialidades da cultura Anacé, sua visibilidade cultural, viabilidade educacional e valorização social da forma Anacé de ser. Entretanto, acreditamos ser relevante uma breve introdução sobre minha trajetória pessoal até o momento em que me deparei com este modo Anacé de “estar no mundo”.

Minha trajetória serve para ilustrar as colocações que se seguirão ao narrar minha origem, identidade e dizer ao leitor: você não está sozinho. Ingressei no Curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Ceará - UFC em 2012. Durante a graduação, fui apresentado às modalidades de ensino: Educação do Campo e Educação de Jovens e Adultos. Um marco histórico pessoal se iniciou ao pensar estratégias pedagógicas, por meio de uma educação contextualizada, que potencializam um mergulho íntimo que faz surgir novos entendimentos e novas relações práticas potencializando uma formação humana crítica.

Tenho 47 anos de idade. Sou um homem pardo, cis, gay e cresci na periferia de Fortaleza. Tive experiências que potencializaram minha atuação sociopolítica na escola onde estudei e no bairro onde me criei, chamado Conjunto Ceará. Ao mesmo tempo em que hoje percebo a falta de maturidade para entender de fato a importância daqueles momentos naquela época. Compreendo-me agora como um sobrevivente. A linha do tempo da minha família demonstra o desafio histórico brasileiro que é se manter vivo até a idade adulta, podendo esse desafio se intensificar diante da sua cor de pele, do seu lugar de morada, da sua sexualidade, da sua religião entre outras condições.

Compreendo melhor hoje o que é Bem-Viver. Identifico, através dos ciclos de negação de direitos desde minha infância que se evidenciam na vida adulta, o cerceamento da minha liberdade de expressão pela falta de condições de acesso às oportunidades que me fizeram entrar na universidade na idade de 33 anos, algo visto por muitos como uma “entrada tardia” ao ensino superior.

Ao chegar na Universidade como aluno trabalhador do curso noturno, passei os semestres iniciais do curso de pedagogia me relacionando com a Universidade somente através

do ensino. Entretanto, demitido do emprego próximo dos semestres finais, pude experimentar a pesquisa e a extensão, garantindo minha imersão na formação do tripé de formação que a Universidade dispõe, ensino, pesquisa e extensão. A questão é que foi na Universidade onde me qualifiquei e obtive minha profissão, esse resultado poderia ter sido antecipado se fosse garantido aos educandos sua progressão automática do nível médio para o nível superior. Teria evitado muito desgaste.

Ainda na graduação, despertei para percepção da imposição cultural colonial através da reprodução burguesa do conhecimento. Quem não se encaixa nesse perfil burguês padronizado é estigmatizado e não tem sua identidade respeitada ou mesmo reconhecida. Querem nos dizer quem somos, até onde podemos ir e até quem amar. Torna-se um desafio viver lutando contra o moralismo cristão colonial, que surge pelo fundamentalismo e pelo conservadorismo.

Acrescento a questão da minha sexualidade adolescente que à época não havia um lugar seguro de trânsito ou discussão para uma juventude gay sadia. Fui perseguido, marginalizado e exposto a violências de todas as formas, desde a infância, dentro e fora de casa. Cresci com a ideia de que estava doente ou “endemoniado”. De que ser gay era errado. Existir era algo que não estava certo para quem é gay.

Nesse sentido, a escola exerceu um papel negativo na minha formação, não me protegendo ou gerando um lugar seguro no ambiente escolar. Não me ajudou a enfrentar meus medos, minhas inseguranças, minhas vulnerabilidades e minhas fragilidades tão à mostra. E, por isso, vivi dias escolares aterrorizantes com a dor e com o sofrimento que eram cotidianos. Tanta rejeição e reprovação deixaram marcas profundas na alma de um “corpo sem valor”.

Ao longo do tempo, acompanhei vidas interrompidas. Meninas e meninos que tiveram filhos na adolescência, jovens encarcerados no vigor de suas idades, outros que mataram e morreram pelo tráfico, o alto índice de suicídio de pessoas próximas, lares desfeitos pelo alcoolismo, amigos LGBTQIAP+ empurrados para a prostituição e para os subempregos e aqueles que o Estado foi incapaz de alcançar em seus programas governamentais ou mesmo devido à ausência destes. Muitas e muitos abandonados foram perdidos. O potencial do Brasil é seu povo que sempre esteve ameaçado pela omissão do Estado em garantir condições básicas de sobrevivência a sua população. Como vemos hoje, 33,1 milhões de brasileiros viverem abaixo da linha da pobreza¹.

¹ Os dados divulgados pela Penssan no 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil foram coletados entre novembro de 2021 e abril de 2022 e mostraram mais de 33,1 milhões com insegurança alimentar grave.

Outra dura realidade era não saber o que aconteceria quando terminássemos o Ensino Médio. Para onde iríamos? Fui absorvido pelo mercado de trabalho. Quando na adolescência, já trabalhava um expediente para ajudar nas despesas de casa, de modo informal. Como adulto, minha precarização era oficializada, sem qualificação ou profissão. O ambiente acadêmico era algo bem distante da minha realidade. Lembro-me de quando passava de ônibus na Avenida da Universidade, indo para o trabalho no centro de Fortaleza e ficava a observar o movimento dos educandos pelo *campus* do Benfica da UFC e imaginava como seria se eu tivesse ingressado direto do Ensino Médio para o Ensino Superior.

Como dito antes, chego na graduação da UFC aos 33 anos de idade, período em que tive acesso à informação científica, me proporcionando reflexões que me estimularam na busca por autoconhecimento e na elaboração de uma identidade própria. Foi nesse momento que passei a ter um olhar mais sensível sobre a colonização. Isto é, ficou evidente a narrativa de superiorização da cultura do branco que estruturou a demonização, a desqualificação e o apagamento da cultura indígena na história oficial do Brasil. Estudar essa problemática por esse entendimento contracolonial contribui com uma formação humana crítica, materializando práticas sociais com resultados que transcendem quem somos.

Por isso, fazemos a crítica à educação tradicional ou à “educação bancária”, estando no contraponto dessa questão à escola diferenciada, ou seja, à escola contextualizada, à escola crítica. Pois, conseguimos localizar o racismo estrutural dentro da escola, impossibilitando o desenvolvimento de trabalhos com a temática da cultura indígena. Combater a intolerância religiosa e seus estereótipos faz parte de uma educação libertadora.

Nesse período, só havia três universidades no Estado do Ceará: a Universidade Federal do Ceará - UFC, a Universidade Estadual do Ceará - UECE e a Universidade de Fortaleza - UNIFOR e nenhuma faculdade particular. As vagas para o nível superior eram concentradas e predestinadas para aqueles indivíduos que tiveram acesso às empresas de educação privada no ensino fundamental. O vestibular era o instrumento seletor desta desigualdade e ampliava a falta de dignidade.

Aos 30 anos de idade iniciei minha graduação numa Faculdade particular, um semestre antes do final do curso, obtive a informação que após o vestibular, algumas vagas da UFC ficavam ociosas e abria edital que se tratava da transferência de vagas entre instituições de ensino superior. Hoje esse programa de transferências de outras Instituições de Ensino Superior - IES, foi extinto, atualmente o processo de inserção se dá somente via Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM o ingresso para a Universidade Pública. Passei em segundo

lugar, fiquei muito surpreso, porque me via distante entre o ingresso na Universidade Pública e minha realidade.

No ensino superior, aprendi sobre a urgência na contracolônização dos saberes, dos conteúdos e dos próprios profissionais da educação. O moralismo, o fundamentalismo e o conservadorismo dos gestores colonizados estão introjetados nos projetos pedagógicos desenvolvidos nas escolas. Por não existir capitalismo sem racismo, discutir a colonização se torna o cerne da questão porque gera uma narrativa histórica maniqueísta do bem contra o mal, isto é, da cultura do branco versus a cultura indígena, demonizando-a. Sendo assim, todas as formas da cultura indígena são apagadas e descaracterizadas pela ideologia moralista cristã higienista que impossibilita o processo de autoconhecimento da população brasileira miscigenada. Então, a educação tradicional ou “bancária” passa a ser um processo contínuo de fragmentação da identidade dos “caboclos”. Racismo é crime hediondo equiparado ao crime de terrorismo² e, mesmo assim, acontece impunemente todos os dias nas escolas.

A cultura indígena através da educação indígena apresenta suas extensões ancoradas na natureza. A importância de seu processo está na capacidade de integrar-se, transformar-se e desenvolver-se organicamente em tecnologias próprias, pensando na troca, fusão e difusão de saberes elaborando um conhecimento crítico e harmônico. Então, a natureza fora de nós se elabora e se reelabora construindo linguagens e códigos, dialogadas através da natureza que está dentro de nós. Essa forma ancestral e milenar de organização mental atende a preservação da vida em todas as suas instâncias, ensina a respeitar os sistemas vivos, humanos ou não, distribuídos entre os reinos animal, vegetal e mineral.

Enfatizo que o processo pedagógico de reconhecimento de minha negritude se chocou com o processo de negação étnica no meu histórico familiar. Sou de uma família miscigenada: negros e brancos. Nunca foi pauta familiar o fato de minha avó ser parda ou de descendência negra. Nossos pais, ensinados pelos pais deles, nos ensinaram que o povo negro e indígena ocupa um lugar de desonra, conduzindo-os para um lugar de inferioridade na escala humana e social. As culturas diferentes da cultura branca, vira referência de desqualificação.

Pelo tipo de miscigenação da minha família, passamos por brancos no Nordeste, pois temos pouca melanina em nossa pele. Diante da ebulição de informações captadas nas aulas e estudos na Universidade, toquei no assunto de referência negra com minha família. O retorno foi a negação da presença do sangue negro no espectro familiar e a reação de indignação foi forte e incisiva.

² Constituição da República Federativa do Brasil (1988). Art. 4º rege-se nas suas relações internacionais em seu VIII princípio - repúdio ao terrorismo e ao racismo.

Nesse processo reconheci minha branquitude, ou seja, entendi meus privilégios de “ser branco” numa sociedade que não superou a escravidão. Encontro-me atualmente nesse não-lugar, onde não me sinto branco, por saber da minha origem e não me sinto negro, porque somente hoje consigo ressignificar minhas vivências, pensadas e sentidas por uma perspectiva negra. Estou “enegrecendo” e “indigenecendo” ou seja, tornando-se, esse último termo é utilizado por nós ao nos referirmos ao processo de humanizar-se pelas perspectivas, elaboração e concepções indígenas como matriz de formação conceitual na relação com a vida. Trata-se da cultura indígena ser incorporada às práticas dos profissionais da educação. Fortalecer a valorização da cultura indígena sendo esse um processo pelo qual a construção das narrativas favorece o período anterior a invasão do Brasil. Desconstruir a imagem potencializada do branco, imaculado, civilizador e salvador da história do Brasil é o que chamaremos de “indiginecer” os processos, dando vez e voz aos que foram caçados, massacrados, mortos e escravizados.

Indiginecer é se voltar para as matrizes indígenas como matrizes pedagógicas de orientação às identidades nacionais. Indiginecer trata do trabalho de manter viva o retorno às origens milenares e ancestrais por promover a elevação dos modos primitivos de existir no mundo. Indiginecer é inserir a etnogênese indígena como conteúdo programático nas escolas potencializando a força da cosmologia como resultado pedagógico crítico existencial na sociedade. Indiginecer é valorizar a imagem indígena e através dela ser construída por meio dos espaços educativos, um novo sujeito de formação orgânica com raízes ligadas a seu território. A escola permanece um lugar de disputa ideológica, violento e tóxico, onde o processo de indiginecer pode ser elaborado por narrativas do que chamamos de “indiginecimento da educação”.

Atualmente, moro na Taíba, distrito pertencente ao município de São Gonçalo do Amarante, no estado do Ceará, onde trabalho na Rede Pública Municipal de Educação. Aos finais de semana, faço um percurso à Fortaleza, cidade onde nasci e onde mora minha família. Esse trajeto facilita o meu contato com o povo Anacé. A aldeia localizava-se no mesmo município que leciono, mas foi removida para o município de Caucaia, Região Metropolitana de Fortaleza, pela necessidade do uso de seu território original pelo Plano Diretor do Complexo Industrial Portuário do Pecém - CIPP.

Para justificar a pesquisa apresento o nome de Galdino Jesus dos Santos, líder indígena, brasileiro, da etnia pataxó-hã-hã-hãe que foi à Brasília, no dia 19 de abril de 1997, para tratar de questões relativas à demarcação de terras indígenas no sul do estado da Bahia. O que vimos foi um crime bárbaro com motivos fúteis, quando cinco jovens de alto poder

aquisitivo, residentes do plano piloto, e que estavam visitando Brasília pela segunda vez, foram capazes de cometer um crime hediondo por pura diversão.

A crueldade do crime e a banalidade à vida está na defesa de um dos jovens que justificou o ato de “atear fogo noutra ser humano” por tê-lo confundido com uma pessoa em situação de morador de rua. Como se essa justificativa suavizasse o crime cometido contra Galdino. É chocante a frieza e insensibilidade mostradas por parte do grupo de rapazes ao distorcer valores e princípios das práticas sociais. Acreditamos na responsabilidade da escola tradicional bancária, imersa no preconceito e na discriminação, que produziu uma visão distorcida da realidade, quando os jovens avistam Galdino, que impossibilitado de entrar em sua hospedaria pela hora avançada, resolve se abrigar em um ponto de ônibus de uma avenida central de Brasília.

Os jovens ao passarem de carro, planejam o assassinato. Compram gasolina no posto de combustível, despejam o líquido em Galdino que dormia e ateam fogo. Levado para o hospital, o líder indígena não resistiu às feridas, levando-o a óbito. Dos cinco criminosos, quatro eram maiores e um menor de idade. Os mais velhos foram presos, julgados e condenados a 14 anos de prisão em regime fechado. De famílias abastadas, os jovens foram beneficiados com medidas socioeducativas e tiveram privilégios no presídio como cortinas nas grades e mantinham em seu poder as chaves de suas celas. Com dois terços da pena cumprida, foram liberados por um juiz que compreendeu que os jovens não ameaçavam mais perigo à sociedade. Concedidas vossas liberdades, passaram a assumir funções administrativas como servidores públicos.

O menor de idade cumpriu medida punitiva e hoje se encontra trabalhando na Polícia Rodoviária Federal – PRF, que no governo dos absurdos (2019-2022), foi designado para cargo comissionado na PRF. Mesmo com o julgamento brando e punições leves para os assassinos, a questão maior é a narrativa construída pelos criminosos, a justificativa dada por eles e o que de fato aconteceu. Os jovens foram tratados com privilégios devido à condição econômica e à força política de suas famílias. O valor da vida de Galdino foi reduzido pelo Estado Brasileiro que se orienta pela lógica do racismo estrutural.

Essa situação é mais um resultado do racismo estrutural do país, onde há parcialidade da justiça mediante o crime cometido e quem o comete. Pensamos na importância de Galdino para a aldeia, sua vida interrompida, no sofrimento gerado a seus familiares, da luta indígena que perdeu uma referência, do que deixamos de aprender com ele, entre outros. A vida de seus assassinos seguiu com esse “contratempo” quanto aos poucos anos de reclusão e às

mordomias carcerárias. “Punidos” voltaram à ressocialização. Sentenças brandas e aplicação com regalias, formando assim, uma rede de impunidades.

Atualmente, para a educação, o mais revolucionário é voltar para as origens, isto é, assumir a cultura dos povos originários como matriz comum curricular contada pelos próprios indígenas. Vemos a importância pedagógica na construção metodológica dos espaços educativos trabalharem, também, a identidade indígena como base nacional comum curricular, o que de fato tem sofrido resistência no ambiente escolar. Para que não haja mais o entendimento de que um corpo julgado vulnerável é um corpo disponível para atos de crueldade, é necessário o entendimento de que a condição de vulnerabilidade social de uma pessoa não é um convite a sua desumanização. Ainda mais por um motivo torpe ou simples “brincadeira de menino”.

Essa proposta de educação diferenciada apresentada por esta pesquisa potencializa o protagonismo discente, ou seja, quando os próprios educandos geram seus espaços e suas atividades, partindo de suas experiências íntimas, pessoais, familiares e profissionais mediadas pelo profissional da educação, estimulando o livre pensar na elaboração de novos conhecimentos numa perspectiva plural. A educação dos sentidos, dos significados, das resoluções amplia as possibilidades dos educandos em seus projetos de vida, questiona relações promíscuas, viciadas e abusivas. Não se submete à cultura da bajulação, à cultura do medo e à cultura do silenciamento, entende a hierarquia sob um olhar horizontal. A concepção de ordem não está nos educandos calados, enfileirados e sentados, isto é, docilização do corpo. Ao atrofiar a mente pela falta de movimento do corpo, o desenvolvimento da criatividade e da inventabilidade ficam comprometidos.

Buscamos construir, a partir dessa proposta de estruturação e sistematização dos saberes Anacé, potencializar formação política, gerar militância e criar espaços críticos com ênfase no aprendizado indígena. A ideia é tornar público o processo metodológico do Curso de Formação na perspectiva da etnogênese Anacé para que o entendimento de que “tudo tem ciência”, seja trazido na relação de construção entre os saberes populares e o conhecimento científico. Pensando um projeto de sociedade inclusiva e de ser humano reflexivo oriundo de um saber milenar que estimule relações de igualdade, espaços democráticos e contribua com a formação crítica dos sujeitos envolvidos no processo. É entender que a educação, tal como se apresenta, concretamente, hoje deforma e deseduca.

No primeiro capítulo, os diálogos criarão fios condutores que nos permitem uma melhor compreensão das exposições deste trabalho. No primeiro capítulo, dialogaremos com Bosi (1992) e Freire (1987), (2017), quando trataremos da nossa herança cultural cativa através

da invasão do Brasil e no direcionamento ideológico contra as aldeias indígenas pelas missões da Companhia de Jesus, quando Padre Anchieta insere os símbolos católicos no imaginário das populações indígenas e interfere na construção do imaginário dos povos originários, desconsiderando e implodindo a cosmologia indígena.

No segundo capítulo, as obras de Brissac e Nóbrega (2010) e Meireles, Brissac e Schettino (2012) serão consultadas para tecer saberes, identidades, histórias e memórias, sistematizando o estudo com base na etnogênese Anacé apresentando-a como importância para a educação. Faz-se necessário invocar o passado, para se localizar no presente e construir realmente um futuro novo baseado na ancestralidade. Para isso, é necessário traçar uma linha do tempo dos fatos ocorridos na trajetória do Povo Anacé, como chegada ao novo território e a complexidade dos fenômenos experienciados pela aldeia na atualidade.

No terceiro capítulo, utilizaremos de trabalhos científicos e acadêmicos do povo Anacé pertencente a aldeia e que estão na Academia. Apresentaremos o processo metodológico de elaboração do Curso de Formação, considerando sua execução. A realização das vivências e oficinas, nos guiarão para a construção do material pedagógico (cartilha) que será utilizada como guia para o reconhecimento do saber popular como conhecimento científico. Descreveremos o passo a passo dessa construção, do processo logístico e intelectual, da preparação dos espaços e execução do Curso de Formação. As tecnologias usadas como estratégias didáticas potencializam a consciência e a autonomia dos sujeitos envolvidos, pois sua abstração traz elementos de poder curativo e libertador, de base ancestral.

Este trabalho busca promover uma aproximação entre o conhecimento empírico e o conhecimento científico. Deixa evidente a necessidade das matrizes indígenas estarem presentes nos espaços educativos, nas esferas municipal, estadual e federal, potencializando o resgate histórico e reparação nas narrativas da cultura indígena no que tange a seus saberes, as suas identidades, as suas histórias e a suas memórias.

1.1 Entrando no Território Anacé

Minhas visitas ao território Anacé passam sempre pela casa de Dona Angela, 56 anos, liderança indígena, casada com Seu Raimundo, 65 anos. Ruth Anacé, 26 anos, e Angélica Anacé, 27 anos, filhas do casal, são também lideranças indígenas, e sempre me receberam de forma acolhedora. Muitas foram as paradas ali para um café. Esquecendo do tempo, eu ia me livrando das minhas preocupações até lembrar a hora de ir embora.

Figura 1 - Pirografia – Arte desenvolvida por Dona Angela



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Os frequentadores da casa de Dona Angela formam um conjunto bastante heterogêneo, são grupos de estudantes e professores da educação básica e superior, também, pessoas dos movimentos sociais, organizações não-governamentais - ONGs e pessoas não-pertencentes aos demais grupos acima, mas que trazem e levam informação na busca de entendimento sobre a cultura Anacé no que se refere às suas lutas, seus modos de vida e seus saberes.

Dona Angela tem uma casa receptiva, um terreno encantador, nos dias quentes, árvores de maior porte dão sombra como a catanduba que é uma árvore nativa da reserva e que cresce frondosa. Há, também, plantas de médio e pequeno porte como a ubaia, guabiraba e a gulari, trazendo beleza e leveza ao local. No centro do terreno, existe um grande fogão e um forno a lenha. Dentro da área verde, estão espalhadas redes e cadeiras. Nos fundos, de um lado, sua loja de artesanatos produzidos por ela. São artefatos de decoração e acessórios de vestuário: colares, cocares, brincos, pulseiras, quadros, bolsas entre outros. Do outro lado uma cacimba e mais próximo da casa as bananeiras que para além das bananas, suas folhas são usadas para embalar, servir e confeccionar alguns pratos da culinária Anacé.

Figura 2 - Etnoaula/oficina de Medicina Tradicional



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Figura 3 - Etnoaula/oficina de Medicina Tradicional



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Dona Angela abre sua casa para a circulação de muita gente, assim, se cria um ponto de apoio onde as trocas acontecem. Ela é educadora da rede pública estadual e o tema Educação é recorrente em sua casa, muitas das ações pedagógicas da aldeia passam por seu olhar. Em um desses encontros corriqueiros, idealizamos uma formação que atendesse as pessoas que tivessem interesse em aprender sobre a Cultura Indígena. Foram feitos alguns encaminhamentos e seguimos com os preparativos: criação de grupo de Whatsapp, arte para divulgação, delimitação para a quantidade de participantes, quais e quantos seriam os temas

geradores e etc. Dona Angela e Ruth Anacé elaboraram o conteúdo para os trabalhos, nós, os não-indígenas, ficamos com as demais tarefas.

Foi em uma dessas visitas para um café que Dona Angela compartilhou comigo o desejo de organizar uma reunião em que ela pudesse apresentar seus saberes e seus artesanatos para pessoas de fora da aldeia. Vimos que tanto saber não caberia em uma reunião apenas. Então, elaboramos o Curso de Formação Anacé, dividindo-o em “temas geradores” baseado na etnogênese de seu povo. O intuito central era fazer com que as formações produzissem reflexões que nos fizessem repensar a *práxis* educativa e suas relações com a vida, alinhando o valor da cultura tradicional com a necessidade de uma formação docente contracolonial.

Acontecendo em dias alternados, a vivência na aldeia foi dividida em cinco “temas geradores”, um para cada dia: espiritualidade, cultura alimentar, medicina tradicional, arte e corporeidade. Esses temas foram escolhidos porque acreditamos que esses eixos são capazes de sensibilizar os participantes das formações sobre as lutas e demandas da população indígena e, ainda, na produção de conhecimento científico, tornando público muitos dos processos vividos na intimidade da aldeia.

É um espaço educativo que se abre. A criação desse processo pedagógico traduziu-se em dias inspiradores e cheios de aprendizado. Para a realização do primeiro tema gerador, espiritualidade, um mutirão na comunidade foi formado para preparar o espaço que recebeu os não-indígenas para as vivências. É difícil falar isoladamente dos temas geradores em questão, pois, ao invés de trabalhar com saberes de forma isolada, método do pensamento cartesiano de lógica colonial, os saberes indígenas dialogam e estão de modo intrínseco, ligados pela contextualização que se expressa através da transversalidade dos temas geradores abordados e que traz nas disciplinas transversais da Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé.

A ideia é fugir do saber estruturado de lógica colonial e linear. O que tentaremos fazer é nomear os “temas geradores”, como estratégia inicial de sistematização deste Curso, sem perder de vista que estão intrinsecamente ligados e dialogando uns com os outros, tirando-os do abstrato e trazendo-os para o concreto. Partindo desse entendimento, buscaremos elaborar seus conceitos através dos fóruns de escuta, integralizando-os por meio de seus saberes apresentados pelos próprios Anacés. Seguindo para a construção de narrativas que interajam para a realização dos fóruns de escuta, a separação de temas foi organizado por dia (sábado), pois, acreditamos ser mais produtivo para a sistematização. Esse curso de formação serve para demonstrar na prática a ação de uma educação libertadora a qual desejamos que se torne comum nas escolas brasileiras, mas para que ela se realize é preciso que as formações de professores explorem o tema da contracolonização. A investigação e o novo conhecimento ao tratar da

formação de professores são fundamentais para combater o conservadorismo e o moralismo no uso do método colonial de selecionar valores e princípios trabalhados no interior das escolas, indo ao encontro de uma lógica circular pensada pelos povos indígenas.

A imersão do sujeito na natureza, sua prática de intimidade com a biodiversidade local e sua tradicionalidade territorial torna possível a decodificação de seus signos e suas linguagens. Formando linguagens que se expressam através das áreas temáticas sistematizadas, essas são expressões por meio da espiritualidade, cultura alimentar, medicina tradicional, arte e corporeidade experimentadas pelo cotidiano da aldeia, demonstraremos sua representação e ressignificância que surge através do sistema de decodificação metodológico que aparece na experiência de sistematizar os saberes, sendo necessária para estruturar a didática do Curso de Formação. Assim, é possível construir operações educativas, considerando que o entendimento integral dos fenômenos naturais é a essência das relações sociais “do mato”. Pois acreditamos, pela observação do movimento da natureza que esse movimento se reproduz na vida humana, de forma emocional, psicológica e espiritual.

As experiências sensíveis, íntimas e pessoais, são expressões dos ensinamentos que acontecem de forma orgânica, intuitiva e espontânea. A linguagem própria da natureza traduzida em conhecimento empírico, passa pelo tratamento técnico, elaborando o conhecimento científico, mas que não perde de vista a noção de ser mais um elemento na complexidade do reino animal, orbitando nessa dimensão natural.

Outro ponto relevante, é o histórico ancestral de convívio comunitário e familiar que remete a toda ancestralidade de Dona Angela e que é o centro dessa pesquisa, que lembrando de sua infância, conta como vivia sua comunidade tradicional entre o sertão e a praia do interior de Caucaia. Seu pai, Luiz Paulino Morais, e sua mãe, Maria Lucimar Sales Morais, que tiveram seis filhos, sendo três consanguíneos e três filhos adotivos. Mesmo diante da escassez e da dureza no campo, sua mãe adorava criança e quando ela via que a criança tinha uma família desestruturada, ela pedia a criança para ela. Quando ela via uma criança em situação difícil, ela buscava adotar a criança para dar uma vida melhor. E quando questionada: por que não repassava as crianças para às instituições de adoção, ela dizia que só pegava criança que ela pudesse criar. Ela queria uma família grande e queria que tivesse todo mundo junto. Pessoas de fora da comunidade rural, sabendo da dificuldade de Dona Lucimar em criar os filhos diante da fome, chegavam em sua casa e queriam levar as crianças para trabalhar na cidade. Dona Lucimar, respondia que não queria ninguém mandando nos seus filhos, não quero nenhum filho meu dominado, dizia ela.

Esses princípios e valores de solidariedade e compaixão aprendidos por Dona Lucimar, ensinados por sua mãe e pela mãe de sua mãe são coletivamente vivenciados pela Reserva Taba dos Anacé, aos quais exploramos nesse trabalho. Dona Lucimar não lia as letras, mas lia a mata, e essa realidade deixava sensível sua cosmologia na relação de decodificação dos biosistemas e elementos naturais, como na proteção de pessoas vulneráveis e na relação com a vida. Por vezes, se excedia nas cobranças na educação dos filhos, rígida trazia a dureza de uma vida, ao mesmo tempo, nunca deixou os filhos serem dominados por ninguém, ficando todos por perto. É tanto que até hoje, seus filhos têm dificuldade de trabalhar fora, longe do núcleo familiar, porque ela ensinou aos filhos não serem dominados por ninguém, ensinou sempre a terem e defenderem sua posição. Dona Ângela diz que foi um ponto positivo o que ela aprendeu com sua mãe até o dia dela partir, priorizava a família e os filhos, e através da ancestralidade, os afetos e os laços de família são marcados pela proximidade e os cuidados, acabam reproduzindo os princípios e valores ancestrais que foram ensinadas, criam suas famílias e seus filhos do mesmo jeito que aprenderam.

Dona Lucimar, mesmo concretamente tendo de lidar com a dificuldade material, a maior riqueza da vida foi viver em família. Ela dizia: se eu lamber uma rapadura, eles lambem comigo, se referindo aos filhos. Dona Angela disse: nós, até hoje, para termos uma necessidade de distanciamento da família, só se for por uma causa justa. Porque se um filho se separar dos pais e nós aprendemos a dividir as dificuldades, o pai pode contar com o filho e o filho contar com o pai. Por mais longe que esteja, a gente sempre é família e lutamos para ter a família por perto, para nos ajudar uns aos outros. Cria-se uma situação, onde os parentes nunca estão só. Não criamos filhos para ser objeto de ninguém, parece que os filhos não crescem, porque nós temos o mesmo sentido de proteger e de proteção.

Os cinco eixos trabalhados nesse trabalho buscam trazer evidências dos princípios e valores originários que tem sua base na igualdade de gênero quebrando com a binaridade das coisas e tem sua lógica na nos Encantados da Natureza, na encantaria e na circularidade desfazendo com a lógica cartesiana e linear. Estando, assim, dentro de uma visão ampla, holística e cosmológica, sem violência e toxidade, ramificando-se suas relações para além dos eixos propostos desenvolvidos.

O núcleo familiar tem uma ligação muito forte, algo que vem dos ensinamentos dos mais antigos, me refiro aos nossos ancestrais de antes da colonização. A ligação sanguínea é importante, porém, o povo indígena toma por parente aqueles que assumem importância em sua vida e em seus corações, seja pelo núcleo familiar, pela ligação sanguínea ou pela luta por direitos coletivos, ao contrário como pensa a lógica do branco individualista e consumista. É

uma realidade que ao viverem de forma isolada, isto é, quanto mais afastada a aldeia for do contato com as cidades do branco, mais conservados são os processos e as relações pessoais de base ancestral, comunitária e tradicional.

Originalmente indígena, a conservação dos princípios e valores da família de Dona Ângela, seguem também as demais famílias da reserva, só foi possível sua preservação pelo afastamento das cidades industriais e tecnológicas, ao mesmo tempo, que suas vidas são atravessadas pela necessidade financeira precisavam da experiência trabalhista no mundo do branco e amorosa casando-se com não-indígenas, pois pela proximidade do mundo indígena e do mundo não-indígena experimentam um modelo oposto ao seu com o contato com a cultura do branco.

No passado, Dona Angela ressalta a pressão vivida pelas famílias que dividiam moradia no mesmo território ao qual pertencia a um fazendeiro. Dona Angela expõe um período que narra suas dificuldades ao viver no campo, suas memórias afetivas são ricas e cheias de alegria, entretanto, é marcante a dureza do trabalho em meio as exigências do patrão (fazendeiro), onde mesmo com a pouca idade já havia grandes responsabilidades. Como por exemplo, uma forma de roçar era através do regime de meeiro, o agricultor entrega ao dono da terra a metade do que produz, ou pelo sistema de arrendamento da terra, ao qual seu pai era quem pagava um alqueire, equivalente a 14 terças de farinha, sendo que $\frac{1}{3}$ equivale a 4 litros. E ainda, se pagava um alqueire para a manutenção da casa de farinha.

Conta Dona Angela que os casamentos se davam entre parentes diretos de primeiro grau, fortalecendo o sangue familiar indígena e fortalecendo o convívio familiar já existente. Pelo parentesco generalizado da comunidade tradicional, o contato entre crianças, jovens e adultos era presente e constante. Essa proximidade parental orienta o convívio social da comunidade por um sistema de signos e símbolos que vão localizando os mais velhos nesse lugar de destaque, ao serem consultados por suas opiniões e suas decisões serem consideradas dentro daquele convívio social. A figura dos “trancos velhos”, assim são chamados os idosos, são respeitados pelos saberes que trazem e os conhecimentos que dominam, considerados por suas experiências de vida, são consultados nos processos importantes de resoluções da aldeia. Assim, são chamados os idosos, fazendo referência a sabedoria e firmeza das árvores antigas, eles são líderes e representantes, e essa construção de respeito, consideração e atenção aos mais velhos é seguido e repassado no núcleo familiar e no interior da reserva como ensinamento primordial da cultura ancestral local.

Ao manter o saber ancestral, se preserva a importância do respeito pelos mais velhos que conduzem os mais novos na reserva, mantem-se as tradições, rituais culturais e

espiritualidade do território que habitavam. Ao viver de forma isolada das cidades modernas, apartadas da natureza e da cultura do branco, todos e todas se relacionavam de modo a se aproximarem através do convívio diário com princípios e valores que são próprios de comunidades tradicionais, “já que até para sair para estudar era complicado”, diz Dona Angela. Elaborado por essa proximidade, forma-se na comunidade uma rede de vivências e experiências íntimas e interpessoais que elaboram e difundem sua solidariedade ao conviverem no mesmo espaço e ao criarem seus filhos juntos, ao dividirem o trabalho agropecuário como a horta, a criação de pequenos animais e peixes de forma que o coletivo se funde com o doméstico, e ainda, diante da unidade gerada na resolução de conflitos pessoais, familiares e da comunidade em geral, onde é consultada a liderança Anacé, sendo mais princípios e valores tradicionais envolvidos no cotidiano da aldeia.

Uma demonstração a transversalidade dos temas está em poder localizar seus princípios e valores através da descrição feita por Dona Angela de sua constituição familiar, aparecendo nos temas geradores espiritualidade, cultura alimentar, medicina tradicional, arte e corporeidade. Poderíamos, por exemplo, explorar os modos de produção da aldeia, seu modo de vida na subsistência e como se davam em casamento ao constituírem suas famílias. Ao mesmo tempo, em que já foi preciso negar a existência de sua ancestralidade indígena para poderem viver ou se isolarem sertão adentro para poderem viver em paz. A história familiar de Dona Angela se encaixa nos “temas geradores”, a célula familiar de Dona Angela se compreende a partir de um modo Anacé de estar no mundo, ou seja, um modo Anacé de ser.

Seu contato com os modos tradicionais de existir e sua trajetória de vida se misturam e são invocados no seu cotidiano, se apresentam também, com muita força no momento da elaboração e ministração do Curso de Formação, é quando a imersão acontece. A presença ancestral de Dona Angela surge através de sua conexão com os Encantados da Natureza e sua encantaria, quando sua percepção vai guiando o desenvolvimento do trabalho, unindo saberes tradicionais e conhecimento empírico. Naquele momento é acessada sua ancestralidade, são lembranças e memórias, trazidas e revividas de forma espontânea, compartilhada através da satisfação coletiva dos participantes do Curso de Formação, dado ao novo modo de se relacionar com a vida, o cotidiano e a espiritualidade.

O uso da dança, dos temperos, da extração de óleos, a horta e a criação coletivas, suas gravuras e pinturas, seus conteúdos na escola que são conservados de forma etnodisciplinar, são formas de repassar os signos e símbolos da Cultura Anacé, que vai realizando-se por meio da afirmação das identidades dos curumins supervisionados pelos “troncos velhos”, construindo suas ligações familiares e com o sagrado, momentos estes que

acabam sendo um momento de celebração a vida, pelo entendimento de que todo momento é único e que devemos apreciá-lo, se dando a vida pelos modos tradicionais de existir. Dona Angela tem lugar de fala e fica confortável para ministrar o Curso de Formação que parte dos seus saberes tradicionais Anacé, didaticamente vai expondo todo o processo abstratos por meio dos recursos materiais trabalhados aos quais participamos, às informações vão circulando e a comunicação vai sendo criada para além das trocas teóricas e práticas daquele momento, se trata de (trans) formação de vida, onde a riqueza da vivência é viver a experiência no modo tradicional numa Reserva Indígena.

Figura 4 - Etnoaula/oficina de Cultura Alimentar



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Pois, as narrativas são criadas com esse potencial holístico, que no cruzamento da informação, obtém visões diferentes do mesmo objeto, porém, se conservam seus princípios e valores, e que caminham para um fechamento ideológico em conjunto, dando sentido ao processo de ensino e aprendizagem, que é promovido pela integralização das temáticas trabalhadas.

Quando digo constituição familiar quero referir-me não somente à quantidade de membros na família, mas também, qual a base dos princípios e valores comuns que elaborou aquela família e que se manifesta na educação comum na comunidade tradicional, diferente dos princípios e valores construídos na base da colonização, onde impera o individualismo e o consumismo. Para isso, é que apresentamos essa experiência de construção familiar contracolonial, utilizando-se das memórias e lembranças da família de Dona Angela como contraponto ao modo de viver colonial.

Pela constituição parental na comunidade tradicional da infância de Dona Angela, a organização de seu território se torna uma experiência coletiva, mesmo considerando as peculiaridades e especificidades de cada família no território, é quando mais uma vez podemos dizer que são várias visões de mundo, partindo da mesma perspectiva em princípios e valores. O contexto socioeconômico e psicoeducacional das famílias são próximos por terem recursos econômicos limitados e vivenciarem o isolamento pelo distanciamento geográfico da cidade grande, ao mesmo tempo, em que se apresentavam as complexidades familiares, criam-se sistemas de símbolos e códigos, tornando comum a elaboração de princípio e valores comuns as orientações da ética e da moral das famílias indígenas. A questão que levantamos trata-se do fato de nos acharmos brancos pelo processo de apagamento da cultura indígena, é quando percebemos nos utilizando de técnicas e modos da cultura indígena no nosso cotidiano, ao mesmo tempo, nos compreendemos imersos nas práticas indígenas, porém, sem a devida referência dela, pelo fato de historicamente a representatividade legal, moral e cultural serem distorcidas pelas narrativas da cultura do branco. Nessa autoavaliação de quem somos e com qual cultura nos identificamos, mesmo inconscientes da imersão cultural a qual estamos da cultura indígena, ao nos enxergarmos, esse olhar nos diz quem somos.

Foi com essas temáticas que iniciamos os trabalhos de campo e executada a primeira oficina na Reserva Taba dos Anacé. Tudo na cultura indígena começa pela espiritualidade, referencial adotado para iniciar qualquer atividade que os indígenas realizem. Pois, a espiritualidade, perpassa pelas dinâmicas sociais que constroem o cotidiano da aldeia, por meio da escola, dos domicílios, da horta comunitária, da casa de farinha, dos eventos e rituais religiosos e culturais onde é compartilhado o jeito Anacé de estar no mundo.

Figura 5 - Horta Comunitária da Reserva

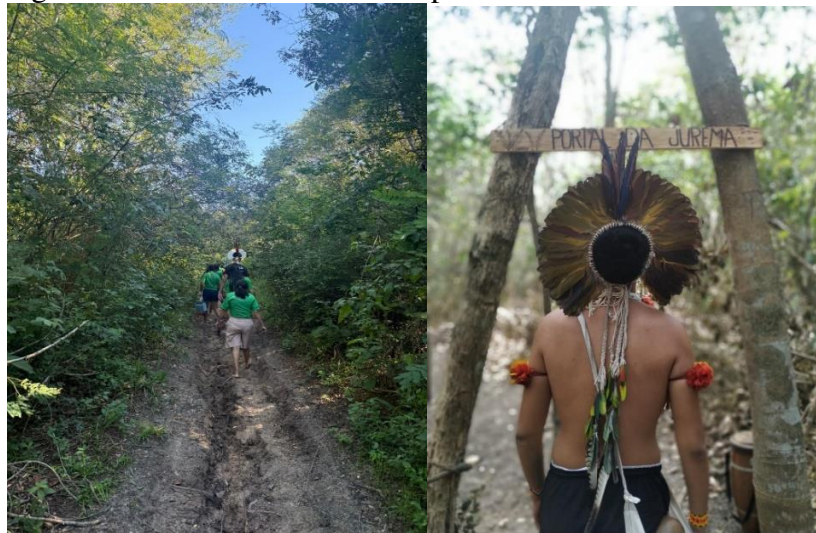


Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Para isso, falaremos rapidamente dos temas geradores, pois eles não são o foco dessa pesquisa. Entendendo que para os Anacé os temas geradores seguem camadas onde um perpassa o outro, se elaborando e se fortalecendo mutuamente. Eles de forma circular, vão se configurando e se apresentando aos participantes das oficinas nas etnoaulas.

A etnogênese para as etnoaulas mais uma vez se fez necessário diante do contexto histórico de luta e resistência, e que também, se trata de fortalecer a mitologia indígena dos Anacé. A importância da primeira oficina foi encontrar uma Jurema sagrada, para que daquele lugar sagrado, fosse possível a coleta de dados para o trabalho de campo e a execução da oficina. Esse tema gerador aborda se revelou inicialmente com Dona Angela falando sobre o sagrado da Jurema e a espiritualidade do mato da Reserva, já que para os indígenas esta é uma planta sagrada e encantada, guardiã de segredos e mistérios.

Figura 6 - Caminho que conduz a Jurema Sagrada - Terreiro da Jurema Sagrada – Etnoaula/Oficina de Espiritualidade



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Foi nesse lugar que iniciamos a formação. Seguimos para o lugar sagrado da Jurema onde nos foi revelado uma pequena porção dos seus segredos. Realizamos os ritos de purificação ancestral para entrar no santo lugar. Entoamos cantos, tocamos instrumentos, ao mesmo tempo, que, de forma didática, nos era explicado o que estava acontecendo, mostrando a relevância pedagógica daquele momento, integrando saberes aos quais são invocados por meio da “corrente dos Encantados da Natureza” e sua relação prática com a vida da aldeia. Segundo Krenak (2020, p. 37),

quem silenciar inclusive os encantados, reduz a uma mímica isso que seria ‘espiritual’, suprimir a experiência do corpo em comunhão com a folha, com o líquen e com a

água, com o vento e com o fogo, com tudo que ativa nossa frequência transcendente e que suplanta a mediocridade a que o humano tem se reduzido. Para mim, isso chega a ser ofensivo, os humanos estão aceitando a humilhante condição de consumir a Terra.

No entanto, a fome do capital se mostra o inverso desse entendimento e afeta a vida e as relações pessoais e com as biosistemas, apresentados pelo autor Krenak (2020), nos afirma que salvar o sujeito de sua própria compulsão consumista é salvar o planeta de sua objetificação. Pois, a visão cosmológica coloca o homem como sujeito natural de uma espécie, que inserido na natureza, localiza a vida de um ponto de vista do pensamento que flui do modo originário de ser. Pensamento esse que consegue se movimentar em consonância, em parceria e em compartilhamentos coletivos em sociedade com a vida de uma perspectiva comunitária. Pois, estes seguem a confluência dos ensinamentos que são desvelados moldando quem somos através do cotidiano de nossa espiritualidade.

Os orixás, assim como os ancestrais indígenas e de outras tradições, instituíram mundos onde a gente pudesse experimentar a vida, cantar e dançar, mas parece que a vontade do capital é empobrecer a existência. O capitalismo quer um mundo triste e monótono em que operamos como robôs, e não podemos aceitar isso. (Krenak, 2022, p. 38)

Para Krenak (2022), resistir é não deixar ser conduzido pela mediocridade das emoções e sentimentos, perdendo o sentido ou a sensibilidade no contato com a biodiversidade natural, cultural e social, promovidos pelo capital. A relação de confluência apresentada pelo quilombola Nêgo Bispo, nos direciona a vislumbrar uma relação com a vida onde se há uma dança e não uma guerra no processo de existência. Mais harmônica e equilibrada, esse entendimento, milenar e ancestral, fala do lugar onde estão as matrizes originárias, em contraponto a matriz capitalista como projeto de sociedade e de mundo. É quando a escola tem um papel social importante no que tange à formação e informação dissipada para os educandos, onde apresentam seu projeto de espiritualidade, configurando a atualidade, desenvolvendo conceitos que podem ser atrasados e retrógrados ou críticos e problematizadores. “Assim, ser confluente implica sensibilidade em tecer diálogos nas diferenças com responsabilidade e reconhecimento do caráter ecológico da vida”. (Antônio Bispo, 2022, p. 70)

Falamos sobre a compreensão da circularidade dos temas geradores, que não existem de forma nivelada, fechada e concreta, mas que ela exista de forma a se fazerem e refazerem uns nos outros e uns com os outros. Entre si, esses temas geradores se perfazem e se materializam. Por exemplo, entender que todos os temas geradores passam pela atenção da soberania alimentar, a qual trata do alimento para o corpo e para a alma.

Entender a atenção ao ato de comer não somente para ficar de pé, mas entender o momento transcendental que se apresenta nesse como um momento sagrado, que precisa de sensibilidade e maturidade para encontrar esse lugar do divino, numa ação banalizada e mecanizada. Aborda os mistérios da cozinha indígena, dos feitiços e porções manipuladas, quais alimentos devemos consumir, como agem esses alimentos no corpo, para que servem tais alimentos, o que implicam em nossa vida. Processo esse de resistência que está no seu preparo e no seu modo de cozimento, é um posicionamento de enfrentamento, político e estético, sobre a representatividade e a significação dos alimentos por meio do seu preparo e o uso de condimento.

Cultura Alimentar foi a segunda oficina realizada na Reserva Taba dos Anacé. Na merenda da manhã, somos recebidos com alimentos orgânicos pensados a partir da soberania alimentar: tapioca, beiju, batata doce, suco e chás de plantas medicinais retiradas da natureza local. Para os povos indígenas, as refeições são “medicinas” que preparam nosso corpo para executar as tarefas do dia, sendo uma fonte de energia. Essa dieta potencializa uma alimentação sem veneno, ou seja, uma alimentação consciente, sem agrotóxicos. Como posicionamento político, consciente e crítico, é ressaltado o processo produtivo dos alimentos servidos. Saber de sua produção e de sua distribuição, combate à alienação do trabalhador rural. Neste “tema gerador” são apresentadas técnicas milenares de produção e conservação de alimentos, ao mesmo tempo, vamos identificando usos e costumes do nosso dia a dia, herança dos nossos antepassados indígenas e que não sabíamos da origem de hábitos aos quais construímos nosso cotidiano.

Figura 7 - Etnoaula/oficina de Cultura Alimentar



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Para a aldeia, a alimentação não se resume ao ato de comer, é uma celebração à vida. A horta coletiva permite que as pessoas da aldeia troquem contato, aproximando as famílias, no sentido de gerar unidade. Os quintais produtivos são experiências que fortalecem a soberania alimentar e produzem reflexão sobre o tipo de consumo que queremos. O que é plantado e cultivado é dividido entre os parentes, sendo este o termo no qual os indígenas se tratam: parentes. Essas são experiências inclusivas que geram unidade e solidariedade no interior da aldeia. Dos alimentos cultivados na própria reserva indígena, tem-se: batata doce, cheiro verde, macaxeira, espinafre, cebolinha, coentro, alface, couve, maracujá, banana, coco, acerola, siriguela, capim santo, mamão, cana de açúcar, maxixe, pimentão, pimenta de cheiro. E da criação de animais tem-se: galinha, peru, pato, capote e ovelha.

Também, há a cultura da pesca na aldeia, no açude e na lagoa da reserva são pescados peixes das espécies: cará, traíra, eiu, tambuatá, cangati e curimatã, proporcionando a valorização de alimentos saudáveis e regionais, que fazem parte da dieta local. Ao agradecer o alimento, são lembrados todos que participaram da produção do que está sendo servido, entendendo a agricultura familiar que tem sua força de trabalho na família em equilíbrio com a natureza. No Brasil, a agricultura familiar ocupa uma extensão de área de 80,9 milhões de hectares, o que representa 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários brasileiros, quando a forma de produção familiar alimenta 80% da população brasileira e tem uma inserção produtiva de 77% no campo, demonstrando que a agricultura familiar tem responsabilidade econômica e viabilidade social.

O levantamento do Censo Agropecuário de 2017, realizado em mais de 5 milhões de propriedades rurais de todo o Brasil, aponta que 77% dos estabelecimentos agrícolas do país foram classificados como de agricultura familiar. Ainda segundo as estatísticas, a agricultura familiar empregava mais de 10 milhões de pessoas em setembro de 2017, o que corresponde a 67% do total de pessoas ocupadas na agropecuária, sendo responsável pela renda de 40% da população economicamente ativa³.

A espiritualidade, a cultura alimentar, a medicina tradicional, a corporeidade e a arte buscam fortalecer os saberes ancestrais revelados pelo mato e que auxiliam o homem em seus tratamentos para o corpo, para a mente e para o espírito. A questão intuitiva e perceptiva é ressaltada por se tratar do fortalecimento ao mundo sensível e abstrato, fazendo resistência ao modo capitalista de ser.

³ Fonte: <https://www.embrapa.br/tema-agricultura-familiar/sobre-o-tema>

Realizar a produção de óleos, lambedores e chás de plantas medicinais, nos fez entender o trabalho físico e a sintonia cognitiva que são demandadas na realização das porções, das misturas, do tempo de cozimento das ervas. Se no fogo alto, no fogo baixo ou em banho maria e na substituição de um produto por outro. Todas essas práticas acontecem a partir de uma energia vital espiralar que se apresenta através da intenção, ou seja, existe uma dimensão intuitiva encontrada na relação de integração e simbiose com a natureza que vai se revelando na dedicação desse saber.

Quanto mais o sujeito estiver integrado à natureza e construindo seus afetos e suas relações a partir dela, suas expressões se intensificam por meio do nível de aprofundamento dada as decodificações dos “mistérios da mata” que se desvelam através dos Encantados da Natureza e sua encantaria. Desvendados por sua relação de intimidade e igualdade, ao si pensar, como mais um elemento, acaba por encontrar sua função na natureza. A natureza se apresenta para cada um de uma forma diferente, ao mesmo tempo, em que caminham para o mesmo lugar sagrado, ampliando os sentidos ao aprender a se comunicar diretamente com a “Mãe-Terra” ou Kaetemã, na língua Anacé.

Diante dos cinco “temas geradores” desenvolvidos pela pesquisa, este trabalho entende que esse momento se apresenta como uma oportunidade de identificar o saber Anacé como conhecimento científico por meio do aprofundamento da proposta metodológica do Curso de Formação como difusora da Cultura Anacé.

2 METODOLOGIA

Quadro de Referência:

- O loco da pesquisa será na reserva indígena Taba dos Anacé, endereço: Rodovia do Garrote, 85 - Jurema, Caucaia – Ceará.
- Participantes da pesquisa: grupo da liderança Anacé e grupo de professores indígenas Anacé.
- Oficinas: temas geradores: espiritualidade, cultura alimentar, medicina tradicional, arte e corporeidade.
- O **objetivo geral** desta pesquisa foi investigar o processo metodológico do Curso de Formação na perspectiva da etnogênese Anacé, entendendo esse momento como uma oportunidade de identificar o saber ancestral como conhecimento científico por meio de se estudar a proposta de formação do curso com a finalidade de elaboração de material didático pedagógico (cartilha) que valorize o saber popular Anacé.
- E para os **objetivos específicos** busquei:
 - 1- Estudar a proposta de formação do curso,
 - 2- Identificar o saber ancestral como conhecimento etnocientífico,
 - 3- Construir as bases metodológicas do Curso de Formação com vistas a elaboração de material didático pedagógico (cartilha).
- A pesquisa será qualitativa e usamos o Estudo de Caso para focar nas especificidades deste Curso de Formação.
- O instrumento de interpretação de informações utilizado será o método de análise de conteúdo, dando continuidade ao estudo por meio de sua unidade de conteúdo e unidade de contexto por meio do manuseio da unidade de análise, dialogando com a intersubjetividade do pesquisador de campo.
- Fizemos a consulta documental e os dados secundários que conduziu às extrações que se apresentaram por meio das análises de documentos oficiais.
- Os instrumentos e as ferramentas metodológicas que foram utilizadas em campo pelo pesquisador para a coleta de informações: a observação participante, a visita domiciliar e as conversas informais.
- Entrevistas semiestruturadas e grupo focal.
- Método de sistematização de experiências por ser participativo.

A escolha da metodologia é um processo de muita intimidade entre o pesquisador e a pesquisa, é muito positivo quando o pesquisador cria seu quadro de referência próximo da sua personalidade. Quando consegue se ver nela, porque a metodologia tem sua identidade, a identidade dos sentidos, da cognição, do jeito que se é. É importante saber-se na pergunta e perguntar o que se quer saber. O cuidado na objetividade é para que não haja ruído na comunicação, influenciando nos resultados da pesquisa. Trilhar os passos de onde se quer chegar através da identidade metodológica, é ficar à vontade com as escolhas do quadro de referência, ampliando-se a possibilidade de haver maior fluidez no processo de elaboração das etapas do trabalho. E assim, contribuindo com uma maior segurança nos resultados.

É a identidade pedagógica do trabalho que se manifesta na opção das ferramentas que foram a campo, no método pensado, nas abordagens desenvolvidas, nas estratégias que buscaram como resultado dessa junção uma escrita didática. Essa identidade metodológica é um exercício de conhecimento, ou porque não dizer, de autoconhecimento. Capaz de inserir o uso das metodologias científicas para o uso prático em atividades simples do cotidiano. Enfim, procedimentos científicos que ajudaram a responder para além do campo acadêmico.

A metodologia alinhada de forma orgânica, buscou superar a produção mecânica no desenvolvimento do trabalho. Faz parte de uma evolução de caráter íntimo, faz repensar a perspectiva de mundo. A metodologia, tanto na pesquisa, quanto na vida prática, ajuda o pesquisador a organizar e antecipar os passos que irá trilhar. É um exercício de sensibilidade necessário para que o pesquisador tenha segurança em sua visita de campo, fazendo relação direta com sua questão central, seu objetivo central, seu objetivo geral e os específicos.

O quadro de referência contribuiu para organizar e definir os meios que foram utilizados para sua produção material e garantir o controle das etapas da pesquisa, tornando mais objetivos os caminhos a seguir. O quadro de referência é essencial para facilitar a classificação necessária que surge dos procedimentos que contribuíram com o fechamento da investigação. Assim, podemos dizer que,

os quadros de referências constituem uma espécie de matriz disciplinar que agrupa um conjunto de paradigmas. Pode tratar-se de protocolos informais que, frequentemente não tomam forma de regras explícitas, mas que nem por isso deixam de condicionar e de orientar toda à prática teórica ou mesmo o trabalho de pesquisa em totalidade. (Romanelli; Biasoli-Alves apud Bruyne; Herman; Schoutheete, 1998, p. 159)

Para o pesquisador, das contradições e dos conflitos, surgem inesperadamente, um novo desenho. Potencializando extrair das vivências, composições que embasam a

sistematização da pesquisa. Em alguns casos, afirmam Bogdan e Biklen (1994) que “a investigação exige que o mundo seja examinado com a ideia que nada é trivial, que tudo tem potencial para construir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo”.

O loco da pesquisa foi na reserva indígena Taba dos Anacé, endereço: Rodovia do Garrote, 85 - Jurema, Caucaia – Ceará, e conta como participantes da pesquisa o grupo da liderança Anacé e grupo de professores indígenas da Escola Direito de Aprender do Povo Anacé participantes do Curso de Formação, quando trabalhamos nas oficinas os temas geradores: espiritualidade, cultura alimentar, medicina tradicional, arte e corporeidade.

O objetivo geral desta pesquisa visou investigar o processo metodológico do Curso de Formação na perspectiva da etnogênese Anacé, entendendo esse momento como uma oportunidade de identificar o saber ancestral como conhecimento científico por meio de se estudar a proposta de formação do curso com a finalidade de elaboração de um material didático pedagógico (cartilha) que valorizasse o saber popular Anacé. E para os objetivos específicos buscaremos: 1- Estudar a proposta de formação do curso, 2- Identificar o saber ancestral como conhecimento científico. 3- Deixar estruturado as bases metodológicas do Curso de Formação para a elaboração de um material didático pedagógico (cartilha), para quando finalizar as etapas e cronograma deste trabalho.

Esse material didático pedagógico (cartilha) faz parte de uma produção coletiva dos saberes Anacé na Reserva. Material que será utilizado como guia para o reconhecimento do saber popular como conhecimento científico. Este trabalho compõe junto com o trabalho de João Gleidson dos Santos Oliveira que tem seu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) por título: racismo ambiental e povos indígenas sistematizando saberes a partir da resistência Anacé. Gleidson é liderança indígena e estevemos juntos nos processos de elaboração do seu material didático pedagógico (cartilhas). Neste momento concluímos a primeira parte do trabalho que é esta tese, e seguimos nos organizando para iniciar os trabalhos da segunda etapa que é a elaboração do material didático pedagógico (cartilha) sendo este uma produção coletiva, concluindo assim, com o material desejado.

A Escola Direito de Aprender do Povo Anacé não tem o material físico das disciplinas transversais: espiritualidade, corporeidade e arte. Estes viraram temas geradores e estão na cartilha como contrapartida desse trabalho para a aldeia, considerando o trabalho coletivo das oficinas nas etnoaulas. Os temas geradores viraram conteúdo concreto na forma de material didático pedagógico (cartilha) para auxiliar os profissionais da educação que atuam na

escola Direirto de Aprender do Povo Anacé, que já possuem material didático pedagógico das disciplinas regulares, mas que não tem disponível para as disciplinas transversais.

Para isso, a pesquisa será do tipo qualitativa, pois trabalhamos com a concepção do materialismo histórico-dialético, como afirma Triviños (1987), “que os opostos estão em interação permanente. Isto é, o que constitui a contradição, ou seja, a luta dos contrários. Desta maneira, a contradição é a fonte genuína do movimento, da transformação dos fenômenos”. Essa frase amplia a dimensão profissional do trabalho e nos permite um mergulho filosófico.

Diz para ficarmos atentos, preparar o olhar técnico e observar o fluxo das relações em suas formas mais espontâneas, ao observar a interação das ideias e continuar focado na descoberta da natureza das coisas, achando evidências que direcionaram a pesquisa. Pois, quando refletimos sobre o que afirma Triviños, surge o entendimento desse fenômeno também em nós, como movimento de autoconhecimento da vida vivida.

Usamos as técnicas de Estudo de Caso para focar na complexidade do Curso de Formação, quando permitiu uma melhor conservação geral das características e significados da realidade. Afirma Anadón que (2005), “o estudo de caso é uma abordagem e uma técnica de coleta e tratamento de informação, que é caracterizada por uma descrição detalhada de um fenômeno e por uma análise que tenta pôr em relação ao indivíduo e o social”. Ou seja, trata-se de uma investigação que visa aprofundar seu olhar numa ação educativa específica, isto é, o Curso de Formação Anacé. Quando pesquisaremos no território Anacé, elementos que se mostrem como evidências, através das vivências dos fóruns de escuta, na busca de signos e símbolos que estejam ocultos ou invisibilizados. Onde, por meio da elaboração do material didático pedagógico (cartilha), será compartilhado saberes populares do cotidiano da aldeia Anacé.

O instrumento de coleta de informações utilizado será o método de análise de conteúdo que contribuirá com a captação de informações que delinearão a pesquisa. Promovendo através desses achados um diálogo que nos permitirá uma melhor compreensão da realidade, dando continuidade ao estudo por meio de sua unidade de conteúdo e unidade de contexto, adotados por sua contribuição na organização e manuseio das informações na unidade de análise. As informações serão tratadas através do método de análise de conteúdo que se utiliza da unidade de contexto, gerando na unidade a sistematização dos achados. Formando assim, temas geradores que contribuirão para o avançar da pesquisa.

A ideia é que no material coletado na execução da visita à campo, buscaremos “encontrar eixos temáticos que categorize as falas dos participantes, os eixos encontrados foram comparados pelo pesquisador e, a partir disso, foram elencados as categorias temáticas

provenientes das entrevistas”. (RODRIGUES E PAULINO, 2022, p. 127). Por já termos trabalhado com esse método na dissertação de mestrado, ficamos mais seguros quanto a sua aplicação, ao nos aprofundarmos na investigação que “pode servir de auxiliar para instrumento de pesquisa de maior profundidade e complexidade. Neste caso, a análise de conteúdo forma parte de uma visão mais ampla e funde-se nas características do enfoque dialético”. (Triviños, 1987, p. 160)

A consulta documental é um recurso para embasar a escrita, ao analisar as mudanças sociais e históricas que constroem a subjetividade da política, da ética e da estética do povo Anacé. Com os dados primários poderemos chegar a análises positivas ou negativas, ou ainda, poderão surgir indícios que direcionam o olhar do pesquisador. Poderemos confrontar, a linguagem escrita com a linguagem falada, isto é, comparar documentos com entrevistas, para obter pistas que influencie no aprofundamento da pesquisa, ao mesmo tempo, vê o que acontece de fato, na prática da aldeia, promovendo um melhor condicionamento dos achados.

Os dados secundários conduzirão às extrações que se apresentarão por meio das análises de documentos oficiais, de âmbito federal, estadual e municipal, como a Constituição Federativa do Brasil, a convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho - OIT, parecer técnico nº 01/09 do Ministério Público, na intenção de promover um diálogo que fundamente nossos apontamentos diante da exposição de situações concretas.

Os instrumentos e as ferramentas metodológicas que serão utilizadas em campo pelo pesquisador para a coleta de informações serão a observação participativa, a visita domiciliar e as conversas informais. Serão recursos que buscarão através da investigação entender as influências e experiências que sofrem os sujeitos da pesquisa. Para as visitas na aldeia, sempre com os equipamentos (diário de campo, gravador e máquina fotográfica) para nos possibilitar o melhor aproveitamento no que se refere a registros em campo, o diário de campo, o gravador e a máquina fotográfica serão utilizados para registrar informações, aguçando o olhar do pesquisador para não deixar passar minúcias, que porventura, possam ser expressas por meio de gestos positivos ou negativos, corporais e intuitivos. Os equipamentos buscam minimizar os efeitos de nossa presença *in loco*, na tentativa de preservar a espontaneidade e a fidelidade das informações.

Também, as entrevistas semiestruturadas “contém perguntas disparadoras que buscam levantar, primeiramente, informações gerais sobre os participantes, suas histórias de vida e suas experiências afetivas”. (Rodrigues e Paulino, 2022, p. 127). E o grupo focal será um importante instrumento para a verificação de informações, sugerimos que não passemos de duas perguntas estruturais. Diante da pesquisa executada na dissertação de mestrado com os grupos

de entrevistados, ao trabalharmos com mais de duas perguntas, o tempo de gravação ficou extenso e repetitivo, enfadando os participantes e levando, também, mais tempo para sua transcrição.

Outro ponto relevante é o impacto que a presença do pesquisador pode gerar. Ficar atento às possíveis alterações durante a coleta de dados pela aplicação dos procedimentos metodológicos e equipamentos podem trazer. A ideia é de interferir o mínimo possível no cotidiano local. O pesquisador se comportará como relator e mediador das atividades, consultando os registros dos fóruns de escuta para reavivar suas memórias, sempre que necessário, percebendo o olhar da aldeia sobre o Curso de Formação e suas contribuições,

pensando a comunidade (aldeia) enquanto lócus de formação e construção dos sujeitos no que se refere a questões como liberdade e segurança, ao mesmo tempo relacionais e excludentes. Levou-se em consideração, ainda, a estruturação de saberes, os relacionamentos interpessoais, os conflitos, dentre outros processos subjetivos e, ao mesmo tempo, concretos. (Paiva, 2019, p. 16)

Nessa contextualização de ser formado pela aldeia, os impactos das experiências íntimas e pessoais nos ajudaram a compreender melhor esse jeito Anacé de estar no mundo, trazendo consistência ao trabalho e criticidade a sistematização das narrativas. Esse alinhamento faz parte do processo investigativo da metodologia. São essas observações necessárias para que o investigador defina as dimensões que pretende abordar, elaborando um campo semântico a ser investigado e desenvolvido.

Através do planejamento estratégico das etapas subsequentes da investigação, ao apresentarmos as fases que auxiliaram na construção desse projeto que entende que a questão central do projeto é o fio condutor para as demais questões. Pois, para Laville e Dionne (1999), é

durante essa fase da pesquisa, que consiste em precisar seu problema, traduzindo-o em forma de pergunta, e em objetivar sua problemática, nacionalizando-a, o pesquisador tem também cuidado para que a pergunta mantida (às vezes várias) permaneça significativa e clara para ele e para os outros, e que a pesquisa a fazer seja exequível.

A questão central como fio condutor, enfatizou os passos da elaboração metodológica do Curso de Formação Anacé. Ampliando o alcance da cultura indígena e sua valorização como matriz a ser desenvolvida nos espaços educativos, compreendendo ser este, um resgate histórico e sociocultural da população brasileira.

Consideramos que o método de sistematização de experiências é um instrumento que mais coaduna com nossa forma de entender pesquisa científica colaborativa. Pois, contamos com a intervenção dos participantes que vão se posicionando de acordo com as situações. Ao dizer, eles se escutam e escutam os outros, potencializando as problematizações e reflexões que nos levaram a mais achados, onde também, nessa ação dialética, exprimem suas realidades por meio de seus afetos.

Segundo Holliday (2006), o método de “sistematização de experiências [...] busca promover a participação dos sujeitos sociais, incentivando-os à reflexão, ao diálogo e à expressão da afetividade, potencializando a criatividade e a autonomia”. Essa abordagem participativa localiza os participantes/atores por meio de suas próprias narrativas conservando seu protagonismo, direcionando-se para pontuações coletivas que serão consideradas no andamento da pesquisa. Percebendo que

caracterizam-se como lócus privilegiado de comunicação-discussão embasada no diálogo, nas experiências dos atores-sujeito, na produção teórica da educação e na escuta, a qual se orienta pelo desejo de cada um e cada uma de aprenderem as falas do outro e da outra, problematizando-a e problematizando-se. (Saúde, 2016, p. 39)

No método de Holliday, os fóruns de escuta serão utilizados para direcionar o desenvolvimento da pesquisa. Possibilitar os processos participativos é democratizar a pluralidade de ideais, auxiliando na investigação e problematização das questões levantadas durante as visitas no território de forma colaborativa. Os locais possíveis de acesso para a aplicação dos fóruns e execução dos instrumentos pedagógicos na aldeia são: a casa de Dona Angela e/ou a Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé.

No capítulo a seguir, iniciaremos com a invasão portuguesa que deságua na imposição do pensamento do branco sobre a cosmovisão indígena. Do golpe ideológico sofrido pela população originária, ao serem violentados pelos novos símbolos culturais inseridos no imaginário indígena. Que presentes na atualidade, são expressos através do cotidiano da aldeia, que vai absorvendo e equilibrando novas e velhas concepções, transformando em práticas, alterando o interior dos espaços educativos.

3 ACUSANDO A HERANÇA CATIVA: O PENSAMENTO DO BRANCO

Nossa herança cativa ficou evidente na minha chegada na Reserva Indígena Taba dos Anacé. Foi um momento de muita intensidade, minha e do território, já que nós dois, eu e a comunidade estávamos passando por um processo de luto. Eu que havia perdido meu companheiro e a aldeia que havia sido removida do seu território originário, deslocando-se do Município de São Gonçalo do Amarante para o Município da Caucaia, porque o porto do Pecém precisava ampliar sua capacidade produtiva e o uso de suas terras originárias estava no projeto de ampliação de seus recursos. Foi quando no novo território buscamos nos refazer, nos fortalecermos e seguirmos adiante, eu e o Povo Anacé.

Quando comecei a visitar a comunidade indígena, a porta de entrada foi a casa de Dona Angela que com sua família me receberam de forma muito acolhedora. Lembro-me de passar horas no jardim da casa, onde nesse jardim os “Encantados da Natureza” se apresentaram de forma muito especial, acontecendo curas, encantamentos materializados através de cuidados, onde nesse lugar mágico, tomado por plantas de todos os portes e visitado por pequenos animais da floresta, me sentia, ao mesmo tempo, mais forte e mais leve diante da imersão na natureza, trazendo a sensação de melhoramento e saúde mental que emergia daquele local pelo seu divino que se conectava ao meu sagrado, se dando meu enraizamento físico e mental. Era lá onde me sentia mais inteiro e preenchido, me enchia de força para caminhar melhor e retomar as atividades cotidianas, onde a sensação de se encaixar mais no fluxo do rio da vida se fazia mais presente, assim também, o território ia tomando forma e se enchendo de significado e presença, se reconstruindo no meu retorno à natureza, reorganizando minha própria cosmologia.

Figura 8 - Etnoaula/Oficina de Espiritualidade



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Figura 9 - Produto da etnoaula/oficina de Espiritualidade



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Esses mesmos “Encantados da Natureza” são responsáveis de trazer ressignificações para mim e a nova aldeia, fazendo florir no coração do povo e no novo território Anacé seus encantamentos. Isto é, seus ensinamentos, sua sabedoria e seus conhecimentos por meio das tecnologias de convivência intraterritorial e interterritorial. Os “Encantados da Natureza e a encantaria” estão no centro do processo e da lógica Anacé, e tiveram muito trabalho ao lidarem com o coração partido dos “Troncos Velhos” que sentiram como que suas raízes estivessem expostas quando foram obrigados a saírem de suas terras originárias, deixando para trás a terra onde nasceram, casaram, criaram seus filhos e enterraram seus mortos, dividiram as alegrias e tristezas com a família e diante de todo o afeto que tinham pelo seu território originário, marcado de tantas lembranças e memórias, perderam sua permanência histórica territorial para a especulação econômica. O que mais entristecia os “Troncos Velhos” era a sensação de injustiça sofrida por eles, gerando insegurança e medo, através da sensação de desolamento pela remoção experienciada por eles. Porque entendemos que

temos consciência de que aculturação é o conjunto das mudanças resultantes dos contatos, entre dois ou mais grupos de indivíduos e/ou representantes de culturas diferentes, quando postos em contato direto e contínuo, que implicam geralmente na transmissão de certos elementos da cultura de uma sociedade para a outra. A transmissão de elementos de uma cultura vai sempre ser precedida por uma relação, que implica na aceitação de alguns e na rejeição de outros elementos culturais, isso leva muitas vezes à desintegração de uma ou de várias culturas, sob a influência dos contatos que se estabelecem entre os seus integrantes. (Souza *et al.* p. 29, 2016)

Ou seja, com a alma fragmentada, se tornou um desafio construir o espírito da coletividade e pertencimento territorial pelos indígenas, referente ao lugar ao qual chamariam de casa, interferindo diretamente no cotidiano das famílias, na reestruturação da aldeia por ser um lugar estranho a eles. Para vencerem a sensação de desconforto e desencaixa, a sabedoria ancestral se apresenta, e a palavra diante da nova realidade é aceitação. A opção que não trazia dor e sofrimento era aceitar a nova realidade e se relacionarem com ela de forma que não tivesse resistência, ao invés disso, desenhassem a nova aldeia no lugar emocional, psicológico e espiritual, elaborando a sacralidade dos espaços, a presença do sagrado que os acompanha permaneceu viva por meio do divino que já tinham em si. Ou seja, somente através da iluminação é capaz de se construir a capacidade de superação da dor e do sofrimento refazendo caminhos que recriam destinos.

Os “Encantados da Natureza” também se fizeram presente no novo território, isso se evidencia nos laços feitos e refeitos de relacionamentos entre as pessoas e os grupos da comunidade. A sensação de incômodo e desencaixe, inicialmente experimentado pelos mais velhos não é esquecida, porém, mesmo sendo extremamente doloroso e sofrido esse processo, o tempo indígena e as dinâmicas etnosociais locais, fazia com que a etnogênese do Povo Anacé se fortalecesse trazendo novas sensações, significados e importâncias, dadas as necessidades de sobrevivência que em busca de conforto encontrava na ressignificação física, mental e espiritual, uma nova sensação de conforto e encaixe que acontecia, ao mesmo tempo, que desbravavam o novo território e construía a nova aldeia.

Ao perceber a reorganização política, ética e estética do Povo Anacé, tive o entendimento que me deu força para que eu me organizasse para melhor lidar com meu luto, assim como eles estavam lidando com os seus. Os “Encantados da Natureza” também me ajudaram nesse processo, no jardim de Dona Angela, conversando ou calado, dormindo ou acordado, acompanhado ou sozinho, eles trabalhavam nas minhas dimensões de forma muito sutil, me conectando a aldeia e ao território. Nesse momento de dificuldade e luto coletivo que foi a própria chegada no novo território, é narrada pelo Povo Anacé como sendo um momento de muita tensão, pois, a novidade assustava e a ruptura da vida antiga para a vida nova mexia com o emocional, o psicológico e o espiritual de todos envolvidos no processo. Nesse momento, para além da reconstrução pessoal e individual de cada pessoa, se apresentava também, a reconstrução social do consciente coletivo da aldeia que acabara de ser removida para atender a demanda do empreendimento do Porto do Pecém.

Na busca por sua identidade, o Povo Anacé no novo território passou a refazer seus espaços como a horta coletiva, o cemitério, o lugar sagrado da Jurema e a dança de São Gonçalo

chegou com mais força, lugares divinos porque são nesses espaços que o povo Anacé se junta para realizar suas atividades coletivas, sabendo que o sagrado habita no coletivo. Sendo de uso e organização do espírito da floresta reproduz na vida o que acontece na mata, pensemos na aranha quando tece seus fios, poderiam ser fios da vida que conectam as pessoas, trazendo comunhão e importância a conexão e a coletividade entre o povo.

Figura 10 - Brincantes da Dança de São Gonçalo



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O novo território tinha suas semelhanças, mas também, suas peculiaridades, por exemplo das plantas que havia lá e que não há aqui, o terreno que é muito pedregoso dificultando a agricultura, diferente do seu lugar de origem, a presença do novo território era diferente do espírito antigo, gerando estranhamento. No novo território havia coisas semelhantes ao antigo território, porém, pela remoção ser algo bem recente, as diferenças se apresentavam de forma muito marcante.

Dona Angela é educadora e nessa época estava como professora na escola Direito de Aprender do Povo Anacé, onde aplicava sua cosmociência por meio de suas etnoaulas. Inspirada, dividia suas práticas com os grupos de indígenas e não-indígenas que frequentam seu jardim. Nessa ocasião, ficávamos debatendo às experiências da aldeia, da escola indígena, das práticas do jardim de Dona Angela e às dinâmicas sociais da vida, como se dariam outras formas pedagógicas de envolvimento com os trabalhos aos quais nos dedicamos, buscando nos esvaziarmos de outros aprendizados e nos preenchermos das estruturas ancestrais construindo material e conteúdo pedagógico que seriam trabalhados nas oficinas de Dona Angela.

Construímos, também, lugares emocionais, psicológicos e espirituais de refúgio e fortalecimento que nos reorientava diante das adversidades. Observar estas práticas por um

olhar pedagógico, auxiliava na construção do novo mundo explorado por todos nós, tanto da aldeia quanto dos lugares localizados dentro de cada pessoa que participava do processo. Isso também significava um recomeçar. Geralmente, nesse jardim sagrado de sua casa, me refiro ao jardim ser sagrado pela capacidade terapêutica que ele tem, contribuindo como a saúde mental da aldeia, sendo esse um lugar central de interação e integração entre as pessoas indígenas e não-indígenas, havendo trocas de várias naturezas, pessoais, profissionais e acadêmicas. Onde através do acolhimento que a família de Dona Angela tem, junto com a energia que circula no próprio jardim emergido na natureza, onde nas redes armadas podemos descansar os pés e o juízo cercado por estímulos entre temperaturas, cores, cheiros e sons da natureza.

Há os cheiros trazidos pelo vento e nos sons de pequenos animais, pássaros e árvores que rangem seus galhos e liberam cheiros captados por nossos sentidos, mesmo de forma inconsciente, algo muito sutil que se torna uma medicina tradicional acontece, contribuindo para o melhoramento da pessoa, é um tratamento natural trabalhando várias dimensões da pessoa, mexendo com os sentidos, ressignificando as dores e sofrimentos. Pois, no jardim de Dona Angela, a terapia se estende pela casa toda, já que foi construída pensada em todas essas dinâmicas pedagógicas através das oficinas, ela ao se envolver com as pessoas divide sua intimidade ao abrir sua casa.

Figura 11 - Espaço Cultural da Dona Angela - Casa aberta para formações, terapias e trocas de saberes



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

A metodologia de Dona Angela está nas suas histórias compartilhadas, acompanhada de chás, cafés e comidas feitas na base da ancestralidade. Nessas ocasiões, ficávamos alguns educadores ou pessoas de áreas afins refletindo sobre os processos educativos aos quais virariam sugestão de experimentação para etnoaulas futuras, tanto na Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé quanto nas demais escolas fora da aldeia. Era nessa perspectiva de se construir um etnoconhecimento, junto aos “Encantados da Natureza”, as experiências de tristezas e alegrias do território que fomos redirecionando nossas práticas refazendo nossa práxis, e eu nessa interação com o Povo Anacé e seu território, ia me sentindo mais saudável em relação ao meu luto, por também os ver mais fortes.

Nesses momentos em conjunto, de comunhão entre indígenas e não-indígenas, quando aconteciam as etnoaulas/oficinas as discussões aconteciam numa visão contracolonial na relação com a vida, por entender que a colonização causou graves consequências ao ataque subjetivo na autoestima dos sujeitos em sua formação, implicando diretamente na elaboração da realidade, como presenciei na remoção do Povo Anacé do Município de São Gonçalo do Amarante para o Município da Caucaia. Presenciamos mais uma herança de violência do contato da cultura do branco com a cultura indígena.

O que aqui se apresenta é o desejo de uma escrita decolonial que buscou se aprofundar ao se perceber fora da lógica colonial por compreender que é uma lógica que gera cosmofofia (discriminação e preconceito) gerando a exclusão dos agentes sociais não-brancos, e potencializa a promoção de sofrimentos e dores que poderiam ser evitadas através de um entendimento mais plural e diverso do mundo.

Essas experiências contribuíram para as reflexões que se seguem ao continuarmos com a discussão contracolonial fazendo esse elo temporal que é espiralar, onde dialogam com o passado, o presente e o futuro por estarem acontecendo ao mesmo tempo. O tempo indígena é diferente do tempo do branco, ele se passa na dimensão da espontaneidade, apresentando suas próprias problemáticas e resoluções, sua natureza é orgânica, passando em um tempo orgânico, isto é, o que nos movimenta é o sentir sem o aprisionamento fracionado do tempo, onde os sentidos diz ao corpo do que precisa, diferente do tempo sintético, de lógica cartesiana e movimentos controlados, impregnado na subjetividade as ideias da branquitude. Lidamos com a luta de nos contracolonializarmos pela imersão experimentada por nós no processo colonial.

Entendendo por sintético uma cultura que se elabora por fora da natureza, que busca dominar, controlar e explorar a floresta de forma objetiva e reduzir sua forma e força a mercadoria. As explorações que aconteceram saindo do continente europeu em torno do mundo, trazia junto com sua destruição princípios e valores que promoviam a desvalia dos povos e

territórios invadidos. Por meio das expedições marítimas que visavam conquistar novos territórios, o fato é que foi na invasão portuguesa às praias brasileiras, onde iniciamos uma jornada cultural sem volta. Vimos ao longo do tempo, articularem-se forças religiosas e militares contra as populações indígenas, com o intuito de escravizar a população local e explorar seus territórios gerando riqueza para a Coroa Portuguesa. Para isso, a estratégia de guerra adotada foi introjetar a cultura do branco no tronco ideológico indígena através da catequese, com o advento dos “cristãos novos”, construindo até a atualidade narrativas baseadas no preconceito e na discriminação, demonizando tudo aquilo que não faz parte de sua cultura. O impacto social de sacralizar a cultura do branco e demonizar a cultura indígena, das violências geradas é produzido o distanciamento da autoidentidade da população brasileira miscigenada.

Massacrando os territórios invadidos, potências bélicas mundiais, como uma espécie de herança, nossos invasores trazem esse pensamento colonial que faz cativo o caboclo e fortalece a visão embranquecida e higienista das novas sociedades escravizadas. Perpetuando o estado de bem-estar social das nações brancas, a reverberação da universalização da branquitude foi introduzida no Brasil através da ação portuguesa introjetando o pensamento do branco, colonial e cartesiano, atravessando a história e a cosmologia indígena. O que isso de fato significa? Que ao viverem a dominação ideológica e a exploração do seu corpo, as populações locais, modificaram suas relações e percepções, transformando seus modos de vida. O ponto é que hoje combatemos os relacionamentos que reproduzem a lógica da desumanização, porque parte do mesmo racismo ideológico, que retroalimenta-se, garantindo a manutenção do racismo estrutural. Situação que se perpetua na contemporaneidade, impregnando sua lógica nas mentes e nos corpos dos povos escravizados.

Lidamos com o impacto cultural da ação violenta ocasionada pela Coroa Portuguesa. Esse pensamento predatório do branco, ao ser introjetado e estruturado como base de princípios e valores das sociedades invadidas, une os fundamentalistas e os conservadores, no único projeto ideológico como o modelo a ser seguido, dizem seus adeptos acríticos. Esse mesmo pensamento socioeconômico, nos coletivos, se ramifica e se apresenta na educação por meio da educação tradicional que aliena as pessoas que constroem a escola e as que dela dependem. Entretanto, a educação libertadora visa uma escolarização que estimula a pluralidade, a integralidade na formação do sujeito, considera suas dimensões e respeita seus processos. Quando a educação oportuniza vivências que caminham na elaboração de espaços democráticos, produz-se voz aos excluídos. A liberdade do corpo e a expressividade faz parte da intimidade de cada ser humano. Ter seu comportamento psicossocial desenvolvido no

interior de uma escola libertadora, potencializa sujeitos conscientes. Do colonialismo, podemos dizer que ele abarca da

colônia agrícola à colônia de bactérias, passando pela colonização capitalista e a possibilidade da colonização humana de outros planetas, essa noção recebe sentidos diversos, sempre relacionados, no entanto, à ocupação parasitária de uma entidade por outra”. (Rios; Santos; Ratts, 2023, p. 98).

Com a contracolônização do saber, ou seja, ao combater o racismo estrutural, avançamos no entendimento necessário para a mudança do paradigma da população indígena no Brasil. A herança cativa, gera truculência pedagógica e administrativa para o interior das escolas, fortalecendo relações abusivas e assediadoras. Profissionais que deveriam estar comprometidos em criar espaços de reflexão, estão comprometidos em manter relações estruturais viciadas, resgatando modelos pedagógicos excludentes. Para que não seja demonizada a cultura indígena nas escolas e para garantir que esse cenário de equívoco mudasse, foi sancionada, no dia 10 de março de 2008, pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, a Lei nº 11.645, que alterou a Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDBEN) e passou a exigir o resgate da história da cultura indígena em todas as escolas do ensino fundamental e médio. Os trabalhos desenvolvidos sobre os povos indígenas brasileiros devem ser ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e histórias brasileiras, diz o parágrafo 2º da Lei 11.645/2008.

A verdade é que ainda é difícil o cumprimento da lei na maioria dos municípios brasileiros. O seu descumprimento compromete que a lei encaminhe sua ação na proteção da cultura indígena, deixando a fragilidade à mostra, impossibilitando experiências enriquecedoras na convivência com o multiculturalismo de ideias intermediadas na escola. As questões de identidade e cultura indígena precisam ser desenvolvidas nas escolas, pois, o ambiente escolar plural, múltiplo e diverso potencializa a consciência, evitando o racismo cometido diariamente por parte dos profissionais da educação.

O racismo estrutural ganha sua forma por meio da força que exerce nas instituições, que estruturadas na base da sociedade, se realizam nas escolas, criando espaços que introduzem o moralismo cristão da cultura do branco, ao demonizar a cultura indígena. Suas consequências estão no Ministério da Educação, que direciona políticas públicas educacionais para as Secretarias de Educação dos Estados e Municípios, quando não cumprem as leis que garantem espaço e oportunidade à cultura indígena nos territórios. Ao ignorar o cumprimento da Constituição Federal do Brasil, o termo “herança cativa” fala sobre o projeto de introjeção feita

pela igreja ao aplicar suas políticas públicas ideológicas de embranquecimento e higienização da população brasileira, se tornando esse, um movimento de apagamento da história indígena nacional. Seu foco está em subtrair ou macular os sujeitos indígenas da história e da memória oficial do país.

Foi forte o empenho e o impacto da cultura do branco no centro da cosmologia Tupi, refazendo a cosmologia da população indígena. Pelas narrativas do branco, a gênese brasileira aconteceu com a chegada dos portugueses, no que se chamava Pindorama e que viria a ser o Brasil. Os registros históricos nacionais contados, torna este, o acontecimento mais positivo contado nos livros de história nas escolas. Na verdade, diante do conteúdo programático estudado nas escolas, é como se antes da chegada do branco, houvesse um vazio, uma parte em branco no tempo. Sem cultura, sem filosofia e sem ciência por parte da população indígena escravizada, ou seja, os modos tradicionais de existir se perdem no processo de colonização. Isto é, a imagem, a identidade, a cultura, a história e a memória da população nativa foi isolada, desqualificada e caricaturada para que assim, sua desumanização justificasse sua escravização. Quando na verdade, a leitura crítica contemporânea sobre a necropolítica para a cultura indígena e o genocídio contra seu povo é evidenciado com frequência. Como, também, estão em evidência os registros ancestrais indígenas que abordam sua cultura de uma perspectiva científica, filosófica e psicológica, construindo sua psiquê.

A palavra “cativa” é usada nesse texto como derivação e referência ao termo “cativeiro” que faz alusão à condição de vida dos colonos indígenas, feito escravos em seus próprios territórios. Uma parte dos indígenas escravizados serviam nas colônias instituídas pela Coroa Portuguesa no Brasil, outros escravizados serviam nas expedições terrestres do novo território invadido. Ao mesmo tempo, em que viviam sobre ataques e investidas psicológicas, físicas e bélicas por parte dos portugueses, disputavam forças pela sobrevivência e a permanência de sua cultura e de seus territórios, através da resistência de seus princípios e valores. O choque de cultura alterou a realidade e provocou um marco histórico, alterando a formação da cosmologia indígena que perdeu sua independência, a liberdade de seu corpo, da sua mente e do seu território, sua autonomia foi sequestrada.

A população indígena do Brasil reclama seu retorno ao protagonismo social brasileiro. Essa reparação histórica começou pelas leis que obrigam a inclusão da cultura indígena na matriz curricular das escolas, inserindo um conteúdo programático que faça despertar sujeitos empoderados avançando no combate às injustiças sociais e ao racismo ambiental, ou seja,

[...] para Martinez-Alier, (2007), trata-se de expressões de “conflitos ambientais” resultantes de “conflitos ecológicos distributivos” os quais são decorrentes da apropriação material, territorial, econômica e simbólica dos diversos recursos e serviços naturais, de maneira desigual. (Paiva, 2017, p. 314)

A herança cativa continua ampliando a injustiça social, conectada às guerras mundiais e ao acúmulo material da propriedade privada, controla mercados econômicos e promove a privatização de espaços culturais e naturais públicos. Surge também no modelo de produção energética quando grupos econômicos dividem e desestabilizam comunidades tradicionais com vista a adentrar seus territórios para usufruir de suas potencialidades energéticas⁴. O estudo “racismo ambiental e justiça socioambiental nas cidades” realizado pelo Instituto Pólis mostra que:

[...] as famílias de baixa renda se concentram em áreas menos dotadas de infraestrutura e serviços ambientais básicos e nesses mesmos territórios, são onde concentram as populações pretas e pardas, e com domicílios chefiados por mulheres de baixa renda e apontam que a distribuição das situações de risco nas cidades demonstra que a população de baixa renda e negra é a que está mais exposta a inundações e enchentes (risco hidrológico) ou a deslizamentos (risco geológico) (Jacobi, 2023, p. 06).

Tais grupos econômicos que empreendem nos territórios tradicionais não cumprem os acordos de contrapartida que visam a manutenção da qualidade de vida das populações locais em troca do uso de suas terras, o que caracteriza um episódio de racismo ambiental. Nessa dinâmica perversa as comunidades tradicionais através de uma visão predatória de mercado econômico transformam a estabilidade social das comunidades rurais.

Segundo Paiva (2019, p. 15) “a destruição de sítios arqueológicos, o desrespeito às culturas e aos costumes dos povos locais, a limitação de acesso dos moradores ao seu território e a exploração de mão de obra barateada são problemas comuns enfrentados por comunidades que já possuem parques eólicos”. Não há respeito e preocupação com o que ocorre a partir dessa mudança brusca na vida das populações locais que sofrem os impactos e acabam por comprometer sua qualidade de vida, suas relações parentais e sua cultura de forma saudável. Porque até mesmo

[...] os territórios que pensávamos que seriam preservados, hoje estão sendo atacados pelos parques de energia eólica e energia fotovoltaica. Como podem dizer que os parques de energia eólica são pouco impactantes, que se trata de uma energia renovável, sustentável, ecológica? (Bispo Dos Santos, 2023, p. 98)

⁴ <https://brasil.mongabay.com/2024/06/pesquisa-relaciona-avanco-de-energias-renovaveis-a-expulsao-de-comunidades-tradicionais/>

Os parques eólicos contaminam os lençóis freáticos, alteram a fauna do território e comprometem o funcionamento da vida social local. A herança cativa está também na produção de energia solar por esta não pensar no descarte de materiais que estarão obsoletos em vinte anos. A herança cativa está concretamente no alto custo do investimento de energia solar que torna inviável sua popularização, está na idealização e execução da usina de Belo Monte e seu rastro de destruição cultural e socioambiental⁵. Está no monopólio do petróleo e ele ser a principal fonte de energia do planeta. Está quando a população pobre não é considerada no planejamento socioeconômico e ambiental do Estado. É quando o capital público é desviado para organizações privadas. A herança cativa é uma força psíquica que coloniza e transforma o comportamento humano, estando no centro, ao elaborar as relações pessoais individualistas e consumistas. Está presente na elaboração do trabalho e dos afetos, organizando a sociedade. É quando o país produz riqueza unilateral e cria a dívida social.

A herança cativa se apresenta quando um parlamentar tem sua trajetória política construída através do discurso de ódio, sendo eleito justamente por agir contra as mulheres, os negros, os LGBTQIAP+, os indígenas, os quilombolas dentre outros grupos e, ainda assim, apoiado por 30%⁶ da população brasileira que se identifica com um projeto excludente e genocida, mantém-se com altos índices de aprovação da opinião pública. Esse diagnóstico da sociedade nos remete ao papel social da escola e à importante tarefa de garantir o direito dos discentes em conhecerem suas origens e sua história contada sob o ponto de vista dos povos originários. A educação tem compromisso em trabalhar a autoimagem e a autoidentidade dos sujeitos a partir dos saberes populares contracolonizados.

A herança cativa persegue grupos minoritários em estado de vulnerabilidade, apresenta-se através da negação de direitos emergenciais diante de uma pandemia, está na ação do ex-presidente da república no período de 2019-2022 que, em plena pandemia, propaga o tratamento à base de hidroxicloroquina e defende a “imunidade de rebanho”⁷. A herança cativa está na depredação da natureza, como o mercúrio que envenena os rios que desembocam no mar. Está no veneno das plantações que poluem a terra e produzem alimento envenenado. São as queimadas, a Amazônia incendiada, os direitos humanos desrespeitados e o crescimento do número de assassinatos de ambientalistas no Brasil.

A herança cativa é a apropriação do outro, do que o outro é, do que o outro tem, do que o outro sente. É o pensamento instituído e colonizado em nós, gerando conflitos que busca

⁵ <https://amazoniareal.com.br/o-rastro-de-destruicao-de-belo-monte/>

⁶ <https://www.cartacapital.com.br/politica/brasil-tem-30-de-petistas-e-25-de-bolsonaristas-aponta-datafolha/>

⁷ <https://jornal.usp.br/artigos/o-que-e-imunidade-de-rebanho-e-quais-as-implicacoes/>

se afirmar por meio da “admiração que o oprimido sente por seu opressor” (FREIRE, 1987, p. 48). É uma face da loucura que deforma e fragmenta o sujeito. É a aculturação, a estratégia de dominação e exploração de um indivíduo, de um grupo ou de um povo.

Está no povo Yanomami que se tornou caso de saúde pública, sanitária e humanitária e que desde 2019 solicita ajuda do Estado, sendo que o poder público foi o próprio agente do caos, ao abandoná-los à própria sorte, com o agravante de negar ajuda para suprir necessidades básicas como fornecimento de água potável, de aparelhos respiratórios e de comida durante a pandemia. Está na invasão de suas terras e na poluição de seus rios. Está na escassez de alimentos que deixa mais vulneráveis os guardiões da natureza.

A herança cativa se apresenta no modelo de exploração do agronegócio e na expansão da indústria de mineração ao comprometer as condições de vida das populações tradicionais e dos ecossistemas, implicando na extinção de animais e plantas da fauna e da flora brasileira. A herança cativa destrói tradições ancestrais e territórios sagrados, culturas milenares são apagadas pela aculturação do pensamento do branco colonizador que, apartado da natureza, não preza pela sua preservação.

Na prática social, esse retrocesso se fortalece por meio da imposição ideológica do modo do branco estar no mundo, quando ao capturar um sujeito, ou seja, colonizar suas ideias, são por ele construídas bases de discriminação e de preconceito. Sua materialização pode ser acompanhada nas escolas e sua violência provoca o adoecimento dos profissionais da educação e de seus educandos. A herança cativa está na dificuldade de se trabalhar em sala de aula com as matrizes originárias indígenas, impossibilitando que os hábitos e costumes da cultura dos povos originários possam ser repassadas nas escolas, entendendo que, ideologicamente, as ideias das matrizes indígenas, ao estarem conectadas à natureza, pensam a valorização da vida em qualquer instância.

Exemplo disso é o fato de que os instrumentais escolares oficiais, como os Planos de Ensino (PE)⁸, mesmo garantindo o direito ao professor de ter uma abordagem que parta da cultura dos povos originários, na prática, são desrespeitados pelos gestores escolares. Diante da proposta dessa inserção pelo docente, rejeitam-na violentamente e a compreendem por meio do fanatismo e do fundamentalismo religioso, se referindo à cultura indígena como a “cultura dos demônios”, sendo esses mesmos, homens e mulheres, filhos e filhas de indígenas⁹. Ou seja, a execução do PE é questionada pela gestão escolar porque esta entende que o trabalho desenvolvido é uma espécie de “catecismo ao contrário”, isto é, doutrinação das crianças para

⁸ <https://pne.mec.gov.br/>

⁹ <https://nosmulheresdaperiferia.com.br/escolas-municipais-historia-e-cultura-afro-brasileira/>

o “culto aos demônios”. A gestão com o apoio de suas Secretarias Municipais e Estaduais de Educação retém o poder e negam a inserção da cultura indígena nas escolas por entenderem que as “crianças ainda são muito novas para tal exposição”. Por entendermos diferente, dizemos que,

o ensino bancário deforma a necessária criatividade do/a educando/a e do/a educador/a, o educando a ele sujeito pode, não por causa do conteúdo cujo “conhecimento” lhe foi transferido, mas por causa do processo mesmo de aprender, dar, como se diz na linguagem popular, a volta por cima e superar o autoritarismo e o erro epistemológico do “bancarismo”. (Freire, 2017, p. 27)

As leis de diretrizes básicas, tanto as da cidade quanto as do campo, ao alinharem suas ações internas, asseguradas pelas leis de proteção à cultura indígena, fortalecem princípios e valores que caminham para a identificação do seu real opressor. Constatamos que ao estudarmos as matrizes originárias, além de caminhar na direção de estruturação conceitual de empoderamento indígena, localizamos os sujeitos na educação contextualizada, contribuindo com uma visão contracolonial do saber. “O contracolonialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender” (Bispo Dos Santos, 2023, p. 58). Há problemas graves na formação docente, potencializando a ação da escola bancária pela falta de consciência do que o conceito de colonização significa, a ação docente se orienta por meio de uma visão confusa, implicando na demonização das coisas e das pessoas, ficam atados a seus preconceitos, não desvendam-se.

Poderemos avançar na consciência coletiva e garantir direitos fundamentais através do aprendizado contextualizado e do protagonismo dos sujeitos, ao contrário da educação bancária, criticada por Freire (1987), ao pensar a formação crítica dos sujeitos no processo educativo. A herança cativa está na manutenção do trabalho análogo ao escravo, nas características da escravatura inseridas no projeto político pedagógico das escolas, como também, no projeto político econômico de sociedade. Está em recusar a própria história e ancestralidade. Está na impossibilidade da escola construir um conhecimento científico baseado no que é revolucionário por ser inclusivo, ou seja, construir a educação contracolonial.

A educação colonial dociliza os sujeitos ao ponto de se alegrarem ao serem desumanizados. “A adaptação a situações negadoras da humanidade só pode ser aceita como consequência da experiência dominadora, ou como exercício de resistência, como tática na luta política”. (Freire, 1987, p. 74) Ela direciona a emoção pelo sentimento de privilégio ao servir a cultura do branco, subtrai-se dos sujeitos em formação a oportunidade de conhecerem suas origens, o que representa o ponto fundamental de desorientação docente e discente, dificultando

a construção de novas realidades pautadas na tolerância e no acolhimento. Essa perspectiva pedagógica está presente nos conteúdos aos quais serão trabalhados com o público escolar e que buscarão introjetar informações e reproduzir dinâmicas sociais baseadas nesse entendimento. Por isso, a urgência da formação na educação de profissionais qualificados e não subjugados, ao que Freire (1987), chama de a “malvadeza da ética do mercado”.

Trata-se de uma sociedade que tem sua ética e moral de base escravocrata. Erguida através de uma lógica de mercado pensada na inferiorização de populações não-brancas e na superioridade da cultura branca de dominação e exploração. Percebendo a introjeção da inferiorização experimentada pelos sujeitos não-brancos no seu processo de colonização, seu subjugamento e apagamento acontecem.

A “malvadeza da ética de mercado” chega no nosso continente na forma de “aculturação”, quando Padre Anchieta, através da Companhia de Jesus, busca a “salvação” dos nativos diante do Novo Mundo. Ele acaba por se ver prisioneiro daqueles aos quais veio “salvar”. Foi capturado pelos tamoios e, enquanto cativo, pensou na ineficácia do modelo da catequese europeia que não funcionava com a população local. Foi quando

o mesmo Anchieta aprende o tupi, faz cantar e rezar nessa língua anjos e santos do catolicismo medieval, nos autos que encena com os curumins. [...] Anchieta inventa um imaginário estranho sincrético, nem só católico, nem puramente tupi-guarani, quando forja figuras míticas chamadas karaibebé, literalmente, profetas que voam, no qual, o nativo identificava talvez os anunciadores da Terra sem Mal e os cristãos reconheciam os anjos mensageiros aliados da Bíblia. Ou Tupansy, mãe de Tupã, para dizer um atributo de Nossa Senhora, de mãos dadas caminhavam à cultura-reflexo e à cultura-criação. (Bosi, 1936, p 31)

Anchieta instaurou seu teatro bizarro usando as crianças indígenas, estampando-as com asas, fazendo-as repetir cantos e danças retratando o imaginário da cultura do branco. Fez parecer ser algo ingênuo e inocente. Sutil e violento, segue em sua empreitada de renovação do ideário transcendental nativo e descobre uma estratégia de aniquilação material implodindo a cultura indígena. A incorporação da cultura europeia se materializa pelo teor das mensagens que os curumins aprenderam e repassaram, ao longo da história.

Esses fatos acontecem em paralelo ao final da Idade Média, no final da “Idade das Trevas”, entre o século V e XV, impulsionado por um movimento cultural europeu chamado movimento iluminista do século XVIII. O iluminismo trazia uma nova forma de pensar o social, a economia e a política. Baseava-se na razão e praticava a ciência como fonte de conhecimento, contrapondo-se às ideias religiosas. Rompeu com a orientação da Igreja Católica. O Iluminismo é chamado de “Século das Luzes”. Foi o século das ideias, da liberdade do pensar europeu e

das explorações marítimas pelo mundo. Entretanto, essa visão romântica das navegações mercantilistas que alterou o percurso do mundo, orientados por sentimentos de supremacia branca, tem sua própria visão do que foi a realidade através da lente contracolonial. No iluminismo,

[...] a superioridade européia foi substituída pela razão, que é capaz de descobrir a verdade absoluta por meio da ciência e da tecnologia, mas em nada modificou a superioridade europeia. Foi como se o fundamento religioso tivesse se tornado insuficiente no contexto das revoluções científicas, portanto a necessidade de fundamentar o racismo por meio da biologia, como se esta explicasse a origem de todos os males sociais, que deveria ser enfrentada por meio médicos para aprimorar a raça com pressupostos de eugenia mendeliana: segregação sexual compulsória, esterilização e eutanásia. (Bispo Dos Santos, 2022, p. 57)

Então, podemos ter duas narrativas diante de uma mesma história. A história contada pelos “donos da História com H maiúsculo” e a história contada pelos que foram usurpados de suas histórias. Ao mesmo tempo em que o movimento positivista, criado por Auguste Comte (1798-1857), desconsidera qualquer fragmento da metafísica e foca na ciência experimental e no conhecimento humano. Esses movimentos progressistas, baseados na razão e na ciência, trazem em sua base política aristocrática um modelo de economia que se sustenta na escravidão. Esses fatores enfraqueceram algumas áreas de atuação do poder político religioso, porém, a Igreja se mantinha forte e ideologicamente comprometida com o pensamento colonial, predatório, de exploração e dominação.

De um lado, o enriquecimento das populações brancas, e do outro, a ação sofrida pela população indígena, que até hoje vive um processo de tentativa da negação e do apagamento da sua cultura. Por isso, há necessidade de entendermos os movimentos que inspiraram, estimularam e executaram o processo de colonização do Brasil durante esses séculos. Podemos dizer que “a cultura sanitarista, que supostamente regula tudo, entra com a seguinte lógica: sanear é urbanizar, urbanizar é sanear” (Krenak, 2022, p. 60)

O impacto desses fatos históricos gera a substituição da narrativa indígena ancestral, altera o comportamento social, fortalece o pensamento linear, muda a estética nativa pela sutileza da reelaboração de seus sistemas de signos e pela animosidade a qual foram tratados os indígenas. Jurando fidelidade à Coroa, chegaram juntos nos navios portugueses, militares e religiosos. Aos poucos a convivência entre eles foi se esgarçando e tomando rumos desinteressantes à Coroa, ao ponto dela expulsar os religiosos do “Novo Mundo”.

Entretanto, o primeiro ato de aculturação da história do Brasil já estava posto, a intervenção simbólica causada por Padre Anchieta gerou consequências. Segundo Bosi (1992, p. 51), “o novo interrompe e desagrega o antigo e o primitivo. Ou então, o antigo adapta a si,

sem maiores traumas, alguns traços modernos onde quer que a cultura tradicional tenha deitado raízes e guarde ainda condições de sobreviver”.

Concordamos com o autor quando este afirma que o processo de aculturação simbólica acontece quando existem alguns fenômenos experimentados de forma tão pessoal e íntima que dão sentido à vida numa perspectiva individual. Ordenando o coletivo, refazendo seu fluxo, gerando um novo entendimento e uma nova percepção de valor sobre a vida. A ação é executada através da cisão do padrão de códigos e signos ancestrais que demarcam sua origem em essência. Ao inserir novos símbolos, novos códigos são formados, alterando os princípios e valores da cosmovisão indígena. A alteração desses símbolos reescreve a história. A narrativa do branco entra em cena, o processo de aculturação se realiza para a adaptação biológica, pois, o sujeito se adapta ao objeto e sua organicidade forçadamente acontece. Naturalizado pelo processo de assimilação, ou seja, quando,

[...] o pensamento se organiza na medida em que se adapta aos objetos e a adaptação só se realiza porque o pensamento se organiza, [...] se incorpora cognitivamente aos objetos e esta absorção se realiza em conformidade à estrutura organizacional presente no estágio de evolução intelectual em que se encontra o indivíduo. (Garakis, 1992, p 13).

O pensamento para se realizar precisa de aportes mentais seguros aos quais ancora novas informações e constrói lugares para projetar seus entendimentos. É um estado orgânico de alteração da percepção que, ao incorporar novas informações, as distribui de acordo com seus convencimentos pelos campos semânticos e altera a consciência. Quando se controla a alma de alguém, fica mais fácil a manipulação do seu corpo. Assim era tratado o ser indígena. Na alteração dos símbolos, alteram-se os códigos. Incapazes de serem absorvidos de forma passiva pela população indígena adulta, cria-se um trauma profundo nas alegorias, alterando o modo de viver dos nativos e a relação deles consigo mesmos. O trauma subjetivo é profundo, a ruptura dos sentidos acontece no íntimo do sujeito que adequa-se ao novo comportamento a partir da ideologia imposta. Surge uma nova forma de se compreender e se relacionar com a vida. A vida para muitos acaba.

Concordamos com Bosi (1992) sobre ser “tranquilo” o processo de introjeção simbólica experimentada pelos curumins, termo Tupi-guarani, usado para se dirigir às crianças indígenas. Quanto mais jovem o sujeito for exposto aos novos signos em sua vivência, mais natural é seu desenvolvimento nos níveis de construção de sua autoimagem, elaborando sua subjetividade. Segundo Garakis apud Piaget (1992, p. 15), “o ser vivo não sofre, jamais,

impassível, a reação dos corpos que o rodeiam, apenas esta ação é que modifica o ciclo acomodado, e acomoda o ser ao seu objeto.”

A introdução de princípios diametralmente opostos como o bem e o mal, o céu e o inferno, o anjo e o demônio, o deus e o diabo causa um conflito na cosmovisão indígena, pois, esta não entende essas forças como forças inimigas, mas como forças que se complementam, necessárias para o equilíbrio da matéria e não como adversárias. Essa força é um princípio hermético conhecido como dualidade, são as forças positivas e negativas agindo conjuntamente na formação do ser humano, o positivo e o negativo são duas partes da mesma porção, então, não se trata de uma guerra, mas de uma dança entre elas que se alternam mutuamente, onde a sabedoria indígena está em equilibrar tais forças.

Nesse formato, tudo que não era hábito do povo branco ou que não trazia algum benefício aos brancos era considerado “pecado” (força negativa). Usa-se do medo para subjugar a população nativa que forçosamente passou a servir o Deus do branco (força positiva) por medo de ir para o “inferno” e as celebrações indígenas passaram a sofrer censuras. Toda a mística de consagração à natureza e sua relação com ela foi demonizada.

Segundo Pordeus Junior, (2000, p. 140), “o fenômeno da possessão se opõe às ideologias formadas pelas classes dominantes, acenando, aos que praticam, com outras soluções de vida que não às propostas pela civilização tecnológica”. É quando se inicia o processo de demonização a tudo que é referência da cultura Tupi-guarani diante da vida da comunidade. As tecnologias do branco europeu passam a ser incorporadas sem considerar todo o saber oriundo nativo. Inicia-se um processo de cisão que se aprofunda, criando formas de pensar a si e a vida em comunidade. Pois,

uma vida que não seja “selvagem”. O uso e a celebração tribal da comida e da bebida, da dança e do canto, da oração e do transe – reverte positivamente à Eucaristia como expressão de um culto de teor interpessoal que se vale de um alimento para santificá-lo” (Bosi, 1992, p. 83).

Na cultura da eucaristia eurocêntrica, sacramento central da Igreja, através das palavras pronunciadas por um sacerdote cristão, pão e vinho se transubstanciam, respectivamente, no corpo e sangue de Cristo, afirmando esse momento específico como ponto alto dos ritos católicos em contato com suas divindades. É retirada da natureza sua dimensão sagrada, de uma forma objetificada e pronta para servir, sem considerar a responsabilidade ambiental das vidas nos biomas, vendo-as por suas instâncias em gerar vida pelos micros e

macros espaços. Este movimento predatório colonizador está introjetado na sociedade até hoje e precisa ser explicitado e combatido. Porque

[...] quando falo que a vida é selvagem, quero chamar atenção para uma potência de existir que tem uma poética esquecida, abandonada pelas escolas que formam os profissionais que perpetuam a lógica de que a civilização é urbana, e tudo que está fora das cidades é bárbaro, primitivo - e a gente pode tacar fogo. (Krenak, 2022, p. 64)

A cosmovisão indígena direciona os sentidos para o valor de sacramento que está presente no cotidiano do dia, se apresenta em todas as atividades da vida. Essa visão inclusiva do mundo compreende os humanos, assim como os encantados, como os elementos da natureza como extensões de uma única família, ligados aos astros: pai sol, mãe lua, mãe terra, entre outras. A lógica das tecnologias indígenas consiste em construir uma subjetividade que pensa a relação a partir da natureza de forma a representá-la pela preservação e potencializá-la, enquanto as tecnologias coloniais do branco articulam formas predatórias de dominá-la e explorá-la, desenvolvendo um projeto de sociedade ambientalmente irresponsável e inviável economicamente.

Voltando aos soldados portugueses junto à Companhia de Jesus, estes avançaram do litoral para o sertão do “Novo Mundo”. A invasão brasileira, além de transformar o território físico, avançava também no campo dos sentidos. O pensamento colonial do branco subjuguou o pensamento indígena deixando marcas profundas no imaginário nativo. Suas celebrações deram lugar às missas católicas. Essas mudanças evidenciam o processo de higienização e embranquecimento da população local, banindo práticas ancestrais e inserindo rituais eurocêntricos.

Esse enquadramento se encaixa no que entendemos por “englobamento existencial”, termo defendido por Bressac e Nóbrega (2010) que diz ser um “sistema, em ato, que engloba de modo existencial realidades múltiplas: religiosidades indígenas, manifestações do catolicismo popular e afro-brasileiras, práticas terapêuticas, formas de organização étnica”. Dentro dessa organização branca, cristão e colonial, suas reverberações são efetivas e perpetuam até hoje.

Um fato contemporâneo que remonta esse fenômeno sociocultural de “englobamento existencial” é o movimento de renovação cristão nos anos de 1990 (renovação evangélica neopentecostal) e anos 2000 (renovação católica). Esses movimentos trouxeram a dança, o batuque, o agogô, o pandeiro, a pandeirola, a pisada de pé forte no chão para o interior das igrejas cristã, onde o espírito santo fala através de seus adeptos, onde esses sujeitos são

apontados e discriminados dentro de seus templos de forma pejorativa pela semelhança de seus cultos e os ritos dos povos originários, sendo chamados de “macumba gospel”.

Acontece aí, a apropriação cultural por meio do agrupamento material e imaterial que fundamenta e resulta na conciliação de entendimentos de sistemas simbólicos de matrizes diferentes, porém, do mesmo campo semântico. É reconstruir-se através de signos e símbolos reconfigurados, determinantes na captação dos sentidos, capacitando a inserção e a imersão na decodificação dos códigos, contribuindo e direcionando a formação da população local. Reelaborando, assim, uma nova ação de práticas sociais potencializando ações preconceituosas de origem eurocristã, justificando seu novo sentir através do encaixe de religião entre as partes simbólicas, o eu, Deus e o que passa a ser sagrado. É a narrativa que faz aproximar ou distanciar, o que faz gerar estranhamento ou acolhimento.

É também o momento de ajustamento dos sentidos que vai se estimulando ao se aproximar do novo. Vai-se construindo familiaridade na forma de sentir e estar no mundo, mesmo na presença do diferente. Transforma-se o olhar de quem enxerga em meio à pluralidade. A educação dos sentidos traz em si sua importância, pois é de lá que são elaboradas as significâncias, através dos símbolos que são emergidos do inconsciente para o consciente com toda a relevância na construção da pluralidade. Pluralidade essa que é em si, a tradução do processo de ensino e aprendizagem, significando e ressignificando as vivências íntimas e pessoais.

Pois, é do contato com outras culturas que surge uma nova forma de estar no mundo. Então, a cultura indígena, a cultura negra e a cultura branca se fundem e a partir desse ponto passam a disputar novas práticas de convivência através dos novos entendimentos de reorganização da *psiqué*, ou seja, estamos falando do processo subjetivo de miscigenação.

A cosmologia indígena percebe os ecossistemas, considerando suas micro-organizações como organizações sociais, e compreende que há integração entre os reinos animal, vegetal e mineral, porque se relaciona diretamente com eles, trocando informação e conhecimento por meio dos fenômenos químicos e biológicos. Cada grupo à sua maneira, encontra sua forma de interação. Cada reino foi elaborado pelo pensamento cartesiano de fragmentação de estar no mundo, sendo organismos vivos, presam pela sua independente e autonomia dentro de uma visão integradora, sendo justamente por essas características, que a natureza consegue executar, dentro de suas perspectivas, funções sociais de integração e inteligência.

Na cosmovisão indígena, a imersão e a integração na natureza é o processo pelo qual podemos perceber a harmonia entre os organismos de cada espécie, desvendando os

mistérios e a ciência da evolução para encontrar as “ligações inteligentes da mata”. Assim, amadurecem e ampliam a consciência de si e do mundo. Em considerar outras formas de existir com autonomia e interdependência, a natureza constrói novos sistemas orgânicos expandindo os elos que se interligam, e ao mesmo tempo, vai se observando as características da evolução entre os reinos.

O resultado do desenvolvimento intelectual de observar a natureza por dentro é a compreensão que precisamos ter a respeito das práticas e vivências indígenas que são “tecnologias ou feitiços da mata”. Estes são sistemas de expressões e simbologias que, unidos, transformam-se num sistema específico de codificação pelos povos originários, criando sua linguagem. Sua inteligência está na simplicidade e seu encantamento passa pelo “Encantados da Natureza” estando na execução do trabalho de roçar uma roça, de varrer um terreiro, sabendo que esse entendimento do sujeito “na mata” estimula a consciência, o que contribui com a pluralidade de ideias e a criatividade para a formação humana. Pois,

[...] a “codificação” e a “decodificação” permite ao alfabetizando integrar a significação das palavras geradoras em seu contexto existencial – ele a redescobre num mundo expressado em seu comportamento. Conscientiza a palavra como significação que se constitui em sua intenção significante, coincidente com intenções de outros que significam o mesmo mundo. Este – o fundo – é o lugar do encontro de cada um consigo mesmo e os demais. (Freire, 1987, p. 12)

O caminho para atingir essa sensibilidade holística é a humanização dos processos: decolonizar os saberes, democratizar a escola, valorizar o conhecimento empírico, potencializar os saberes populares promovendo autocrítica e construindo espaços democráticos na formação de sujeitos capazes de refletir sua *práxis*. A educação brasileira precisa ter um olhar firme na descontinuidade do processo de colonização, contribuindo com narrativas que valorizem a cultura dos povos originários, invisibilizados do processo histórico do Brasil, marginalizando os filhos e as filhas miscigenados que, pela aculturação que sofreram, negam sua própria origem atacando sua própria cultura. Isso tudo sendo elaborado dentro das escolas.

Esse processo de inferiorização, tem em si, a construção de uma identidade coletiva, que formam ideias que educam as pessoas que agem no mundo. Nessa perspectiva, preconceituosos fundamentalistas inseridos no sistema de educação se escondem atrás da fé e justificam absurdos discriminatórios racistas. Mal instruídos, não estão “entendendo” o que seu Mestre Jesus disse. Seguem a voz de alguém que conduz sua caminhada até seu Deus, determinando os afetos dos fiéis. Quando muitos por “medo de ir para o inferno” e não por amor a Deus, incorporam o discurso de ódio, repassam traduções errôneas de seu livro sagrado

e se utilizam do moralismo para patrulhar o “comportamento decente” fora de seus espaços congregacionais.

Impondo seus livros sagrados acima da Constituição da República Federativa do Brasil de forma violenta, sua concepção de mundo é cheia de medo e confusão. Por amor a Deus, perseguem formas e expressões de liberdade que se imprimem por meio da pluralidade e do multiculturalismo. Ancorados em perspectivas mórbidas e mortíferas, focam na aniquilação do que é diferente. Se conectam com as pulsões de morte e passam a dialogar diretamente com ela. No medo não há diálogo e o processo pedagógico se perde. É quando na escola só se torna possível circular o Deus do branco, a cultura do branco, as ideias do branco, acontecendo comumente a criminalização de outras culturas pelo entendimento universalizante da branquitude. Marginalizar os saberes ancestrais, ignorar a importância psicossocial e científica da população indígena se dá pela sua demonização.

Renomear as coisas e inserir palavras do vocábulo português na cultura indígena é uma forma violenta de dominação porque altera a percepção dos povos indígenas, tentando fazê-los se enxergarem por uma perspectiva submissa. Essa prática é, também, uma herança cativa deixada por Padre Anchieta ao desembarcar no “Novo Mundo”. Por exemplo, ao criar palavras em Tupi-guarani que remetem a cultura católica. Lembremos que:

Anchieta, neste e em outros casos extremos, prefere enxertar o vocábulo português, no tronco do idioma nativo; o mesmo faz, e com mais fortes razões, com a palavra missa e com a invocação à Nossa Senhora. Bispo é Pai-Guaçu, quer dizer, Pajé-Maior. O reino de Deus é Tupãretama, Terra de Tupã. Igreja, coerentemente é tupãõka, casa de Tupã. Alma é anga, que vale tanto para toda sombra quanto para o espírito dos antepassados. Demônio é anhangá, espírito errante e perigoso. (Bosi, 1992, p. 65)

A colonização produziu uma terceira via no imaginário da população local. Ao mesmo tempo em que símbolos da cultura indígena não cabia como referência na cultura portuguesa, a cultura portuguesa passa a enxertar seus códigos na cultura indígena no sentido de dominação para a exploração da população e território local. Algo que não cabia no catolicismo português coube na cosmologia indígena, reelaborando sua relação com o mundo a partir dos novos símbolos e códigos inseridos na base euro-cristã. Afirma Freire (2017, p. 74) “a adaptação a situações negadoras da humanização só pode ser aceita como consequência da experiência dominadora, ou como exercício de resistência, como tática na luta política”. O autor localiza o sujeito ensinado num lugar passivo, alheio de si, servil. Docilizam seu corpo, produzindo mais mão de obra escrava. A “intervenção militar” chamada de Companhia de Jesus, liderada por padre Anchieta, transferiu ideias racistas para o interior da malha social que

estava em construção em conjunto com a cultura indígena, alterando valores e princípios dos povos nativos. Esse racismo estrutural está posto e precisa ser combatido através das pedagogias inclusivas desenvolvidas nos espaços escolares.

Aberta a diversidade de tal forma, as sociedades indígenas acolheram a esquadra portuguesa que ancorou em suas praias com uma tripulação faminta e adoecida. Inseridos no novo território, os brancos conspiraram contra seus anfitriões. Planejaram, mapearam e executaram seu projeto de guerra. De forma covarde, os indígenas foram traídos, caçados e escravizados. Os brancos criaram uma guerra com a certeza de pouca resistência e muitos ganhos.

Para os portugueses, faz parte do seu plano de ação ideológico forjar a percepção da “sagrada branquitude” universalizante como base do pensamento intrusivo que sacraliza a figura do colonizador euro-cristão na subjetividade da sociedade brasileira. Ao mesmo tempo, desenvolvem o projeto de morte para os territórios que escolhem para saquear. Entretanto, atualmente, no interior das salas de aulas, nas escolas, o fato é contado de forma dissimulada para manipular e controlar a população. Essa herança cativa é reforçada através das tentativas de apagamento dos sujeitos em seus processos de autoconhecimento e de autoidentidade. Impossibilitando-os de pensar a partir de um entendimento político e crítico que permita a existência do livre convívio das complexidades dos fenômenos psicossociais, socioambientais e socioeconômicos dos povos indígenas.

A preocupação é: quem são os grupos e indivíduos que se identificam com esse projeto mortífero de sociedade? Tal subjetividade é construída através de uma identidade baseada no modelo de existir no padrão branco e eurocêntrico de ser, inclusive introduzindo no interior das escolas bancárias, o pensamento educacional colonial racista que atua por meio de algumas gestões escolares. A “Idade das Trevas” para nós se inicia com a chegada dos brancos. E, hoje, vemos o pedido de uma parcela da população nacional, que mal orientada pelas traduções errôneas de seu livro sagrado feita por seus líderes religiosos, desconsideram a Constituição Brasileira.

Essa subjetividade tem suas ramificações, é quando pudemos presenciar o resgate de *slogans* nazistas como: “Deus, Pátria e Família”, fortalecendo a dissonância cognitiva dos “puristas brasileiros”. Uma deturpação bizarra das ideias supremacistas coloniais do branco no Brasil, nos fazendo entender como a ignorância histórica e cognitiva se estrutura como projeto político e pedagógico brasileiro, individual e coletivo, reverberado através do fundamentalismo religioso brasileiro presente nas gestões escolares.

Para Caldart *et al* (2012, p. 381), “a palavra gestão significa o ato ou efeito de gerir, de administrar, de dirigir”. E, como tal, a gestão escolar é responsável por criar espaços democráticos elaborados para estimular experiências de liberdade, vividas através da construção das relações interpessoais no ambiente escolar. Fica difícil dialogar com fundamentalistas e conservadores sobre ideias plurais. O diálogo é um exercício de empatia, quando ambos os interlocutores, por mais divergências que tenham, se esforçam para colocarem-se um no lugar do outro, trazendo a sensibilidade e a humanização necessárias para que haja entendimento entre os sujeitos envolvidos. Isto é, quando o indivíduo se dispõe a entender uma ideia diferente da sua, pela perspectiva do outro que a diz. Há uma tentativa de compreensão entre as partes pelo que está sendo dito, em meio às diferenças, aproxima-se do entendimento. Localizando os sujeitos diante de perspectivas diferentes das suas, estes podem refazer seu olhar sobre o mesmo objeto em busca de um entendimento passando por um processo democrático. Diferente disso, o espaço educativo contemporâneo é racista e opressor. Pensar numa forma ideal de educação seria vislumbrar aquela que:

[...] discute a concepção de gestão educacional do ponto de vista histórico, as responsabilidades das esferas públicas com relação ao direito social, a educação no Brasil, O regime de colaboração que deve predominar entre municípios, estados e governo federal e o processo de descentralização para a sua efetivação. (Caldart *et al* 2012, p. 381).

Segundo Caldart (2012), podemos afirmar que o trabalho da gestão educacional está relacionado com a escuta dos profissionais da educação, com a fiscalização do cumprimento das leis educacionais, com a integralidade entre as esferas governamentais públicas e com o estímulo dos espaços orientados pela necessidade democrática a qual demanda a sociedade escolar. A gestão educacional precisa construir a escola pública, gratuita e de qualidade. Isso requer pensar no modelo de sociedade que queremos, pois, “a desconsideração total pela formação integral do ser humano e a sua redução a puro treino fortalecem a maneira autoritária de falar de cima para baixo” (Freire, 2017, p. 113).

Fazer ligações das políticas educacionais vigentes, elaborar regime colaborativo entre as três esferas governamentais, construir gestões democráticas são processos de descentralização do poder político na escola. O ambiente educativo precisa ser coletivo e, como tal, criticar a dominação burguesa através do entendimento da luta de classes. O poder político presente nas escolas, através de suas dinâmicas sociais, é o que define o tipo de ser humano que está sendo criado para a sociedade, crucial para o fortalecimento ou para o enfraquecimento de práticas racistas. Através da arbitrariedade, da tirania e da censura são desenvolvidos valores e

princípios racistas produzindo práticas violentas de estar no mundo e se relacionar com ele. O poder do diálogo, a construção coletiva e a organização popular devem ser pensadas como ferramentas democráticas de atuação docente profissional no combate à hegemonia racista. Pois, o conceito de hegemonia acontece quando uma cultura se sobrepõe contra outra, a sufocando, a dominando, a escravizando, a domesticando, a inferiorizando. Assim, como se

[...] apreende a dinâmica das lutas de classes sob a dominação burguesa, explicando a produção da conformidade social por meio da organização e atuação da sociedade civil, voltada para o convencimento, ao lado da persistência das formas coercitivas do estado burguês (Caldart, 2012, p. 389).

Então, agimos de forma a elucidar o que Caldart diz sobre essas questões de cunho subjetivo e concreto na formação humana para a atuação social, quando o processo de ensino e aprendizagem acontece de forma a libertar ou aprisionar os sujeitos. O fenômeno da escolarização gera experiências marcantes e significativas, determinando os pensamentos e as atitudes dos docentes e discentes em formação. Esse conhecimento ecoa através das narrativas que elaboram seu percurso psíquico, conduzindo os sujeitos a seus níveis de amadurecimento, pessoal e profissional, estando a escola com a responsabilidade de uma atuação analítica que se expressa por meio dos conteúdos trabalhados em sala de aula, potencializando a consciência coletiva a partir da perspectiva individual dos discentes.

Concluindo esse capítulo, afirmamos que para a educação ser libertadora ela precisa ser inclusiva e livre para construir um lugar de pluralidade cultural e religiosa dentro da tolerância que é fundamental para o combate à “herança cativa” que molda a sociedade brasileira. Ao discutirmos a emancipação do sujeito através de uma educação libertadora, torna-se oportuno acessar a história e a memória do Povo Anacé por meio de sua etnogênese.

No próximo capítulo, apresentaremos pensamentos e ideias centrais que estruturam e elaboram valores e princípios desta cosmologia indígena, os “saberes da mata” referidos no título desta tese que sofrem com a injustiça histórica e disputam espaço escolar com o poder político constituído, branco, racista e bancário.

Para isso, utilizaremos-nos da Constituição da República Federativa do Brasil elaborada em 1988 e que determina os direitos dos povos indígenas e os deveres do Estado na garantia da pluralidade e da diversidade socializadas nos espaços educativos da aldeia.

4 POVO ANACÉ: ETNOGÊNESE E SUA IMPORTÂNCIA PARA A EDUCAÇÃO

Para nossas reflexões vindouras utilizaremos autores como Brissac e Nóbrega (2010) que escrevem sobre a cultura do Povo Anacé quando teceremos saberes, identidades e memórias ao abordarmos as benzedeadas Anacé e sua valorização por sua forma de existir no mundo. Os autores tratam, também, da produção de saberes e da construção de conhecimento científico por meio dos saberes empíricos das benzedeadas. Freire (1987) e (2017) contribuirá com a visão pedagógica de ideias sobre a construção da pluralidade, da importância de espaços democráticos para a construção dos saberes contracoloniais, da potência ética e profissional dos sujeitos envolvidos nesse processo de transformação socioeducacional.

Neste capítulo, tentaremos construir uma linha do tempo em que se encontram passado e presente, na intenção de potencializar reflexões que conduzam à percepção da importância da aplicação de matrizes educacionais, a serem elaboradas a partir da etnogênese indígena Anacé. Por compreender estes como processos que potencializam a consciência na direção da educação libertadora, não há como frear o choque de cultura com a educação colonial ou educação bancária, que é racista e excludente. Tentaremos nos construir numa visão contracolonial, compreendendo que o Brasil foi construído dentro de um estado de direito democrático, pensado a partir do racismo estrutural.

A formação humana colonizadora foi a ferramenta ideológica utilizada como projeto pedagógico fundamentalista, aprisionando os saberes e colonizando seus repasses. Sua lógica adoecedora afeta a população que constrói seus princípios e valores institucionais pautados no racismo, pensamento euro-cristão, estabelecidos pela Coroa Portuguesa. O racismo como “o sadismo aparece, assim, como uma das características da consciência opressora, na sua visão necrófila do mundo. Por isso é que o seu amor é um amor às avessas - um amor à morte e não um amor à vida”. (Freire, 1987, p. 47) Incluímos o racismo por compreender, que tanto o racismo, quanto o sadismo, são frutos da mesma árvore da falta de consciência, se expressando através da dominação humana. O autor afirma que o sadismo é o combustível da opressão, opressão essa experimentada nas relações pessoais, onde quem lidera tem liberdade para dominar, a quem julga ter menos poder político que o seu, impondo a sua vontade, por mais arbitrária ou criminosa que essa seja, a realiza objetificando o outro, ou mesmo tempo, em que se coisifica. São violências subjetivadas e impedimentos concretos que vão se caracterizando através da discriminação e do preconceito por parte das gestões escolares racistas.

Estas ideias estão presentes nas pessoas comuns que constroem o Brasil, que constroem as instituições brasileiras. O fato de estudarmos a contracolônização do saber como metodologia científica, parte das evidências das contradições institucionais que utilizam da educação como ferramenta política, para se apropriar da

educação como prática da dominação, que vem sendo objeto dessa crítica, mantendo a ingenuidade do educando, o que pretende em seu marco ideológico (nem sempre percebido por muitos dos que a realizam), é indoutriná-los no sentido de sua acomodação ao mundo da opressão”. (Freire, 1987, p. 66)

A Rede Escolar Pública do Brasil atende a população mais carente, tem como seu maior referencial, os filhos e filhas da classe trabalhadora, que ao se inserirem nos espaços públicos colonizados, passam pelo movimento político de intimidação e constrangimento. Entretanto, para além de questionarmos o pensamento colonizador do branco euro-cristão, exige-se uma reparação histórico-pedagógica por dentro das instituições de educação brasileira. A cultura indígena reivindica seu lugar de valorização na construção cultural do país, porque foram sistematicamente marginalizados por parte do criminoso processo de colonização. Porque na verdade,

os chamados marginalizados, que são os oprimidos, jamais estiveram fora de. Sempre estiveram dentro de. Dentro da estrutura que os transforma em “seres para o outro”. Sua solução, não está em “integrar-se” a esta estrutura que os oprime, mas em transformá-la para que possam fazer-se seres para si”. (Freire, 1987, p. 61)

Então, pela própria estrutura, a luta por uma educação libertadora, em si, já se justifica por seu potencial de transformar as vidas das pessoas que vivem oprimidas, confusas e sem entenderem pelas violências e toxidade às quais estejam passando. A própria natureza desta tese que surge dentro de uma aldeia, através do coração inquietante de Dona Angela, educadora e liderança indígena Anacé, busca uma educação que seja libertadora. Pois, ela como mulher e indígena, sabe o valor de uma educação que seja libertadora, que exponha o pensamento eurocêntrico e critique a europeização dos espaços. É no provocar das reflexões que se produz reelaborações na práxis, pois a práxis “é reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo. Sem ela, é impossível a superação da contradição, opressor-oprimido”. (Freire, 1987, p. 38)

É na formação de professores oferecida pelos municípios e estados que sentimos falta de “indiginecer” a temática. Há resistência por parte das duas esferas, que ainda são insuficientes, ao relacionar a formação dos profissionais da educação com a cultura indígena,

perde-se uma rica oportunidade da formação de professores ser utilizada como ferramenta de contracolônização, aproximando-os da cultura a qual estranham e rejeitam. O processo de contracolônização oportunizado pelas formações de professores poderia prepará-los quanto a suas abordagens educacionais, ao conduzirem-se em sala de aula por meio do “indiginecer” das temáticas. Trata-se da cultura indígena ser incorporada às práticas dos profissionais da educação. A campanha de desvalorização da cultura indígena é o processo pelo qual a construção das narrativas favorece o período de embranquecimento que sofre o Brasil desde sua invasão. Desconstruir a imagem potencializada do branco, imaculado, civilizador e salvador da história do Brasil é o que chamaremos de “indiginecer” os processos, dando vez e voz aos que foram caçados, massacrados, mortos e escravizados.

Indiginecer é se voltar para as matrizes indígenas como matrizes pedagógicas de orientação às identidades nacionais. Indiginecer trata do trabalho de manter viva o retorno às origens milenares e ancestrais por promover a elevação dos modos primitivos de existir no mundo. Indiginecer é inserir a etnogênese indígena como conteúdo programático nas escolas potencializando a força da cosmologia como resultado pedagógico crítico existencial na sociedade. Indiginecer é valorizar a imagem indígena e através dela ser construída por meio das escolas, um novo sujeito de formação orgânica com raízes ligadas a seu território. A escola permanece um lugar de disputa ideológica, violento e tóxico, onde o processo de indiginecer pode ser elaborado por narrativas do que chamamos de “indiginecimento da educação”. Nos documentos oficiais da Secretaria de Educação do Município da Caucaia lista oito escolas indígenas, entretanto, acreditamos que a lista não está atualizada, podendo esse número ser bem maior, pois a Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé localizada na Reserva Indígena Taba dos Anacé, não aparece na relação. Escolas indígenas apresentada nos documentos, são elas:

Escolas Indígenas	CACIQUE ANTÔNIO FERREIRA DA SILVA EDEIEF
	RAIMUNDO JOSÉ DOS SANTOS EIEIEF
	ABA TAPEBA EDEIEF
	CONRADO TEIXEIRA EDEIEF TAPEBA
	KURUMIM NEDI
	MARIA SILVA DO NASCIMENTO EDEIEF TAPEBA
	TAPEBA ANGUTURAMA LINDALVA TEIXEIRA EDEIEF
	VÔ BATISTA DE MATOS NEDI

Pois, os sujeitos inseridos nesta ação pedagógica de elevação da imagem indígena estão diretamente ligados às questões que caminham para a superação da demonização das matrizes dos povos originários. Essa experiência empírica de construção da etnogênese Anacé, ao mesmo tempo, em que vira material pedagógico como a proposta de construção da cartilha como objetivo específico da tese, faz com que os sujeitos da escola passem a adquirir consciência de si, através do fato de conhecerem mais da sua cultura ancestral. Pois, é preciso, porém,

que tenhamos na resistência que nos preserva vivos, na compreensão do futuro como problema e na vocação para o “Ser Mais” como expressão da natureza humana em processo de estar sendo, fundamentos para a nossa rebeldia e não para a nossa resignação em face das ofensas que nos destroem o ser. Não é na resignação mas na rebeldia em face das injustiças que nos afirmamos”. (Freire, 2017, p. 76)

É na força da rebeldia que se apresenta o primeiro traço de consciência do oprimido, que dominado pelo opressor, tenta se desvencilhar das amarras emocionais e psicológicas que o prendem, sem saber-se de si. O processo contracolônial busca trazer essa percepção ao saber de si, o oprimido é levado a reagir, em luta pela sobrevivência, seu eu cativo já não se encaixa mais no lugar de opressão, no lugar de utilidade, onde foi colocado pelo seu opressor. O opressor persegue sua presa, como um bicho que caça e o oprimido, que na relação com o mundo e na busca de desvendá-lo, consegue organicamente, se refazer e redirecionar suas estratégias vitais para que supere a dificuldade encontrada, rebela-se em querer Ser Mais.

Questionar o processo de colonização ao qual a escola está ancorada é reconhecer os efeitos socioeducacionais conservadores e fundamentalistas. Diz Freire apud Sartre (1987, p. 70) que “a consciência e o mundo se dão ao mesmo tempo: exterior por essência à consciência, o mundo é, por essência, relativo a ela”. Ao mesmo instante em que se atua no mundo exterior, de forma inconsciente, o mundo retorna como ação recíproca da natureza interna, individual e consciente, porque relacionar-se é natureza, que também impõe seu retorno interior. Nessa transição afetiva, vai-se apercebendo, vai-se avaliando, e pela consciência germinada, rompe-se o ciclo de silêncio e medo que outra hora o dominavam. Dessa relação entre forças opostas, fica exposta a cisão feita pelo oprimido, ao se deparar com uma situação de teimosia, onde dentro de si, ele se consulta e ao se reencontrar, reanimando-se em sua própria descoberta e defesa, se prepara para a guerra. Segundo Freire (1987, p.43), “[...] somente os oprimidos, libertando-se, podem libertar os opressores. Estes, enquanto classe que oprime, nem libertam, nem se libertam”. Os opressores, aprisionados em oprimir para garantir sua liberdade, expropriam a vida das pessoas e roubam do trabalhador, ao aprisionar os oprimidos, perde-se a

natureza solidária nas relações. Podem libertarem-se, estes oprimidos, enquanto classe que se liberta da admiração que nasce da relação opressor-oprimido. Que o projeto de vida seja a busca da liberdade, por meio de uma relação com o mundo, que é transformada através da experiência vivida, gerando protagonismo.

Instrumentalizar a etnogênese do povo Anacé contribuindo com a formação subjetiva do povo brasileiro, é acreditar que a ancestralidade promove transformação de vida. A educação bancária tem uma visão mercadológica e trata a educação como produto. Entretanto, não existe uma educação sem ideologia, essa ideologia disseminada nas escolas pode ser inclusiva ou excludente. A educação libertadora forma para a vida, estando consciente que dar sentido a seus processos é pensar uma sociedade mais igual e mais justa, através de considerar a harmonia entre a natureza e as sociedades tecnológicas, valorizando a vida em todas as suas instâncias, se religando a Mãe-Terra como mãe e provedora, viva e inteligente.

A educação libertadora age na fenda deixada pelo corte do fluxo na subjetividade indígena desde o início da colonização do Brasil. Essa fenda retrata a investida da cultura do branco na ruptura dos signos e símbolos indígenas, forçando seu distanciamento com a natureza. Estratégia de guerra antiga, dividir para dominar. Já que, para os indígenas, a natureza é sua mãe. E não é uma coisa simples, retirar o homem do seu território natural, pois se trata de um ataque emocional, psicológica e espiritual. Porque no processo de colonização, ao tirar do homem seus sentidos, é retirado do homem sua humanidade, objetificando-o. Sabemos que foi a partir de viver a experiência das mudanças na colonização que a cosmologia indígena foi atravessada e que precisamos combater esse apagamento da cultura indígena, na atualidade. O fortalecimento do projeto de embranquecimento da população que se estende como projeto pedagógico de nação racista nas escolas, conduz muitos homens para a negação de si e do outro, negando a si mesmos, contrastando seu vínculo e sua identidade, dão origem ao conflito por nascerem na cultura dominante do branco, levando essas pessoas a buscarem a saúde pública por falta de saúde mental. Perdendo-se na essência naturalizada do processo colonial, a grandeza da conexão de nascer indígena ligado a natureza, foi retirada deles, retirando a natureza do humano é retirar a alma da pessoa, como as grandezas naturais humana em nós, também, foram substituídas pela supervalorização das tecnologias e mercadorias do branco, as quais provocam desconexão entre os sentidos, a prática do fazer e a significância. Vamos “indiginecer”!

Faz parte do projeto universal de colonização a interrupção na ligação entre o sujeito e a natureza, quem mais adaptado está ao mundo do branco, mais embranquecido e adoentado está. As cidades se colocam numa situação de superioridade e disputa com a

natureza, ao tentar dominá-la constantemente, desterritorializando-a, para que estes espaços esvaziados de natureza, sejam preenchidos de concreto. Ao relacionar essa situação com a escola que precisa se “indiginecer”, podemos dizer que os educadores e educandos, quanto mais adaptados ao espaço europeizado, mais acomodados a colonização estão. Também, seus princípios e valores apartados da natureza, perdem de vista uma educação que seja significativa. Experimentar o contato com a etnogênese do Povo Anacé, reelaborando identidades e estimulando o protagonismo indígena para além das aldeias, são questões que podem ser vistas, como diz Ailton Krenak (2020), são “ideias para adiar o fim do mundo”.

Segundo Freire (2017), “fazer tudo o que possamos em favor da eticidade, sem cair no moralismo hipócrita, ao gosto reconhecidamente farisaico”. Relembrando que o autor apresenta o sadismo e nós incluímos o racismo para identificá-los como características de violências na escola. O racismo e o sadismo, assim como, o moralismo hipócrita farisaico são atitudes e expressões de violências que surgem pela falta da ética, que se dá ao mesmo tempo, em que o profissional se esvazia de sua humanidade, vai condicionando o outro a sua desumanização. Entretanto, a “grande força sobre que alicerçar-se, a nova rebeldia, é a ética universal do ser humano e não a do mercado, insensível a todo reclamo das gentes e apenas aberta à gulodice do lucro.” (Freire, 2017, p. 126)

E ainda, pela falta de profissionalismo, que aparece no trabalho como instrumento de tortura dos opressores, para a docilização dos profissionais oprimidos, porque pensam a educação libertadora. Os conservadores e fundamentalistas, por não experienciar espaços democráticos pela forma arbitrária a qual vão se estruturando suas ideias, acabam tendo comportamentos tóxicos. Se dando pela ausência das escutas feitas em seus espaços, construindo relações de poder verticalizadas, negam desses sujeitos do seu convívio experiências plurais, a qual, se constrói a tolerância e não discurso de ódio.

Acusando os sujeitos que têm ideias diferentes das suas de insubordinação, a reação violenta do enquadramento desse sujeito, é compreendida por “mau comportamento”, como sendo indisciplinado. Ao incomodar a ordem das coisas já existentes e viciadas, o novo é perseguido e transformado no obstáculo a ser freado, a ser contido e para que não contamine os demais, precisa ser eliminado. Porque, para muitos

o discurso da acomodação ou da sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto do que se resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tornado como fardo ou sina, é um discurso navegador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir. A adaptação a situações negadoras da humanização só pode ser aceita como consequência da experiência dominadora, ou como exercício de resistência, como tática na luta política. (Freire, 2007, p. 74)

Quanto maior o moralismo, mais imoral é a alma. A religião, para além de uma inocente atitude de fé¹⁰, é um instrumento poderoso no controle social, definindo eleições em todos os níveis do país. Estes eleitos, direcionam políticas públicas nacionais e ficam responsáveis pela administração, fiscalização e manutenção do Estado Brasileiro. A luta é conseguir maior representatividade civil para a construção de espaços democráticos, que realmente atendam às múltiplas demandas da população. Por isso, a importância dos espaços plural e diverso.

O sujeito ao viver momentos de encontros com a pluralidade e a diversidade, é despertado para uma nova realidade que acontece pela convivência, pelas trocas e compartilhamentos entre o seu mundo e o mundo do outro. Construindo-se nessa subjetividade, potencializado pela experiência de imersão, estimula-se a possibilidade de sujeitos mais abertos às ideias, às expressões populares e artísticas. As trocas de experiências entre os sujeitos, têm sua ritualística na sua própria ancestralidade que o acompanha e se faz presente em seu dia a dia, quando através dos afazeres do cotidiano, vão se revelando e se fortalecendo. Trata-se do entendimento histórico da execução do projeto de fragmentação da cultura e da identidade indígena que, na sequência, trazida por uma educação contracolonial não descontinua o homem.

E é lá no chão da escola que essa violência aparece, estamos falando sobre crimes cometidos dentro da escola. Quando o racismo na escola será tratado com a devida gravidade que ele tem? Quando será tratado como crime de hediondo, como crime de terrorismo, como afirma a Constituição Brasileira? Nesse convívio distante do pluralismo, os educandos têm sua formação estimulada, no que se refere, ao despertar de suas percepções através do preconceituoso e da discriminação. Se conectam com violências, físicas e simbólicas, que surgem pela falta de tolerância, de empatia e do bem-viver, contribuindo assim, com aquele que deveria ser um estado de presença com o diverso e o multicultural nas escolas. São pelas experimentações de privações de direitos na escola que os sujeitos, invertidos de seus sentidos, invertem princípios e valores, dificultando o convívio social, que são introjetados, e que passam também, pelo processo de demonização da cultura indígena.

Esta formação de base religiosa para quem a vive, não a enxerga como entretenimento, se trata da formação humana para a vida. Sua ética e moral são construídas através da religiosidade euro-cristã, dividida e compartilhada, se mantém na dimensão do

¹⁰ A Sagrada Escritura, na carta aos Hebreus capítulo 11 versículo 1, diz que “a fé é a garantia dos bens que se esperam, a prova das realidades que não se veem”. A fé é um dom de Deus, uma virtude sobrenatural infundida por Ele em nós, que nos certifica dos bens vindouros, como a promessa da vida eterna.

território simbólico coletivo e individual, elaborando sua espiritualidade, ou seja, sua consciência e seus rituais, formando o homem-reflexo em torno do homem-criação.

Essas compreensões de completude singular e individual, experimentada intimamente pelos sujeitos em seus templos, no culto sagrado, determinam suas relações afetivas que condicionam a um comportamento social violento e intolerante, de acordo com a leitura e interpretação daquilo que consideram como divino. Dos adeptos de um mesmo grupo religioso, é esperado um comportamento similar, de obediência a seu livro sagrado, dada as interpretações de seus líderes. Alguns, agindo de forma intolerante, fazem discurso de ódio e são seguidos por seus membros. Por isso, a intolerância religiosa acaba sendo um entrave sério na inserção da cultura indígena nas escolas, por elas demonizarem os Encantados na Natureza. “O que quero dizer é que a educação nem é uma força imbatível a serviço da transformação da sociedade, porque assim eu queira, nem tão pouco é a perpetuação do status quo, porque o dominante o decreta”. (Freire, 2017, p. 110)

Através da família e da educação a sociedade mantém o moralismo euro-cristão que sempre esteve presente como pilar de orientação sócio-estrutural e político dos territórios aos quais foram invadidos. O pensamento que se elabora no individual, vem da coletividade, moldando ideologicamente as pessoas, ao modo do branco colonizador. Literalmente, esses pensamentos decidem quem vive e quem morre pela ausência de políticas públicas direcionadas às minorias, pela dificuldade de ser inserido na escola a cultura indígena e pela impossibilidade de construção de espaços democráticos pela dureza e inflexibilidade das gestões. Mal interpretados, o posicionamento religioso serve-se do medo e da ignorância para protagonizar historicamente a marginalização do viver indígena, criminalizando suas ações e embranquecendo sua identidade.

Profissionais que praticam a educação libertadora são “marginalizados” por educadores conservadores e fundamentalistas. As narrativas do branco colonizador acompanham a história e sempre estiveram presentes nos conteúdos programáticos nos espaços educativos. Existe uma educação, que quando, introjetada nos sujeitos, os leva a esboçar uma visão de mundo limitada que se expressa pela discriminação e o preconceito, ao negar a cientificidade das culturas milenares, construindo assim, seus laços afetivos e sociais. A intolerância que aparece através do discurso de ódio e das históricas oficiais dos conteúdos trabalhados nos livros da escola, perpetuam a construção da narrativa preconceituosa que desqualifica os povos originários, ou seja, ao estigmatizar aqueles que descendem dos primeiros habitantes da terra, retirando deles sua identidade e sua territorialidade, a narrativa construída passa a ser sobre sua descaracterização.

Os modos de produção capitalista, o fundamentalismo religioso, o conservadorismo, a intolerância e a escola bancária são ferramentas de manutenção do Estado burguês. Neste lugar a possibilidade de debate sobre temas que combatam os valores desse tipo de Estado é sufocada no interior das escolas, onde somente circula os valores e princípios do Deus do branco colonizador. Deixa de fora qualquer possibilidade da escola expandir suas ideias através da vivência e expressões das pedagogias indígenas, demonizando sua história e memória. Essas pedagogias estimulam os processos de reflexão e crítica da realidade, pois, entende que há uma imposição cultural a qual a forma limita a expansão da consciência.

Pela forma limitante a qual conduz sua matriz eurocêntrica, os colonizadores impõem sua lógica linear, investindo contra a lógica originária espiralar. Isto é, se trata de uma medida contra os sujeitos indígenas que são obrigados a incorporarem outra forma de se pensar e pensar o mundo, passam a se reelaborarem noutro tempo e noutro espaço. A consciência limitante que existe por meio da incapacidade de equilíbrio entre os dois mundos, a hegemonia branca predatória de acumulo e da colheita, se choca com o entendimento sem apego e de coleta. Esta lógica se manifesta na elaboração de projetos escolares vinculados ao desenvolvimento de políticas públicas que constroem sujeitos nas suas dimensões política, ética e estética. Como por exemplo, o agronegócio *versus* agricultura familiar. Os grandes grupos do agronegócio possuem modos de produção que se expressam pela devastação de hectares no campo através da produção do gado, da monocultura, do uso excessivo de agrotóxico, para além de suas estruturas milionárias, são subsidiados pelo governo. Sua relação com a natureza e com o outro parte da dominação, da exploração. Então, essa filosofia de vida presente no trabalho, que perpassa a vida, ganha forma na vida prática fortalecendo valores e princípios ligados à morte, por se estruturar de forma parasitária. Por outro lado, a agricultura familiar pensa uma agricultura de subsistência como o plantio de culturas variadas, o não uso de agrotóxicos e a visão de modelos agroecológicos que respeitem o equilíbrio dos ecossistemas, refletindo no trabalho o valor da vida como prioridade na experiência com seus territórios.

Ao se reproduzir na escola, a educação bancária tem uma compreensão equivocada, conservadora e fundamentalista da vida. Há nessa educação o fortalecimento de uma identidade colonizada introjetada nos sujeitos mediante a passagem dos anos pelo sistema escolar na sua escolarização. A educação bancária se movimenta através de um pensamento dicotômico que se traduz por um apartamento da realidade e pelo distanciamento da natureza. E se faz violenta, porque não aceita outra forma de construção do conhecimento que não seja de forma violentamente passiva. Ela entra em conflito com a necessidade real do público que a escola atende, pois, estes são sujeitos ativos no processo escolar. O contexto escolar baseado nesse

tipo de educação opressora, se exprime através da matriz do branco colonizador, que se evidencia por meio do conteúdo programático, ao qual, o Deus do branco tem livre acesso pelos espaços da escola.

No cotidiano da escola, a negação das entidades transcendentais chamadas pelos indígenas de “Encantados da Natureza” vem em forma de demonização aberta e declarada. Quanto aos profissionais que despertaram para as matrizes originárias, estes podem sofrer perseguição e ameaças. Essas ações fazem parte das iniciativas de perpetuar a criminalização da cultura indígena. Essa é uma estratégia militar que se exprime através de uma estética de concepções elitistas, ou essa “bomba ideológica” é executada no interior das escolas e visa perpetuar o embranquecimento e a higienização da população indígena atendida na Rede Pública de Ensino.

Segundo Gramsci (1989, p. 118), “a divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais”. A escola executa um projeto político pedagógico racista e, por ser racista, excludente pela necessidade do capitalismo, ele cria esses mecanismos de afastamento entre as pessoas e de exploração do trabalho como estratégia de sua própria manutenção. Esse projeto preconceituoso nega aos educandos o direito de terem contato com outras culturas, inviabilizando na escola um projeto amplo, plural e inclusivo que estimula a diversidade e o multiculturalismo tão importantes para o exercício da tolerância e construção da cidadania.

Silenciar a presença de outras culturas na escola é deixar de fora do processo escolar a diversidade, responsável pelo processo de tolerância vivido pelos educandos, potencializando convivências mais sadias, inviabiliza a construção de uma sociedade mais justa. Dessa experiência multicultural na escola, as potencialidades experimentadas pelos educandos, partem de lugares emocionais e psicológicos limitantes. A escola executa o papel social de protagonizar o preconceito, é quando os educandos são formados pela discriminação que são vítimas. Essa forma de

estudo e aprendizado dos métodos criativos na ciência [...] não deve ser mais um monopólio da universidade (escola) ou ser deixado ao acaso da vida prática: essa fase escolar já deve contribuir para desenvolver o elemento da responsabilidade autônoma nos indivíduos, deve ser uma escola criadora. (Gramsci, 1989, p. 124)

Esse lugar se torna valoroso por sua ressignificação simbólica e orientação inclusiva. A importância desta imersão na etnogênese dos povos originários é de trazer inclusão para a escola. Essa etnogênese como referencial pedagógico é fundamental para a execução de

um projeto socioeducacional participativo, pois, pelos educadores e educandos terem contato com outras culturas, fica mais fácil elaborar novas hipóteses, potencializando a construção social.

Assim, a escola estará estimulando nos educadores e educandos a tolerância e o respeito às diferenças, construindo o multiculturalismo escolar. Para que entendamos o processo de desqualificação da população indígena no Brasil é preciso entender da dívida histórica de massacre indígena desde a chegada dos portugueses. O termo “caboclo” foi cunhado pelos portugueses ao adjetivar os indígenas de forma preconceituosa. A imagem e a identidade indígena foi levada para este lugar de desprestígio, visivelmente uma insistência do apagamento da cultura indígena, higienismo e sanitarismo. Existem dois olhares: a visão da escola bancária e a visão da escola libertadora, duas forças que na escola, estão em constante disputa.

Além do uso pejorativo da palavra caboclo, outro ponto de reflexão do racismo estrutural se apresenta na escola quando, na posição de educadores, somos incapacitados profissionalmente de desenvolver ações fora do contexto da matriz tradicional colonial jesuítica, do branco, embora a Lei garanta a autonomia do educador no envolvimento da cultura indígena no espaço escolar. Deparamo-nos com o enfrentamento dessas questões no próprio lugar de trabalho. Como fazer atividades com uma gestão que não entende e condena o que se faz? Ainda se conduzindo através da educação jesuítica, as matrizes conservadoras e fundamentalistas tem características excludentes e violentas, exatamente porque são racistas, por serem colonialistas, não insere a população indígena no seu Projeto Político Pedagógico - PPP.

Faz parte da matriz do branco colonizador construir narrativas dissimuladas e inescrupulosas sobre a cultura indígena, são características que tornam seu projeto de sociedade excludente e preconceituoso através do uso e conceito das palavras, pois, nossa cultura original se dá a partir da oralidade. Com a chegada dos portugueses, a escrita é introduzida e passa a ser tratada como única forma de uso nas relações oficiais na construção da nova sociedade. Esse processo tem em si, como matriz pedagógica o desprezo total a riqueza e transcendentalidade da oralidade. Bispo dos Santos (2023, pag. 13), chamada de

guerra das denominações: o jogo de contrariar as palavras coloniais como modo de enfrentá-las. [...] Vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e vamos enfraquecê-las. Vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las. [...] Para enfraquecer o desenvolvimento sustentável, nós trouxemos a biointeração; para a coincidência, trouxemos a confluência; para o saber sintético, o

saber orgânico; para o transporte, a transfluência; para o dinheiro, o compartilhamento; para a colonização, a contracolônização.

A deturpação no uso da palavra caboclo, ao afetar seu campo semântico, altera a visão de uma cultura sobre a outra, inferiorizando-a. No olhar da educação bancária, a palavra caboclo tem seu campo semântico preenchido de símbolos negativos, enquanto, no olhar da educação libertadora seu campo semântico seria percebido de forma positiva, exatamente por considerar a diversidade das etnias, representadas numa única palavra e das marcas da amplitude política das identidades. A valorização da palavra caboclo está homenageada através da estética que se expressam por meio da poesia que surgem nas letras de músicas, na literatura, nos quadros, na arte de uma forma geral, amplamente disseminado no imaginário e no pensamento das pessoas, criando uma cosmologia em torno da sua encantaria cabocla. Por outro lado, podemos dizer que a educação bancária promoveu um

[...] processo de mutação da população indígena, o engajamento e a transformação dessa população em caboclos. O primeiro momento desse processo foi a relação missionária/neófito, onde se escondia a relação política, com características carismáticas, e a missão ou redução onde ocorreria o processo de sedentarização das tribos indígenas (Pordeus Junior, 2019, p. 27).

Portanto, podemos dizer, que é apresentada uma nova categoria de humanidade, o caboclo. No primeiro momento, a palavra caboclo e todo o seu campo semântico é levado culturalmente para um lugar de desqualificação e desprestígio pelo impacto colonial. Tornar-se caboclo seria referencial negativo no imaginário da população branca que organiza sua psique direcionada por meio de adjetivações desmoralizantes. Entretanto, “o contracolônialismo é simples: é você querer me colonizar e eu não aceitar que você me colonize, é eu me defender. O controcolônialismo é um modo de vida diferente do colonialismo”. (Santos, 2022, p. 58).

E se dá dessa forma de renomear e repatriar a palavra, expressões e termos que vamos avançando na contracolônização da palavra dita, falada e pensada. Assim, formando nossos conceitos, o sentimento cria e fortalece a maneira originária de estar no mundo e se relacionar com ele. Segundo Santos (2022, p. 59), “trouxemos a palavra contracolônialismos para enfraquecer o colonialismo. Já que um referencial de um extremo é outro, tomamos o próprio colonialismo. Criamos um antídoto: estamos tirando o veneno do colonialismo para transformá-lo em antídoto contra ele próprio”.

Por ter sido mais uma palavra cunhada pelos portugueses, a ideia trazida pela palavra caboclo deve ser recontada ou abolida? Assim como muitas outras palavras, incorporadas no vocábulo local indígena, sua conceituação deve ser refeita? A questão é a

distorção ideológica que se quer evitar no uso da palavra. Transformando-a em bendita ou maldita. Pois, implica qual o sentido que vai-se construindo os valores e princípios sociais, concomitantemente, há o repasse dessas palavras pelo processo de negação presente na escolarização das identidades colonizadas. Ressignificar a palavra e fazer diferente do que foi feito com a belíssima palavra índio que foi substituída por indígena, diante do seu uso distorcido e estereotipado. Entretanto, perdemos com a beleza da palavra dita e escrita pelo novo conceitual. Ao qual sua fonética e sonoridade são agradáveis e simples de trabalhar na alfabetização dos educandos, fortalecendo seu aprendizado e potencializando seu entendimento, deixando a palavra mais fluida.

Hoje entendemos as nuances e os impactos negativos na sociedade do processo de apagamento das etnogêneses dos povos originários na história do Brasil e o quanto esse pensamento de dominação, apropriação e expropriação da vida está introjetado no sujeito construindo sua subjetividade, elaborando seus valores e princípios, inclinando suas pulsões de vida e suas pulsões de morte. Ao estudarmos a etnogênese Anacé, percebemos que a característica central desse processo subjetivo é a mudança de perspectiva pela qual passam os sujeitos envolvidos no processo de etnogênese da aldeia. Deveria ser papel da escola, trabalhar a auto identidade dos sujeitos para criar novas memórias potencializadas pela educação libertadora na tentativa de mudar as realidades históricas, criando novas narrativas potencializadas. Pois, esse, em si, é um processo político que transforma o indivíduo. Por isso, afirmamos que

[...] a leitura de mundo revela, evidentemente, a inteligência do mundo que vem cultural e socialmente se construindo. Revela também o trabalho individual de cada sujeito no próprio processo de assimilação da inteligência do mundo. (Freire, 2017, p. 121)

É olhar para o presente e buscar soluções na realidade. É entender-se no processo. Tomar consciência sobre si através da comunicação com o mundo. Pois, o que acabo sabendo sobre o mundo, me diz quem eu sou. Ao mesmo tempo, em que eu vou me desvelando para mim, também, vou me desvelando para o mundo. O mundo me diz quem ele é, através das descobertas que acontecem por meio das linguagens sociais que surgem através da ciência, da filosofia e da religião. Me situa de quem eu sou e onde estou no mundo, em relação ao processo de exclusão que perpassa pelo processo de desumanização do sujeito, por não conseguir acessar o capital cultural exigido nos espaços oficiais de escolarização. Por não haver esse conjunto de

tripé entre ciência, filosofia e religião nas escolas, sua formação acontece em outros espaços que excluem a ciência e a filosofia, sendo formados pelo viés religioso euro-cristão.

O sujeito é envolvido em sala de aula, pela cultura de uma realidade distante da sua, diante do que é apresentado pela escola. Seu capital cultural do educando e o capital cultural exigido na escola não encaixam, não há uma complementaridade. Já condenado pela falta de capital cultural, o sujeito é empurrado para fora do sistema por não ter cognição para o ancoramento entre o conteúdo, as atividades práticas escolares e o cotidiano do educando, mesmo ainda permanecendo no sistema escolar, excluído dos processos de envolvimento humano. Esse sujeito que não acompanha tais exigências escolares que deveriam ser comuns a todos, busca sentido através de uma educação que seja contextualizada, que se importe com sua história, que considere sua memória. Pois, ainda assim, com toda a falta de sentido na escola, é importante ou está condicionado nas exigências fundamentais da cultura do branco a inserção no mercado de trabalho e não para a vida, instaurando a dominação social na conclusão dos estudos, currículos e certificados.

O próprio sistema de titulação é controverso por ser excludente. Quando percebemos a finalidade social que está por trás desse funil estrutural escolar em reter a titulação de conclusão de níveis de escolarização para a inserção de um tipo de sujeito voltada para o mercado de trabalho. No momento em que acontece sua desligação no presente com o que faz sentido com sua realidade, onde não domina os sistemas de signos e símbolos da sociedade tecnológica, sua desumanização acontece pela descontinuidade em seu processo de exclusão que é potencializado pelo projeto econômico de civilização. Este fenômeno reflete, em si, uma das características dos processos de alienação dos sujeitos, imersos na escola bancária e tradicional.

Entretanto, a educação libertadora por ser democrática, se reorganiza por meio do fortalecimento de uma ética e da elaboração de uma estética nos sujeitos que buscam sentido nas ações educacionais na perspectiva da educação crítica que valoriza a vida. Pois,

a dialogicidade não nega a validade de momentos explicativos, narrativos, em que o professor expõe ou fala do objeto. O fundamental é que professores e alunos saibam que a postura deles, do professor e dos alunos, é dialógica, aberta, curiosa, indagadora e não apassiva, enquanto fala ou em quanto ouve. O que importa é que professor e alunos se assumam epistemologicamente curiosos (Freire, 2017, p. 83).

A educação libertadora provoca a sociedade e questiona os poderes estabelecidos limitantes. Busca construir espaços democráticos compreendendo os benefícios das relações pessoais e profissionais, porque garantir a saúde mental dos profissionais, é garantir a qualidade

das relações em sala de aula, o envolvimento com a turma. Os profissionais ao atuarem de forma ativa, e não passiva, dos processos de construção democrática na escola, acaba por elevarem o nível intelectual dos sujeitos aos quais potencializam a autoestima, mostram-se mais seguros e rompem com ciclos de violências que muitos profissionais experimentam no contato com gestões que se relaciona de forma utilitária com os professores. A ideia é que os sujeitos ao refletirem sobre sua prática, reflitam sobre sua práxis, enxergando-se nas opressões através do seu condicionamento a mero executores de tarefas e de construir relações pessoais e profissionais promíscuas pela necessidade do trabalho. Rompem com a cultura da bajulação, da cultura do silenciamento e da cultura do medo. Porque

na prática, não há grandes diferenças entre gestões de esquerda e de direita. O Estado é um ambiente colonialista. O Estado é um ambiente colonialista e abstrato. [...] Qualquer governo de Estado colonialista será um governo colonialista. É preciso contracolonizar a estrutura organizativa. (Bispo dos Santos, 2023, p. 74)

Contracolonizar faz parte de uma educação preocupada com os valores e princípios que têm seus campos semânticos envolvidos no processo de alfabetização e letramento dos sujeitos. Produzindo reflexões “ao objetivar seu mundo, o alfabetizando nele se reencontra com os outros e nos outros, companheiros de seu pequeno círculo de cultura” (FREIRE, 1987, p. 11) É entender que a alfabetização “[...] não é um jogo de palavras, é a consciência reflexiva da cultura, a reconstrução crítica do mundo humano, a abertura de novos caminhos, o projeto histórico de um mundo comum, a bravura de dizer a sua palavra”. (FREIRE, 1987, p. 20) Nesse contexto, a palavra dita pelos profissionais conscientes está sendo subtraída das escolas quando calam as vozes que querem dizê-la. Os profissionais têm dificuldades ou não conseguem entrar no fluxo do processo de ensino e aprendizagem em suas escolas, tornando-se essa exclusão, um ponto de negação introjetado no Projeto Político Pedagógico – PPP, executado nas escolas.

A educação libertadora tem sua base na ciência. A crítica e a análise fazem parte da contextualização e da problematização criando sistematizações a partir das experiências de vida prática, instrumentalizada em sala de aula. Potencializando a autonomia e a emancipação que auxiliam na reelaboração da realidade e no fortalecimento dos princípios científicos, filosóficos e religiosos através de suas ressignificações. A ação revolucionária é garantir que as falas dos sujeitos envolvidos no processo de ensino/aprendizagem assumam o protagonismo e direcionando as dinâmicas sociais educativas mais diversas. As práticas educativas racistas vivenciadas no interior das escolas são reais. O desconforto e a incapacidade da realização do trabalho são criminosos, impedem a relação dos conteúdos com práticas inclusivas de empoderamento cultural, dificultando o processo inclusivo de elaborar instrumentos e

ferramentas de trabalho valiosos para sua inserção profissional, partindo da situação de onde se encontram os educandos. Porque

[...] é necessário que a liderança revolucionária descubra essa obviedade: que seu convencimento da necessidade de lutar, que constitui uma dimensão indispensável do saber revolucionário, não lhe foi doada por ninguém, se é autêntico. Chegou a este saber, que não é algo parado ou possível de ser transformado em conteúdo a ser depositado nos outros, por um ato total, de reflexão e de ação. Foi sua inserção lúcida na realidade, na situação histórica, que a levou a crítica desta mesma situação e ao ímpeto de transformá-la. (Freire, p. 54, 1987)

Para ser construído na escola uma identidade de liberdade pedagógica criando um espaço democrático enriquecendo-se o currículo, é preciso que os profissionais da educação compreendam a importância das matrizes indígenas que disputam espaços de conscientização *versus* a alienação na escola. Segundo Freire, (1987, p. 50) “a autodesvalia é uma característica dos oprimidos. Resulta da introjeção que fazem eles da visão que deles têm os opressores”. A autodesvalia é um projeto político social, onde a educação bancária ou educação colonial forjada no preconceito e na discriminação dos jesuítas nos oprimidos, introjetam ideias de inferiorização pensadas pelos opressores, trazendo para o mundo concreto a experiência de se manterem oprimidos nessa realidade. É quando

de tanto ouvirem de si mesmos que são incapazes, que não sabem nada, que não podem saber, que são enfermos, indolentes, que não produzem em virtude de tudo isso, terminam por se convencer de sua incapacidade. Falam de si como os que não sabem e do doutor como o que sabe e a quem devem escutar. Os critérios de saber que lhe são impostos são os convencionais. Não se percebem, quase sempre, conhecendo, nas relações que estabelecem com o mundo e com os outros homens, ainda que um conhecimento ao nível da pura *doxa*. (Freire, 1987, p. 50)

A *doxa* é o que podemos chamar de senso comum, senso ingênuo ou senso mágico. É um sistema ou conjunto de juízos que uma sociedade elabora em um determinado momento histórico supondo tratar-se de uma verdade óbvia ou evidência natural, mas que para a filosofia não passa de crença ingênua a ser superada para a obtenção do verdadeiro conhecimento. Para superar a *doxa*, é necessário superar a demonização das matrizes e a inferiorização dos povos originários, pois, na prática social, é quando vemos o contexto negativo que a matriz do branco colonizador construiu.

A educação bancária mantém a alienação quanto à presença da cultura dos povos originários existentes em nós. Nega a possibilidade dos filhos e das filhas da miscigenação conhecerem sua história. Contracolonizar o saber é o entendimento que precisamos ter. Trata-se de criar condições para que haja liberdade no resgate de quem somos a partir das referências

históricas milenares e ancestrais. Uma educação que fortaleça o caminho do contracolonialismo, trazendo reflexões pelas experiências práticas e empíricas, refazendo conceitos que regem as pessoas. Por exemplo,

enquanto o povo da cidade se sentia muito importante, eu por minha vez, me sentia necessário. Eles porém, não me viam como alguém necessário, me viam como alguém útil. Para eles eu era um servidor, um serviçal. Eu era útil, mas poderia ser substituído porque não era necessário. Percebi que na cidade as pessoas tinham relação de utilidade e necessidade, mas não tinham relação de importância. (Bispo dos Santos, 2023, p. 24)

Bispo dos Santos apresenta a instrumentalização dos seres humanos como uma característica nas relações concretas nas cidades. Ele aponta o utilitarismo como fonte das relações pessoais, se colocando como necessário pelo seu valor de utilidade, ressalta que não havia uma relação de importância por ele como ser humano. Pois, a cidade não tem relação de importância com quem foge de seu contexto sócio cultural, são pré-julgados por seus interlocutores pelas condições financeiras e estéticas. Instrumentalizar as pessoas passou a fazer parte da liquidez nas relações na modernidade, levando as pessoas a se relacionarem de forma descartáveis, enquanto, constroem relação valorosa com as coisas.

Está na potência da educação trazer sentido aos saberes e produzir conhecimento científico para ser instrumentalizado no sentimento de produzir pertencimento através de diálogos significantes e da problematização da realidade dos educandos, envolvendo o sujeito, que está no centro do processo, ao protagonismo estimulado e vivenciado na escola. Quando focamos e memorizamos o que é a educação bancária ou educação colonial percebemos que ela sempre assumiu o protagonismo da educação no país, inferiorizando e subjugando os conhecimentos produzidos pelas “populações originárias”.

Impondo aos descendentes dos povos indígenas brasileiros um lugar de subserviência e de servidão, ponto central do pensamento colonial que se perpetua como padrão educativo. Essa classe populacional é ensinada a ser servil a outra com alegria, deixa-se ser apropriada e explorada pelo outro, com felicidade. Este é um método positivista, produtivista e mecânico de reproduzir a lógica de mercado e não a necessidade da lógica social da classe trabalhadora.

A escolarização colonial tem sido um processo oficial de formação cognitiva e sensorial que elabora a identidade do branco colonizador no povo nativo miscigenado e induz comportamentos sociais que se constroem coletivamente através das informações socializadas na escola elitista. Formando a ética e a estética dos sujeitos, a formação política assume

narrativas que determinam o pensamento, o sentimento e as narrativas da população miscigenada brasileira. É possível iniciar na escola abordagens com finalidade social que amplie o pensar numa direção holística, agregadora, conciliadora e inclusiva e não somente focar no ensino do português e da matemática e outros conteúdos, de forma descontextualizada, produtivista e operacional. Sendo assim,

[...] o papel do professor progressista não é apenas o de ensinar matemática ou biologia, mas o de, tratando a temática que é, objeto de um lado de meu ensino, de outro, da aprendizagem do aluno, ajudá-lo a reconhecer-se como arquiteto de sua própria prática cognoscitiva” (Freire, 1987, p. 121).

O inverso do que fala a educação libertadora está no letramento educativo colonial que estimula uma visão estereotipada e bizarra da cultura indígena, reverberada e combatida até a atualidade. Homens e mulheres por serem indígenas são tratados por “selvagens”, ou seja, pelo olhar do capitalismo, sua origem demarca seu espaço geopolítico ao qual lhe reduz na escala social de servidão, onde a escravidão é usada como instrumento de partida para a conciliação espiritual do profano (não-branco) e do sagrado (branco). “Sempre reivindicam a pólis como mundo da cultura, e aquilo que ficou marcado como natureza é o mundo selvagem”. (Krenak, 2022, p. 80) O trabalho forçado representa a saída do inferno e a entrada no paraíso, sendo esse o ponto primordial ao qual a cultura do branco faz um bem enorme ao se apropriar dos corpos indígenas, que são olhados como desorganizados e preguiçosos. Este olhar que retira o sujeito de si mesmo, fragmenta e deixa exposta a ruptura entre os sentidos, faz parte do processo de enriquecimento das nações brancas, pelo empobrecimento das nações inferiorizadas, usando da branquitude para justificar atrocidades. O papel da escola elitista é promover uma escolarização que aconteça através da cultura do branco, que permanece por meio da “educação jesuítica”, única socialmente aceitável nos espaços conservadores e fundamentalistas, a qual buscamos despertar dela pela imersão forçada ao longo do tempo.

Esse tem sido o processo. Identificar e combater esse padrão, fortalecer a possibilidade da quebra do fluxo da opressão que fortalece a exploração que condiciona a prisão mental da população. Este processo de desumanização é real e experimentado no interior da escola, pois, é quando percebemos

[...] o discurso da acomodação ou da sua defesa, o discurso da exaltação do silêncio imposto de que resulta a imobilidade dos silenciados, o discurso do elogio da adaptação tornada como fado ou sina, é um discurso negador da humanização de cuja responsabilidade não podemos nos eximir. A adaptação a situações negadoras da humanização só pode ser aceita como consequência da experiência dominadora, ou como exercício de resistência, como tática na luta política. (Freire, 1987, p. 74)

Pensar a vida pela perspectiva da cosmologia da escola, traz o entendimento que as experiências desenvolvidas através do trabalho docente na escola potencializam os educandos a descobrirem-se numa experiência dominadora ou dominante, onde vai desdobrar seu projeto individual de vida, algo que a gestão escolar deveria conhecer por meio da visão dos povos indígenas quando podemos incorporar nossa ancestralidade, nossa história e ressignificar nossas memórias, conduzindo as narrativas de empoderamento. A Lei 11.645/2008 está para reparar o dano moral, ético e étnico ocasionado pela falta de humanidade produzida pelo conservadorismo que tem prática racista implicada no desenvolvimento intelectual: inteligência, criatividade e inventabilidade dos sujeitos, limitando a capacidade da consciência na busca de discernimento pela liberdade e a verdade.

Se a escola fosse um lugar de igualdade e solidariedade, não precisaríamos de leis que determinam a inclusão na prática escolar. Ao mesmo tempo, em que a escola, por fazer parte de um processo contínuo de aprendizado, com leis para resguardar a liberdade, a igualdade e a democracia, poderia ser este lugar de conscientizar-se, sabemos da sua real função social e para que foi criada e aplicada, desde a escola dos Jesuítas. “Indiginecer” essa escola, através do olhar das matrizes originárias, é observar o lugar e os sujeitos que interagem na busca de confluências. “Não vamos deixar de morrer ou qualquer coisa do gênero, vamos, antes, nos transfigurar, afinal a metamorfose é o nosso ambiente, assim como das folhas, das ramas e de tudo que existe”. (Krenak, 2022, p. 43)

O primeiro plano é ampliar a mente, o segundo plano é ficar atento no funcionamento da natureza. Pois, foi desse tipo de orientação a qual os indígenas constroem toda a sua cosmologia, pensando nas relações sociais do mato, explicando os fenômenos químicos como ponto alto do diálogo da natureza. Nessa troca, que ao se alinharem mutuamente, na interação, a intenção de construir e superar seu ambiente, não se trata de uma necessidade, mas de uma possibilidade constante da natureza de transformação e mudança, se percebendo no fenômeno central da moral social quanto a organização do pensamento e das informações do mundo que estão sendo criadas, o rumo de se pensar as ideias e na elaboração da crítica, encontram-se nesse movimento da impermanência. As experiências de ressignificação precisam de alinhamentos científico, psicológico e espiritual por parte dos sujeitos dos mesmos reinos ou com elementos de outros reinos naturais. Assim, podemos dizer que

estamos todos instalados num organismo maior que é a Terra, por isso dizemos que somos filhos da terra. Esta mãe constitui a primeira camada, o útero da experiência da consciência, que não é aplicada nem utilitária. Não se trata de um manual da vida, mas

de uma relação indissociável com a origem, com a memória da criação do mundo e com as histórias mais confortantes que cada cultura é capaz de produzir - que são chamadas, em certa literatura, de mitos. (Krenak, 2022, p.103)

Essa consciência de “indiginecer” a escola, faz parte do processo em que a educação libertadora convive nos espaços e administrar conflitos por sabermos que apenas 21% dos municípios do país inseriram a Lei 10.369, ainda com alguma resistência. Lei essa que está comprometida com a divisão de renda da população: reforma agrária, democratização da água, serviços públicos e gratuitos de qualidade, inserção produtiva, valorização da cultura tradicional, a contracolônização dos saberes e o combate à invisibilidade da cultura indígena e africana. As famílias ocidentais em contexto urbano supervalorizam o sistema de educação. Seria na escola o lugar de reflexão sobre essas questões, pois, reflete a escola inserida na realidade dos educandos, como o acesso às políticas públicas ligadas às necessidades da população.

Em contraponto, a escola burguesa permanece executando seu projeto neoliberal de educação. A exclusão e a desumanização são pensamentos centrais do projeto de desenvolvimento da Companhia de Jesus que era contra a alfabetização, o conhecimento e o estudo, até hoje tem influências na estruturação da escola bancária do século XXI. O direcionamento ideológico de Padre Anchieta, na invasão do Brasil, elabora estruturas psicológicas na psique dos povos indígenas. A etnogênese Anacé traz a desconstrução da escola burguesa quando é apresentada como matriz metodológica pensada na base das potencialidades dos espaços democráticos, que exatamente pelo contraste, se evidencia a potência do livre pensar deve ser compreendida pelos profissionais da educação como o caminho para a educação libertadora. Pois, “ainda se está na fase romântica da escola ativa, na qual os elementos da luta contra a escola mecânica e jesuítica se dilataram morbidamente por causa do contraste e da polêmica [...]” (Gramsci, 1989, p. 124).

A inserção da etnogênese dos povos originários nas escolas é o que temos de mais transgressor na atualidade referente a educação. Transgressor porque a ideia é inserir nessa velha escola, uma roupa nova. Não deveria surgir outra escola? É nesse espaço de desencontro, que as disputas de forças se manifestam na contramão da finalidade da escola, ou a escola está fazendo bem seu trabalho? Ou seja, está na sua finalidade da escola em conduzir a educação dentro de moldes primários deturpados? Porém, primários do ponto de vista do início da colonização, como mais uma vez referenciando que somente a partir daquele ponto foi instaurado o saber e o conhecimento desconectados dos sentidos imposto pelo branco. E que anterior a isso, só havia um vazio. É quando apresentamos as ideias de João Paulo Barreto que

fala da concepção do corpo feito de barro na tradição do povo Tukano, do alto rio Negro, também está dizendo que não existe fronteira entre o corpo humano e os outros organismos que estão ao seu redor. Faz um tempo que nos convencemos de que somos essa coisa excelente chamada gente e ficamos sem querer nos espriar em outros organismos para além dessa sanitária e higiênica figura humana. Essa configuração do corpo acatada hoje por muitos é apenas uma instituição pobre fabricada por uma civilização sem imaginação. Krenak, 2022, p. 39)

Por isso, quando apresentamos novas propostas de processos educativos, como a etnogênese Anacé, há o choque de realidade entre os princípios e valores que carregam os profissionais que insistem em permanecerem na escola velha, tradicional, acrítica e bancária e dos que já despertaram para a escola crítica, revolucionária, problematizadora e ressignificada. Os executores da escola velha não se veem como violentos e assediadores, se percebem mesmo, defendendo os princípios e valores econômicos e militares do tempo da escola jesuítica, que na atualidade, são os mesmo sentimentos de seu grupo em seu tempo. Como evangelistas da paz, como diziam seus antecessores jesuítas, estas pessoas estão impregnadas de conceitos maniqueístas e sua religião passa a ditar as normas daqueles territórios. Qualquer força que se coloque contra intenções excludentes diante do cenário fundamentalista e conservador, são tratadas como conspiradoras e sofrem interferências de guerrilha dentro do ambiente escolar. Promovida, por exemplo, por uma gestão que tem uma única preocupação de manter as mentes focadas numa religiosidade tóxica e violenta.

Para a produção da contracolonização do saber precisamos entender que a escola burguesa mecaniza os processos cognitivos e reproduz os princípios jesuíticos de obediência que acontece pela introjeção da inferiorização da cultura indígena. Faz parte da escola crítica acompanhar as transformações sociais do público que atende. Sem contextualização a educação não tem protagonismo no ambiente escolar, ela se perde na ética de mercado e numa estética infértil. Na educação descontextualizada, somos empurrados para uma rotina diária de estética burocrática. Que seja a escola esse lugar de religação do público atendido com suas raízes mais profundas, combatendo os caminhos alienados que protagonizam a escola burguesa. É quando podemos dizer que “a divisão fundamental da escola em clássica e profissional era um esquema racional: a escola profissional destinava-se às classes instrumentais, ao passo que a clássica destinava-se às classes dominantes e aos intelectuais” (Gramsci, 1989, p. 118). Identificando os interesses que existem por trás da educação burguesa, fica fácil compreender o processo de alienação ao qual passamos por toda a escolarização. A educação de hoje tem no seu âmago a mesma base ideológica da educação forçada aos indígenas na chegada da Companhia de Jesus, ainda que modernizada no seu discurso, suas práticas se mantem alienantes.

A Companhia de Jesus criou um sistema de educação para fabricar a docilização dos nativos, impregnando-os de valores e princípios de subserviência, afetando seus sentidos, alterando a cosmologia indígena. É quando o processo de escolarização formal passa a ser uma reprodução mecânica dos antagonismos sociais que aparecem em alguns períodos históricos. Registros mostram que nos anos de 1889 e 1914 no Brasil foi institucionalizado o processo de higienização e embranquecimento da população pelo Estado Brasileiro, ao consolidar e executar seu projeto de europeização da nação. É quando a solução do Estado é naturalizar ações violentas pelo excesso de indígenas, mestiços e negros no Brasil.

Esse antagonismo se realiza na forma de desumanizar os processos e negar aos sujeitos indígenas a oportunidade de se construírem a partir da sua origem. Assim, ao identificar o processo de apagamento da cultura dos povos tradicionais, retira-se o protagonismo indígena da História do Brasil. Então, afirmamos ser através da exclusão das matrizes originárias na escolarização formal que se dá o processo de higienização e embranquecimento da população indígena no Brasil.

Para combater o preconceito e a discriminação no interior das escolas, se faz necessário o resgate da identidade nacional indígena. Trata-se da valorização da cultura de um povo, suprimida por ações coloniais. Para isso, acreditamos que trabalhar com a etnogênese Anacé é construir o caminho da contracolonização do saber na escola, para as pessoas terem oportunidade de vivenciarem da diversidade cultural de mundos que se abrem por intermédio do ambiente escolar. O processo de elaboração da etnogênese Anacé, em si, é um processo político, ético e estético, que busca suas bases nas raízes dos saberes e conhecimentos empíricos e científicos. Então, a ideia é instrumentalizar esses processos dos saberes Anacé para que haja conscientização dos sujeitos envolvidos no processo de escolarização, como institucionalização dos saberes contracoloniais, ou seja, buscar

confluências que evocam um contexto de mundos diversos que podem se afetar. É um termo talhado de maneira artesanal e local, por um homem quilombola (Nêgo Bispo dos Santos). Um brilhante pensador marginal neste universo colonial, um crítico sempre tranquilo e bem-humorado das tendências políticas. (Krenak, 2022, p. 41)

É quando a contextualização é aplicada e as potencialidades dos sujeitos em desenvolvimento, ao se reconhecerem nas matrizes originárias, transformam os saberes empíricos em conteúdos relacionados aos conhecimentos científicos trabalhados em sala de aula, nessa relação se cria espaços escolares democráticos, tolerantes e acolhedores por meio

da consciência cosmológica que é despertada através da valorização do saber milenar, plural, multicultural e ancestral. A confluência nos segue e

em outras palavras, contracolonizar e desdizer os regimes de verdades coloniais é esquivar da pretensão de superioridade dos homens, brancos e euro-cristão. A lógica é mandingueira no sentido de negar a obsessão cartesiana, o positivismo e o excesso de positividade desse modelo dominante. Encarna uma força capoeira que ginga, caça o vazio para refazer o jogo, assim como também encarna o feitiço como lógica. Daí, a atitude do contracolonizador diz sobre desatar os nós da empresa colonial e lançar amarrações que aqueles que querem únicos se percam em sua própria arrogância. (Bispo dos Santos, 2022, p. 70)

O saber ancestral não encontra suporte para se ancorar no conhecimento racional da branquitude, porque o poder da branquitude está em produzir necro-relacionamentos por meio da necropolítica, institucionalizado pelo Estado que sempre se utilizou em manter sua democracia branca para conduzir resoluções de conflitos territoriais. Quando na verdade, os mesmos agentes que negociavam os conflitos, eram os mesmos agentes que provocavam os conflitos territoriais, pois suas intenções sempre foram econômicas. O pensamento principal é criar novos mercados, transformando tudo em mercadoria. No modo orgânico de se relacionar com a vida, buscando confluências, não é algo higiênico e sanitário, ou que esteja à altura das modernas cidades tecnológicas euro-monoteístas. Pois, a visão de vida dos povos indígenas é sofisticada e sensível, assim os saberes dialogam e se perfazem ao encontrar espaço no modo orgânico de se distribuir pela a vida nos territórios.

No próximo item deste capítulo, teceremos linhas de ligações entre o Povo Anacé, sua etnogênese e seu contexto histórico. Para isso, dialogaremos com autores que fortalecem a identidade e a memória da cultura indígena, na intenção de criarmos uma narrativa que provoque o leitor a buscar aprofundar-se na realidade das lutas e conquistas do povo Anacé.

4.1 Povo Anacé: etnogênese no contexto histórico

Quando tudo o que conhecemos não existia, quando ainda não éramos quem somos, nós estávamos expandindo as capacidades motora, cognitiva e psicológica no planejar, organizar e executar tarefas. Segundo Neumann (2022), podemos dizer que “a chegada dos primeiros organismos multicelulares da Terra data de 600 milhões de anos atrás, ou o surgimento dos hominídeos há aproximadamente 20 milhões de anos”. Podemos afirmar “com Nicoletis (2020)”, que

[...] com uma descrição de como o cérebro do primata evoluiu desde que os nossos ancestrais divergiram dos chimpanzés e começaram a explorar as savanas do leste e do sul da África, por volta de seis milhões de anos atrás. [...] enfatizo as modificações morfológicas e funcionais, induzidas pelo processo de seleção natural, que levaram ao surgimento da moderna configuração. (Nicoletis, 2020, p. 18)

Essa moderna configuração trata do desenvolvimento e aperfeiçoamento experimentado pelo corpo e pela mente no contato direto com a diversidade natural. Daí, a importância de ambientes diversos, multiculturais e plural, que na interação acabam processando mudanças e transformações, as quais podemos chamar de “interações sociais do mato”, marca o início do processo de elaboração do ser humano através das modificações morfológicas e funcionais do corpo. A trajetória da história da humanidade vai sendo construída através da possibilidade. Isto é, o homem se constrói por meio do contato com o meio, a partir do movimento daquilo que o cerca, na busca de sobrevivência e satisfação pessoal. A revolução químico-biológica foi responsável pelo desenvolvimento da natureza encontrando estímulos psicológicos, emocionais e espirituais, se reproduzindo na vida humana com fractais, aos quais se distribuíram através da adaptação dos povos originários em comunhão com a natureza.

Outro momento de efeitos sobre a morfologia e a funcionalidade da natureza, foram as condições climáticas de adversidade e acolhimento diante dos territórios que os grupos nômades, ao se deslocarem, experimentavam geograficamente específicos funcionamentos corporais, fazendo com que a evolução natural ao meio, determinassem suas características físicas e mentais pela potência da possibilidade de existir, individual e coletiva, consolidada por fenômenos naturais que pela socialização de seu grupo, apresentada por sua individualidade compartilhada.

Avancemos na História e pensemos na abordagem pedagógica da escola bancária que traz seus princípios e valores quando apresenta a temática das expedições marítimas europeias pelo mundo. Esse período da História é tratado pelo profissional bancário, ou seja, o educador alienado, como sendo um momento do encontro entre as nações colonizadas e nações colonizadoras, romantizando as violências desse encontro contra as aldeias indígenas, através da construção de uma narrativa fantasiosa de gratidão aos colonizadores pela iluminação trazida aos selvagens sem alma, por parte das civilizações colonializadas.

Está em destaque a valorização da cultura do branco em detrimento da cultura dos originários, na qual a escolarização é o processo natural em que acontece a colonização do saber. Pela relevância do trato dado aos conteúdos coloniais trabalhados com os educandos, percebemos a introjeção dos princípios da educação colonial e como esses sujeitos são induzidos a criarem sua subjetividade na perspectiva da “autodesvalia” (Freire, 1987, p. 50).

Nesse formato, a rejeição acontece naturalizada pelo ato de aprender e passa a ser expressão constante que se ramifica pela sociedade.

Ao rejeitar a cultura dos originários através do seu apagamento, esse sufocamento das diversas possibilidades de expressões, que formariam a pluralidade escolar, se transforma em intolerância, afeto comportamento fundamental para a permanência do *status quo* no que tange a permanência da ignorância na formação humana. Como base desse fenômeno está o moralismo euro-cristão que demoniza todas as diversas maneiras de se estar no mundo, diferente da sua lógica.

Por exemplo, quando nos deparamos com a supervalorização das expedições marítimas trabalhadas nas séries iniciais dos anos fundamentais da educação básica. Há uma exaltação à esquadra portuguesa que veio “salvar e desenvolver” o novo continente afundado em escuridão. Não exaltam o fato de que a embarcação mais antiga registrada na história pertence ao patrimônio das comunidades primitivas. Essa informação não é socializada em sala de aula com a mesma força que reverbera quando contadas as histórias pela narrativa colonial.

Falamos da invenção da canoa. Essa tecnologia nos capacitou a fazer grandes jornadas num tempo reduzido, exigindo menos das condições físicas do corpo. Antropólogos registram um achado valioso que data do século XXX a.C., localizado no Antigo Egito e pode ser considerado a embarcação mais antiga do mundo que se tem registro. Peças de madeira, fruto do ajuntamento de troncos de árvores coníferas foram utilizadas para criar o casco desta embarcação. Esta tecnologia milenar foi desenvolvida pelas comunidades primitivas da época, e essa importância não é trabalhada com a mesma força e valor com que são desenvolvidos os conteúdos de temática colonial e eurocêntrica.

A educação colonial faz da escolarização um processo de formação política baseada na “dissimulação” da história e da memória dos originários, para sua manipulação. São essas experiências que condicionam o olhar e o sentimento do educando que se relaciona de forma natural com a cultura invasora, potencializando seu distanciamento e rejeição da sua cultura, gerando seu estranhamento. A educação disseminada pelo branco para a população indígena é uma educação limitada de lógica linear, dificultando compreender a complexidade de um saber circular, variado de expressões e formas. O processo de construção intelectual colonial, o conhecimento e sua construção moral conservadora, gera uma individualidade consumista, preocupada em construir um estado de “servidão voluntária” nos sujeitos sociais em nova formação. Que assume a identidade coletiva, colonial, jesuítica e materialista da escola como projeto civilizatório da sociedade pós-moderna, que se passam dentro de um tempo e espaço diferentes da lógica nativa com seu tempo e espaço espiral.

Já na construção da etnogênese Anacé o processo é crítico. Pois, ao construírem um espaço democrático pelo exercício da pluralidade de vozes, elemento fundamental de transformação da realidade, lidam com suas contradições intelectuais e religiosas. Isso não quer dizer que, no interior desses espaços, os ânimos não se afluem, e assim, vai de cada grupo ou indivíduo, conduzir-se de acordo com sua consciência, esteja ela mais despertada ou não, elaborando seu fluxo cognitivo, espiralar e espiritual. Entendendo que todos estamos no processo, as divergências, as disputas de poder e imposições simbólicas surgem. Em alguns espaços, e mais uma vez ressaltamos as complexidades em suas elaborações, a diferença está na tentativa de se criar a presença do espectro da liberdade, e isso é percebido justamente na contradição que se apresenta na variedade das falas que são garantidas pela liderança e seus representantes, quando assim, vão se construindo os intelectuais orgânicos, sabendo eu de mim pela visão do outro na relação com o mundo. E passam a observarem-se em suas dinâmicas sociais e a perceberem relações pessoais e profissionais abusivas e opressoras, aquelas nas quais uns mandam e os outros obedecem. Segundo Lima apud Bergamaschi (2017, p. 12) define os intelectuais indígenas como

[...] os que sabem de seu mundo, da sua filosofia, da sua ciência, do seu modo de vida, da interculturalidade e que, portanto, se mostram, atuam na interlocução e, ao serem reconhecidos como intelectuais, expandem esse reconhecimento às sociedades indígenas (no Brasil, ainda reverbera forte a concepção do indígena tutelado, que não considera o indígena pensante, autônomo); mas o termo pode referir também o indígena que frequenta a academia, em cursos de graduação e pós-graduação.

Das infindáveis formas de se compreender indígena, buscamos entendimento sobre suas escolhas que são orientadas por sua origem, sua trajetória de vida e seu posicionamento no mundo, dando-se por sua cosmologia construída inserida na natureza. Porque, também, partem de conceitos absorvidos do controle dos corpos indígenas, ao mesmo tempo em que são estimulados na busca de liberdade, relação dialógica. Podemos dizer que a educação Anacé busca sua autonomia psíquica, na construção de sua identidade que pode elaborar-se em três formas de intelectuais:

o “intelectual dirigente” é aquele que ocupa um lugar de destaque na mobilização indígena, uma vez que assume a posição de liderança de organizações e ações do movimento, com uma capacidade de articulação com o grupo de tal forma que é quase impossível não se lembrar desse intelectual ao mencionarmos o grupo indígena a que pertence. O “intelectual profissional” tem a característica de desenvolver determinada atividade de assessoramento e apoio técnico junto às organizações do movimento, sendo o seu trabalho de grande valia para a mobilização política. Neste caso, a formação universitária tem relevância fundamental para o desenvolvimento de tais atividades. O “intelectual crítico”, sendo considerada uma modalidade mais recente, se configura como sendo um pesquisador que produz discursos e ideologias políticas

que se fundem nas ideologias do movimento indígena, fortalecendo a identidade política do grupo. Vale destacar que essas modalidades de intelectuais indígenas não são diametralmente opostas, podendo se fundir numa determinada pessoa características singulares a uma ou a outra modalidade. (Lima, 2017, p. 33)

Entendemos que a própria estruturação da etnogênese Anacé é um processo de construção intelectual e de espaços democráticos que estimulam o livre pensar ao garantir voz aos sujeitos. Mesmo com a presença do Estado colonial mediando conflitos ou estimulando processos sócio educativos, o espaço busca se reinventar, buscando sua própria identidade. Tenta ser libertador por aproximar os sujeitos das realidades históricas que se apresentam no passado, quando no presente, decidimos ou somos condicionados ao futuro que está sempre a emergir. Esse compromisso da educação libertadora faz parte das iniciativas educacionais baseadas na inclusão, como veremos a seguir, na organização social das etnias do Ceará.

Atualmente, no Estado do Ceará, divididos pelos 18 municípios, estão os 14 povos e 23 etnias indígenas construindo um cinturão de ancestralidade e resistência da cultura indígena cearense. As etnias registradas são: Anacé, Gavião, Jenipapo-Kanindé, Kalabaça, Kanindé, Kariri, Pitaguary, Potiguara, Tapeba, Tabajara, Tapuia-Kariri, Tremembé, Tubiba-Tapuia e Tupinambá. São esses povos tradicionais que significam suas práticas ancestrais na atualidade dentro de seus territórios, compartilhando com suas crianças através de suas escolas, seu saber milenar, significando suas aldeias diariamente, seja ao pé da serra, na Região Metropolitana de Fortaleza, litoral ou sertão, valorizam a memória dos seus antepassados, educam suas crianças por meio de escolas indígenas críticas, se organizam enquanto etnias sobreviventes. Acaba que os povos indígenas cearenses é o Estado que mais tem apresentado pessoas se afirmando de alguma etnia indígena.

No envolvimento com (Lima, 2017, p. 24), “organização do movimento indígena estadual que articula as ações dos 632 professores indígenas contratados e que atuam nas 43 escolas indígenas do Ceará”, se compreende através da luta camponesa pela reforma agrária e pelo reconhecimento dos territórios que se deu nos anos de 1950. Além dos atuais 14 povos indígenas registrados, existem alguns outros grupos que estão se levantando, se organizando. Segundo a coordenadora-geral da Federação dos Povos e Organizações Indígenas do Ceará (Fepoince) e integrante da Coordenação de Igualdade Racial do Governo do Ceará, Ceiza Pitaguary, diz que “temos assembleias todos os anos, onde é demandado quem aparece e pede reconhecimento. Um dos povos que surgiu no ano passado é o povo chamado Jaguaribara, apelidado de Karão, por conta do cacique deles. Eles estão ali perto dos Kanindé, em Baturité”.

Nos anos de 1950, o Partido Comunista Brasileiro (PCB) inicia um movimento camponês responsável pela articulação e organização do campesinato brasileiro. Segundo

Beserra (2017, p. 27) “a diretriz era fundar associações, ligas ou células rurais que reunissem e mobilizassem na luta por melhores condições de vida e trabalho”. Somente a partir dos anos de 1960, do século XX, a Igreja Católica passa a demonstrar seu interesse pelas questões agrárias de um ponto de vista que colaborasse com a mobilização da população camponesa no Brasil e “inicia o trabalho de conscientização e organização das classes populares. Em 1961, a Igreja do Ceará, por meio de duas vertentes, passa a disputar com o PCB a hegemonia na organização camponesa.” (Beserra, 2017, p. 40). No início dos anos 80,

[...] com o apoio da Assessoria às comunidades rurais da Arquidiocese de Fortaleza (EACR) junto ao povo Tapeba e posteriormente ao povo Tremembé, os Pitaguary começam a se organizar etnicamente e ocorre o que é designado como etnogênese. Esta pode ser entendida como um processo de emergência histórica de um povo que se auto-define em relação a uma herança sócio-cultural, reivindicando identidades indígenas e reelaborando tradições e discursos culturais. Este fenômeno marca a constituição de diversos agrupamentos, inclusive os Pitaguary, através de processos históricos e de maneira situacional. De modo que um conjunto de atores sociais dotados de ações, comportamentos e interesses específicos se depararam com um conjunto de eventos em um determinado momento histórico e desenvolveram sua reflexividade e agência sobre essas situações. (Gonçalves, 2016, p. 04)

A etnogênese de um povo, é uma experiência que, na busca por auto identidade, tem em seus processos individuais e coletivos o meio de despertar a consciência como resultado constante e contínuo de resgate da autoimagem, pelo qual acontece o contato com a realidade. Essa organização da identidade, ao resgatar suas histórias, elaboram narrativas que garantem a importância da figura indígena na construção do Brasil. Da etnogênese de um povo surgem vozes que ecoam na direção de fortalecer a imagem indígena nacional. É o que torna importante a instrumentalização metodológica da etnogênese Anacé no interior das escolas ao potencializar a tolerância e o espaço democrático.

A observação da natureza, os rituais e os mitos formam um sistema de símbolos que, quando relacionadas suas estruturas, elaboram a cosmologia que cria a identidade indígena. Os educandos ao criarem um campo semântico ligado à cosmologia indígena lhes é revelado uma forma de pensar suas ancestralidades, potencializando as escolhas das diversas expressões da realidade, entendendo que a realidade não é fato, e sim, um conceito. Por exemplo,

vamos pegar as palavras do inimigo que estão potentes e enfraquecê-las. E vamos pegar as nossas palavras que estão enfraquecidas e vamos potencializá-las. Por exemplo, se o inimigo adora dizer desenvolvimento, nós vamos dizer que o desenvolvimento desconecta, que o desenvolvimento é uma variante da cosmofobia. [...] porque a palavra boa é envolvimento. (Bispo Dos Santos, 2023, p. 13)

Para a elaboração dessa realidade, é necessário que o sujeito viva uma experiência de transformação conceitual que o faça despertar para assumir o protagonismo de sua vida. Localizado na história, podemos criar narrativas que dialoguem com as individualidades e as particularidades pessoais dos sujeitos, na intenção de acolher as múltiplas formas de construção da pluralidade no interior das escolas, elaborando identidades e vínculos. Potencializando a escola a um lugar de “novo modo escolar de decolonização do saber”. Pois, hoje a educação brasileira tem em suas estruturações uma visão romântica da história bárbara sobre a invenção do Brasil.

Por exemplo, quando surge um capítulo no livro de História da Educação básica do ensino fundamental I com o tema, ocupação portuguesa em águas brasileiras. A narrativa por trás do tema sugere um contato pacífico que se deu entre os europeus e os povos indígenas. Entretanto, o que a educação libertadora mostra dessa relação “amigável”, é que suas ideias centrais realizadas pela ação da Catequese Jesuítica, se reproduziu através do tempo por meio das ideias excludentes e de moral cristã da escola bancária na contemporaneidade. Pois,

a verdade é que a criança com sete, oito anos de idade já começa a ser treinada para ignorar o meio ambiente. É isolada em uma sala de aula para ser alfabetizada e vai sendo incutida nela, desde cedo, a ideia de uma vida sanitária. O que é muito contraditório, porque muitas crianças de comunidades urbanas não têm sequer saneamento básico, mas vão logo sendo ensinadas a ter nojo da terra. (Krenak, 2022, p. 110)

A colonização do saber impresso nas páginas dos livros de História faz parte do material didático distribuído em nível nacional pelo Ministério da Educação - MEC através do Programa de Alfabetização na Idade Certa – Mais PAIC. Fica evidente a colonização do Brasil, ponto ideológico central, difundido nas escolas pelas instituições colonialistas e pelos profissionais bancários da educação. Os educandos instrumentalizam o material didático oferecido pelo MEC, que traz ilustrações que contam uma história do Brasil que é embranquecida diariamente nas salas de aulas da Rede Pública de Ensino, em nível nacional, passando por esse processo ao longo dos tempos, estudantes negros e indígenas.

Do livro de História de direcionamento colonial será gerado nos colonizados um sentimento de agradecimento pelo encontro entre os dois mundos, brancos e indígenas. E o que se apresenta é um sentimento de gratidão, chamado por Freire de admiração que nasce da relação opressor e oprimido, pelo processo colonial que vive a sociedade na pós-modernidade, uma inversão dos sentidos da vida. Pois, os negros e indígenas, que foram colonizados, passam existencialmente, a desejarem a branquitude e a rejeitarem outras formas existenciais. Isto é, passam a interagir com o mundo ao se sentirem brancos, como se esse sentimento fosse uma

coisa de maior valor diante das outras formas de estar no mundo. A falta de percepção na crítica do livro didático, produzida pelo Governo, nos diz que a estratégia da escola bancária é criar um lugar no imaginário do educando que dialogue com as narrativas coloniais, no sentido de produzir um espírito embranquecido e higiênico. Este espírito de supremacia branca, que vem acompanhado de uma subserviência mestiça que tem dificuldade de identificar seu real opressor, por admirá-lo, não percebe seu processo de “autodesvalia” e a aculturação acontece. A partir de 1492, quando a Espanha invadiu

com uma estratégia de dominação para a exploração da região que após a chegada dos conquistadores passou a se chamar América, impôs-se um imaginário para legitimar a superioridade do europeu, o “civilizado”, e a inferioridade do outro, o “primitivo”. Neste ponto emergiram a colonialidade do poder, a colonialidade do saber e a colonialidade do ser, que não são apenas uma recordação do passado: estão vigentes até nossos dias e explicam a organização do mundo, já que são um ponto fundamental na agenda da Modernidade. (Acosta, 2016, p. 63)

A importância do desenvolvimento do projeto de dominação de um povo, perpassa pelo projeto de dominação do seu idioma nativo, que é substituído pela língua invasora portuguesa. Que se apresenta através da Reforma Pombalina, quando uma das diretrizes dada às escolas jesuíticas se referia ao idioma nativo que seria substituído pelo português, golpe transcendental que desconfigura o alinhamento do entroncamento indígena com sua cultura e origem, são inferiorizados e bestificados. A educação indígena traz um amplo conceito sobre o entendimento de família e parente, essa relação de interação entre os elementos naturais, compreendida de forma mais fina ao pensar de forma aprofundada a relação social do mato de um mesmo reino, percebe também, a integração entre elementos de reinos diferentes, conectando-os de forma viva e inteligente, gerando comunicação entre a natureza, distribuídas pelos três reinos. Para além, da observação, sua percepção é apresentada através da oralidade, força vital que amplia e enriquece o poder de abstração e absorção das populações nativas, que tem uma forma circular e holística, que implica na criação e inventabilidade, ao perceber e se relacionar com o mundo e consigo mesmo. Estamos falando de fenômenos naturais e de interações ambientais, que elaboram-se através de códigos físicos, químicos e abstratos, que criam e recriam mensagens de interação, construindo narrativas entre o sujeito da natureza e a floresta. Narrativas estas que se expressam através de diálogos que podem ser contempladas através dos mitos ancestrais recontados através da arte, da cultura, dos jogos, das danças, da comida, de sua forma de organização na aldeia, da como a reserva se estrutura e quais os encaminhamentos que são dirigidos para a comunidade tradicional.

Além da tradição transcultural que considera a Terra como Mãe, ou seja, *Pacha Mama*, algumas razões científicas também sustentam que a Terra se comporta como um super organismo vivo. Razões cosmológicas assumem a Terra e a vida como breves momentos do vasto processo de evolução do universo. Tais visões ressaltam a relacionalidade entre todos os seres: tudo está relacionado com tudo, em todos os pontos e em todas as circunstâncias. Desde a descoberta do DNA, sabemos que os seres vivos estão aparentados por um mesmo código genético de base. (Acosta, 2016, p. 133)

A espontaneidade do “englobamento existencial” que foi criado ao longo do tempo na colonização, se encontra presente na comunicação que se estrutura de uma forma orgânica pelas aldeias, se consolidando por meio da integração nos seus territórios, através dos biosistemas, que ao interagir com o ser humano, é capaz de desenvolver-se por meio da educação que estimula a vida sensorial e sensível, na escola. Libertadora porque estimulada pela natureza que o cerca, seus sentidos captam as extensões dos fenômenos próprios da natureza, que estão interligados, se realizando os organismos, uns ligados aos outros, de forma constante. A natureza se manifesta, iniciando um processo de oralidade reproduzida pelas sociedades primitivas, repleta de territorialidade, cultura e espiritualidade. Onde cada momento experimentado inserido na cosmologia da natureza, na realidade, são interações sociais construídas a partir do seu nível de inserção na natureza, garantindo maturidade no manuseio com o sensível para conseguir estabelecer as conexões com o sagrado em si, dentro dessas relações que se revelam como encantarias indígenas.

A transmissão pela escrita fria e inerte era o oposto à essência do conhecimento verdadeiro, adquirido pelos africanos através de uma relação direta, efetiva, num encontro interpessoal. É nesse ponto crucial que podemos perceber claramente dicotomia que separa e diferencia as culturas negro-africanas das culturas branco-europeias: a oralidade como base da comunicação e de transmissão cultural. Não se concebia a palavra inerte e apenas descrita: pois em si mesma era movimento e ação. (Bispo dos Santos *apud* Nascimento, 2022, p. 35)

A escrita chega junto com as caravelas, quando a colonização impõe a escrita no território, da palavra que somente era dita, passa a palavra a ser escrita. Nos utilizando dos recursos do inimigo, utilizaremos da própria escrita para tentar resgatar os sentidos da cultura de uma sociedade que no passado, se expressava por códigos na oralidade, como diz Nêgo Bispo, quando traduz seu trabalho da escrita para a oralidade. Considerando que desse contato entre culturas, a forma escrita tem sufocado a oralidade, inferiorizando as comunidades que, de alguma forma, na atualidade, resistem com seu modo ancestral de existir e empobrecendo o imaginário indígena através dos vocábulos portugueses. Por isso, podemos dizer que

somos a cultura do assédio (Quijano, 1992). Entraram no nosso pensamento não com a guerra, mas com o assédio com o discurso permanente de que as pessoas colonizadas eram inferiores, não sabiam da humanidade que existiam nelas. (Bispo dos Santos, 2022, p. 54)

O empoderamento ao qual nos referimos está em perceber a palavra dita ou escrita, contanto que percebamos seu conceito. Como apresentamos a palavra ocupação, em vez da palavra invasão, no livro de História do ensino fundamental, ao se referir da chegada dos portugueses no litoral de Pindorama, do que viria a ser o Brasil. Simplesmente, trazer ao lugar de valor o modo indígena ao construir narrativas da História, dessa vez, contada pelo ponto de vista de quem foi invadido. Segundo Bispo dos Santos (2023, p. 13) diz que

[...] precisamos transformar as armas dos inimigos em defesa. Então, para transformar a arte de denominar em uma arma de defesa, resolvemos denominar também. [...] A partir daí, seguimos na prática das denominações dos modos e das falas, para contrariar o colonialismo. É o que chamamos de guerra das denominações: o jogo de contrair as palavras coloniais como modo de enfraquecê-las”.

Entender esse lugar de importância da palavra dita e da palavra escrita é para além da concordância gramatical ou fonética. Existe uma dimensão sensória na palavra proferida que está na dimensão da ideologia. Lugar de disputa e orientação do sentir, pois é nesse lugar onde acontece o confronto entre o “homem natural”, ou seja, o ser humano que se constrói através de um entendimento contínuo e complementar a natureza, e o “homem colonizado”, isto é, apartado e rompido com a natureza. Devemos, inclusive, nos negarmos a “fazer coro com o discurso colonial como se fosse nossa única chance de conciliação”. (Krenak, 2022, p. 42)

Outro ponto relevante de introjeção causada pelo tema é quando resgatamos da história, o momento em que Padre Anchieta, por meio da Companhia de Jesus, perpetua seu trabalho de evangelização indígena. Foi quando se utilizou dos curumins para introduzir na cosmologia indígena, ideias baseadas no moralismo cristão para a disseminação da autodesvalia e cosmofobia. Entendendo que

a cosmofobia é o medo, é uma doença que não tem cura, apenas imunidade. E qual é a imunidade que nos protege da cosmofobia? A contracolônização. Ou seja, o politeísmo, porque a cosmofobia é germinada dentro do monoteísmo. Se deixamos o monoteísmo e adentrarmos o politeísmo, nos imunizamos. No mundo politeísta não existe pecado original, ninguém foi expulso do jardim do Éden, ninguém tem memória de terror. Os deuses e as deusas são muitos e não temos medo de falar com eles. No mundo politeísta, ninguém disputa um deus, porque há muitos deuses e muitas deusas - tem para todo mundo. (Bispo dos Santos, 2023, p. 19)

Então, a contracolônização é a única força que se levanta para combater a cosmofobia. Podemos concluir que pela redução na capacidade de se relacionar com outras

divindades e deuses, a pessoa exposta ao processo monoteísmo, torna-se impenetrável em capacidade de comungar com outros universos, e muito menos, com outras realidades religiosas pelo preconceito. Pois, o ódio aparece nos discursos e a raiva no comportamento das pessoas transitantes, ou seja, pessoas que não estão estacionadas em suas ideias, mas em movimento cognitivo e filosófico sobre quem são, depois da exposição ao adestramento e a colonização, sabemos que diante dessa realidade de ser invadido por um mundo novo que impulsiona um outro mundo para fora de sua trajetória natural,

[...] adestrar e colonizar são a mesma coisa. Tanto o adestrador quanto o colonizado começam por desterritorializar o ente atacado quebrando-lhe a identidade, tirando-o de sua cosmologia, distanciando-se de seus sagrados, impondo-lhes novos modos de vida e colocando-lhe outro nome. O processo de denominação é uma tentativa de apagamento de uma memória para que outra possa ser composta. (Bispo dos Santos, 2023, p. 12)

Esse pensamento foi instrumentalizado para controlar os “selvagens” através de um projeto de reeducação sociocultural para a população local. Poderíamos na atualidade, fazer relação da construção da subjetividade dos curumins, com a construção da subjetividade das crianças atendidas na escola pública. Ou mesmo os grupos de adultos que estão no processo de alfabetização que passam pelo mesmo modelo de educação bancária a qual as crianças estão expostas, elaborando os sentidos e as ideias. Então, com a iniciada doutrinação pela alfabetização e pela infância, fica mais fácil a transposição da cultura acontecer de ordem orgânica, sendo originalmente advinda de um lugar de ordem sintética, esse lugar de disputa ideológica por meio das narrativas (assédios), elaboram e envolvem a subjetividade das pessoas (adultos e crianças), que fortalecem ou enfraquecem os valores e princípios de uma sociedade marcada pela violência.

As ideias centrais excludentes do teatro inquisitivo e impositivo arquitetado pela Companhia de Jesus, e denominado por ela de catequese, estão na escola até a atualidade, fortalecendo o projeto de cosmofobia da identidade a tudo que não seja europeu, branco e higiênico. Inclusive, porque há na rede pública de ensino, matriculados em escolas regulares, descendentes de indígenas desaldeados, isto é, aqueles que estão fora das aldeias. Onde muitos desses indígenas desaldeados, longe de suas identidades orgânicas, negam sua origem, assumem valores coloniais para sobreviver, acabaram absorvidos pela cultura do branco que os colonizou, como negarem sua origem indígena. Tem vínculos de ancestralidade porque nasceram indígenas, porém, esses mesmos indígenas desaldeados, desenvolveram cosmofobia da identidade indígena. Pelo distanciamento dos territórios e por desconhecimento da sua história, absorvem narrativas colonialistas ao ponto de rejeitar sua própria cultura.

O Estado é colonial e através de suas contradições, por meio das políticas públicas afirmativas, têm construído um contexto social, que ao mesmo tempo em que avança no reconhecimento e valorização da identidade indígena, considerando sua origem histórica e milenar, retrocede em casos de desapropriações dos povos originários em seus territórios ancestrais. Trazer o caráter universal da etnogênese Anacé é apresentar as complexidades da identidade indígena que perpassa pelas características físicas e subjetivas que considera em sua estrutura sua ligação com seu território, a inserção direta nos processos de auto-organização, no seguir dos rituais ancestrais e se comprometer com a aldeia, são fortes indicadores do pertencimento daquele sujeito naquele território, determinando seu pertencimento àquele grupo étnico.

Os indígenas desaldeados, ao perceberem suas características físicas e descendência, podem potencializar suas percepções de autodesvalia. A estes sujeitos ainda permanece a falta de direito de terem seus saberes contracolonizados. Como despertar para ressignificar sua história quando sua história é negada pela escola que deveria acolhê-la? Referente aos grupos étnicos existentes no território cearense, documentos oficiais diferem em número de etnias registradas. Para análise dos documentos, utilizaremos o mapa étnico no site do Governo do Estado do Ceará e o mapa étnico da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo – APOINME, por serem estes os mapas que contém igualmente o mesmo número de registros de etnias cearense e por serem igualmente os mapas que registram o maior número grupos étnicos. De acordo com a Funai,

existem seis grupos indígenas no Estado: Anacé, Tremembé, Jenipapo-Kanindé, Potiguara, Pitaguary e Tapeba. Segundo o ISA (Instituto Socioambiental), essa conta passa para dez. Somando-se aos supracitados os grupos: Tabajara, Kanindé, Kalabaça e Kariri. Enquanto isso, a APOINME (Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do NE, MG e ES) contabiliza quatorze, incluindo: Tupinambá, Jucá, Gavião e Tubiba-Tapuia. (Gonçalves, 2016, p. 1)

Os documentos se diferenciam em relação à quantidade de grupos indígenas registrados, mas não em relevância histórica, pelo fato de terem sido elaborados em momentos distintos da História do Ceará. As etnias cearenses buscavam as instituições do governo quando sofriam ataques em seus territórios. O processo de organização da etnogênese indígena cearense se inicia nos anos 1950 por meio do Partido Comunista do Brasil - PCB, que ao longo dessa década atuou junto ao campesinato articulando a organização política das primeiras ligas camponesas.

E nos anos de 1960, a Arquidiocese de Fortaleza inicia o processo de organização das etnogêneses cearenses através da Pastoral da Terra. Esse momento de integração entre a Igreja Católica e as Comunidades Tradicionais torna-se importante porque foi nesse período da História que aconteceu uma espécie de “revisão de identidade” dos povos indígenas no Ceará. Nesta época, grandes grupos econômicos iniciam uma luta contra os povos originários, pelo direito ao uso da terra. Estava em ataque a identidade ancestral dos grupos étnicos cearenses. Portanto, nesse período, os indígenas precisaram comprovar na Justiça, suas identidades.

Então, o Estado passa a mediar os conflitos que se apresentavam entre as comunidades tradicionais *versus* os grupos econômicos. Para ser preservada, a cultura indígena passa pelo processo de reconhecimento de suas etnias, validando suas identidades e confirmando sua permanência em seus territórios. Esse procedimento localiza o território indígena como pertencente ao sujeito indígena. Ao mesmo tempo em que se apresenta esse cenário, fica à mostra a contradição a qual não podemos deixar de citar. A Igreja Católica que na atualidade uniu forças com os indígenas, é a mesma Igreja Católica que, ao desembarcar em praias brasileiras, atendia pelo nome de Companhia de Jesus. Dessa vez, a Igreja Católica compõe o cenário político do campo cearense na intenção de construir narrativas emancipatórias a respeito da elaboração da imagem nacional do indígena. A ação católica estava ligada à Teologia da Libertação que combate o sistema econômico e busca reparação histórica e social das questões indígenas. Se compreendia como uma

corrente da teologia cristã latino-americana, que condenava o capitalismo e defendia profundas transformações na sociedade, teve grande influência em setores da igreja católica (Löwy, 2000), principalmente nas áreas rurais e periferias das metrópoles na América Latina, entre os anos 70 a 90. (Vaz Filho, 2018, s/n)

Com o despertar da Teologia da Libertação, as narrativas bíblicas ganham uma dimensão da consciência, antes ignorada pelos seus representantes, porque produziria consciência ao invés de produzir riqueza. Então, eram expostos em culto sagrado às contradições entre o cenário mítico e mágico cristão, com a dureza da realidade social de imposição cultural no campo. Este era o cerne do processo de conscientização que acontecia nos territórios onde a Igreja Católica atuava junto às populações locais. A igreja passou a trazer reflexões através dos sermões nas missas onde fazia relação com passagens bíblicas e a revolta popular, passou a interferir no cenário rural de organização política e produtiva das regiões, entrando em conflito com fazendeiros e grandes produtores. A Igreja Católica, cada vez mais presente nas questões sobre as comunidades campesinas, passou a atuar através da Pastoral da Terra no território nacional. Construiu-se uma força política rural que nasceu por dentro das

comunidades tradicionais, dentro das quais o movimento indígena faz parte. Então, é na década de sessenta que se iniciam as elaborações dos novos mapas etnográficos dos povos indígenas no Ceará.

O processo de construção da etnogênese dos povos originários foi a forma com que as comunidades tradicionais encontraram para reagirem aos ataques em seus territórios. Os indígenas cearenses desenvolveram o trabalho de reorganização das aldeias junto às instituições do Estado para combater a invisibilidade e o apagamento de sua cultura no território cearense. Segundo Ailton Krenak (2019), no documentário “Guerras do Brasil”, ele fala da intimidade da experiência vivida pelos portugueses ao desembarcarem, doentes e famintos, nas praias brasileiras. Foram acolhidos, alimentados e tratados os doentes. Fortalecidos e curados passaram a fazer parte do dia a dia das aldeias. De forma sutil, observavam o cotidiano dos indígenas enquanto esperavam o momento certo para atacar. Esse momento da história é retratado pela escola de forma romântica, sem crítica, supervalorizando a imagem do “branco salvador”. Entretanto, a escola libertadora trata de compreender as questões econômicas pelas quais as explorações marítimas foram inventadas.

Os princípios e valores que moveram as navegações marítimas pelo mundo, no século XVIII, confirma a afirmação de Ailton Krenak quando diz que mesmo diante da acolhida, da permanência e do compartilhar na aldeia, o branco colonizador já ancorou em praias brasileiras com seu projeto econômico, pronto para a execução: invadir, roubar e matar, ou seja, as esquadras precisavam trazer riqueza para suas monarquias. Essa era a missão. O papel das navegações foi determinante para estabelecer a economia dos países europeus, que desenvolveram seus projetos de sociedade baseados no estado de bem-estar social de sua população, em detrimento das violências que submetiam as populações nativas colonizadas por uma narrativa cosmo-fóbica, “responsável por esse sistema cruel de armazenamento, de desconexão, de expropriação e de extração desnecessária”. (Bispo Dos Santos, 2023, p. 27)

Com as capitâneas hereditárias, a organização, a ocupação e colonização do Brasil surge para atender as exigências da Coroa Portuguesa de invadir o percurso do litoral ao sertão, que começou a ser intensificado pelos soldados portugueses e os missionários da Companhia de Jesus. O sistema foi implantado na década de 1530 e consistiu em destinar aos nobres portugueses o direito de explorar uma região chamada de capitania. Foram estabelecidas 14 capitâneas hereditárias, onde se originou o patriarcado e o machismo. Com ataques às aldeias, muitos grupos indígenas se refugiaram adentrando cada vez mais no sertão. À custa de muita injustiça, muito sangue e muita tristeza a organização social das colônias, enriqueciam as monarquias. Em meio ao alto investimento financeiro da Coroa em garantir as invasões

marítimas, o retorno financeiro deveria vir dos novos territórios, onde buscavam formas de dominar e explorar a população indígena.

Na contramão da acolhida, ainda no pensamento de Ailton Krenak, os indígenas sofreram um golpe de traição cometido pelos brancos. Os europeus se inseriram nas aldeias e tiveram tempo de planejar sua guerra traiçoeira, mudando a vida das aldeias e roubando suas terras através do uso da força bélica europeia contra os povos originários. A partir dessa ideia, podemos refletir qual a importância dos conteúdos socializados, sendo criado os espaços educativos. Quais protagonismos estamos fortalecendo e qual identidade histórica coletiva está em formação no contexto atual brasileiro? Trata-se de reconhecer as injustiças históricas e sociais cometidas contra os povos indígenas, o que levou a população miscigenada brasileira a negar seu próprio direito à consciência orgânica indígena na formação humana.

Enfatizamos que, desde a chegada das esquadras portuguesas, a Companhia de Jesus, de forma simpática, sutil e acolhedora, ataca a cultura indígena que passou a ser tratada como força inimiga no processo de europeização dos continentes, invadidos e explorados, pelos europeus. A força do preconceito e a força da discriminação cultivadas são usadas como arma ideológica contra a cultura indígena, que não pode florescer, porque florescendo sua lógica existencial, se opõe a cultura estrangeira, passando a tratá-la como inimiga, que deve ser aniquilados os que se levantam contra sua hegemonia, para seus opositores políticas públicas de escravização. O projeto de apagamento de uma cultura é executado quando se iniciam construções de narrativas que fortalecem a cultura que a desqualifica, que a animaliza e que deforma a imagem do indígena.

O despertar dos sujeitos que vão se desenvolvendo na relação com suas lutas coletivas, promove orientações individuais, com base na perspectiva ancestral e comunitária. A desconstrução das propostas pedagógicas tradicionais, a partir do contato com fatos históricos contados pela população indígena, proporciona ao educando a possibilidade de identificar a intenção da narrativa do branco colonizador como salvador. Existem três fatos históricos de violência cometida contra os povos indígenas. A cronologia diz que a primeira foi a chegada da Companhia de Jesus que insere no tronco ideológico indígena, princípios do catolicismo português, iniciando seu processo de aculturação. O segundo ponto surge entre os anos de 1656 e 1657, com o registro do massacre dos Anacé na Lagoa do Banana, que aparece no livro de Serafim Leite, “História da Companhia de Jesus no Brasil (tomo III, p. 85), o seguinte trecho: o primeiro Jesuíta que trabalhou em Parangaba e outras aldeias vizinhas, foi António Ribeiro, missionário de Ibiapaba, a chamado do Almojarife e do Capelão da Fortaleza, já então no lugar

atual, para apaziguar a rebelião subsequente ao morticínio dos Anacé. (Brissac, Nóbrega e Schettino, 2012, p. 11)

E o terceiro ponto foi a violência cometida contra o indígena Galdino, levando-o à morte. Galdino morreu pelo preconceito, alimentado pela matriz do branco colonizador que tenta apagar a cultura indígena. Para isso, foi necessário que a Companhia de Jesus, que ainda é viva através de ideias e pensamentos equivocados, surja no processo de escolarização por meio da escola jesuítica, onde vai se transformando em escola tradicional. Voltando a Galdino, os cinco jovens de classe média alta, dão o retorno socioeducacional de seus processos formais de escolarização, foram incapazes de distinguir a gravidade do que fizeram, sem nenhum motivo aparente, mataram uma pessoa incendiada por pura “diversão”.

Esse entendimento sobre a vida, provocado por uma matriz cultural discriminatória, possibilita fazer interpretações bizarras da realidade. Por exemplo, quando um dos jovens assassinos expressa sua “justificativa pelo ocorrido” em pleno século XX, disse ter confundido Galdino com uma pessoa em situação de morador de rua, como se uma pessoa em situação de morador de rua, fosse um convite a sua desumanidade, assim é formada uma aberração cognitiva. Percebemos que o assassinato coletivo de Galdino, não se restringe apenas aqueles cinco jovens, mas para além disso, demonstra a falência da sociedade ao interpretar a realidade, o crime foi cometido devido a interpretações bizarras que os jovens fizeram, ao confundi-lo, quando o mataram por divertimento.

Esses três pontos fazem relação com as consequências extremas socioculturais que estruturam o pensamento e que direcionam o comportamento humano em sociedade. Da linha cronológica da invasão do Brasil, ressaltamos três pontos do processo de aculturação experimentado pelos indígenas, aos quais expomos. A intolerância cultural desenvolvida pela matriz do branco colonizador deixa marcas profundas na história do Brasil que devem ser lembradas para que situações como essas não se repitam.

Para combater a violência extrema da atrocidade cometida diante da discriminação e do preconceito, é que o terceiro objetivo específico dessa pesquisa busca construir uma cartilha com o conteúdo programático preparado pela aldeia e escola indígena Anacé, onde a cultura Anacé será apresentada através de cinco temas geradores, desenhando o existir Anacé pelo âmbito da espiritualidade, da cultura alimentar, da medicina tradicional, da arte e da corporeidade. Após a realização do Curso de Formação Anacé, idealizado e realizado por Dona Angela Anacé, vimos na elaboração do material didático pedagógico (cartilha) um espaço especial que se abriu para promovermos a disseminação da cultura indígena nas escolas,

iniciando pela escola da própria aldeia, fortalecendo a tolerância e o Bem-Viver entre as diversas culturas e formas de ser que existem na sociedade.

É quando nos atemos à etnogênese Anacé para entender a sua inserção na escola como uma crítica à educação bancária colonial. No caso do Município de São Gonçalo do Amarante, que antes era território indígena, hoje, os Anacé são encontrados somente no hino cívico municipal, pois, foram removidos para o município vizinho, Caucaia. Processo esse de racismo ambiental que levou à expulsão de 164 famílias indígenas de suas terras. É quando o Povo Anacé inicia um movimento de auto afirmação étnica pela permanência em suas terras, reivindicando seu direito ao território no ano de 2003.

Trazendo fragmentos da história, após iniciadas em 1996, as obras do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP avançam na sua construção. Em seu site oficial, o CIPP se apresenta como: o Complexo do Pecém – CIPP S/A é uma *joint venture* formada pelo Governo do Estado do Ceará, no Brasil, e pelo Porto de Roterdã, na Holanda. Uma empresa multinacional responsável por gerir e desenvolver um complexo industrial e portuário no litoral oeste do Ceará com mais de 19 mil hectares e composto por uma área industrial, que possui algumas das principais unidades fabris do nordeste brasileiro; pelo Porto do Pecém, um terminal *offshore* de classe mundial; e pela nossa subsidiária ZPE Ceará, a primeira Zona de Processamento de Exportação a operar no Brasil.

A população Anacé é de 2.361 pessoas e a aldeia Anacé pesquisada tinha suas terras originalmente no território de São Gonçalo do Amarante. Fazem parte da segunda leva de grupos originários que sofreram racismo ambiental de seus territórios em função da ampliação do projeto do Complexo Industrial e Portuário do Pecém – CIPP e da retomada das obras do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Criado em 2007 como uma estratégia que propunha como macro-objetivos a promoção do crescimento econômico, o aumento do emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira.

Interessante como nos esbarramos nos belos *slogans* de apresentação do empreendimento em questão, quando apresentam seus micro-objetivos sustentáveis, ao mesmo tempo, em que tentam não transparecer truculência e arbitrariedade entre os conflitos que eles formam. Falam que seus micro-objetivos vão no fluxo do aquecimento econômico e melhoria de vida da população local. Evidenciamos a exploração e a humilhação devido ao conflito, ou seja, o inverso de suas propostas, em meio às suas ações. Ao removerem as comunidades tradicionais de seus territórios de origem, ocasionam desestabilidades das famílias que precisam da terra para desenvolverem suas atividades de subsistência. A aldeia pesquisada foi removida

e hoje se localiza na reserva indígena Taba dos Anacé, cujo endereço é Rodovia do Garrote, 85, no bairro Jurema, no município de Caucaia, no Estado do Ceará.

A violência portuguesa experimentada pelos Anacé em seu território tem seu primeiro registro encontrado por essa pesquisa, datado entre os anos de 1656 e 1657, registrado em relatório oficial que era enviado da colônia para a Corte. O jesuíta Antônio Ribeiro de Ibiapaba foi convocado para conciliar o massacre dos Anacé, vivido na Lagoa do Banana, onde animalizados, foram brutalmente assassinados. Os registros mostram a violência brutal a qual foi exposto o povo Anacé. Essas atrocidades devem ser lembradas para que episódios como esse não se repitam.

No parecer técnico 01/09, do Ministério Público Federal, através da Procuradoria da República do Estado do Ceará, que data de 23 de abril de 2009, e tem como título: **o povo indígena Anacé e seu território tradicionalmente ocupado**, traz informações complementares que ajudarão nas elaborações que nos permitiram reflexões sobre o lugar de medo e vulnerabilidade ao qual foi lançado o povo Anacé. Há entre os membros da etnia Anacé um relato recorrente: é a narrativa do massacre da Lagoa do Banana. Assim narra Jonas Alves Gomes, o Cacique Jonas Anacé (cf. Brissac, 2006, p. 4-5) “o que ouvia de seu pai acerca do massacre: o governo mandou seus soldados pra matar todos os índios. E a lagoa se tingiu de sangue. Os sobreviventes fugiram pra estes lados de cá: Japuara, Salgada, Bolso, Matões”.

Ainda temos o relato do Sr. Pedro Pereira da Silva, de 65 anos de idade, pescador, morador de Matões, quando diz que “o governo mandou dizimar os índios. A lagoa ficou vermelha da cor de sangue. Quem me contou foi meu amigo Manuel Grosso, já falecido, que morava na Japuara, e ouviu a história do seu pai.” E ainda no relatório, Francisco Ferreira de Moraes Júnior, o Júnior Anacé, narra:

ouvi da minha tia Maria Freire, que o seu pai contava que na era dos três oito foi uma época de grande seca. Chegou uma tropa de cavalos e detonou várias bombas lá e aí matou muita gente, muitos índios Anacé, junto à Lagoa do Banana. Seus corpos foram jogados dentro da lagoa, que virou um mar de sangue da noite pro dia. Os que escaparam, apavorados com tanta violência fugiram para as matas da região: Japuara, na linha da Serra dos Caborés; Santa Rosa, no pé da Serra dos Gatos; Matão, hoje Matões, Coqueiros e Bolso. Também o meu avô, um dia, nós amarrando cebola debaixo de um cajueiro, falou pro meu pai, ele disse: tome muito cuidado com isso, não pode contar pra ninguém, tem que guardar segredo: nós somos desse povo, dos índios.

Esses relatos verbais são contados e repassados por indígenas Anacé pertencentes ao mesmo povo que sofreu o massacre, sendo de gerações diferentes. Mostram-nos o poder do impacto ainda sentido pelos indígenas, ao manterem contato com esse ponto específico da

história, quando trazido no presente o massacre dos Anacé, seus absurdos ainda são sentidos e socializados. Violência extrema cometida pelos portugueses contra os Anacé e que as marcas desse massacre resistem no tempo e se mantêm forte nas lembranças e memórias. Quanto aos relatos serem ainda fortes na mente de quem ouviu o repasse do morticínio, hoje, busca-se através das narrativas, um caminho na direção que essa história do Massacre, de alguma forma, traga com força a valorização da cultura dos originários no sentido de construir a tolerância na organização das cidades, fora das aldeias. Inserindo o resgate cultural indígena a cena nacional e política da sociedade brasileira.

Temos diante da imposição dos fenômenos, três movimentos históricos que se tornam movimentos que dissipam a força e as ideias centralizadoras da matriz do branco colonizador que ancorava em território indígena: a chegada da Companhia de Jesus, o massacre dos Anacé na Lagoa do Banana e sua remoção do seu território tradicional. Consideramos que diante da construção do Brasil a matriz do branco teve seu exponencial através da centralidade que exerceu ao impor seus princípios e valores de sobrepor, inferiorizar e demonizar a cultura indígena demonstrada através de genocídios registrados na memória das pessoas. Quando, na atualidade, Lima (2017, p. 19), diz que

fomos relacionando a rede de famílias de Matões e o processo migratório desencadeado após o massacre da Lagoa do Banana, lagoa esta que fica localizada no município de Caucaia. A violência deste massacre marcou a memória dos mais velhos do povo Anacé, uma vez que relatos contam que o governo enviou soldados para bombardear o aldeamento Anacé e os indígenas mortos foram jogados dentro da lagoa que “transformou-se num mar de sangue”.

O massacre vivido pelo Povo Anacé na Lagoa do Banana, assim como a atrocidade cometida contra Galdino dos Santos, queimado vivo em Brasília, traz esse imaginário que remexe na percepção e interpretações equivocadas sobre o ser indígena na sociedade atual. A questão posta é a dúvida sobre a humanidade de alguém, já que todo mundo é gente, não haveria porque se ter dúvida ou receio do comportamento de pessoas, jovens ou velhas, em seus grupos quando se encontram. Para que não haja mais justificativas sobre o extermínio de aldeias, podemos dizer que

[...] até recentemente, julgávamos que não havia registro na historiografia oficial acerca de massacres dos Anacé. No entanto, encontramos no livro de Serafim Leite, História da Companhia de Jesus no Brasil (tomo III, p. 85), o seguinte trecho: O primeiro Jesuíta que trabalhou em Parangaba e outras aldeias vizinhas, foi António Ribeiro, missionário de Ibiapaba, a chamado do Almojarife e do Capelão da Fortaleza, já então no lugar actual, que chegou alí no fim de 1656 ou começo de 1657, para apaziguar a rebelião subsequente ao morticínio dos Anacés. Mais adiante (tomo III, p. 88), o mesmo autor assinala que: no Ceará, sem contar Ibiapaba, havia em 1694,

seis Aldeias: Caucáia, Parangaba, Paupina, Paranamirim, e duas de Jaguariguaras. Dois anos depois, Pedro Lelou enumera sete: quatro Aldeias de Potiguares (aquelas quatro primeiras), uma nação de Tapuias Jaguariguaras, já aldeados, uma nação de Paiacus na Ribeira do Jaguaribe, e uma nação de Anacés. (Brissac; Nóbrega; Schettino, 2012, p. 11)

Junto com as caravelas, chega à lógica linear cartesiana, que é controladora e arbitrária. Insiste em se manter pela violência e oprime a lógica circular nativa que formava todo o tecido de fenômenos e efeitos psicossociais e neurobiológicos. Ao qual, elaborava o mundo ao se relacionar com ele. Ao mesmo tempo, nem o homem e nem o mundo sofre uma ação passivamente, sem existir afetação. No contato, construindo-se no que desejam e rejeitam, vão percebendo-se, se achando e se perdendo um do outro. O homem no mundo e o mundo nos homens, desvelando-se mutuamente, o homem forma seu mundo, a partir do mundo, e no mesmo instante em que o mundo como objeto, o homem vai se ajustando.

Entretanto, no modo linear e cosmo-fóbico de se relacionar com a vida, a demonização da natureza não é uma escolha, é uma formação que trata de esvaziar a histórica, a política e a espiritualidade do sujeito apartando-o da natureza, de seu clímax divino com o politeísmo. Onde, através do monoteísmo, o homem ao assumir a divindade de seu Deus, passa a ter os mesmos sentimentos, estaria aí sendo aplicada um modelo da cultura espelho e da cultura reflexo. Quando da mesma forma que os indígenas foram forçados a suprimirem seu imaginário para dar lugar ao imaginário da cultura do branco, ele agora é sua imagem e semelhança. Se tornando o homem salvador e estrangeiro, um representante direto do sagrado, nas terras perigosas que precisam ser punidas, dominadas e exploradas em nome da salvação, porque está cheia de primitivos e selvagens sem Deus. Assim, temos o sujeito político religioso, que tem sua fundamentação orgânica na dominação do outro. Como diz Freire ao se referir a hipocrisia cristã, a mediocridade, o sadismo e a hipocrisia cristã presentes na escola, aos quais devem ser identificados e combatidos. Porque este provoca uma reflexão, perpetuando um entendimento de visão cosmo-fóbica, simplesmente por querer transformar tudo em mercadoria.

A história é um rastro de sangue e a memória dos indígenas está repleta de episódios de massacres cometidos pelos miscigenados que pensam e agem de acordo com a cosmo-fobia do branco, provocando um apartamento entre as pessoas. É a total objetificação do outro, que dominado num grau de violência que atingiu o líder indígena Galdino quando jovens brancos de classe média, ao confundirem-no com uma pessoa em situação de morador de rua, ateiaram fogo e o matam, pura cosmo-fobia. Os réus apresentam os sentimentos de valores invertidos disseminados da colonização, elaborados pela matriz do branco euro-cristão, que chegou

através da companhia de Jesus, que insurge no massacre da lagoa do Banana e na retirada dos Anacé de seu território ancestral.

Diante desse debate das potencialidades das três matrizes miscigenadas de construção do Brasil, a cultura indígena busca seu lugar na história. Esse processo de reparação histórica se dá através da valorização da cultura indígena, que poderia ter início na escola, por meio do processo de escolarização dos sujeitos. A escola precisa “indiginecer”. Criar espaços que promovam reflexões que questionam a sociedade sobre a super posição em que é colocada a matriz do branco colonizador, sacralizando-a, em contraposição, a cultura dos originários que está em desvantagem, pois, através do fundamentalismo religioso, o que acontece é a cosmofobia, propaganda através da demonização das práticas originárias, impedindo a circulação dos “Encantados da Natureza” nos projetos pedagógicos e curriculares da escola.

Com a chegada da Companhia de Jesus é iniciado um movimento que se utiliza da Catequese para introduzir as ideias que construíram o Brasil. Esse movimento gera um sentimento de aversão social à cultura dos originários que leva a um discurso de ódio perigoso para a segurança e a democracia da população do país. A questão central é: por que uma cultura é colocada num lugar de “adoração”, enquanto as demais culturas são sempre selvagens indomáveis, sem alma e sem consciência, e que precisam ser dominadas e subalternizadas para terem direito ao reino de Deus? E, ainda precisam ter um espírito de retidão e gratidão perante as “bondades” trazidas pelos europeus.

A “bondade” é outro princípio cristão apresentado por padre Anchieta quando insere na cosmologia indígena esse conceito, apresenta a subserviência e a docilização que surge com a dominação portuguesa por meio do maniqueísmo e do binarismo. Então, é estimado que a bondade como força positiva, leva a Deus, enquanto as forças negativas levam ao Diabo, puro engano quando nos orientamos pela cosmologia indígena ao invocar o sagrado, em nós e no outro através da natureza. O que há é uma dissimulação moral para manipulação da população indígena. A bondade se torna o caminho, onde seu oposto, ou seja, se rebelar, se recusar e enfrentar são caminhos que levam ao Diabo. Então, esse “Deus” e esse “Diabo”, travam uma luta infinita pela alma, porém, tudo sentido no corpo dos homens que só precisam obedecer ao “deus português”. Entretanto, o caminho que leva a Deus, segundo a moral cristã dos Jesuítas, demoniza o politeísmo, gerando a cosmofobia, adoecendo a população indígena que intimamente se relaciona com os “Encantados da Natureza”. Entendendo que os “Encantados da Natureza” não possuem esse lado maniqueísta e binário de perceber e construir a vida e o mundo, pois se configura numa mística percebida pelos princípios herméticos, neste caso, a dualidade.

O maniqueísmo e o binarismo são estratégias de guerra, “dividir e dominar”. Fragmentar o indígena é tirar dele a capacidade de equilíbrio e de harmonia que há através da natureza, por meio do ataque ao seu eixo emocional e psicológico construído no politeísmo, de forma plural, multicultural e diversa. Ao sentir de forma politeísta, ao relacionar-se com as energias, positiva e negativa, como uma dança, e não como uma guerra entre Deus e o Diabo, com uma visão afetada pelo monoteísmo, seu sentir no contato com as forças, positiva e negativa, passa a ser uma guerra, onde uma deve expurgar, expulsar, exorcizar e destruir a outra, base do purismo e moralismo cristão, permanecendo assim, somente a parte positiva que representa Deus, demonizando a força negativa, que representa o Diabo, materializa-se a persona do mal andarilho pela terra. Sem considerar a dualidade, é criada a divisão no íntimo do sujeito que passa pela experiência da “cultura dos demônios”, passam a elaborar suas narrativas através da força e da violência cosmo-fóbicas, e a riqueza no equilíbrio e harmonia compartilhados pelo acolhimento e ensinamentos que trazem as forças negativas, são ignorados e rejeitados.

É o que acontece na escola tradicional que tem suas ideias excludentes como pilar pedagógico central que concentram poder em fragmentar as relações no contato com outras culturas. A educação bancária ou educação colonial é incapaz de olhar com sensibilidade para a cultura indígena. Pois, seu movimento educativo vai exatamente no sentido de retirar direitos e fortalecer o processo de desumanização da identidade indígena. Diferentemente da proposta de inclusão das matrizes dos povos originários que se constroem baseados em relações inclusivas.

Há uma ideia que tenta invisibilizar a cultura dos originários, que na prática, leva à impossibilidade da cultura indígena ser trabalhada com o nível de valorização e importância que merece. Esse movimento gera nos sujeitos da escola a falta de acolhimento ao que é diferente, fortalecendo a ausência de sensibilidade e empatia com a humanidade do outro. Essas ideias de aculturação, que é a inferiorização do outro, construíram a subjetividade dos indígenas, pensada a partir das ideias dos europeus. Com a chegada da Companhia de Jesus é posto em execução o projeto educativo jesuítico através da Catequese, e esse movimento dos jesuítas é apresentado como novo projeto de formação humana direcionado a população indígena, a qual, foi estruturada a partir do pensamento e sentimento de sua inferiorização, parte da desumanização da sua cultura.

Esse novo projeto de formação humana e organização social se inicia no século XVIII, quando o iluminismo se configurou como um projeto civilizatório da Europa que passou a ser imposto a toda a humanidade. O projeto civilizatório de organização trazido da Europa

tem sua base na ideia da dominação e escravização dos habitantes locais dos territórios que invadiam, ideias as quais influenciaram no novo método científico que “trata na verdade, de um referencial civilizatório sedimentado nas ideias da racionalidade, progresso, universalismo, individualismo e da autonomia intelectual, diga-se Ciência”. (SILVA, 2019, p. 71)

Com o surgimento dessas novas ideias do movimento iluminista, a Igreja Católica passa a dividir poder político e econômico com a Coroa, executam seu projeto civilizatório por meio das expedições marítimas, onde os soldados defendiam os interesses da Coroa e os jesuítas defendiam os interesses da Igreja. Logo que os interesses mudaram, a Coroa expulsou os religiosos de seus territórios. Entretanto, a Igreja com seu poder, teve na informação, uma ferramenta que produziu um condicionamento social racista que persiste em marcar a sociedade até a atualidade. Essa forma de estar no mundo é potencializada por uma visão da exaltação da cultura do branco colonizador que tem na sua exaltação uma forma de verticalizar a cultura indígena, característica preconceituosa que trata por desqualificar uma cultura diferente da sua.

As ideias iluministas se afastavam completamente da forma como a religião pensava o mundo. A crítica à sociedade monoteísta combate a demonização ao politeísmo. Isso significava uma quebra fundamental no paradigma defendido pela Igreja que encontra na deturpação da fé, sua justificativa, para seu direcionamento social preconceituoso. A forma iluminista de se pensar a sociedade, localiza a ciência no centro do processo que se baseia no método científico. Entretanto, até hoje, o comportamento das pessoas é regido pelo seu entendimento religioso jesuítico, demonstrando ainda que a cosmofobia foi a base que invadiu de medo e de violência o coração das pessoas, que tentam se proteger do politeísmo através do ódio. “A cosmofobia é o medo, uma doença que não tem cura, apenas imunidade. E qual é a imunização que nos protege da cosmofobia? A contracolônização. Ou seja, o politeísmo, porque a cosmofobia é geminada dentro do monoteísmo. (Bispo Dos Santos, 2023, p. 19)

As ideias do iluminismo trazem uma nova diretriz estrutural de sociedade baseada na racionalidade higienista euro-cristã, porém, é na religião pelas ideias canônicas da Igreja que faz da fé seu método científico e social. As novas ideias de sociedade se espalharam por toda Europa, a disseminação do iluminismo acontece, é quando constatam valer a pena todo o retorno no investimento econômico no projeto das explorações marítimas europeias, impondo o novo método científico aos territórios aos quais invadiam.

Então, fazia parte do projeto das invasões marítimas a estratégia de guerra construída a partir da deformação da imagem dos povos nativos. Retirando-lhes a alma, os enxergam com inferioridade, podendo ser esse um convite a sua desumanização, como aconteceu com Galdino. Lembremos do grupo de jovens de classe média alta, em Brasília, que

não tiveram discernimento quanto a importância da vida. Não pensaram nas consequências da ação extrema de atear fogo no líder indígena Galdino, ultrapassaram todos os limites. Temos a responsabilidade de prestar um serviço à sociedade brasileira e ressignificar a história de Galdino para as gerações futuras, não deixando esquecer a história de uma liderança indígena que foi assassinada pela banalização da vida, numa sociedade construída com ideais tecnológicos, de branquitude e cristã.

Damos essa importância a reflexão feitas a partir do fato de relevância histórica do trauma social, onde o ataque a Galdino representa o estado de vulnerabilidade a qual se encontra qualquer cidadão brasileiro que não esteja dentro do perfil protegido, branco e euro-cristão. Para que não haja mais leituras alucinadas, equivalências bizarras e discrepâncias da realidade, ressaltamos a necessidade e viabilidade do conteúdo das matrizes indígenas e junto a elas a narrativa de Galdino contada pelos originários, ao confeccionar esse trabalho sobre a etnogênese do Povo Anacé ser instrumentalizada como metodologia a contribuir com a reflexão sobre a valorização da vida atribuída aos valores e princípios de uma sociedade mais livre, mais justa e mais harmônica, fortalecendo a convivência coletiva dentro do pluralismo político, ao construir a ética e a estética brasileira, como afirma o quinto inciso, do primeiro artigo, da Constituição da República Federativa do Brasil.

No capítulo seguinte, focaremos dos processos que nos instigaram a realização deste trabalho. Tratando dos processos de elaboração da ementa e da coletiva da produção do material didático pedagógico (cartilha), baseada no Curso de Formação Anacé, produzida com a participação da liderança Anacé e dos professores da Escola Anacé Direito de Aprender. Para a difusão dos saberes e segredos Anacé que serão compartilhados nesse formato didático para o acesso dos profissionais que atuam em espaços educativos e prezam por uma formação crítica e analítica. Finalizaremos com os temas geradores: espiritualidade, cultura alimentar, medicina tradicional, corporeidade e arte, quando ao finalizarmos essa escrita, seguiremos para a construção do material didático pedagógico (cartilha).

5 PROCESSOS METODOLÓGICOS DE CONSTRUÇÃO DO CURSO DE FORMAÇÃO ANACÉ

Neste capítulo, falaremos sobre a presença de Dona Angela na trajetória da construção metodológica do repasse dos saberes Anacé e sua contribuição para a educação. Esse movimento contextualiza o fortalecimento de espaços democráticos: plurais, diversos e multiculturais. Entendendo que nessa (inter e intra) relação entre os universos dos seres vivos e não vivos, são construídas cosmologias pessoais distintas baseadas na tolerância e na compaixão, sem esquecer da cruel injustiça sofrida pelo líder indígena Galdino. É nessa potência de protesto e consciência que se move essa escrita, para que o racismo estrutural não provoque mais vítimas, invertendo princípios quanto ao valor da vida.

Acontecendo no corpo físico e transcendental deste trabalho, no qual se imprime o desejo de Dona Angela, serão expostos os processos da construção da metodologia do Curso de Formação Anacé. Por meio das características e das reflexões que contribuíram com sua importância para a educação no combate ao racismo estrutural através da etnogênese Anacé. No próximo, subtópico o olhar será sobre as etnoaulas e suas contribuições pessoais e coletivas de cunho sóciopsicoemocionais, entendendo ser esse encontro com a contracolonização, um caminhar na direção da saúde física e mental.

5.1 Etnoaula

Existe um debate contracolonial sobre o uso ou não da palavra etno antecedendo a palavra aula. Uns se posicionam de forma a entender que seu uso é uma forma colonial, outros defendem sua aplicação pelo fato ressignificado que afirma ancestralidade, contextualização, território e pertencimento. Numa roda de conversa informal, método de coleta de informações utilizado por nós, metade do grupo Anacé achava válido se utilizar a palavra etnoaula, enquanto, a outra metade se valia da potência da palavra para propagá-la.

Precisando escolher um caminho a seguir, defino que o uso da palavra etnoaula se torna mais interessante, por caracterizar uma aula que tem suas raízes na ancestralidade, contextualização, território e pertencimento. Ou seja, acreditamos que esse bojo semântico, nesse momento da história, seja a forma mais adequada, havendo fortalecimento diferenciado nos espaços construídos com olhar na diversidade e pluralismo.

Somente através da etnogênese é possível a aplicação das etnoaulas, que ao mesmo tempo que são elaboradas, trazem identidade e consciência em sala de aula por apresentarem

pedaços da visão ancestral e de uma forma de vida enraizado na troca de saberes por considerar qualquer outra forma de vida. As etnoaulas trazem profundidade e intensidade no combate a colonização dos saberes e dos sentidos porque se fundamenta na etnogênese Anacé, construída na luta e na resistência. Esses processos pela sobrevivência, ao existir, garante possibilidades de experiências que formulam e moldam as pessoas nas dimensões da ética, da estética e da política. A razão maior é a confirmação que após um processo de luta pela existência, o ser humano se enche de uma compreensão ancestral, onde a dimensão da consciência está na experiência, pois, o fenômeno aciona seus dispositivos de sobrevivência, deixando sensíveis seus receptores quanto ao invisível.

Figura 12 - Execução da Cosmociência, do Etnoconhecimento e da Etnoaula Etnoaula/oficina de Espiritualidade



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

Então, nesse caso, a etnogênese experienciada pelo Povo Anacé forjou seus sentidos, seus entendimentos e suas formas de se relacionarem com os outros e com o mundo, refazendo universos individuais e reorganizando sua cosmologia coletiva. Porque deixando sua espiritualidade mais forte é deixá-la mais sensível, se apresentando como uma presença firme e sentida pelos grupos nas etnoaulas e nas oficinas por meio do espectro da etnogênese Anacé, que se faz na sua relação com o território. Pois, toda a luta e resistência existe em função da importância do território, ao mesmo tempo, defender o uso do termo etno, é defender saberes e conhecimentos, é encontrar-se com a contracultura que é o conhecimento da mata, onde o processo decolonial está na luta ao se fazer necessária na atualidade e a resistência na realidade se apresenta de forma fundamental para a sobrevivência do povo Anacé em direção a organização do processo contracolonial que repercute diretamente nas etnoaulas.

Para entendermos a palavra etnoaula, precisamos entender o prefixo “etno”. Pois, a união desses dois termos (etno e aula) mensura a interpretação de um terceiro significado, localizando essa nova palavra ao centro. Cria-se um campo semântico repleto de possibilidades para lidar com a nova realidade e intervir nela de acordo com suas necessidades e abrangências.

Etno - é um radical grego que significa "raça", "nação" ou "povo", e é a raiz de muitas palavras relacionadas ao estudo dos povos e suas culturas, como etnografia e etnologia. A etnologia é a ciência que analisa e compara culturas e etnias, utilizando os dados descritivos recolhidos pela etnografia. A etnografia é o estudo e descrição de um grupo cultural específico, através da imersão do pesquisador na comunidade para observar o seu comportamento e a sua cultura de forma detalhada. (<https://www.dicio.com.br/etno> - 2025, 01/09/25, 08:51)

Uma aula de etnologia foca-se no estudo comparativo e analítico de culturas, utilizando dados recolhidos pela etnografia para estabelecer generalizações e reconstruir histórias culturais, como se pode ver sobre a etnologia indígena. O objetivo é compreender, comparar e analisar sociedades humanas, analisando aspetos como religião, economia e territorialidade, e construindo um conhecimento mais aprofundado sobre a diversidade cultural humana.

A etnoaula busca unir essas percepções da etnociência que estuda o comportamento e os sentidos de povos e culturas diferentes. O que está presente e que se mostra e se movimenta através dos símbolos e signos apresentados socialmente pela cultura que é fortalecida, refeita ou retirada dos territórios, gerando novos sistemas de códigos. Essa estrutura de elaboração da psiquê humana, enche os olhos de maravilha e encanta pela complexidade da beleza e da riqueza no contato com a cosmologia da natureza, fonte de nossa cosmologia. “A síntese entre a arte e a ciência revela uma profunda consciência de uma ecologia sistêmica, [...] a qual a terra é um sistema vivente que se auto-organiza e se autorregula, a hipótese de Gaia. (Lovelock, 1979 *apud* Bonvini, 2024, p. 67)

O conceito de etnoaula aqui passa pela ementa da Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé e que está localizada na Reserva. Onde fizemos algumas oficinas junto a Liderança Anacé, aos professores e a gestão da escola. Momentos ricos no envolvimento com às práticas e as reflexões sobre os sentidos, aflorando assim, várias dimensões do corpo para descobrir e reforçar formas e conceitos trabalhados em sala de aula e nos espaços educativos, dentro e fora da aldeia. Através da consciência é possível construir um lugar de segurança em lidar com os enfrentamentos e as contradições próprias que carregam as pessoas em suas cosmologias.

Os materiais, equipamentos e conteúdo que são apresentados nas oficinas das etnoaulas buscam narrativas que se relacione com as experiências íntimas e transcendentais dos participantes, contribuindo com a formação das pessoas. Entendendo que há um deslocamento psicológico e um aprofundamento emocional dos processos durante as etnoaulas. Transformando o Curso de Formação Anacé em um curso também de cuidados e curas. Porque sendo,

algo sagrado, que integra a essência do ser humano, que respeita as diferenças de raça, de gênero, de classe social, ideológica e religiosa. [...] o autor revela que a palavra sagrada, etnologicamente, significa saudável, inteiro, não quebrado, e o verbo sarar significa retornar ao estado de globalidade, superando a cisão e a fragmentação. (Bonvini, 2004, p. 59)

A diferenciação da etnoaula está em como perceber e elaborar o material orgânico do mato, sua transcendência pedagógica ligada ao território, construindo uma cosmologia conectada a natureza. Isto é, perceber a etnoaula como um processo de cuidado e cura, é também, perceber-se nesse lugar de sensibilidade e contato com o outro, de sentir as fragilidades, densidades do local e ter sensibilidade para conduzir o movimento que está sendo trabalhado naquela esfera física, controlado por uma esfera não-física quando é sentida uma presença primitiva marcante. Entender uma aula e/ou uma etnoaula, é estar conectado com suas dimensões psicoenergéticas, onde ao mesmo tempo, em que se deixa ser levado pela força, é também, está atento para conduzir a força, para que a força não se prenda e não se perca. É acionar uma dimensão perceptível do ser.

Figura 13 - Junior Anacé e Dona Angela – Dia da Entrevista Semiestruturada



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Numa conversa com Dona Angela e Junior Anacé, na qual falávamos sobre os desafios e potencialidades na elaboração de uma etnoaula, com autorização dos presentes, registrei uma entrevista semiestruturada. Dona Angela, em especial, falava de suas dificuldades e de seus medos quanto aos desafios no seu envolvimento de sua etnoaula, quando não somos preparados oficialmente e profissionalmente pelas faculdades e universidades. Segundo Junior Anacé (2025), se referindo à Dona Angela diz que

mesmo com medo de sala de aula, quando ela bota em prática, dá a entender que ela tem experiência de anos atrás de sala de aula, porque ela tem na raiz da história e da sua prática tradicional a própria educação da escola indígena. Educação escolar indígena, por exemplo, como fazer um artesanato, ali existe a pedagogia do fazer, pedagogia do conhecimento.

Essa pedagogia do saber e essa pedagogia do conhecimento se encontram com a pedagogia da Terra na Reserva, onde estão os Encantados da Natureza, os seres vivos e não vivos, de onde toda a subjetividade de Dona Angela aflora. Ali, ela consegue acessar sua ancestralidade, suas tradições e suas crenças. Ou seja, “primeiro, na maneira como cada um entende o mundo: o monoteísmo linear e singular e o politeísmo circular e coletivo. Depois na forma como eles lidam com a natureza, o colonizador de uma forma sintética e os contra-colonizadores de uma forma orgânica”. (CRUZ, 2019 apud BISPO, 2022, p. 39)

Para a construção da etnoaula é considerado o posicionamento contracolonial permitindo alterações na abordagem, na técnica ou no conteúdo, mantendo a didática que é a de Dona Angela. A contextualização é uma estratégia de construção do conhecimento. Ela nos garante que o contexto a ser trabalhado seja aproximado da realidade dos participantes que acessam suas próprias ancestralidades, potencializados pela ancestralidade de Dona Angela.

A abordagem contextualizada cria um campo semântico que tem sua dialogicidade ao se aproximar da realidade dos participantes. Sua elaboração produz apreensão de saberes que tem seus signos e símbolos decodificados e ancorados em conhecimentos prévios. Ou seja, a informação nova busca se encaixar na informação velha, buscando continuidade e sequência no fluxo do pensamento na fusão entre o novo e o antigo, construindo significância. A contextualização é uma ferramenta poderosa nas etnoaulas de Dona Angela. Ela experimenta formas de construir os conteúdos, preocupada com a apreensão dos participantes e seu envolvimento nas etnoaulas. Dona Angela (2025) diz:

[...] irei colocar em prática que nós temos o calango, o tejo, o passarinho cantando aqui no nosso quintal. Não vou falar do hipopótamo que está lá no livro, porque o

peçoal não vai nem saber o que diabo é isso. O que é um hipopótamo se não existe aqui na nossa realidade?

O ponto central da didática de Dona Angela é garantir que a etnoaula desperte a tradicionalidade nos participantes. Que seja um convite ao participante à conexão de suas memórias e lembranças, conduzidas pelas memórias e lembranças de Dona Angela. Toda a cena e todo o cenário são elaborados por ela em seu corpo, sua mente e seu coração, onde moram e são acessados os registros íntimos que constroem seu passado, seu presente e seu futuro. Envolvidos no emocional, no psicológico, no espiritual e no físico dos participantes, vão tendo contato com o espaço e o tempo orgânico, circular e espiralar.

Dona Angela surge como a própria representação de muitos arquétipos de sua cultura. Sabendo da presença fluida nas etnoaulas, ela revela alguns de seus segredos. Ao mesmo tempo, cria-se uma mística em torno da produção de sentido, trazendo para a materialidade o mundo do sentir. Qual o tipo de sentido que emerge dessa atividade pedagógica? Quais emoções são despertadas? Quais pontos do corpo são ativados? Dona Angela assume a performance contracolonial e, ao se colocar nesse lugar, assume também, seu protagonismo, se refazendo em cada etnoaula. E ali, percebe a “necessidade de promover a curiosidade espontânea para a curiosidade epistemológica” (Freire, 2017, p. 86).

É como um ser que assume o espaço, naquele tempo da etnoaula. A presença invocada perpassa pelas manifestações psíquicas, é quando as falas de Dona Angela e as falas dos participantes formam um fio condutor de comunicação. A ideia aqui é também chamar atenção para o quanto esse movimento de troca de informação para a construção do conhecimento são fundamentais para que haja entendimento, compreensão e apreensão do que está sendo dito através dos conteúdos, dos equipamentos e dos materiais envolvidos de forma contracolonial.

Entendemos que para o homem, o mundo é uma realidade objetiva, independente dele, possível de ser conhecida. É fundamental, contudo, partimos de que o homem, ser de relação e não só de contato, não apenas no mundo, mas com o mundo. Estar no mundo resulta de sua abertura à realidade, que o faz ser o ente de relações que é. (Freire, 1967, p. 47)

Tudo nos atravessa como uma palavra, um tempero, uma música, um gosto, um cheiro. São códigos e símbolos individuais criando sentido e recriando consciência nos sistemas orgânicos que vamos estruturando, direcionando o sentir, organizando o olhar. Há um tratamento das informações trazidas pelas conversas, esses pontos fundantes do pensamento, trazem o que molda a autoestima que cria a moral com a qual nos relacionamos com as pessoas

e seus universos, manifestadas através da ética, da estética e da política. É desses sistemas de crenças através da fé que criamos narrativas que vão moldando nossa realidade, nos mudando e transformando o nosso olhar sobre as coisas.

São diversas as dimensões sensíveis que o educador acessa na construção de uma etnoaula. Numa etnoaula, a etnogênese está presente, criando e recriando as histórias da aldeia. São criadas crenças que pela fé são recontadas no cotidiano da Reserva. Segue-se elaborando a nova realidade, somente possível pela afirmação, pela autorização, pelo pertencimento, transpassando as adversidades e simbioses socioculturais que a dimensão do sentir permitir em cada etnoaula. Os participantes, através da “auto-reflexão as levará ao aprofundamento consequente de sua tomada de consciência e de que resultará sua inserção na História, não mais como espectadoras, mas como figurantes e autores”. (Freire, 1967, p. 44)

As etnoaulas estão sendo a porta de entrada, não somente do envolvimento do participante, como também, de se reportar a realidade do participante, mas trazer esse participante para a realidade indígena, experimentando seu olhar, sua visão, sua perspectiva pelo olhar da Natureza, da Mãe-Terra, de Gaia. “Uma autoestima saudável corresponde à superação da Síndrome da Colonialidade Internalizada”. (Bonvini, 2024, p. 89)

Figura 14 - Etnoaula/Oficina de Medicina Tradicional



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Essa preocupação de Dona Angela com a contextualização em suas oficinas aparece também na construção da ementa do curso quando se coloca em posição contracolonial. Consideramos a contextualização o ponto central para a realização de toda a prática pedagógica, porque todo o conteúdo necessita de ser tratado, manipulado, lapidado para que chegue ao

participante do curso da forma mais compreensível possível, potencializando a capacidade de absorção dos conteúdos através de uma etnoaula. Pois, “dentro do processo de evolução criativa que, em saltos quânticos, inventa novas maneiras de ser, individuais e coletivas, caracterizadas por holarquias que respeitam a essência e a dignidade de todos os seres. (Bonvini, 2024, p. 88)

Figura 15 - Dona Valdelice (Mezinheira da aldeia)
Extração de óleo de mastruz – etnoaula/oficina de Medicina Tradicional



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

No sentido geral de construção do pensamento cosmológico, seguiremos numa direção de “indiginecer” como causa central do processo existencial de se tornar indígena, desabrochando de um campo de compreensão e atuando no campo de execução, definindo a sua realidade. E ainda, podendo analisar as relações orgânicas e as relações sintéticas, e seus desdobramentos nas relações estabelecidas no dia a dia, em nosso cotidiano. “Nós pensamos sempre na circularidade, quebrando o monismo, a dualidade e o binarismo”. (Bispo, 2023, p. 31)

Então, uma etnoaula envolvida por Dona Angela no Curso de Formação Anacé, exige um esforço grande para a condução e ministração da oficina, onde o intuito sempre é combater a colonização com a contracultura da contracolonização, preparando seu espaço no seu tempo indígena. Envolvendo atividades que impulsionem reflexões que potencialize a transformações de vida movidas pelas etnoaulas, contribuindo positivamente para uma mudança real de comportamento pelo amadurecimento experimentado no próprio corpo, intensificando e aprofundando a vivência, produzindo uma reordenação sinestésica e psicoquímica corporais que definiram suas ideias e seus comportamentos.

Ao eliminar novas possibilidades anatômicas indissociáveis das suas ações ou do que seria a noção de “corporeidade”, ocorreria uma espécie de subversão estética da categoria tradicional de corpo. Neste sentido, a corporeidade seria como uma rede de anticorpos para romper com a noção de corpo monolítico. Paradoxalmente, mais uma vez, não se escapa da tentativa de discutir o “corpo” ou as suas “corporeidades” é a tentativa evidente de estudar “diferentes estados” de um corpo vivo, em ação no mundo. (Greiner, 2005, p. 21)

É o roteiro, o sol que acompanha Dona Angela em suas intervenções, alinhada com seu modo Anacé de estar no mundo, sua existência é transformada em didática e suas práticas domésticas, passam a encher o espaço educativo com a presença dos seres que se apresentam em cada momento vivido na etnoaula. No próximo subtópico, apresentaremos a Ementa do Curso de Formação Anacé como documento oficial de direção para o direcionamento da etnoaula.

5.2 Ementa

Apresentaremos a ementa do curso com suas bases na etnogênese do Povo Anacé, por meio da cosmociência havendo os direcionamentos das práticas sociais educativas das etnoaulas, por meio das narrativas contracoloniais, ou seja, essas são práticas que valorizam o antigo e o sagrado, a sabedoria originária e sua proximidade com a natureza, essas forças invocam a ancestralidade viva em forma de presença que se manifesta nos momentos de celebração ou conflito, cada momento com sua sabedoria e sua ordem diante dos fatos. Esse processo de cultivar em nós o que há de conexão com a natureza, nos elabora a compreensão de uma forma de importância pela existência, pela integração e sincronicidade, por assumir sua função na natureza, não por se perceber numa forma hierarquizada de funcionamento, porque quando a hierarquia se manifesta, a conexão é quebrada.

Por não seguir a lógica branca de cultura, se torna uma prática contracolonial e decolonial, buscando se fortalecer nas práticas que envolva a lógica ancestral de conexão com a natureza, onde o lado sensível da vida e o tempo onde ele se passa, são espontaneamente organizados, por ser um tempo circular, caótico e orgânico, é um tempo que potencializa a saúde mental e física das pessoas, pois, se compreende como parte integrante da natureza e não a observa de forma objetivada, pronta para ser invadida, saqueada e explorada, isto é, dominada.

Uma das preocupações de Dona Angela é introduzir na sua didática formas que potencialize o ser humano a se voltar para a natureza dentro de si, pois, é dessa matriz educativa a qual ela molda suas práticas ancestrais, atuando diretamente na área da educação, do meio ambiente e do turismo comunitário. Isto se apresenta no Curso de Formação Anacé através de

um processo fundamental que define sua identidade, seus objetivos e suas práticas didático-pedagógicas.

A ementa é um instrumento de gestão que orienta a formação dos participantes do curso para além da Reserva Indígena Taba dos Anacé, já que o público é heterogêneo: são crianças, adolescentes e adultos, educandos da rede pública e privada, professores da educação básica e da universidade, pública e privada, profissionais afins da educação, como também os demais profissionais que buscam proximidade com a cultura indígena, sendo uma pessoa ou grupo, são de dentro e de fora da Reserva e que buscam experiências de elevação e crescimento através da reflexão e internalizações das vivências, gerando revisitações práticas. A ementa é a identidade do curso, sendo um documento teórico metodológico que deve ser instrumentalizado para o cumprimento dos objetivos, metas e orientações educacionais.

O Curso de Formação Anacé está localizado na categoria de curso livre, ou seja, um curso livre é uma formação profissionalizante ou de atualização, oferecida sem os requisitos de um curso técnico ou graduação e sem a necessidade de reconhecimento do MEC. Esses cursos visam capacitar para o mercado de trabalho, focar no desenvolvimento pessoal ou atualização de conhecimentos, possuindo curta duração e certificação de conclusão.

O Curso de Formação Anacé é a própria Dona Angela que com toda sua tradição e ancestralidade executa saberes e ensinamentos que encaminham para experiências transcendentais através da estimulação dos sentidos, gostos, cheiros, toques, coloridos e sons. São compartilhadas porções da vida de Dona Angela, esses saberes e ensinamentos são socializados para os participantes do Curso de Formação com a intenção de promover reflexões que ajude a pessoa a passar pela experiência de inserção na natureza, a se realinhar com seu eixo natural, se tornando consciente do seu lugar de habitação emocional sintética diante da vida, se reencontrando com o lugar espiritual orgânico de entendimento com a vida, tudo isso acontece por meio das vivências socializadas no terreiro de sua casa. Todas essas potencialidades é Dona Angela quem está a frente e na liderança das práticas e teorias que são envolvidas naquele terreiro sagrado que é a casa dela. Ao adentrar na intimidade de Dona Angela passamos também a compartilhar suas relações de intimidade ao lidar com as coisas e as pessoas, sua marca é a espontaneidade do momento, junto com a sabedoria ancestral com os ensinamentos tradicionais.

Dona Angela é o próprio Curso de Formação porque ela potencializa os saberes ancestrais, fortalece a cultura indígena Anacé e tem a estruturação do Curso de Formação voltada para os mistérios dos Encantados da Natureza. Sua ética, estética e política são elaboradas com base na pedagogia da cosmovisão indígena e sua luta, que também é um

processo educativo, por formar sua etnogênese, constrói suas relações com o território, enchendo de significados os lugares da aldeia pelas vivências com as famílias, ou seja, as famílias ao se relacionarem com o território criam sua subjetividade a partir das experiências significantes com o território, fazendo do território um lugar sagrado. Deixando marcas, criam-se fontes de memórias e de lembranças entre o novo território em interação com as crianças, os jovens e os adultos vão se relacionando e construindo novos fios na malha da vida, como a aranha tece sua teia.

Outro ponto fundamental são as memórias e lembranças de Dona Angela, são elas quem, através da ancestralidade, buscam ligação para as práticas do Curso de Formação por meio de suas vivências desde a sua mais tenra infância, suas construções neuroafetivas e psicoemocionais surgem diante dos repasses de aprendizados e de seus ensinamentos que vão se construindo nesse lugar pedagógico da ética e da moral, de princípios e valores, onde suas regras familiares e sociais aparecem direcionando os sentidos, preenchendo as lacunas dos saberes através da sua cosmociência, do seu etnoconhecimento e de suas etnoaulas.

Ela selecionou os conteúdos, escolheu as abordagens e a metodologia por meio do seu modo Anacé de ser, sua sensibilidade e ancestralidade, através de suas percepções, vão encontrando espaço na caminhada de construção da nova realidade que vai adequando e dando sentido a execução do trabalho. É através dela que o conhecimento passivo é transformado em saber ativo, vivo e orgânico. Ela elabora e executa o curso no interior de sua casa se conectando-se por sua cozinha, onde se conecta com seu território e com sua ancestralidade.

Então, o que ela imprime nas oficinas se resume no que a Dona Angela pensa e sente sobre as coisas, seus prazeres: desejos e repulsas se manifestam na sua prática junto aos temas geradores que vão se perfazendo, assim, constrói-se sua ética, sua moral, seus princípios e valores. Ao se fortalecerem pela profundidade da experiência, são introjetados, ao mesmo tempo, suas memórias se manifestam na presença pedagógica na invocação aos Encantados da Natureza, estando eles junto a sabedoria dos mais velhos, em sinal de respeito aos “Troncos Velhos” pelos segredos que guardam sobre a vida e a ética que passam a assumir a partir desse ponto forte na cultura.

Assim, sua visão de mundo é recontada e sua narrativa reelaborada. Ela de forma didática repassa seus saberes e suas vivências familiares, saberes esses que são repassados nas oficinas. Seu modo de vida tradicional dá sua concepção ao seu nascimento, passando pela infância, adolescência e fase adulta da vida. Imersa nos costumes, na fé e na tradição. Quando desde sua infância, as peculiaridades de suas lembranças e memórias familiares se manifestam direcionando a formação do curso.

Essas camadas de vivências de Dona Angela são trazidas, transformadas didaticamente e guiadas pela espiritualidade que tem força na sensibilização e no cuidado, suas palavras tem poder e são fontes de energia para outras pessoas se religarem com força aos seres divinos e superiores da mata, se conduzindo ao caminho da auto iluminação ou autoconhecimento através do poder do sentir com o coração (poder orgânico/ancestral), não somente com a mente (poder sintético/iluminista), não podemos perder o instante ancestral pelo momento iluminista, que se apresentam como formas e ideias opostas, mas que são ideias sequenciais e complementares.

A ideia é que a conexão orgânica consiga quebrar com o tempo linear e cartesiano que nos furta a experiência do tempo orgânico/indígena ao se envolver com o fruir do dia. A forma linear de perceber o tempo pelo olhar do branco nos impossibilita uma experiência mais profunda, se relacionando de forma operacional com a vida, ao viver no tempo mecânico e robotizado.

Neste âmbito, tudo é do interesse da desconstrução. A tarefa é repensar as fundações conceituais e não-conceituais da tradição ocidental. [...] Derrida sugere que o pensamento ocidental desde Platão e Aristóteles é estruturado em termos de oposição binárias. Filosofia, arte, literatura e cultura tendem a dividir material conceitual em categoria de termos binários homem/mulher, preto/branco, voz/silencio etc. Mas essas duplas não são verdadeiramente opostas e um dos termos sempre acaba privilegiado em relação o outro. É claro que isso tem a ver com a questão da representação e da criação de hábitos. (Greiner, 2005, p. 85)

Esses arquétipos são representações da binaridade humana difundida por uma visão limitada do ser iluminista. Essa visão de mundo é mais uma forma dentre várias, entretanto, a diversidade de formas não deve ser encarada como uma guerra entre forças opostas, porém, deve ser acolhida todas as formas divergentes por serem complementares ou por pertencerem ao mesmo espectro de energia vital organizado de forma a divergir, observando a situação dessas forças sempre como uma dança, numa busca incessante por equilíbrio nessa natureza transcendental que existe em nós. Essas memórias são invocadas no seu dia a dia, no seu posicionamento político, no seu canto, na sua dança, no seu modo de fazer os alimentos, nas histórias que conta, na sua reza para os Encantados da Natureza e na forma de realizar suas tarefas domésticas, as quais são repassadas no Curso.

Para a manutenção do Curso de Formação Anacé criamos a ementa. Ela é uma descrição breve do conteúdo programático de um componente curricular, apresentando os tópicos e os temas a serem abordados ao longo do período de estudo. É um resumo dos principais conceitos e conhecimentos que os participantes devem adquirir ao final da disciplina,

documento físico de orientação do andamento das etnoaulas. Isto é, um movimento íntimo da pessoa rumo a valorização da mata, utilizando-se de materiais e equipamentos do mato, sendo esse um documento construído como ponto de elevação que vai da transcendência da oralidade para a concretude da escrita, no que tange a realização do curso.

Abaixo, a ementa construída por Dona Angela e registrada por nós que escrevemos sobre a metodologia das práticas do Curso de Formação Anacé.

EMENTA DO CURSO DE FORMAÇÃO ANACÉ Local: Reserva Indígena Taba dos Anacé Mestre/Educadora: Angela Anacé	
OBJETIVOS GERAIS	<ul style="list-style-type: none"> • Manter viva a cultura do Povo Anacé; • Refletir sobre quem faz e como faz as práticas Anacé; • Deixar o legado para as futuras gerações dos saberes dos nossos ancestrais; • Produzir a própria alimentação saudável, pelo prazer de fazer e comer; • Promover economia solidária junto ao nosso povo.
CONTEÚDO	<ul style="list-style-type: none"> • Espiritualidade Encantados da Natureza; Jurema Sagrada; Terreiro Sagrado; Pedagogia da Terra; Matas Virgens; Astros (Sol, Céu, Estrelas e Lua); Fumaça; Limpeza de Purificação; e Terapia com Pedras da Natureza Local. Objetivo: Manter viva a cultura ancestral porque dela vem a cura. A espiritualidade acompanha o povo por estar no meio do povo, junto às famílias e aos espaços da reserva. • Cultura Alimentar Alimentação Saudável; Plantas dos Quintais Produtivos; Produção de Alimentos Saudáveis; Alimento para o corpo e para a alma; Alimentação Consciente. Objetivo: Incentivar a produção de alimentos por meio do olhar da soberania alimentar. Ensino que se construiu pela necessidade de se alimentar e produzir nossa própria alimentação.

	<ul style="list-style-type: none"> • Medicina Tradicional Extração de Óleos (angico e mastruz); Extração de Leite de Coco; Lamedores; Chás e Terapia com Folhas. Objetivo: Manter dinâmicas de promoção e seguridade do povo com alternativas de tratamento de saúde através das plantas, dos chás, dos cheiros, das rezas, da cura com o cachimbo, da cura pela pajelança, no resgate ancestral em suas práticas, fortalecendo quem faz as práticas de mezinheira. • Corporeidade Expressão do corpo com os sentimentos; Saúde para o corpo; A Natureza como um instrumento musical; Espíritos de luz; Sentir o som da natureza; Danças culturais; Cânticos das árvores e aves. Objetivo: Expressar a saúde do povo por meio do corpo através da dança do toré, dança do coco, dança de São Gonçalo, dança das mulheres raízes da ancestralidade e a dança do maculelê para que o sedentarismo não se faça presente no meio do povo. Assim, como as danças, a escola indígena da reserva trabalha junto à comunidade os jogos indígenas: arco e flecha, arremesso de lança, corrida de tora, natação, baladeira, corrida do saco, jogo de peteca, bandeirinha, cabo de guerra, futebol, futmesa e pega pinto. • Arte Sensibilização do olhar para o entorno; Arte como algo dentro de nós; Arte como escuta; Arte como olhar; Arte como fazer; Arte como transformação. Objetivo: Trazer o prazer, o gostar, o sentir, o ver, o fazer e mostrar aquilo que se é capaz de fazer através da arte. Ela tem o poder de curar e fortalecer grupos existentes dentro da reserva, e que tem no artesanato uma forma de resistência no jeito Anacé de existir, demonstrando suas capacidades.
CRONOGRAMA	Cada oficina tem a duração de um dia, no total de 7 horas e meia. Chegada: 8:00h

	Almoço: 12:00h Retorno: 13:00h Fechamento: 16:30h
AVALIAÇÃO	Lúdica: Dinâmicas Avaliativas Avaliação artística: Desenvolvimento de produto Avaliação escrita: Escrever os pontos positivos e os pontos a serem fortalecidos Avaliação verbal: Depoimento sobre as impressões do dia.

Abaixo segue um dos roteiros, especificamente sobre medicina tradicional. Ele nos mostra a impressão artística Anacé por meio da estética apresentada na divulgação da etnoaula, no preparo das ervas, óleos e lambedores. Contribuindo com a estética Anacé nos cartazes, por suas linhas, traçados e cores. Esses ensinamentos passam a ser tratados como pontos não só de difusão da ancestralidade e dos saberes, mas marca um ponto de resistência Anacé.

Figura 16 - Estética Anacé nos cartazes



Fonte: Rute Anacé (2023).

Abaixo, a foto mantém o registro de Dona Angela e Dona Valda. Dona Angela, envolve seus participantes, conduzindo suas etnoaulas sozinha, porém, na oficina de medicina tradicional, ela convidou Dona Valdelize que é a mezinheira da aldeia. Dona Valdelize cuida da saúde física e mental de seu povo, ela é mãe de Junior Anacé, liderança indígena da Reserva. Dona Valdelize esteve presente, liderando a oficina junto com Dona Angela, que abriu espaço por considerar que mesmo ela sabendo manusear as práticas das ervas, raízes, caules e folhas, convoca uma das anciãs, um dos troncos velhos para estar à frente, auxiliada por Dona Angela.

Figura 17 - Dona Angela e Dona Valdelize (Mezinheira da aldeia)
Etnoaula/oficina de Medicina Tradicional



Fonte: Rute Anacé (2023).

No próximo tópico, abordaremos os cinco temas geradores: espiritualidade, cultura alimentar, medicina tradicional, corporeidade e arte, aos quais apresentaremos breves conceitos construídos pelo povo Anacé nas oficinas de Dona Angela. A liderança e os professores da Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé participaram ativamente e contribuíram nas oficinas para a elaboração desses conceitos. A escola da reserva não tem material físico

para trabalhar as disciplinas transversais (espiritualidade, corporeidade e arte), em contrapartida ofereceremos um material didático pedagógico (cartilha) produzida nesta tese como material didático para sanar esta deficiência e somada aos temas geradores executados no Curso de Formação Anacé (espiritualidade, cultura alimentar e medicina tradicional) estabeleceu-se os cinco temas geradores em questão.

Logo que encerrada essa escrita, seguiremos para a elaboração do material didático pedagógico (cartilha), que tem como um dos objetivos a realização de um produto para a divulgação dos saberes Anacé, essa sistematização e essa estruturação física do Curso de Formação Anacé, é a nossa contrapartida para a Reserva Indígena Taba dos Anacé e para a Escola Direito de Aprender do Povo Anacé.

5.3 Temas Geradores: espiritualidade, cultura alimentar, medicina tradicional, corporeidade e arte

Neste tópico, falaremos sobre os temas geradores de forma resumida, já que eles não são o foco deste trabalho que segue seu percurso metodológico com base ideológica contracolonial. Falaremos sobre a importância de compreendermos que todos esses temas geradores dialogam e se constroem mutuamente. Partindo desse entendimento, seguiremos na construção da escrita por camadas e não por tópicos, pelo sentido dado dentro do pensamento circular, por trazer a luz o pensamento linear que tem na sua essência o controle, a ordem e o domínio. Ou seja, localizar os temas geradores como tópicos demonstraria a forma dicotômica e apartada de se relacionar no mundo, branco cartesiano.

A cultura indígena se relaciona de forma circular com o mundo. A Cultura Anacé tem sua forma circular de existência. Ela demonstra a forma circular de se compreender no mundo, sendo um tempo e espaço diferentes do modo branco de existir, por isso, dessa forma trabalharemos como camadas os temas geradores, nunca perdendo de vista que eles se constroem e dialogam conjuntamente, se refazendo e se fortalecendo no que tange à Cultura Indígena e à Cultura Anacé em sua forma de se manifestar no mundo.

No espaço cultural da casa de Dona Angela, no território da Jurema Sagrada e na Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé aconteceram as etnoaulas/oficinas, onde participaram dos processos a liderança, a gestão e os professores Anacé que colaboraram e criaram os conceitos dos temas geradores. Os processos aos quais nos referimos, descrito pelos temas geradores, abordam referências de interação e construção mútua dando voz e materialidade à cultura indígena, estimulando seu protagonismo. A educação libertadora

potencializa reflexões que fortalecem a consciência e a criticidade. Segue abaixo algumas falas de Dona Angela, são relatos no formato de entrevista que abordam os temas geradores.

Sobre a espiritualidade, ela diz que: “A espiritualidade está em todos os lugares. Assim como os temas geradores estão em um, um está em todos. É a forma de acreditar nos nossos antepassados. Que a gente sabe que mesmo eles tendo tombado, passado dessa vida para a outra, eles continuam sempre com a gente em todos os aspectos, os lugares e nas lutas. A gente os traz como um ser de luz que iluminam nossos caminhos, onde quer que estejam. Nós, seres humanos, temos o corpo físico e o espírito, quando o espírito se desliga do corpo, a matéria-corpo, a gente planta, porque a gente veio da terra e devolve para a terra o corpo, por isso, que a gente chama de Mãe-Terra.

Figura 18 - Etnoaula/Oficina de Espiritualidade



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

O espírito fica separado do corpo, mas eles continuam perto de nós. É assim que a gente acredita. E os lugares que os espíritos mais gostam de ficar é nas matas, principalmente nas matas virgens, onde não tem barulho e onde podem ficar melhor. Ter cuidado com o espírito. Não só o corpo, mas temos que ter zelo pelos espíritos e respeitar cada um dos nossos antepassados-presente, mesmo sabendo que estão em outra dimensão, eles continuam presente. Muita gente não vê, não sente, não sabe que existe, mas nós indígenas temos a espiritualidade. Nós somos conduzidos pelos ancestrais, todo mundo tem um guia e esse guia nós chamamos de protetor, que é aquele ente querido mais próximo da nossa família.

Eu sinto que minha mãe é um ser de luz para mim, porque ela me deu à luz, me deu a vida, ela se foi, mas eu continuo conectada. Eu sinto como se meu corpo é dela e que ela está sempre perto de mim para me proteger. Os Encantados da Natureza são exatamente as manifestações das matas, dos desígnios de Pai Tupã, através da natureza que dá resposta as coisas, aos males que o ser humano faz com ela. Por exemplo, as pessoas que constroem casa dentro mar, o mar vem e quer o espaço dele de volta, a culpa é do ser humano que não respeita a natureza como um ser vivo, como algo vivo ali e o que Deus faz o homem não pode destruir. Os rios que são aterrados para residências, a natureza vem com a enchente, sendo que isso são respostas da natureza pelo desrespeito a ela. Como por exemplo o barulho que assusta os animais”.

Quanto a espiritualidade, não poderíamos deixar de falar da Dança de São Gonçalo, arte tão marcante no meio dos Anacé. Através da dança eles manifestam e acessam seu supremo e o que é superior, agradecem por suas realizações e pedem proteção ao Santo. Nesse momento a divindade do Santo se encontra com a divindade dos dançantes, dos tocadores, dos cantadores e dos espectadores, onde nessa grande comunhão são liberadas emoções de gratidão e curas realizadas naquela atmosfera cheia de alegria e felicidade, ao dançarem no meio do terreiro ao som dos tocadores e cantadores.

Figura 19 -Imagem de São Gonçalo



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Nesse ambiente são manifestados traumas e dores do inconsciente para o consciente, é quando sofrimentos são tratados por meio do transe coletivo motivado pelos estímulos dos sons nos instrumentos, pela respiração, pelo movimento do corpo na dança, os cheiros emitidos e pela natureza, inclusive quem está somente assistindo, mas ligado com aquele ritual tradicional, ao se conectar com as tecnologias ancestrais, é tomado pela força. É construído um clima de divindade através da dança onde a diversão é a tecnologia de encontro dos brincantes com os espectadores da dança, há uma energia de cura que se manifesta e age por meio da solidariedade e da compaixão, proporcionando aos que estão assistindo e aos que estão se apresentando, um momento de sinergia e sincronicidade a qual podemos chamar de comunhão. É o encontro com o divino, o supremo e o superior que habita em nós e na natureza, porque somos natureza.

Atualmente o grupo de Dança de São Gonçalo possui 33 participantes, são 17 duplas, duas estrelas que leva o Santo à frente do grupo nas apresentações e promessas. São quatro mestres: Junior, Aristides, Angélica e Edvânia. No cordão são 32 dançantes e 04 tocadores são utilizados fixamente uma sanfona, um zabumba, uma guitarra e um triângulo, segue o quadro com a apresentação dos dançantes e do grupo de acordo com a posição do cordão. (Souza, 2023, p. 44)

A Dança de São Gonçalo produz força e vigor aos que dançam, aos que tocam, aos que cantam e aos que assistem. É um momento de total integração na atividade e que há entrega entre as pessoas envolvidas no processo. Através do deslocamento mental que acontece por meio do transe que acontece nas apresentações, ao entrarem nesse transe coletivo, as trocas sensoriais e perceptivas ocorrem com a natureza de se encontrarem com a lógica dos matos e da floresta, junto aos Encantados da Natureza que conduzem a dança, o espaço, e as encantarias. Onde as pessoas ao entrarem nesse transe coletivo, dividem alegrias e tristezas que são trazidas naquele momento, do inconsciente para o consciente, do contato direto com a presença sagrada na ocasião e a busca de conforto e segurança no aplauso, na alegria e na emoção do companheiro que dança, toca, canta ou assiste. Porém, juntos se mantendo conectados, esse passa a ser um momento de acesso a uma dimensão simbólica, intuitiva, terapêutica e pedagógica. É quando podemos dizer que

no processo de reafirmação étnica o resgate da Dança de São Gonçalo foi muito importante no passar as memórias e histórias dos mais idosos da aldeia. Durante os rituais e apresentações que acompanhei da Dança de São Gonçalo o mestre Antônio Adelino (2022) narra que a Dança foi apresentada aos indígenas Anacé por um senhor por nome de Antônio no início do século XX. Conforme os autores Ferreira e Viana (2019), trata-se de um saber tradicional arraigado no nordeste brasileiro pelos colonizadores portugueses e seus descendentes, afinal São Gonçalo é um Santo

português nascido em Tagilde no ano de 1187 e que faleceu no dia 10 de janeiro de 1259 em Amarante, Portugal. (Souza, 2023, p. 37)

Em complementação aos temas geradores que se refazem e se perpassam, sobre o ato de buscar as divindades, de se mover, de se alimentar, de cuidar do corpo, de criar artesanatos, são todas expressões do desejo e da repulsa da pessoa, que tem no corpo uma medida por ser humano. Onde toda infinitude da cosmologia de um ser, tem no corpo um recipiente com capacidade de permanência da existência. Ao falar de um tema gerador, não tem como não ligar aos demais. Por isso, sobre a cultura alimentar, Dona Angela (2025), diz que “falar de se alimentar é falar da necessidade que o corpo exige para ser sustentado através dos alimentos que são plantados na terra manufaturados, principalmente os alimentos sem agrotóxicos que faz bem à saúde do ser humano, a forma que a pessoa tem de se alimentar e o que fazer para ter uma alimentação saudável. Para nós, indígenas, se torna mais fácil a gente manter essa cultura, porque a gente foi criado com alimentação que nós mesmos plantávamos, pescava nas lagoas peixes sem nenhum tipo de hormônio de crescimento, eles eram criados das próprias substâncias do lodo, dos matos, da lama que a lagoas, açudes, rios e mar oferecem.

Figura 20 - Festa na Aldeia



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Usa-se o peixe cozido no leite do coco, o pirão com a farinha da mandioca, usa ele assado na brasa, frito na banha de porco ou no óleo de coco. Quando ele é pequeno demais a gente frita, faz a farofa com espinhas e tudo, pisa no pilão e faz a paçoca, se faz isso tanto com o peixe quanto com o camarão sossego que são pescados nas águas doces.

A galinha caipira é mais gostosa que a galinha de granja. A gente ainda tem a forma de criar as galinhas nos terreiros para se alimentar do ovo e das próprias galinhas, a mandioca que a gente faz a farinha, a macaxeira, e tem a batata doce. As hortas produtivas, as frutas são plantadas nos próprios quintais da nossa casa. Todas elas contribuem para que a gente tenha uma alimentação saudável. Sabendo que a cultura é móvel, ela vai se moldando e se modificando a cada tempo e a nova era e com essas novas descobertas a gente vai trazendo também o bem viver na própria multimistura que a gente reaproveita as cascas das frutas, as raízes, as sementes, as flores, as folhas por serem comestíveis e tudo passa a ser um nutriente natural que faz bem a nossa própria saúde.

Figura 21 - Etnoaula/Oficina de Cultura Alimentar



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Muitas vezes a gente não tem o dinheiro para comprar a fruta e a verdura. A gente tendo essa multimistura (preparo de sementes, raízes, folhas e caules com propriedades medicinais, terapêuticas e de condimentos) é mais usada na falta das frutas e verduras, porque precisamos dos temperos no dia a dia. Se hoje eu não tenho a batata, com a multimistura já traz os nutrientes que se precisa, ajuda contra a desnutrição infantil e fortalece os idosos. Em nossa cultura é mais presente o beiju, feito da goma da mandioca, é a massa feita da mandioca, também, carimã que é a mandioca puba para fazer o bolo pé de moleque, grolado, cuscuz e mingau, mais usados para os idosos, é muito nutritivo.

A manipueira, que é a água tirada da mandioca, se faz um molho para tempero, o milho que a gente faz a canjica, o cuscuz, o bolo de milho, mungunzá, pamonha. A goma que

a gente faz a tapioca, o beiju, o grude, o grolado. A borra é tirada de cima da goma de onde tem o leite da mandioca e a borra que é muito boa para fazer tapioca e grolado. Ainda temos as caças, peba e preá”.

Outro ponto importante é a Medicina Tradicional que parte da observação à natureza, da relação das plantas, os animais e os elementos da natureza. Na observação dava para saber qual planta poderia ser usada e para qual necessidade o bicho usava. Foi assim, através dessa imersão na mata foi possível que as pessoas se orientassem por meio de seus segredos ancestrais, através do manuseio das plantas, extraíndo seus saberes e ensinamentos, aos quais chamamos de tradicionais.

Figura 22 - Etnoaula/Oficina de Medicina Tradicional
Extração de óleos



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Invocar os Encantados da Natureza é acessar um estado de integração entre os receptores (a natureza dentro de nós), fazendo conexão com os depositadores (a natureza fora de nós), assim é a cosmovisão indígena, quando há interação na existência entre a pessoa e a natureza. Essa manifestação física no corpo é que tem nas próprias experimentações, a busca da unidade ao se integrar a natureza. Esses acessos vão promovendo vivências que vão desvendando intuitivamente, os segredos da mata, direcionando o uso das porções, potencializando a alquimia.

Figura 23 - Etnoaula/Oficina de Medicina Tradicional Extração de óleo de coco



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Um dos encantamentos desses saberes está na imersão envolvida diante dos ensinamentos e aprendizados que remetem a infância, pois, somos potencializados através das lembranças de um passado ao qual revivemos a formação dos nossos princípios e valores ancestrais que surge na relação da espiritualidade, da cultura alimentar, da medicina tradicional, da corporeidade e da arte, com as plantas, no uso de seus recursos como remédios, na mediação de tratamentos domésticos, auxiliados pelo espírito da mata que se apresenta em forma de uma presença sentida no coletivo.

Iniciaremos pela pergunta o que é o corpo, a corporeidade e a expressão corporal? Para muitos o corpo é o resultado de ações emanadas pelo cérebro. O corpo que se submete a uma ação da mente. É uma lógica que coloca o corpo diante de uma passividade, onde ao obedecer aos comandos do cérebro, realiza bem a função para a qual foi criado. Entretanto, existe uma visão diferente dessa acima narrada, é uma visão que coloca o corpo no lugar central de mesma importância e potência da mente, invertendo a lógica cartesiana citada.

Ou seja, ao colocar o corpo como prioridade das experiências primárias, o próprio corpo é quem elabora imagens que chegam ao cérebro em forma de informações para a criação das ideias e da criatividade, função responsável em trabalhar com hipóteses, influenciando diretamente na criação da realidade como a conhecemos. Na semana dos Jogos Indígena da Escola Direito de Aprender do Povo Anacé, em uma entrevista semiestruturada, para o professor Ednardo Anacé (2025), a criança precisa “também ter contato com a natureza, inclusive numa das atividades de expressão corporal, jogos populares, esporte de aventura que é o contato com a natureza, a expressão corporal é trabalhar não só o corpo, mas também a sua mente”.

Figura 24 - Jogos Indígenas na Escola Direito de Aprender do Povo Anacé



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Essa visão do professor Ednardo Anacé, é uma relação ancestral, é a cosmovisão de uma relação ativa com o corpo, entendendo que a relação do movimento exterior tem ligações íntimas e profundas na elaboração do mundo interior. Ao se comunicarem, buscam estabilidade emocional, psicológica e espiritual, dialogando com essas dimensões a pessoa vai organizando seus hábitos, suas crenças e práticas sociais. E é na escola onde esses passos poderiam ser introduzidos como processos prioritários na construção de uma sociedade mais saudável. A educação diferenciada, a escola libertadora, encontra suas práticas na escola Direito de Aprender do Povo Anacé. Segundo Thiago Anacé (2025), que busca estar próximo dos hábitos e práticas da escola,

tem acompanhado o quanto a escola tem valorizado o brincar, o dançar, o movimento, praticar alguma atividade física e como essa relação consigo mesmo e a relação coletiva mediada com outras pessoas, sempre que falam de corpo, corporeidade e expressão corporal”.

Então, é de fundamental importância que não somente a escola indígena, mas as demais escolas, tenham essa preocupação no seu fazer pedagógico pensando exatamente na estruturação das crianças e adolescentes em formação. Essas experiências corporais deixam marcas e ajudam a contribuir com um melhor alinhamento entre as dimensões de existência de cada pessoa, direcionando a mente a se repensar numa lógica fora do controle cartesiano que deforma e oprime o corpo, em nome da ordem. Ainda continuando com a fala de Thiago Anacé (2025):

eu lembro de uma fala da Ana Clécia Pitaguary, ela coloca que o processo de ocupação do território brasileiro foi marcado por muitas violências e relações assimétricas, onde

essas marcas ficaram no território, na cultura, nas formas de se relacionar, mas elas também ficaram nos nossos corpos, ela é uma indígena do tom da pele clara e com o olho verde igual o meu e ela costuma dizer que as marcas do processos de colonização ficaram também no nosso corpo e a violência foi também com os nossos corpos, entender os corpos como estratégias de resistência é um debate que está sendo realizado a nível nacional.

É uma grande reflexão, pensar nas características brancas existindo nos corpos físicos indígenas, quando ao surgir tais traços na estrutura indígena fica evidente os processos de experimentações de relações abusivas e de violências vividas pelos indígenas na colonização, o quanto foram desumanizados. Pensando no corpo como território, a narrativa acima cria um mapa, localizando a vida através das marcas permanentes que se apresentam como extensões do corpo. Foi profundo o trauma que faltou com o respeito e a dignidade do corpo indígena. Inviolável por sua divindade, o corpo é um lugar de santidade porque ele também é natureza.

Figura 25 - Jogos Indígena da Escola Direito de Aprender do Povo Anacé



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

É compreendido que quanto maior for a violência sofrida por um corpo, de forma mais traumático esse corpo vai responder ao mundo. O corpo físico como estrutura material, do corpo em abstração tem a capacidade de orientar e movimentar conteúdos imateriais, colocando-o em um lugar determinado a resposta da violência. Então, os reflexos da pessoa são envolvidos e medidos através das respostas como resultados devolvidos nas experiências. A cognição do corpo comunica ao cérebro, que atende ao comando, invertendo a lógica colonialista cartesiana, não havendo prioridades biológicas das funções fisiológicas ou hierarquias cognoscentes, porque a lógica Anacé entende que quando se estabelece a hierarquia

de sistemas ou funções havendo desequilíbrio natural de forças, se apresenta a desconexão ambiental, acontecendo o desalinhamento cosmológico. Podemos dizer que

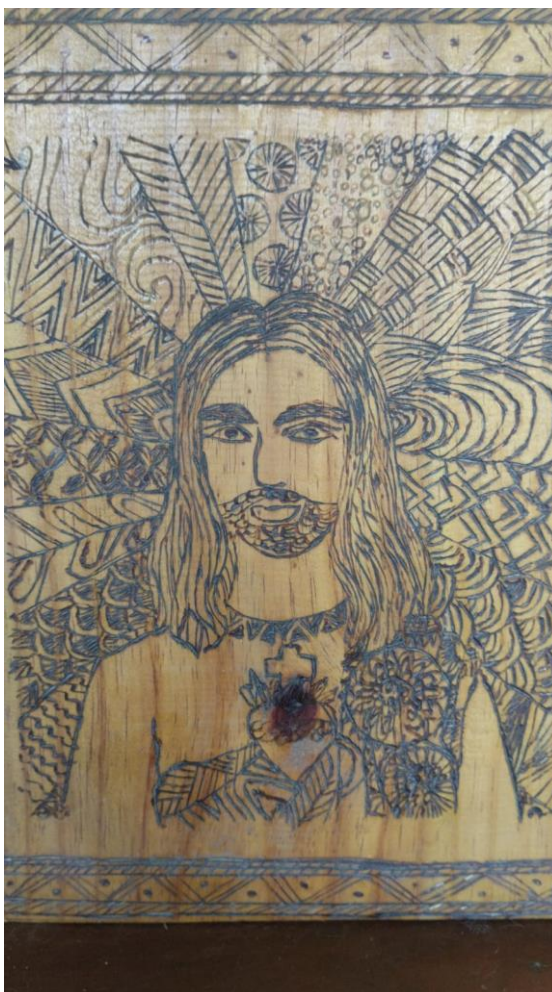
neste sentido, o conceito de si mesmo, seria a coleção de imagens que representam os aspectos mais constantes dos organismos e suas interações com o ambiente e os outros seres vivos. Estes aspectos seriam o resultado de interações entre a estrutura biológica do corpo, as operações cognitivas e os repertórios possíveis de ação corporal e o próprio corpo (inteiro ou em partes). [...] o pensamento ocidental desde Platão e Aristóteles é estruturado em termos de oposições binárias. Filosofia, arte, literatura e cultura tendem a dividir material conceitual em categorias de termos binários homem/mulher, preto/branco, voz/silêncio etc. Mas essas duplas não são verdadeiramente opostas e um dos termos sempre acaba privilegiado em relação ao outro. (Greiner, 2005, p. 80-85)

Por compreender que essas camadas e as dimensões do corpo, por sua dualidade, não estão travando uma luta, mas buscando complementariedade em uma dança equilibrada entre opostos, ao processar as informações das experiências vividas, constrói-se uma realidade. O corpo conta uma narrativa para o cérebro, que cria uma realidade. É quando esses princípios e valores são ministrados nas oficinas de Dona Angela, se apresentando por meio de suas etnoaulas, movidas pelo etnoconhecimento que são experienciadas por sua cosmociência, através de sua etnogênese.

Ainda com as palavras de Dona Angela, “a arte indígena vem de dentro da cultura, surgindo no fazer e no entender a arte não somente como enfeite, mas com o prazer de usar os elementos da natureza apropriado para fazer arte. Essa arte pode estar inserida no cotidiano das comunidades e que não está separada da vida, ela está em todos os lugares. A arte está no olhar de quem vê, de quem sente e de quem sabe fazer, quem sabe transformar, é se achar. Acaba que tudo é arte, uns encontram arte no falar, no dançar, no enxergar, no pintar, como no grafismo indígena.

Tem um marco crucial na cultura indígena que é o grafismo, difundido para todas as áreas do conhecimento, é precioso. Através dele podemos sentir a natureza, fazer e levar aquela marca, pois cada povo tem sua marca de grafismo e cada um com sua marca, no olhar e no sentir. Traz isso como fortalecimento de cada povo, ele embeleza e já começa a usar nas crianças que são marcadas pelo grafismo e aprendem a serem pintadas e seus corpos passam a ser uma imagem diferenciada.

Figura 26 - Artesanato de Dona Angela Grafismo em pirografia Anacé



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Quando uma pessoa vê um indígena, não é somente no que ele vai dizer através de seus adereços, no que vestir e usar sobre o corpo. O grafismo ajuda na identidade e preservação dos povos originários. A arte e o artesanato conseguem ver e fazer, pode transformar o objeto e a pessoa, até lixo pode ser usado como arte e artesanato. Criar com diferença a arte e o artesanato fazem parte da mesma linha de compreensão. Porque o artesanato indígena é mais voltado para a natureza. É para a gente ficar elegante, para enfeitar o corpo. O não indígena, vai usar uma semente ou pena, sentindo o prazer de achar bonito. O artesanato indígena é todo diferenciado do artesanato não indígena.

Figura 27 - Artesanato de Dona Angela



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Sinto como que se não fosse eu, começo a me envolver e quando vejo já é de madrugada, quando vem para mim o artesanato, ele vem como uma coisa comum. As imagens só vêm para a realização das peças, que são apreciadas, porém nenhuma igual. Por não ter molde, não tem nenhuma igual. No artesanato indígena é você que vai moldando, não tem igual. É pensar que vou colocar uma semente e uma pena, que tenho que fazer a comparação para ver no que dá.

Porque as vezes tem material que não se consegue juntar para fazer a arte, você precisa sentir também que a combinação de um para outro tem diferença muito grande. É preciso saber da essência para fazer artesanato, ao criar o artesanato e começa a fazer e antes de terminar você se desgosta. E desfaz tudo, faz outro e não presta, desfaz de novo e continua não prestando. Então, vejo essa espiritualidade dentro do artesanato, porque naquele dia não é para sair nada.

Figura 28 - Artesanato de Dona Angela



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

Dentro dessa arte do artesanato não é todo indígena que sai peças. Alguns até tentam, mas a realização da arte, alguns gostam, mas na hora de fazer não sente o que o artesão sente. Eu como artesã sei do amor que sinto no manuseio das peças. Aprendi a fazer artesanato quando eu comecei a ver os indígenas bem arrumados de colares e cocás bem bonitos, sou tocada pelas peças e pelas imagens, às vezes faço umas peças que mesmo que ela saia feia, mas ela me toca de tal forma que não me desfaço dela, somente quem usa sou eu.

Tem vários adereços que são peça única para o indígena, é quando se encontra a resistência naquela peça, ela pode se desfazer, mas nunca outro usar. Vejo um artesanato de linha que vai tecendo, é diferente de um artesanato de palha, é diferente quando eu vou na planta, pego a semente ou a folha e tento fazer a peça cada vez, ir na planta, pegar a semente, plantar ela para mim. Quando vou sair se eu não botar um brinco, um colar ou pulseira, me sinto nua, eles são amuletos e partes de mim.

Figura 29 - Artesanato de Dona Angela



Fonte: elaborado pelo autor (2025).

O artesanato é desvalorizado. Porque além de ser tudo manual, tem o tempo que se leva para fazer a peça. Por vezes, o valor do objetivo não paga a peça e nem todo mundo tem o olhar do artesanato sensibilizado para a arte. As vezes você encontra uma toalha belíssima, as vezes até os grafismos pode ser bordada a mão, comparando os valores das peças, a pessoa acaba comprando a que é mais barata. Porque é difícil a pessoa que identifica a arte no

artesanato. Quem gosta valoriza. Você transformar um objeto em algo que você encontrou e achou interessante, dar trabalho. Como encontrar um tronco e transformar em um vaso lindo.

As falas de Dona Ângela costuram uma malha preenchida de espiritualidade, cultura alimentar, medicina tradicional, corporeidade e arte. Onde uma termina, começa a outra, por vezes, sem nomear muito bem a que está em evidência. Elas se confundem e se complementam, estão presentes integralmente umas nas outras. E assim, vão se perfazendo. Elas vão confluindo, vão se juntando e ficando mais forte no fruir do dia e da vida, seguindo forte na contracolonização.

Essa visão, nos localiza o ponto de onde está Dona Angela. Seu olhar, sua maneira de se relacionar com sua cultura ancestral, o modo de invocar sua percepção e como ela envolve tudo isso e utiliza na presença dos participantes. Suas emoções afloram direcionando os caminhos pedagógicos e didáticos dos temas geradores que serão trabalhados nas oficinas através das etnoaulas. No próximo subtópico apresentaremos o projeto do material didático pedagógico (cartilha), a qual está iniciando sua fase de execução, já que este trabalho está na sua fase última de conclusão de cronograma.

5.4 Material Didático Pedagógico (cartilha)

O material didático pedagógico (cartilha) é o produto dessa tese, estando como objetivo desta pesquisa. Ao qual, logo que executado todo o cronograma de atividades da tese que inclui a conclusão (defesa) deste trabalho, seguiremos para a segunda parte. No segundo momento, o objetivo aqui é iniciar a estruturação do material didático pedagógico (cartilha) sendo um momento de trabalho coletivo que move esta pesquisa. Esta produção do material que se realizará de forma coletiva, fará parte de um material coletivo construído na Reserva Taba dos Anacé. Concluindo um ciclo (defesa da tese) e iniciando outro (elaboração do material), fazendo parte do acervo material Anacé onde guardam suas histórias e suas memórias através dos trabalhos e pesquisas envolvidas no território.

Cada etnoaula/oficina abordou um tema gerador, tendo um dia para cada tema e em dias diferentes. Este trabalho tem em seu processo duas etapas, quando concluímos a primeira parte que foi o final e a defesa desta escrita, seguindo para a segunda parte que é o terceiro objetivo desta tese que é a produção de um material didático pedagógico (cartilha), o produto já está sendo amadurecido. Seguindo para o fazer do material didático pedagógico (cartilha) que será na Reserva, e contaremos com a participação da liderança indígena, a gestão escolar e os professores da Escola Direito de Aprender do Povo Anacé.

As etnoaulas/oficinas serão realizadas com a liderança indígena, a gestão escolar e os professores da Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé. Dessas etnoaulas/oficinas, sairá o material para a Escola Indígena local, onde o material recolhido será tratado através do método de análise de conteúdo para a elaboração do material didático pedagógico (cartilha), concluindo as etapas propostas por este trabalho. A ideia é que com a pesquisa finalizada e o material didático pedagógico produzido, consigamos distribuir o material didático pedagógico para o maior número de Escolas Indígenas e instituições que nós alcançarmos.

Para a realização do material didático pedagógico (cartilha), serão realizadas reuniões e etnoaulas/oficinas na Reserva. Lugares possíveis de encontro: Casa de Dona Angela e Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé, participarão a liderança indígena, a gestão e os professores, ficando a cargo de Dona Angela mais convites que possam ser feitos. Todo o trabalho será construído pelo Povo Anacé. O material didático pedagógico (cartilha) comportará informações da Cultura Indígena e do Povo Anacé que contribuirão para a vida pessoal e profissional dos participantes do Curso de Formação. Serão palavras de sabedoria que entre os temas geradores, vão demonstrando formas de conduzir a vida e de como se relacionar com ela, produzindo reflexões na sua práxis.

O material didático pedagógico (cartilha) trará para a materialidade muitos dos processos das etnoaulas, vividos nas disciplinas transversais através dos temas geradores trabalhados nas oficinas. As disciplinas transversais que são trabalhadas na escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé que foram envolvidas e confeccionadas nas etnoaulas/oficinas, tem sua expressão maior nas etnoaulas que serviram de fio condutor para a elaboração do material didático pedagógico (cartilha). As cores, as linhas, os riscos, as formas expressas pelo grafismo serão ilustrados por contos que ajudarão a contar e manter viva a história dos Anacé, toda a construção de sua etnogênese e como foram se dando as descobertas dos espaços da Reserva.

Este projeto de escrita se divide em duas partes: a primeira que se concentra na produção desta tese, focando nos caminhos que levaram entre a necessidade de organização da etnogênese Anacé e a metodologia construída por Dona Angela no Curso de Formação. E a segunda parte complementar ao trabalho, mas não menos importante, por se tratar da devolutiva do trabalho junto a Escola Direito de Aprender do Povo Anacé, da Comunidade Indígena e da Reserva Indígena Taba dos Anacé. O material didático pedagógico (cartilha), que será envolvido após a defesa desta tese é um dos objetivos específicos, fará parte de um conjunto de material produzido na Reserva Indígena Taba dos Anacé, já havendo uma das versões

disponível materializada através do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), concluindo também, uma das etapas como objetivo específico que foi a construção de um material didático pedagógico (cartilha) compartilhado e distribuído na Escola da Reserva e para outros espaços educativos pelo autor e pesquisador indígena Anacé João Gleidson dos Santos Oliveira, que tem sua obra por título racismo ambiental e povos indígenas: sistematizando saberes a partir da resistência Anacé. O autor participou das etnoaulas/oficinas que aconteceram na casa de Dona Angela, na Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé e no espaço da Jurema Sagrada.

O processo do material didático pedagógico (cartilha) servirá para o manuseio dos profissionais da educação que buscam aprofundar-se nesse encantamento da Cultura Indígena, que está na vida coletiva, vista pela perspectiva da inserção no mato. Numa visão cosmológica, são saberes e ensinamentos que buscam conexão inteligente com os Encantados da Natureza e com os sistemas de consciência dos biomas nos territórios, sendo eles humano e não-humano. Também contribuindo com a construção da ética, da política e da estética, ou seja, a etnogênese Anacé, no entendimento de uma cosmovisão para a elaborações de cosmociências para construção de etnoconhecimentos.

6 CONCLUSÃO

Esse trabalho, que nasce no interior da Reserva Indígena Taba dos Anacé, busca refletir sobre a Educação Escolar Pública e uma Educação Diferenciada através da perspectiva da etnogênese Anacé. Para isso, descrevemos a metodologia do Curso de Formação que teve os princípios e valores de Dona Angela Anacé na sua elaboração, teórica e prática. Por meio da descrição da metodologia, o trabalho inicialmente tinha três temas tópicos, aos quais chamamos de temas geradores. Foi incorporado aos temas geradores do Curso de Formação de Dona Angela as três disciplinas transversais da Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé, totalizando cinco temas geradores: espiritualidade, cultura alimentar, medicina tradicional, corporeidade e arte.

Onde pudemos perceber, por meio dos relatos dos participantes do Curso de Formação sua contribuição positiva no repensar a vida e suas influências. Pois, a prática de inserção na natureza produz sensação de bem-viver, despertando através do estímulo sensorial por parte dos cheiros, sons, cores, sabores e texturas, e ainda da parte intelectual, nos momentos de reflexão socializados pelos participantes e dirigente do Curso de Formação.

Esse movimento estimulado pelos saberes tradicionais Anacé, teve sua base na cultura popular, tradicional e ancestral, a qual pudemos passear pelos temas geradores, por meio de abordagens e técnicas que enriqueceram os processos individuais e coletivos do Curso de Formação. Na espiritualidade, faz parte de seu ritual, estar na presença da Jurema sagrada, tocar, cantar e dançar num rito de limpeza do corpo e da mente. Local santo de conexão e de consagração, imerso no mato.

É comida ou é remédio? É Cultura Alimentar ou Medicina Tradicional? A soberania alimentar é saber que o alimento é remédio, a preocupação com a soberania alimentar, onde a mandioca, a macaxeira, o beiju, a tapioca são feitos através dos modos populares, ancestral e comunitário, e ainda, a saber da energia, da concentração e sinergia que se precisa ter no manuseio das ervas, das extrações dos óleos e dos lambedores, o sensorial e o motor precisam estar unidos trabalhando para uma finalidade, estando a pessoal tão envolvida como se entrasse num estado de transe, para que ao final do processo, os gostos, sabores e texturas estejam do jeito que a mezinheira conhece e que os remédios do mato resolva os problemas que estão sendo tratados. Pois,

o que é mezinheiro para gente aqui? Existe o mezinheiro da cura espiritual, que trabalha com os encantados, como a Tia Maria Milagres, que daqui a pouco o Aristides pode falar um pouco sobre como era a cura que ela fazia. Existe o mezinheiro que

trabalha com as plantas medicinais e existe o mezinheiro que trabalha com os ramos de algumas plantas medicinais. [...] Tem muita gente aqui: tem o Biágua, tem a Tia Maria José, que trabalha com o ramo, na linha espiritual de pajelança. [...] O pessoal mais fanático da Igreja Católica e de Igreja Evangélica costuma chamar aqueles curandeiros que trabalham com os encantados, com os espíritos de luz – que são os pajés curador – de macumbeiro, assim justamente discriminando. [...] Os benzedor são os curandeiros, os curador, ou rezador. Antigamente, eles eram mais os parteiros, aquelas pessoas que faziam parto. Por exemplo, a minha bisavó foi a maior parteira dessa região. Pegou muita gente aqui. [...] Acho que até a Tia Maria Milagres foi parteira e benzedeira. [...] Devido aquela dor tá muito intensa na mulher que tava entrando em trabalho de parto, tinha os cachimbeiro, que é aqueles que fazem a defumação no momento da dor com a alfazema do cachimbo. Então, essa também é mezinheira, ela é curandeira, ela é benzedeira, que é a parteira-cachimbeira. (Brissac; Nóbrega, 2010, p. 7)

O antigo e o novo estão ligados, de manifestação empírica, são parceiros e não adversários tecendo o tempo indígena fora da lógica cartesiana, o artista a frente do trabalho é quem guarda os segredos e mistérios de sua ciência envolvida pelos Encantados da Natureza e pela cosmociência da mata, são artistas desempenhando sua performance, quem está à frente do trabalho, potencializando e multiplicando, precisa ter uma sensibilidade e encantamento para a necessidade de uma visão dualística, específica, mas também global, precisam dar resoluções as situações que se apresentam.

Porque existe uma dimensão da pessoa, por sua natureza, que se manifesta de forma mais inteira, gerando sincronicidade, materialidade do mundo imaterial e invisível direcionando as práticas sociais na Reserva, formando terapias para a cura das pessoas envolvidas no processo na casa de Dona Angela. O movimento está presente, assim como há uma presença, forte e marcante. É a sensação que vem em forma de certeza que pertencemos a um sistema orgânico maior que nós mesmos, sendo nós uma peça nessa engrenagem maior de um bioma, de visão cósmica, de integração e interação entre os seres. Esse mundo sensível é percebido e recriado pelo desenvolvimento do grafismo Anacé, expresso através da arte estimula a sensibilidade da pessoa em suas interpretações da vida, é um ato concreto e singular da concretização da relação do mundo físico e não-físico.

Junto com esse movimento artístico de envolvimento e materialização, existe o movimento da ação artística que acompanha o movimento dos corpos, ou seja, da corporeidade da Reserva. Temos na impermanência, isto é, no movimento constante das coisas, presente no território, quando através da dinâmica da natureza, está presente também, nos espaços que são acompanhados pela presença que é forte, constante e mutável, porque é viva e orgânica. Esse movimento constrói cosmologias produzindo uma vivência criada pelo cotidiano das experiências de imersão a natureza e ao território, atingindo os níveis de entendimento da dimensão do sagrado. É como um despertar.

Diante da Roda de Conversa feita junto a liderança Anacé para a autorização do trabalho de pesquisa (tese), nos foi dividido que na escola Direito de Aprender do Povo Anacé não tem um material físico de consulta das disciplinas transversais que são: espiritualidade, corporeidade e arte, dificultando os processos metodológicos pela falta de material didático pedagógico físico. Então, acrescentamos aos temas geradores que serão trabalhados nas oficinas do Curso de Formação, as disciplinas transversais da Escola Indígena da Reserva, colocamos no mesmo lugar teórico os cinco temas geradores: espiritualidade, cultura alimentar, medicina tradicional, corporeidade e arte.

Após as elaborações e aplicações das etnoaulas/oficinas dos temas geradores, a coleta de dados foi fundamental para concluirmos o processo desta escrita que se realizará como produto dessa tese. Logo após o término deste trabalho, seguiremos para o envolvimento do material didático pedagógico (cartilha), sendo esta edição uma parte do trabalho que faz parceria com outro material didático pedagógico (cartilha) estruturado na Reserva, onde os conteúdos são os saberes e mistérios Anacé e tem como autor João Gleidson dos Santos Oliveira, ao qual, no momento das escritas, passamos por processos de formação e sensibilização no interior da Reserva Indígena Taba dos Anacé, fosse na escola, na casa de Dona Angela ou por outros espaços na Reserva como no lugar sagrado da Jurema.

Cada etnoaula/oficina abordou um tema gerador, tendo um dia para cada tema e em dias diferentes. No processo de duas etapas, concluímos a primeira parte que foi o final da escrita e sua defesa, seguindo para a segunda parte que é o terceiro objetivo desta tese que é a produção de um material didático pedagógico (cartilha), quando o produto já sendo amadurecido. Seguindo para o fazer do material didático pedagógico (cartilha) que será na Reserva, e contaremos com a participação da liderança indígena, a gestão escolar e os professores da Escola Direito de Aprender do Povo Anacé.

As etnoaulas/oficinas serão realizadas com a liderança indígena, a gestão escolar e os professores da Escola Indígena Direito de Aprender do Povo Anacé. Dessas etnoaulas/oficinas, sairá o material para a Escola Indígena local, onde o material recolhido será tratado através do método de análise de conteúdo para a elaboração do material didático pedagógico (cartilha), concluindo as etapas propostas por este trabalho. A ideia é que com a pesquisa finalizada e o material didático pedagógico produzido, consigamos distribuir o material didático pedagógico para o maior número de Escolas Indígenas e instituições que nós alcançarmos.

Acreditamos que nossa contribuição estará presente na sociedade como difusores de uma educação diferenciada e contextualizada, fortalecendo a Reserva Indígena que saberá

mais sobre si a partir de sua própria construção ideológica e intelectual de conceitos dos saberes do mato, e de uma forma geral, por sabermos da responsabilidade e do compromisso com a educação pública e educação indígena no Estado do Ceará, é que seguimos na direção de uma escola inclusiva e plural, pensando no fortalecimento de uma escola menos violenta. Até agora só temos o que agradecer, pela acolhida, as partilhas e a generosidade dos queridos amigos Anacés.

A partir da cosmociência de Dona Angela foi possível reproduzir a metodologia do Curso de Formação que nos mostrou a força da ancestralidade, a força da tradicionalidade e a força dos Encantados da Natureza que circulam pela Reserva. Nas etnoaulas/oficinas foram vivenciados formas e percepções circulares, tocando profundamente nos participantes, que também, contribuía com ações dentro das sensibilidades dos temas geradores trabalhados, construindo o etnoconhecimento. Os cursistas se relacionavam com os afazeres nas atividades, enquanto Dona Angela conduzia controlando o tempo dos trabalhos, a temperatura das panelas, a textura dos alimentos etc. Durante esse processo, ela ia contando quando e por que eram usados os segredos e as misturas das matas.

Quando Dona Angela acionava sua ancestralidade, ela acionava a dos participantes. Ela didaticamente guiava o grupo a fazer uma jornada entre contos e fatos da aldeia. Ela também, traz muito forte a presença de suas memórias, infantis e adultas, que ao transitar por suas lembranças, suas camadas vão sendo desvelada por meio das narrativas de Dona Angela. Sendo essas narrativas absorvidas pelos participantes do grupo de cursistas que estão envolvidos na sinergia e sincronicidade, se relacionando entre o microcosmo e o macrocosmo, fortalecendo a presença que se apresenta nas atividades, na casa de Dona Angela, na Reserva. Esta presença é o que dá a marca da vivência. É o que faz a vivência ser diferente e produtiva. Rica por despertar os sentidos e as dimensões sensíveis nas pessoas, gerando essa necessidade de haver uma escrita mais detalhada e objetiva diante das experiências e por isso a existência desta escrita (tese).

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Albert. **O bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos**. São Paulo: Elefante, 2016.
- ANADÓN, Marta. A pesquisa dita qualitativa: sua cultura e seus questionamentos: comunicação. *In: COLÓQUIO INTERNACIONAL “FORMAÇÃO, PESQUISA E DESENVOLVIMENTO EM EDUCAÇÃO”*, 1., 2005. Senhor do Bonfim, BA. **Anais [....]**. Senhor do Bonfim, BA: UNEB, UQAC, 2005.
- BESERRA, Bernadete de. **Racismo e educação no Brasil**. Recife: UFPE, 2018.
- BESERRA, Bernadete de. **Movimentos sociais no campo do Ceará (1950-1990)**. Fortaleza: Imprensa Universitária, 2017.
- BOSI, Alfredo. **Dialética da colonização**. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. **Quatro cantos: Volume 1**. São Paulo: Ubu, 2022.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dar, a terra quer**. São Paulo: Ubu, 2023.
- BOGDAN, Robert; BIKLEN, SariKnopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria aos métodos**. 3. ed. Porto: Porto Editora, 1994.
- BONVINI, Rino. **Abordagem sistêmica comunitária: uma socioterapia de múltiplo impacto**. 2. ed. Fortaleza: Umehara Parente, 2024.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Ideias e dicas para o desenvolvimento de processos participativos em saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2016.
- BRISSAC, Sérgio Góes Telles; NÓBREGA, Luciana Nogueira. Benzedeiras Anacé: a relevância dos ritos de cura na emergência étnica de um povo indígena do Ceará. *In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA*, 27., Belém. **Anais [...]**. Belém, Pará: [s.n.], Brasil.
- BURGOS, Arnaldo Beltrão. **Jurema sagrada: do Nordeste Brasileiro à península Ibérica**. Fortaleza: Expressão Gráfica editora, 2012.
- CALDART, Roseli Salette. **Dicionário da educação do campo**. 2. ed. Rio de Janeiro. Expressão popular. 2012.
- ERASMO, de Rotterdam. **Elogio da loucura**. 2. ed. São Paulo: Martins Claret, 2008.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**. 55. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 31. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 1967.

GALEANO, Eduardo. **De pernas para o ar: a escola do mundo ao avesso**. Porto Alegre: L&PM Editores, 2010.

GARAKIS, Solange Cescon. **Divulgando Piaget: exemplos e ilustrações sobre a epistemologia genética**. Fortaleza: Gráfica Unifor, 1992.

GREINER, Christine. **O corpo: pistas para estudos interdisciplinares**. São Paulo: Annablume, 2005

GRAMSCI, Antônio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 7. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

HOLLIDAY, Oscar Jara. **Sistematização de Experiências: aprender a dialogar com os processos**. Rio de Janeiro: CIDAC, 2007.

ISMAEL Pordeus Junior. **Portugal em transe: transnacionalização das religiões afro-brasileiras, conversão e performances**. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2000.

JACOBI, Pedro Roberto. Os desafios do planejamento na diversidade: a Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte. **Diálogos Sócioambientais**, São Paulo, v. 06, n. 17 jul. 2023.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2023.

LIMA, Tiago Halley Santos de. **O conhecimento na escola indígena no Ceará: práticas de ensino diferenciado na escola indígena direito de aprender do povo Anacé**. 2017. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2017.

LUNAS, Alessandra da Costa; ROCHA, Eliene Novaes. **Práticas pedagógicas e de formação de educadores (as) do campo: caderno pedagógico de educação do campo**. 2. ed. Brasília, DF: Dupligráfica, 2010.

MOTORYN, Paulo. Governo Bolsonaro designou assassino do índio Galdino para cargo de confiança na PRF. **Brasil de Fato**, 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/08/31/governo-bolsonaro-designou-assassino-do-indio-galdino-para-cargo-de-confianca-na-prf>. Acesso em: 03 fev. 2023.

NEUMANN, Sabrina. **Um só planeta**. umsoplaneta.globo.com, 2022. Disponível em: <https://umsoplaneta.globo.com/energia/noticia/2022/04/26/mapa-mostra-onde-estava-sua->

cidade-ha-milhoes-de-anos-no-supercontinente-pangeia.ghtml. Acesso em: 26/04/2022.-06.10.2019.pdf. Acesso em: 9 jun. 2021.

NICOLELIS, Miguel. **O verdadeiro criador de tudo**: como o cérebro humano esculpiu o universo como nós o conhecemos. São Paulo: [s. n.], 2020.

OLIVEIRA, João Gleidson dos Santos. **Cartilha**: Racismo ambiental e povos indígenas sistematizando saberes a partir da resistência Anacé. Fortaleza: IFCE, 2024.

PAIVA, I. T. P; LIMA, E. C. Conflitos ambientais, energia eólica e justiça ambiental: contribuições para uma análise crítica. **Revista GeoUECE**, [s. l.], v. 8, n. 14, jan./jun. 2019. ISSN 2317-028X.

PAIVA, I. T. P; LIMA, E. C. **Conflitos ambientais**: energia eólica e seus impactos socioambientais no interior Ceará. Londrina: UEL, 318. p. 2017.

RIOS, Flávia; SANTOS, Marcio André dos; RATTS, Alex. **Dicionário das relações étnico-raciais contemporânea**. São Paulo: Perspectivas, 2023.

ROMANELLI, Geraldo. BIASOLI-ALVES, Zélia Maria. **Diálogos metodológicos sobre práticas de pesquisa**. Ribeirão Preto: Legis Summer, 1998.

SILVA, Geranilde Costa e. **Pretagogia**: construindo um referencial teórico -metodológico de base africana para a formação de professores. Fortaleza: Impreco, 2019.

SOUZA, Margaret. **Mediunidade**: o cotidiano dos médiuns nas tendas de umbanda. Fortaleza: Editora Cosme e Damião, 2019.

SOUZA, Rute Morais. **“São Gonçalo vai embora e o povo fica chorando”**. Práticas rituais e espiritualidade Anacé na Reserva Indígena Taba no Município de Caucaia, Ceará – Brasil. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Universidade de Brasília, Brasília, 2023.

SOUZA, Ângela Maria Morais. **A “realocação” do Povo Anacé de Matões sob o olhar dos mais velhos**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Intercultural Indígena) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2016.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação, o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. O intelectual indígena nascido da teologia da libertação. Avá. **Revista de Antropología**, [s. l.], v. 33, p. 35-56, 2018.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (org.). **Projeto Político-Pedagógico da Escola**: uma construção possível. São Paulo: Papirus, 1995.

APÊNDICE A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está autorizando ao pesquisador **FRANCISCO CARLOS FALCÃO JUNIOR** a realização da pesquisa intitulada **A ETNOGÊNESE ANACÉ COMO METODOLOGIA NA DECOLONIZAÇÃO DO SABER: A CONSTRUÇÃO DE UM CURSO DE FORMAÇÃO**. Você não deve autorizar contra a sua vontade. Leia atentamente as informações abaixo e faça qualquer pergunta que desejar, para que todos os procedimentos desta pesquisa sejam esclarecidos.

Nesse estudo pretendemos como:

Objetivo geral investigar o processo metodológico do Curso de Formação na perspectiva da etnogênese Anacé, e como objetivos específicos estudar a proposta de formação do curso, identificar o saber popular como conhecimento científico e elaborar uma “cartilha” como guia para o reconhecimento do saber ancestral como conhecimento científico.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto nasce no interior da Reserva Indígena Taba dos Anacé através do coração inquieto da educadora Dona Ângela Anacé. Pela sua inquietude, surge a oportunidade da construção de um curso de formação com saberes tradicionais, distribuídos em três temas geradores: espiritualidade, culinária e medicina tradicional, onde a abordagem dos temas serão elaborados por meio do conhecimento empírico indígena que são manuseados tradicionalmente em seu território, onde são fortalecidos e valorizados atualmente no interior da aldeia Anacé.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): O loco da pesquisa será na Reserva Indígena Taba dos Anacé, endereço: Rodovia do Garrote, 85 - Jurema, Caucaia – Ceará, e conta como sujeitos da pesquisa o grupo da liderança Anacé local, grupo de professoras indígenas Anacé, grupo de profissionais da educação local. Serão realizadas oficinas com o

objetivo de criar fóruns de escuta pensando na sistematização de experiências de Holliday (2006) que enfatiza os passos da elaboração metodológico e didática do Curso de Formação Anacé. Usaremos às técnicas de Estudo de Caso por focar na complexidade do fenômeno social, quando permitirá uma melhor conservação geral das características e significados da realidade. Para a coleta e tratamento dos dados, manusearemos o método de análise de conteúdo, onde através da análise de contexto elaboraremos a análise de conteúdo definindo a pesquisa.

Para a realização deste estudo, você deverá autorizar e assinar este termo de autorização. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem sua permissão. Este termo de autorização encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

ASSINATURA DO CONSELHO INDÍGENA ANACÉ

NOME:

RG:

1	_____
2	_____
3	_____
4	_____
5	_____
6	_____
7	_____
8	_____
9	_____
10	_____
11	_____
12	_____
13	_____
14	_____
15	_____

Nome do pesquisador: Francisco Carlos Falcão Junior

Caucaia, 15 de Novembro de 2023

Endereço: Av. Capitão Prata, 03, Taíba - São Gonçalo do Amarante - CE

APÊNDICE B – TERMO DE COMPROMISSO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE COMPROMISSO

Eu, Francisco Carlos Falcão Junior, aluno de pós-graduação, da Universidade Federal do Ceará, portador do RG nº 93002280353, órgão expedidor / UF SSP – CE e CPF nº 75136457368, desenvolverei a pesquisa intitulada A ETNOGÊNESE ANACÉ COMO METODOLOGIA NA NÃO COLONIZAÇÃO DO SABER: A CONSTRUÇÃO DE UM CURSO DE FORMAÇÃO na Reserva Indígena Taba dos Anacé, povo indígena Anacé, aldeia Anacé, conforme Proc. Funai nº 08620.122705/2015-86 no período de 15/11/2023 a 30/12/2025, com a finalidade de realizar registros fotográficos, sonoros e audiovisuais, para fins da referida pesquisa, COMPROMETO-ME A:

1. respeitar os usos e tradições indígenas e abster-me de proceder a exigências constrangedoras excessivas ou abusivas para com os indígenas, submetendo-me às disposições da Constituição Federal de 1988, da Lei Federal nº 6.001 de 1973 – Estatuto do Índio, da portaria nº 177/PRES/FUNAI de 2006 e da Lei nº 9.610 de 1998;
2. não veicular qualquer informação ou adotar procedimento que atende contra autonomia, a honra e a dignidade individual ou coletiva dos povos indígenas envolvidos, que promova visões preconceituosas ou estereotipadas sobre esses povos ou que estimule o ódio, a intolerância ou o etnocentrismo;
3. utilizar os registros fotográficos, sonoros e audiovisuais exclusivamente para fins do projeto de pesquisa intitulado “A ETNOGÊNESE ANACÉ COMO METODOLOGIA NA DECOLONIZAÇÃO DO SABER: A CONSTRUÇÃO DE UM CURSO DE FORMAÇÃO”;

4. remeter à Assessoria de Acompanhamento aos Estudos e Pesquisas – AAEP/FUNAI, em duas vias, monografia, relatórios artigos, livros, gravações, imagens e outras produções oriundas da pesquisa ou do projeto;

5. remeter à FUNAI documento original de Termo de Licença de Uso de Imagem firmado com os indígenas retratados ou seus representantes, durante o período autorizado pela Funai para o ingresso em terra indígena.

O descumprimento das condições estabelecidas neste Termo de Compromisso, em conformidade com a CF/88, Art. 5º, e com a Portaria nº 1777/PRES/FUNAI/2006, sujeita o infrator às sanções previstas na legislação vigente, bem como ao cancelamento da Autorização de Ingresso em Terra Indígena por parte da FUNAI-CE.

Qualquer outra utilização do material coletado, para além do objeto deste Termo de Compromisso, inclusive para exploração econômica, deverá ser objeto de novo processo de autorização junto ao indígena ou ao povo indígena retratados e à Fundação Nacional do Índio. Declaro verdadeiras todas as informações prestadas neste Termo de Compromisso.

Ceará - Caucaia, _____ de _____ de 2023.

Assinatura do(a) participante

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
DEPARTAMENTO DE ESTUDOS ESPECIALIZADOS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está sendo convidado(a) como participante da pesquisa: **A ETNOGÊNESE ANACÉ COMO METODOLOGIA NA DECOLONIZAÇÃO DO SABER: A CONSTRUÇÃO DE UM CURSO DE FORMAÇÃO**

Nesse estudo pretendemos como:

Objetivo geral investigar o processo metodológico do Curso de Formação na perspectiva da etnogênese Anacé, e como objetivos específicos estudar a proposta de formação do curso, identificar o saber popular como conhecimento científico e elaborar uma “cartilha” como guia para o reconhecimento do saber ancestral como conhecimento científico.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto nasce no interior da Reserva Indígena Taba dos Anacé através do coração inquieto da educadora Dona Ângela Anacé. Pela sua inquietude, surge a oportunidade da construção de um curso de formação com saberes tradicionais, distribuídos em três temas geradores: espiritualidade, culinária e medicina tradicional, onde a abordagem dos temas serão elaborados por meio do conhecimento empírico indígena que são manuseados tradicionalmente em seu território, onde são fortalecidos e valorizados atualmente no interior da aldeia Anacé.

Para este estudo adotaremos o(s) seguinte(s) procedimento(s): O loco da pesquisa será na Reserva Indígena Taba dos Anacé, endereço: Rodovia do Garrote, 85 - Jurema, Caucaia – Ceará, e conta como sujeitos da pesquisa o grupo da liderança Anacé local, grupo de professoras indígenas Anacé, grupo de profissionais da educação local. Serão realizadas oficinas com o objetivo de criar fóruns de escuta pensando na sistematização de experiências de Holliday (2006) que enfatiza os passos da elaboração metodológico e didática do Curso de Formação Anacé. Usaremos às técnicas de Estudo de Caso por focar na complexidade do fenômeno social,

quando permitirá uma melhor conservação geral das características e significados da realidade. Para a coleta e tratamento dos dados, manusearemos o método de análise de conteúdo, onde através da análise de contexto elaboraremos a análise de conteúdo definindo a pesquisa.

Para participar deste estudo, você deverá autorizar e assinar este termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada. Seu nome ou o material que indique sua participação não será liberado sem sua permissão. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma via será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara e detalhada e esclareci minhas dúvidas. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações, e poderei modificar a decisão de participar, se assim o desejar. Tendo eu consentido e assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma via deste Termo de Consentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Fortaleza, ____ de _____ de _____ .

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a)

Endereço do responsável pela pesquisa:

Av. Capitão Prata, 03, Taíba - São Gonçalo do Amarante - CE

Nome: Francisco Carlos Falcão Junior

Instituição: Universidade Federal do Ceará - UFC

**ANEXO A – TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS, GRUPO
FOCAL E OFICINAS
CULTURA ANACÉ
Saberes e Ensaios**

Dona Valda

Esse momento foi para mim é uma riqueza, estou dando, mas também, estou recebendo de vocês, a amizade, a tranquilidade, a troca de conversa. Assim, como começamos a conversar juntos vocês ficaram observando, o que foi mais, foi a atenção. É uma riqueza muito grande para nós Anacé. As práticas sem objetivos de nada vale. Então, vai acontecer mais e mais, porque agora foi que iniciou (as formações), as práticas a cada dia vão se renovando e crescendo, não fica só por aí. Parabeno todas vocês que vieram compartilhar com a gente e fico feliz com a presença de vocês, abraço forte e um beijão no coração de cada um.

Tem uma tradição que na Sexta-Feira Santa não pode tirar fruta, comer doce, comer em silêncio. A goiabeira é própria para o intestino, quem está com diarreia. Do olho da goiabeira, três olhinhos (folhas jovens). Faz o chá e quando esfria, bota uma colher de chá de goma. Com essa planta medicinal se for uma infecção vai servir.

Junior Anacé sobre as potencialidades de Dona Ângela

O conhecimento que as professoras têm, no que se refere ao gigante que existe dentro dela (Ângela Anacé). É algo muito maior que o medo, desafios, coragem, conhecimento. Isso é o gigante e que adquiriu pelo tempo que não se aprende na escola, nem na universidade. A mulher, ela tem esse potencial da sensibilidade, de adquirir o conhecimento, de também repassar o conhecimento pela sua vivência, pela sua experiência, com os parentes, na aldeia, com a terra, na comunidade. Mesmo com medo de sala de aula, quando ela bota em prática, dá ao entender que ela tem experiência de anos atrás de sala de aula, porque ela tem na raiz da história e da sua prática tradicional a própria educação da escola indígena. Educação escolar indígena, por exemplo, como fazer um artesanato, ali existe a pedagogia do fazer, pedagogia do conhecimento. Ela sabe colocar isso em prática, ela adquiriu conhecimento na universidade para poder repassar isso, onde tem professores indígenas que têm essa dificuldade, prefere ir nos livros e aplicar o conhecimento convencional dos livros tradicionais porque é mais fácil e é mais prático, onde na realidade ela tem essa habilidade, tem a experiência de secretaria escolar, mas quando você vai vivenciar isso na educação escolar indígena por meio do que ela está explicando através da arte, corporeidade e espiritualidade é o que ela vivencia, é o que ela

tem de conhecimento. E quando ela passa isso, nós aprendemos, que a etnomatemática é repassado o conhecimento que duas sementes, mais três sementes, é igual a cinco sementes, pega três sementes e junta mais duas, dá cinco sementes, vai dar etnomatemática. Pega pauzinhos, é até mais fácil de aprender dessa forma, não precisa as crianças veem os números. Para aprender o português, aprender a sílaba, por exemplo. Ela pensa que a gente não presta atenção no que ela fala, ela disse: dei uma aula para o pessoal da Seduc de dizer que eu irei colocar em prática que nós temos o calango, o tejo, o passarinho cantando aqui no nosso quintal. Não vou falar do hipopótamo que está lá no livro, porque o pessoal não vai nem saber o que diabo é isso. O que é um hipopótamo se não existe aqui na nossa realidade? como vou falar de uma capivara se as crianças nunca vão ver, ela tem de falar é do calango, quando ela diz isso e quer colocar em prática dessa forma, isso é fantástico. A criança vai aprender muito mais sobre o conhecimento tradicional que na reserva indígena tem o calango, o tejo, o sabia, ela não pode falar de rouxinol porque aqui não tem rouxinol, mas pode falar do corupião, tem rolinha, tem vários tipos de rolinha aqui, tem a rolinha caldo de feijão, pé de anjo, cascavel, azul. Trabalhar a arte e essa espiritualidade que ela tanto fala é algo que ela traz na sua vida, traz na sua essência, na sua espiritualidade, é o que ela é. Não está inventando nada, não está aprendendo em livros nem na universidade, ela tá repassando um conhecimento que ela vivencia, isso é potencial são gigantes que existe dentro dela, a Cleosângela é professora e ela disse: não sei como fazer uma aula de geografia, de repente ela cria uma aula de uma forma que eu nunca faria. Se eu fosse ensinar ela, não sairia do jeito que ela criou, do jeito que ela fez. Aqui é uma geografia, tem um potencial geográfico incrível. Por exemplo, o percurso da entrada da reserva até a última rua, pegando do corupião, onde tem lagoa, onde tem mata, tem moradia, o mapa da região sul ou da região centro-oeste, no Norte, se as crianças precisam aprender exatamente a sua realidade, saber dos seus próprios territórios e a partir dos territórios conhecer seu lugar de moradia. Por exemplo, conhecer seu local de moradia, porque vou ter de falar de uma zona urbana que tem vários prédios se eu primeiro não conheço onde moro. Então, é primeiro conhecer a área geográfica onde moro pra depois se espalhar para outras regiões, primeira região local, região nordeste, norte e depois as outras regiões do Brasil. A gente fala de uma cosmovisão dos povos indígena e quando você faz uma análise com uma criança você percebe que desenvolve muita coisa da cognição da criança, eu aprendi muita matemática por associação. Quando eles chegarem lá no quinto ano vão lembrar disso aqui e vão fazer a associação. Meu pai era um analfabeto, mas sabia muito de matemática, ele dizia que não pode dar mais nem menos, matemática é exata. É uma área que eu gosto muito. A criança é engraçada, se você vê uma criança e pergunta para ela quantas pessoas tem aqui, e a mulher grávida, ela vai dizer duas. A

criança vai identificar de imediato, a criança tem esse potencial, ela é muito observadora, e ela está na fase de desenvolvimento. Porque a criança aprende o porquê. Ela quer saber e quando ela quer saber ela vai atrás, diferente da gente às vezes quando pergunta se a gente não pesquisar vai para outra coisa, a criança não. A criança de três a cinco anos é a fase do porquê, aprende a chamar o pai, a mãe, aprende a respeitar. Se você educar a criança dos três aos cinco anos, tem um cara, eu acho que é Piaget que ele vai explicar todas as fases do aprendizado da criança, fator de desenvolvimento cognitivo, quando ela aprende o quê. É interessante isso, porque elas querem aprender, eles querem uma resposta. Por que que antigamente algumas crianças eram mais atrasadas que as crianças de hoje, porque os pais diziam assim, menino pra que tu quer saber isso, tem resposta pra isso não. Eles ficavam no vácuo, hoje não. Se a criança quer saber e não tem o pai e mãe, mas hoje tem a escola que vai dizer que é um direito dela, tem um irmão, tem uma tia que não sabe, mas vai no celular e pesquisa porque todo mundo hoje tem acesso às tecnologias e vai e descobre por que a criança quer saber. Tem criança de três, quatro anos de idade que pergunta por que a mulher engravida, antigamente a criança levava até uma palmada e mandava se calar, hoje não, a criança pergunta com um objetivo de querer saber. Ele pergunta com um objetivo, ela quer saber como aquela criança foi parar na barriga da mãe, ela não quer saber de cegonha não. Então, estou dando o exemplo do potencial da criança querer aprender e assimilar o conhecimento, isso que ela aprende em sala de aula, não fica só em sala de aula. Às vezes tem criança que quer brincar de escolinha dentro de casa, que quer brincar de professor com os colegas e os amigos e vai ensinar isso. Então, a educação escolar indígena tem muito a colocar em prática essa situação, do aprendizado na aldeia dentro das suas práticas tradicionais que na escola tradicional não tem. Por exemplo, o fato de toda segunda feira e sexta feira cantar o toré, é algo que vai transformar a espiritualidade dessa criança, que vai fazer que essa criança, esse jovem se torne melhor dentro do convívio social, porque ali é um momento sagrado, se é um momento sagrada eu estou reverenciando alguém, se tem alguém eu preciso temer esse alguém, esse temer é o respeito, qual o respeito que eu tenho por aquele momento e trazer para a comunidade, o fato de cantar o toré é o fato de respeitar a Deus, respeitar o próximo, respeitar a natureza. Quando você canta e participa desse momento, é o corpo, é a alma que participa, e isso transforma a pessoa. Quando eu estudava a gente fazia uma oração do divino espírito santo, professora Graça que fazia essa oração, eu era um jovem bem rebelde e isso me transformou numa pessoa melhor. O professor Marcos Aurélio veio conversar comigo a pedido do meu pai, não que eu estivesse indo para o caminho errado, mas porque eu desobedecia a pai, desobedecia a mãe, se envolvendo com mulheres, com jovens, querendo fazer outras coisas, querendo beber bebida alcoólica, então o professor disse coisas que eu fui analisando e processando na cabeça,

e a gente acaba que segue o conselho de um professor. Então, se todos os professores chegassem para um aluno e orientasse. Hoje tem muitos jovens entrando no mundo da criminalidade porque não foi orientado, às vezes o próprio território daquele jovem não é propício para que ele não entre naquele mundo, às vezes a própria família faz com que ele queira ir para o outro lado, para o caminho da perdição. Digo isso porque é o que a gente vê, a casa que toda semana tem a bebedeira, o que aquela criança ou aquele jovem vai aprender, por mais que seja um trauma para a vida toda, mas ele vai aprender alguma coisa. Futuramente se não tiver violência naquele meio ele não vai se traumatizar tanto, mas se tiver ele vai aprender. Aqui na nossa aldeia tem muita gente a aprender e ensinar com as crianças e os jovens e aqui a maioria dos professores da escola indígena são indígenas, alguns, acho que foram oito, se formaram dentro da educação escolar indígena com formação específica para ensinar indígena, que é a licenciatura interdisciplinar indígena e que pode colocar isso em prática. Elas têm dentro delas um potencial gigante e que os medos são menores que o gigante que tem dentro delas. O potencial que eu digo é isso. A nossa comissão de liderança é mista e estratégica, se você analisar quem faz parte da comissão de liderança são dois jovens da articulação jovem Anacé, dois professores, Ângela e Tiago Anacé, a diretora da escola que também é professora, Mazé Anacé, uma agente de saúde, Andréa Anacé, uma pessoa apaixonada pelo território que traz a experiência de movimento da terra, Conceição Anacé, Socorro Anacé, Antônio Alexandre Anacé, uma pessoa detentora da medicina tradicional, Dona Valda Anacé, Marcos Góes um brigadista formado com duas formações de brigada de incêndio, brigada de prevenção, eu que sou enfermeiro da unidade de saúde e um dos pioneiros do Movimento Indígena Anacé, então é um conjunto de pessoas que tem sua importância na aldeia, na comunidade com sua representatividade, e estrategicamente é uma liderança mista a comissão de liderança, formada por 13 lideranças, até o número é estratégico, o número que nós elegemos o nosso presidente. Acredito que o maior presidente da história do país ou da América Latina, ou mais ainda. Entrou agora Alexandrina Anacé, a comissão faz a gerência da reserva indígena, referente a saúde, educação, infraestrutura, medicina tradicional, gestão ambiental, gestão territorial, ela não resolve, faz uma mediação e faz um direcionamento e orienta, não tem poder de polícia, mas algumas pessoas querem isso. Ter poder de polícia é se tiver uma briga entre família quer que a comissão vá lá e puna. Tipo, se tem uma pessoa com o som incomodando a rua, as pessoas querem que a gente vá lá e prenda o som, a pessoa. Não tem poder de polícia porque não é da nossa competência. Nossa competência é o diálogo, a mediação, fazer com que as pessoas sigam o regimento interno da reserva, a política da boa vizinhança, se eu não quero ser incomodado pelo meu vizinho, então, eu não vou incomodar. A consciência para educar e não

o medo, e assim vai, tem dado certo. Se a gente trazer para o lado individual e pessoal a gente adoce, então, a gente leva para o lado coletivo e faz com que várias pessoas ajudem. A receita da felicidade não é uma receita de bolo, porque as pessoas são diferentes. Os avós e os pais da gente diziam que por falta de um grito se perde uma boiada.

Dona Ângela

Eu iria trabalhar sem livro porque não tem livro para mim, daí eu digo que podemos trabalhar fazendo nosso próprio material didático, isso é um fortalecimento muito grande. Isso é um material didático riquíssimo, fazer uma música, ensinar a história do coco que veio da África. Fiz a rota das quengas (pintura côncava), que o coco veio de barco, as crianças olhando para as quengas, elas diziam a história e teve uma menina deste tamanho (criança pequena) e os outros era correndo e tudo, mas essa, prestou atenção na minha aula e contou a história toda, falou do negro, contou tudo, fiquei besta. A aula de arte, história e geografia, levei coco ralado, não queriam saber de outra coisa a não ser comer o coco, levei o coco nascendo, levei as quengas, fiz a música, mostrei de onde veio o coco, foi uma aula assim ô (gesto positivo). Botei o coco nascendo e as quengas em torno do coco.

Transcrição da Oficina de Espiritualidade - 17/02/2023

Dona Ângela ficou na condução do trabalho e abriu a roda de conversa com as boas-vindas, falando sobre a espiritualidade no nosso dia a dia, no nosso cotidiano. Diz ela, que “cada um de nós tem uma luz, porque às vezes a minha luz ilumina você, mas não já não ilumina um e o outro. Nós temos essa energia do poder, que são energias que nós mesmos, às vezes não sabemos que temos, mas aí dentro desse contexto, queria que vocês falassem alguma coisa sobre ser de superação, ser bom, do seu eu. O que você traz e o que você quer levar, que você se agarra, junto do seu protetor, seu anjo da guarda, que está com você e que você... não vou nem dizer aprendeu, porque não é algo que a gente aprende, é algo que alguém tem, é algo que já nasce. Ficamos embaixo do ser superior e cada um de nós temos esse potencial, temos essa energia do poder de superação que é Deus. E nossos pais nos ensinaram a fazer tudo, e até mesmo, descobrir por que as vezes não sabemos que temos, mas basta descobrir através da ciência dada por Deus. É uma ciência que nós não sabemos que temos, mas a gente precisa descobrir, é algo que temos de ter um novo olhar. É a fé, e que na minha fé, eu vou fazer e descobrir algo que me ajude. A gente não acredita que Deus está ajudando a gente todo o tempo e toda hora. Então, esse acreditar e esse fazer que nasce dentro de cada um de nós, já pode cultivar e perceber melhor ainda sobre.

Ruth Anacé

Como as práticas de cuidados são utilizadas nessas práticas onde através das mãos, só com a energia das pessoas, sem tocar, é uma terapia tão forte que a mãe que fez e disse, diante da experiência dela, que a pessoa não consegue se mexer, a pessoa perto de tocar em você, você recebe a energia da pessoa e não se mexe e fica recebendo aquela energia. Fico pensando como essa ciência dos povos indígenas é usada pela sociedade, mas não é identificada como essa força é essa energia (indígena)

O Célio tem uma espiritualidade muito grande, o menino corre com o pé de pião para ele rezar, mesmo não precisando. Mas eu pergunto a Célio, e tu cuida de um monte de gente, ele vive de massoterapia, não faz reiki em todo mundo, mas vive de massoterapia. Ele é da etnia Tremembé, mas mora com a gente. Como é que cuida de tanta gente e no final quem cuida de ti? Ele respondeu que existe um lugar onde se encontram e se tratam lá na UECE ekobé. Outro ponto é que esses cuidados são executados pelas mulheres indígenas, tipo quem está fazendo as massagens, escalda pé, era todas as mulheres. Então, é pensar em como essas práticas são realizadas dentro da comunidade mesmo, em casa. Ali, você está no processo de cura também, como uma cólica, aí a mãe vai botar um pano, água quente, e pensar também, que já se está no processo de cura, também diante da espiritualidade

É pensar como todas essas práticas estão organizadas dentro de nossa casa, pelo menos colocar a mão aqui, mas você precisa acreditar, você acredita? Porque quando as pessoas estão mal ela pede pra fazer uma reza, sim, e a gente acredita e aquilo faz efeito. Antes de acontecer isso com ela, nós fizemos aqui 15 dias de orações porque o médico passou uma medicação mais forte para usar, onde através do médico e da medicação faz parte da espiritualidade.

Dona Ângela: descrevendo suas memórias pela ligação familiar com a espiritualidade

Minha mãe toda vida criou galinha e o reiki serve para os bichos também, aí quando a gente pisava no pinto que chega bolava de um lado para outro, minha mãe pegava uma cuia e botava o pinto dentro e ficava batendo na cuia, com cuidado... batia devagar até o pinto sair correndo. Quando se levantava a cuia o pinto se levantava bonzinho e correndo. Então gente, isso é uma prática e é também dentro da espiritualidade indígena que traz para nós e que muitas das vezes a gente não entende dessa ciência para nós, aí pergunta assim e você faz isso por quê? Não deu nenhum remédio, o remédio foi bater e esse barulho fez o quê? Não existe explicação, então, assim como serve para nós serve para os animais também. Essa força que a gente tem e que a

gente não sabe, e pensar também que a práticas não só de cuidado, porque envolve a alimentação, como por exemplo ser preciso estudar o chão para daí se poder plantar, uma semente colocar ali e dá, envolve essa questão espiritual que são ancestrais através desta ciência que foi repassada para ele como não foi repassado. É pensar como essas práticas estão relacionadas a esse ensino, a esse cuidado, falo da alimentação como os bolos de família que são feitos na semana santa, e que é algo que é bem característico nosso como a tapioca. Diante de um trabalho em Rondônia, era para fazer uma pesquisa sobre a medicina tradicional, onde os indígenas locais não faziam uso de chás, mas a base da alimentação deles é saudável e natural, porque todos os dias vão caçar e pescar diretamente na mata. A mercearia mais próxima da comunidade deles é 40 km de distância, então não tinha contato com bombom, xilito, miojo, macarrão instantâneo etc. Eles produziam a própria farinha deles e o que a gente pensou é de trazer essa medicina tradicional, partindo da própria alimentação porque os idosos da comunidade já tinham mais de 100 anos. Foi uma outra antropóloga lá e disse que eles não tinham uma medicina tradicional. Daí, se a gente não fosse indígena, não entendesse as práticas e ficasse presa no cotidiano sem a contextualização sobre suas práticas, entender que são hábitos de cuidados para a vida através da medicina tradicional que eles aplicam, no nosso relatório íamos informar que não faziam uso da medicina tradicional e sim uso de medicamentos industrializados, por exemplo. Como se toda a comunidade indígena tivesse as mesmas práticas. A medicina tradicional está ligada às tradicionalidades e as tradicionalidades estão ligadas às práticas que eles fazem. Então, algo muito potente neles é a própria alimentação, fomos andar com eles na mata e caçar no rio, como fazíamos antigamente. Assim como era nossa alimentação no passado, como nossos pais faziam para a sobrevivência. E se hoje em dia a gente come miojo, eu tenho certeza que comer um macarrão com carne moída porque tem, por que eu como pizza? Porque tem e porque pode comer. A gente se alimenta mal pelo acesso que temos na comida que não alimenta, pela correria e porque tem fácil e posso comer, é só pegar. Esse momento para quem estuda e vai se aprofundar nessa cultura a gente tem muito o que ensinar e aprender, mas quando a gente chega noutra canto e desconhece das práticas locais, corre o risco dos técnicos que tratam da saúde indígena, não ter referência para a necessidade daquele local, porque não tem um olhar mais sensível diante do contexto que coloca as comunidades indígenas dentro da perspectiva dos cuidados tradicionais. O bom dessas conversas é que a gente tem dúvida e nós vamos tirar nossas dúvidas nessas rodas de conversas. Embora a gente tenha uma grande sabedoria, não somos detentores do saber. A cura através das ervas, das plantas, mas gente, e um C.A.? Não se cura só com erva não, pode ser que cure, mas Deus fez a ciência e propôs que o homem desenvolvesse a sabedoria para a cura, mas pelo

menos uma estabilidade através de quimioterapia. Hoje já se tem relato de um jovem que tomou a vacina e está curado, um adolescente recentemente. E tem outro país aí também que já está quase lançando a vacina também. Eu como indígena, num caso de cirurgia, um parto que é muito normal entre nós mulheres, o Artur ficou quase quarenta e duas semanas, na sexta a bolsa rompeu e fiquei sem passagem, se eu tivesse na aldeia sem passagem, provavelmente ele teria morrido e eu também. Porque precisa da ciência para que pudesse ter o bebê, porque tem a questão dos extremos e ignorâncias para a gente entender até onde a medicina tradicional atua, até onde eu posso esperar pela medicina tradicional. estamos aqui para aprender e para repassar os saberes. Uma das coisas mais difíceis é trazer para a comunidade aquilo que a gente não viveu como medicina tradicional e aplicar na atualidade. Às vezes, as pessoas dizem que não vem para uma reunião porque tem criança pequena, deixa os meninos gritarem e serem felizes, importante é fortalecer para nós, no cotidiano, para a nossa comunidade e eu sei como funciona em sala de aula que você não consegue fazer com que elas se aquiete, e que desse reunião vai sair coisas belíssimas que podem ser trabalhadas em sala de aula, a pena é de que quem deveria estar aqui para construir, não está. Eu, nem você e nenhum de nós pode achar um livro de espiritualidade se não for de uma religião: umbanda, candomblé... Como vou mostrar, como vou aplicar, como vou manusear que é interessante para meus alunos, que mostrar para eles essa valorização cultural que é espiritualidade. O que a Tia Alexandrina falou da reserva, é que vai ser realizado um estudo sobre as medicinas tradicionais para serem incluídas na saúde indígena.

Resposta de Alexandrina: Não foi incluído não, mas como sou do conselho local de saúde e quem faz a avaliação do povo da saúde é a gente, eu não vou dizer a nota de ninguém, tô só dizendo o que tinha lá. É na verdade um “novo” conceito, quem está sendo avaliadas são pessoas da saúde como enfermeiros, tipo, se elas repassam os usos dos saberes dos chás, ao invés do técnico indígena indicar um tratamento na base do tradicional ou do convencional, que pode melhorar a dor, mas piorar outra situação do corpo, não seria melhor um chá, a pessoa fala sobre o chá? A criança tá doente, vai levar no médico, ele fala sobre rezador, é para saber se as pessoas da saúde fazem o resgate e repassa a cultura através das rezas, das curas, dos chás, nesse quesito, eu combinei com os meninos para a gente colocar nota máxima para todo mundo porque a gente não ia prejudicar a pessoa com uma nota mínima, e também, não íamos diferenciar as notas, já que ninguém estava sabendo que existia essa questão de avaliação. São 35 pesquisadores e teremos nossa primeira reunião agora na segunda-feira, porque quem vai fazer essa pesquisa é uma articulação de antropólogos indígenas e aí também, da importância

de indígenas participarem dessa construção porque esse trabalho que a gente fez foi SESAI - FUNAI, foi um projeto, e é também uma devolutiva desse relatório.

Eu estava com uma gripe horrível, daí fui no posto e o Júnior Anacé (enfermeiro da saúde indígena) me passou um xarope à base de cabaça natural, fui na Dona Valda, mais natural ainda. Uma criança adoeceu na escola e queria remédio para dor de barriga, fui consultar o que tinha de chá para fazer. Achei cidreira e folha de goiaba, a criança bebeu o chá e dentro de meia hora a gente vem aprendendo e aplicando algo que a gente aprendeu bem lá de trás. E a outra coisa mais importante, é a história da espiritualidade mesmo, as vezes você acha que tem pessoa que aquela pessoa sabe rezar, e a gente precisa saber que o que cura a gente é a fé da gente. Essa questão da cultura e da espiritualidade é tão mais forte diante de qualquer situação, vai além do que a gente possa imaginar (racionalizar). A espiritualidade indígena, ela é muito mais forte. A pessoa é o João Gleidson, ela pediu, a dor é bem aqui, reza em mim, ai ele foi lá, fez o processo e eu imaginei que ela tá brincando e ele fez todo o processo e aquilo ali para mim não foi uma brincadeira, eles foram tocados e eu fiquei me perguntando: será que ele foi lá? E eu fiquei atenta se a moça vinha ainda se queixar de dor. Então, é a mesma coisa aqui quando uma pessoa soube que o Célio rezava, mas a pessoa disse que o Célio não entendia de nada. Puxa, como essa pessoa sabe que o outro não sabe? Essa questão da espiritualidade não tem como a gente explicar, não tem o que a gente entender, a gente só tem que aceitar. João Gleidson foi nosso aluno, hoje é nosso professor de destaque que aconteceu por um estágio, pessoa maravilhosa da escola, e ele para mim é muito mais que um professor, é muito mais que um professor de disciplina, ele é muito mais espiritual na minha visão. Todos nós temos essa potência de dizer e o dia é pouco, porque nós temos muito o que dizer e o que ensinar e aprender. Todo dia tem um aluno que não quer ir para a escola porque estava sentindo uma coisa ruim. Tirava os sapatos e não ficava na escola, pedi para ele ser olhado (rezado). Acompanhei, mas não investiguei o processo, entrar na privacidade do trabalho, saber se a pessoa viu alguma coisa, teve alguma coisa. Vi o processo de como vai o encaminhamento do dia a dia dele, será que deu certo. Então, hoje ele está indo para aula, mas eu ainda escuto assim, era frescura dele. Mas será que era mesmo? Mas será que ele não estava precisando de uma força para ele se levantar e a força dizer para ele o que fazer, ir para a escola e aprender. Embora ele não tivesse nada, ele estava precisando de trocar as energias, de uma energia positiva. Então, a espiritualidade é isso, ela vai muito mais além do que a gente pode acreditar. Tem o Célio, Dona Valda, a Cleangela. Nós temos pessoas na reserva que podiam passar o dia falando, isso é uma riqueza que a gente não tem como dizer, não tem palavras.

Na escola quando estava professora, fiz meus alunos aprenderem a fazer o fogo dos indígenas aqui, quem se preocupa em trabalhar essa questão?

As crianças são muito inteligentes e habilidosas, a mãe trouxe o arco e flecha e eles já sabiam soltar. Foi feita no posto uma reunião para colocar as plantas medicinais e nós não levamos adiante, então seria muito interessante a gente já ter essas plantas medicinais para as crianças na escola.

Surge uma discussão em torno da mandala produtiva, onde seria de responsabilidade das mulheres a criação de galinhas, inclusive, com o custo e manutenção do projeto. Dentro vai ser os peixes, de um lado vai ser as galinhas e do outro lado a horta, sendo que a comunidade é quem vai ter de cuidar, ou seja, a das mulheres quem vai manter somos nós, limpar, plantar as plantas. A gente se organiza para cada semana ser uma mulher. Porque a mandala da escola já estamos pensando em trabalhar as eletivas porque é obrigatório no ensino médio. distribuir para que os alunos tragam cada um uma planta medicinal para quando eles mesmos precisarem, tiver com dor de barriga ter um remédio, mesmo que não tenha no posto, na escola tem.

Escola Indígena é uma escola diferenciada

Alexandrina: eu também já tô procurando embasamento teórico para as reuniões, porque os pais vão entender que a gente quer fazer dos filhos, porque tem pai que não deixa o filho encher a garrafa de água da geladeira, mas na escola é diferente, ou então não bota uma escola indígena. Contato com o meio ambiente estimula durante o aprendizado durante a primeira infância, aí eu tô buscando informações na semana da horticultura, porque nesse período eu já quero fazer isso aqui (atividade didática) eu plantei, eu reguei eu colhi, a sacolinha e eles fazendo. Né educação infantil... é top.

Eu estudei numa escola que lá desde as 5ª séries as turmas se dividiam em práticas agrícolas, práticas técnico comerciais, práticas industriais e PIL - práticas integradas do lar, a ideia central era fazer com que os alunos conhecessem as técnicas as quais iriam desenvolverem seus projetos finais, direcionando o projeto para uma área específica, quando toda a turma passava por todas as práticas. A alimentação que era produzida na horta era revertida para a escola que era uma disciplina, não se estava obrigando, fazia parte.

Disciplinas transversais: espiritualidade, corporeidade e arte

Educação infantil - experiências e saberes

Ensino fundamental 1 ao 5º ano - espiritualidade indígena, corporeidade e arte

Ensino fundamental 6 ao 9º ano – as disciplinas transversais são trabalhadas em projetos ou nas disciplinas regulares.

Ensino médio - as disciplinas transversais são trabalhadas em projetos ou nas disciplinas regulares.

Iara Saraiva pergunta: A espiritualidade ela não se aparta da questão dos cuidados, das questões medicinais, tem as questões nutricionais, tem a história da alimentação, tudo interligado. Inclusive com a questão territorial, como a Ruth falou que geralmente as pessoas observam a terra para saber o que vai dar e pode dar. Então, não é só chegar e plantar, porque tem coisa que só pega em determinada época, e pega na mão de uns e não pegam na mão de outros. Queria entender de vocês como foi essa mudança para o território, o que sentiram de impacto nessa parte da espiritualidade, nessa mudança de território mediante as práticas espirituais com vocês, como estudar esse novo território, porém, a gente já viu que é uma questão ancestral que está dentro de vocês, mas como foi essa mudança a partir da vinda para cá? Estamos vendo que vocês já estão nesse movimento de reparação de danos a partir da vinda para o novo território, e partindo da escola com a mandala. Primeiro é a vegetação, só vejo essa planta quando vou no canindé. Ruth: tenho acompanhado os processos de mudança dos últimos cinco anos e o que mudou na minha tese aqui na reserva, eu sinto que as pessoas falam mais sem muita angústia. As famílias falam que aqui, para além da dor que elas sentem, é saber que estamos aqui e que vai dar certo. Eu estou chorando, mas vai dar certo. não serão dez ou vinte anos, será a geração, já nasceu mais de 50 meninos aqui, formando a comunidade tradicional, mas a relação espiritual com o território é nos matões, que a relação simbólica que está sendo construída aqui é diferente, e um ponto positivo que vi nesses últimos cinco anos é a nossa horta que demorou. acho que foram uns dois três anos para ser construída, limpar, cuidar. O outro ponto positivo é o terreiro sagrado que já pode ser considerado um patrimônio da reserva porque é um lugar que traz muita paz e que a gente sente que a espiritualidade fortalece e agora vou abrir agora só para quem dança São Gonçalo e a dança do coco, e entender que os encantados fazem parte dessa dança e como eles estão se reorganizando aqui. Eu trabalhava em um conceito que é reconstrução, fiz o tcc e a dissertação de Salamanca usando essa palavra. Daí, na dissertação da UnB, deu um estalo conversando com o professor porque a reconstrução é um negócio que você constrói, você para e continua. E com a gente não foi isso, é o processo de reetnicidade porque a identidade ela é algo que é contínua e se adapta a diversos ambientes, e isso está se adequando na reserva a partir das experiências que a gente trouxe. A gente passa por esse processo de reetnicidade de adaptação, mesmo impactando.

Alexandrina: Eu dizia que vim para cá enganada. Porque o governo do estado prometeu muita coisa para as doze lideranças dos que faziam as negociações, daí quando eu cheguei aqui já tinham as casas e gente morando, o Artur foi um dos primeiros bebês que nasceram aqui na

reserva (seu filho), nós não temos essa situação de parteira. Havia um acerto naquele momento sobre a habitação das casas, a gente precisa entrar nas casas no prazo de seis meses. Digo que foi enganada porque na minha casa de matões, quem conhece sabe que tem um lago próximo da casa e que já jorrava água com a profundidade de cinco metros, tem uma levada no quintal, onde eu usava aquele espaço. De repente eu era a pessoa mais afetada com a questão da falta d'água na reserva, e eu não podia falar isso. A gente não podia fazer um café com a água que tinha, sal puro. Se eu reclamasse eu só via o erro, não via coisa boa da reserva. A Alexandrina diz que foi enganada, mas até o governo do estado foi enganado porque a refinaria não veio, só a siderúrgica. Então, o governo do estado cumpriu a parte dele que era construir as casas, o posto e a escola e fez isso. E a outra parte do asfalto, a parte que nós exigimos era por parte da Petrobras. Daí quem não tá dentro do processo não entende. Quando eu comecei a observar, eu disse, não fomos enganados vendo essa relação das pessoas com o mundo eu penso que fomos presenteados, porque hoje eu vou nos matões e fico triste com o tanto de gente estranha que mora lá e que habita lá e que a gente não sabe mais o meio que a gente está. Aqui não, o nome já diz, reserva, um lugar já reservado. Costumo dizer na escola que nós enquanto professores temos uma responsabilidade muito difícil e muito árdua que eu não sei explicar e que nós vamos conseguir, mesmo que não queira, mas tem de conseguir,

A escola tem o papel de rio nessa novo conjuntura, a escola precisa dar certo porque ela é a fonte dos saberes e conhecimentos que serão construídos e divididos na reserva...

a escola tem de dar certo porque se a escola não der certo a reserva não vai dar certo porque os nossos alunos são os moradores da reserva, temos alguns de fora, são os moradores. A partir do momento que eu deixo os meninos fazerem o quer, que eu não oriento, que eu não puno, não é punir como antigamente, são correções que eu não chego junto de forma carinhosa, toda vida agressiva, punir por punir, mas disciplinando, orientando, fazendo com que eles se sintam pertencentes da escola, porque serão eles os próximos professores, coordenadores, diretores. E se esses meninos deram errado, se entram no mundo da criminalidade, toda a reserva entra. Porque já tem os rapazes e as mocinhas que já estão namorando com pessoas de outros lugares. Aí futuramente o Artur se encanta com uma menina de fora como eu me encantei com o pai dele, ele traz a menina aqui, com a família dela e bota a reserva perder. Eu sei que a gente vive na tradicionalidade, que primo pode namorar com primo, mas a gente é obrigado a saber com quem a gente vai namorar. Dizer para esses meninos que eles têm uma sabedoria, tem uma cultura, que não podem estar com qual um, que tem que se valorizar.

É exatamente o papel do professor que a gente tem uma preocupação desde o início, que é trabalhar esses valores e o trabalho está sendo árduo, os pais não contribuem para que essa educação seja feita. obs: queixas sobre a participação dos profissionais da educação que poderiam estar presentes em maior número e da situação específica do grupo dos adventistas do sétimo dia que guardam o sábado.

Valores e princípios qualificados pela aldeia

O índio não é aquele que vai parir um filho para ele não ir para a luta, quais os valores. A honestidade é um dos valores que na nossa família tem muito, se o tio Luiz te ensinou desse jeito é porque ele já aprendeu da avó, e se ele aprendeu da avó, ensinou para mãe, que a mãe ensinou para as tias e que as tias ensinaram para mim e eu tenho ensinado para o Artur. Já peguei saco de bolacha nas coisas do Arthur e fiz ele veio deixar na escola de novo e devolver. Essa questão da honestidade já é inata na gente, é intrínseco. Determinação e perseverança são outras duas coisas que eu acho que entram nos valores de forma qualitativa e que tenho em mim. Porque a partir do momento que a gente é pobre, vive à margem da sociedade, a gente começa a querer mudar de vida a ter outro patamar, não é para ser rica, é só para viver melhor e proporcionar para nossa família o melhor. Minha escola não ficava na beirada da minha casa, não eram quilômetros. Era tudo bem sofrido e muito difícil, eu resolvia entre comer ou tomar banho, quem definia era a fome. Ontem fui para sala de aula e foi a primeira aula de geografia do ano, no começo do livro tem uma avaliação diagnóstica, tinha o tema, o antes e o depois, seu local de vivência e hoje o local onde você vive. Na conversa com os alunos, tia, como era a reserva quando vocês chegaram aqui? Que bom seria com imagens... então fui fazer um resumo do que nós não tínhamos. Entramos na reserva pela primeira vez na reserva pelo bolso, foi seu Chico cortando com facão para a gente poder entrar, chegar e fazer um percurso da reserva. E não tinha beco para entrar, era mata fechada, cipó enganchado no outro. E eles perguntando, fiz um resumo de tudo e lá para baixo tinha para cada um fazer o antes e depois da vida deles. Mas eu acredito que eles, por serem muito novos, só sabem lembrar daqui, não lembra dos matões. A vida deles começou aqui, a vivência, isso foi o que eles trouxeram na cabeça. O antes que não tinha casa e depois eles desenharam como está hoje. Eles foram na frente e explicaram o projeto deles como pensaram, mas aí, eu achei a aula de ontem fantásticas. Foi voltar o tempo todo, vem a questão dos mapas que tem uma pergunta sobre águas, qual a maior dificuldade de mudar dos matões para a reserva, fui mostrar a diferença de lá para cá. A questão da espiritualidade dentro da reserva eu vejo hoje mais forte (muitas concordam). Eu vim descobrir essa parte de energia positiva mesmo aqui na reserva. E a diferença da escola do

antes para o depois me reservo a espiritualidade na escola, a sente o momento bem definido aquele momento da questão positiva e sente o momento do negativismo, porque a gente sente isso. E conversando com os próprios colegas é nisso que vamos entender quando a gente está mais forte e quando a gente está mais fraco, mas positivo e mais negativo, focando na espiritualidade mesmo a escola está mais forte, a gente já percebe essa diferença. É o momento de a gente trocar essas experiências, ouvir mais o João Gleison não deixa de ser uma pessoa tão nova, eu tenho idade para ser mãe dele, mas ele tem uma vivência no sentido bom, ele é uma pessoa de muita energia positiva. Hoje tem uma diferença muito grande quanto escola muito grande aqui na reserva é a questão espiritual nessa roda de conversa gostosa não, eu costumo conversar com minhas irmãs para ver se elas despertam, mas preciso trabalhar muito porque não sei até quando a gente vai ser forte a esse ponto de fazê-las entender que realmente a espiritualidade dentro da cultura nossa não é só de ir para a igreja, uma missa, na frente de um altar, ou num terreiro. Tenho muitas lembranças dos matões, das farinhadas, das coisas de lá, mas não tem mais como voltar. Cada momento tem de ser vivido como se fosse único, a intensidade da vida que envolve as questões espirituais, que os filhos de quem está vindo não serão as mesmas vivências dos pais e que não foram as dos avôs. Na minha vivência o jipe já tinha passado e já tinha duas estradas, lembro nítido quando derrubaram a casa do avô, tudo isso ficou na minha memória. Hoje já tem a abertura das estradas, pessoas estranhas, de outros estados, até de outros países. E a vivência dos meninos não seria a mesma. Falar da relação de matões e aqui (reserva) dentro da espiritualidade.

Dona Ângela: quando eu vou para lá fico agoniada com o barulho de carro. se tira por esse carnaval aqui na reserva, para mim foi um momento inesquecível, nessa paz, uma paz tão grande, ninguém via uma moto passando, hoje é carro, é moto é gente. A gente não via um pé de pessoa. Era nós e a natureza, momento muito especial que não quisemos sair de casa. Esse espaço aqui é muito encantando, a mãe diz: é um espaço nosso e eu cuido.

João Gleison: A tia está falando e eu fico que nem um pavão. Minha relação com a espiritualidade começou lá em matões, quando eu tinha seis aninhos de idade. A mãe e a avó tinham medo. Eu tenho uma relação muito íntima com a espiritualidade visual, sensorial e é desde criança. Como eu comecei a participar da igreja a gente se acostuma a demonizar esse tipo de experiência e acha que é coisa do coisa ruim, que a gente tá enlouquecendo. quando eu fui crescendo fui percebendo que isso é um presente porque a gente cultuando a natureza e o que tem nela, a gente está cultuando a Deus, porque ele quem criou. Então, o que tem nas matas, nas encantarias, a espiritualidade é coisa de Deus, a gente tem de entender isso porque é o jeito

que a nossa cultura se comporta. Hoje eu vejo aqui na reserva que a gente está abrindo os olhos e está amadurecendo espiritualmente, porque para nós sermos indígenas é muito importante ter sua etnia, sua etnicidade, saber do seu povo, saber de onde veio, sua família, mas é saber e entender também a espiritualidade ao nosso redor, porque a gente tem uma relação ancestral. O povo Anacé é muito ancestral, nós já estávamos aqui e entender essa espiritualidade faz de nós termos mais propriedade da nossa identidade. Porque quando a gente amadurece os olhos e se permite, a gente entende o quão é importante para a vida o campo da espiritualidade. A espiritualidade hoje na reserva é mais forte, em matões era muito forte também, a gente acordava escutando coisa, bebê chorando, hoje aqui também é muito forte, tem muito assobiador aqui, tem animais encantados aqui, existe bicho que você vê, quando olha de novo já sumiu. Vocês falando sobre cada um de nós carregar uma espiritualidade, mas na natureza a gente não pode ir de qualquer jeito. E o que aconteceu muito que não é culpa de ninguém é justamente atrelar a nossa fé pessoal, e a gente tem que aprender ainda a dividir, as duas coisas. Quando me perguntam qual a minha religião, eu digo que sou indígena. Nós povos indígenas não temos religião, temos religiosidade. Religião é algo pessoal que você acredita, andar com as duas espiritualidades, mas não posso é ficar misturando em alguns momentos, porque a espiritualidade também se afasta, mas nem todos nós sabemos como lidar com a espiritualidade. A avó já dizia, índio, não pode ser coisa boa não. Como a gente tem uma proximidade muito grande com a natureza acaba vendo, sentindo, ouvindo, e isso não é para a gente não quero mais, estou com medo, não quero mais ouvir isso, a gente deve naturalizar, porque quando a gente naturaliza a gente perde o medo. Lembro que no fundo do meu quintal antigamente, tinha um pé de jurema bem pretão e enorme, e eu lembro. A avó pisca o olho e eu já aprecia lá na jurema, a minha brincadeira era no meio do mato, nu, correndo perto da jurema preta gigante. Daí, foi o tempo que derrubaram para vender areia. Aqui tem sido mais forte, as pessoas estão dançando o toré, a gente se adorna com pena, miçangas e semente, ainda assim, tudo isso não nos torna indígena, mas nós usarmos é importante para a gente se proteger também, do jeito que tem energia boa, tem energia ruim, não é por estética, achei lindo. Às vezes é o artesanato que te escolhe e não você a ele, porque o artesanato a inspiração vem da natureza, as cobras como colar, as penas que são dos animais na natureza, a gente usar e nos fortalece e nos protege também das energias, porque energia boa também sobrecarrega. A questão maior de normalizar o uso dos adornos é para a gente se proteger também. Além de fortalecer a cultura é também se fortalecer enquanto a espiritualidade.

Domingas: Eu revivi mesmo aquele tempo que a gente vivia na baixa da Almeixa, quando eu vi a casinha de palha, as coisas de alguidar, foi tudo uma realidade que veio. Há quem diga que a gente só vai para ouvir besteira, mas quando a gente vive o momento, vive o encontro de verdade porque a gente gosta, a gente sente essas coisas. E vive e sente tudo isso que é a espiritualidade. A gente quer ouvir que a Dorra é uma professora excelente, porque o tempo que ela esteve na escola a gente ouvia e aqui nesse encontro eu estou vendo e sentindo tudo isso.

Seu Raimundo: Refazer esse caminho me trouxe lembrança de criança quando a gente trabalhava muito na roça, pegava caminho que mal dava para passar. Caminhos cheios de água, lembro muito daquelas pessoas que perderam a vida, perderam a casa, perderam tudo com as enchentes. Sempre que estou trabalhando, a gente faz aquela retrospectiva de quando eu era jovem, naquela época não se tinha nem como a gente se alimentar direito. De manhã a gente partia um coco para tomar com café, não tinha tapioca, não tinha farinha, não tinha bolo, hoje em dia a turma não quer nem comer isso aí, só quer coisa industrializada. Só tenho que agradecer a Deus pelo que ele fez na vida da gente.

Eu sou uma estrangeira de uma terra que não é minha, mas que não foi por acaso. Apesar de não ter vindo por acaso. Célio me trouxe para cá para cuidar de mim, eu estava em alto grau de depressão, dentro de uma rede. Me chateava quando as pessoas diziam que eu era mulher dele... não, ele me respeitou, ele não me trouxe para cá para ser mulher dele. Não sou mulher do Célio. Até o momento que eu ainda sou a mulher do Célio. Desde que eu vim para cá, eu não consigo me desvencilhar da temática indígena e o Célio é uma enciclopédia viva que me ajudou muito. Li o regimento interno 3 vezes. minha filha veio umas duas, três vezes por aqui. Eu disse que aqui tem regra, e não quer dizer que lá em casa não tinha ou que noutro canto não tem. Muita gente quer saber por que que essa mulher vive trancada, só costume? Aqui não é meu lugar. Do jeito que vocês sentem saudade de onde vinham, eu também sinto. Espero terminar esse ciclo aqui.

Na sequência é apresentado um vídeo sobre a importância da vida, através de uma animação com uma música cristã de fundo para a reflexão

O que traz para você esse vídeo com você índio? O que traz para a nossa reflexão? Iniciamos com uma música do Zé Vicente, o grito dos excluídos, os que passam fome, dos negros, dos índios. O que a gente pode fazer para sentir essa mudança em nós mesmos? O vídeo fala sobre o pai nosso, porque o pai cria a natureza e os homens cria canhões, e ao mesmo tem, a força da

natureza faz com que o passarinho não morra. o pai nosso dos martirizados é uma luta que a gente morre todo dia, mas que se renova. Não só as comunidades indígenas, mas as comunidades tradicionais. Muitas pessoas morreram assassinadas, às vezes, a gente perde essas vidas (liderança indígena assassinada),

Ruth: e ontem foi falado sobre a decolonização, porque é isso que a gente faz. Agora é saber que o processo de colonização é tão presente e ele nunca acaba, ele se reorganiza, é um negócio que está o tempo todo se reorganizando e o ser humano cada vez mais com as suas atualizações, parece que piora, não sei se melhora muito. O clima que é algo que a gente sente todos os dias, algo que está se modificando e tem um livro que se chama a queda do céu, que ele fala que o que segura o céu são os espíritos, mas quando esses espíritos se sentirem também sufocados, eles também vão cair. É entender que a única forma de salvar o mundo é escutar as comunidades tradicionais que é algo que a sociedade não faz, menospreza, inviabiliza e tem preconceito e não só esse autor, muitos autores falam disso, que nós temos essa ciência, ainda que considerada atrasada por alguns, nós somos civilização. Atualmente a gente tem na espiritualidade e na natureza a forma de se desenvolver, inclusive quando houve o assassinato dessa liderança na Bahia, fiquei chocada.

Ruth: Vai fazer dez anos que eu entrei na universidade e a gente fica se perguntando por quê? E se eu conseguir fazer um por cento, nós povos indígenas através da ciência está até mudando alguma coisa e me apego a isso, por ser mulher e ser indígena, porque agora a mãe pediu para falar do medo. Eu vou trabalhar no pesado que é com saúde indígena, porque é uma política que quem tá perto você acha que a pessoa é a favor, mas depois, você percebe que vota contra a vários PLs que quase foram aprovados. A gente quer repassar isso, mas até que ponto isso é importante. Antes não queriam nem tirar foto com os indígenas, era pelo governo, agora que o governo está apoiando, no momento que a gente perde no governo, a gente perde como sociedade. Nosso território aqui é até tranquilo, eles só têm 20 anos de contato e não tem energia. Lá a energia gera energia em torno de uma hora, para o posto de saúde, tem uma hora de internet, depois só no outro dia. Lá o povo chega tudo armado por causa dos madeireiros que ameaçam os indígenas. Taca fogo nos matos, tem aldeia que os próprios indígenas vendem a madeira porque é a única fonte de renda do local e que dá o sustento. Então, várias coisas me fazem refletir. A gente tem a nossa realidade, a nossa saúde e visitando outras realidades é que a gente vê o quanto ainda é difícil discutir e acompanhar essas políticas, escutar mesmo, e tem a dor. No posto de saúde mesmo não tem cadeira para ser atendido, não tem energia, fiquei muito impactada. Quando eu fechei o relatório eu chorei porque eles são só 26 famílias e na

organização deles tem relação com clãs, a única família desses 26 são Tukano e eles não podem se relacionarem entre eles. Então, daqui a dez anos o povo Karipuna não vai mais existir, porque os idosos vão falecer e eles não podem se relacionarem. A gente encontra pesquisadores que estão nesse meio e fica se perguntando o que a gente pode fazer. Refletindo sobre isso e trazendo para a nossa realidade, nós temos tudo tão perto de nós e quando vejo aqui nós quatro (da educação indígena) fico desenhando na minha cabeça o povo sem essas políticas de apoio e que ainda não se apropriou. Temos uma comunidade riquíssima dessa e vemos muita gente parada esperando.

Fala direcionada ao Curso de Formação Anacé

Se esse curso tivesse sido estendido para a Universidade estava cheio de gente, porque hoje eles querem trabalhar essas coisas diferentes dentro da escola, lógico que existe o preconceito, mas tem também muitas escolas que trabalham o diferenciado. Tem escolas que têm muito prazer em conhecer as histórias, as memórias, os valores. Mas como a gente acredita que as coisas existem, está aqui quem era para estar e quem não veio é porque não era para estar.

Saúde Indígena 20/ 05

Remédios indígenas ao invés de ser medicina tradicional porque eu venho de um passado onde a gente não tinha médico, não havia consulta. eu tive um sarampo muito forte que cheguei a perder a visão e deixar de andar porque era forte. Eu e mais dois irmãos, caídos sem se levantar. O remédio era fazer um chá de alecrim e uma fezes de cachorro seca, bem antiga e fizesse um chá e desse para nós. Nós escapamos, remédios loucos, coisa de doido mesmo, a gente não está querendo dizer que isso seja o remédio hoje, vocês estão entendendo? Eram os recursos que nós não tínhamos, um dentista. Hoje para cada área específica do nosso corpo a gente tem de ter um médico e temos carro de passeio e fico analisando, vejo esse motorista e esses médicos que estão aqui na semana só faltam morrer sufocado com tanto paciente, mas no domingo nossos índios não gostam de adoecer. as pessoas sabem o remédio, mas não querem ter o trabalho hoje. Não quer fazer um chá para se curar e outra coisa, nós encontramos nosso bem-estar na alimentação que ingerimos hoje. Adoecemos porque tem tanto condimento diferente, ao invés de fazer um baião com leite de coco, bota um creme de leite. A gente deixando de se alimentar com aquela alimentação, com pirão mesmo, para poder comer essas coisas que fazem mal e a gente não percebe. Logo que eu me casei eu tive um problema no útero, eu chamo de ferida. A médica passou um tratamento e se não ficasse boa era para tirar o útero, porque estava uma ferida muito feia. Quando eu chego em casa, minha mãe disse: vá na capoeira, raspe a

casca da ameixa, bota a casca de molho, bota na garrafa, bota na geladeira, e toma igual a água. Com seis dias, começou a sair a casca da ferida pela minha vagina. O chá expulsou o mal e eu não deixei de tomar o remédio que a doutora passou, é disse que a gente está falando, desse entrelaçado. Porque a gente não quer tomar o remédio do médico, não faça isso. Atenda ao doutor porque tem coisa que é muita devagar na nossa medicina tradicional. Como não se pode só confiar nos remédios de laboratório. E nós sabemos que temos laboratórios vivos na nossa comunidade, que temos nossas plantas medicinais, que a gente pode juntar os dois e que o tratamento vai mais seguro e se completando. O remédio para servir para mim, tem que complementar com o nosso, para ser uma coisa segura. Às vezes a gente já sabe, já tem no seu próprio instinto porque você via sua avó fazer, sua mãe fazer, aí você traz consigo e nunca deixa acabar e tem as curas que só os pajés vão poder dizer através das rezas.

Socorro Gomes: Eu sou uma diabética, hipertensa e já tive vários problemas de saúde. E não aceitava entrar na insulina e chegou a um ponto que só os metforminas não resolviam e foi o jeito entrar na insulina. Fui fazendo vários remédios caseiros e faço o chá da folha da graviola com a casca do cajuí, cajuzinho azedo bem docinho. Tive a sorte de ter um pé de cajuí na frente da minha casa que eu já vinha tomando isso desde o Bolso e quando chego na reserva encontro um pé de cajuí, eu digo que meu remédio tá me chamando. continuei tomando esse remédio e não ficava totalmente boa, mas foi diminuindo, a glicemia estava baixa demais tinha dias que precisava tomar algo doce para não passar mal. Eu querendo sair da insulina e Dr. Jorge dizia que não e a glicemia está cada vez baixando mais. O Dr. Jorge disse que ainda não tinha feito esse serviço de tirar a insulina de um diabético, e tirou e até hoje continuo nesse chá maravilhoso e o máximo que a glicemia dá é 70. isso é força de vontade, é você querer, tem muita coisa envolvida. Continuo nos metforminas sim, porque ele ainda não retirou, mas vai tirar também.

Dona Maria Gomes: origem tremembé, eu sei de tudo um pouco, ninguém me ensinou, aprendi tudo sozinha. Só Deus sabe, é um segredo de Deus e eu não gosto de contar. Mas vou dizer só um pouquinho, gosto muito de trabalhar com o gonçalá, é muito bom para inflamação interna e gosto muito da erva mijona contra a hepatite. Trabalho muito com açafroa, trabalho com a coroa de ouro, ela é cheia de espinhos. Primeiramente eu não entro na mata com os peitos abertos, peço licença a mata, converso com a natureza, é como se eu tivesse com alguém me ensinando qual é os remédios certo. Eu não chego só para dizer que vou chegar, eu me sento ali, eu rezo, eu converso e é como se as pessoas estivessem me dizendo qual é o remédio certo. O remédio da diabete que eu trabalho é a carnaubeira, aquela que não tem espinhos, a carnaúba

branca, arranco ela do lado que o sol se põe, é difícil, mas dá certo. Eu enfrento muita mata, minha pressão para benção de Deus eu resolvo nas matas, sempre ótima. Uso a palha da cana caiana que é meu remédio. Sou da roça, sou agricultora, faço meus remédios.

Mané Biá - curandeiro, rezadeiro, mezenheiro. Comecei a rezar com meu pai com quatro anos, ele dizia que eu ia dar para rezador também. Deus me deu esse dom, sei que vai muita gente lá para casa, vai e volta, graças a Deus fica bom. Às vezes ficam lá chorando porque tem de cortar as pernas, mas eu digo que não, na minha reza que vocês vão ficar bom. Rezo três, quatro vezes aí voltam do hospital bonzinhos. meu pai conseguia se esconder (desaparecer) o homem já vinha era de arma na mão, Papi disse abre a porta e o deixa entrar, papai aqui de trás de mim. O homem entrou e perguntou pelo papai, entrou até a casa de farinha, revirou tudo, caçando-o, olhou até no forno e resolveu ir embora e meu pai aqui do meu lado. Depois mandou chamar ele para ficar de bem, meu pai também sabia apagar fogo do jeito que o fogo viesse, tirava o chapéu assim e o fogo se ia.

Dona Valda - remédio indígena é trabalhado com os encantados, eu sempre gosto de trabalhar com os chás e com os óleos. Recentemente aprendi a fazer o óleo do eucalipto, eu mesma testei para saber se realmente era bom para saúde. eu fui dormir e me acordei sentindo que tinha uma pessoa comigo e dizendo assim: faz esse tipo de óleo que serve para a asma e bronquite, eu acordei, me levantei e fiquei, como é que vou fazer? Comecei a rezar e comecei a pedir, olha se for para o bem eu vou tentar e vou fazer, porque os outros eu tentei e fiz e tudo deu certo, cada dia vai dando certo tudo aquilo que eu faço sobre o óleo. Ele serve para bronquite, asma, massageia o peito, as costas, a garganta, sente nas narinas você respirando soltando pela boca, porque também é muito terapêutica. E anti-inflamatório também, acertei mais outra. o primeiro óleo que eu fiz na vida foi o óleo de coco, a segunda foi óleo do mastruz, o terceiro o óleo do angico, o quarto foi o óleo de eucalipto. E sempre todos eles eu faço, sempre experimento em mim e na minha família, para poder dar para alguém que está doente. Quantas pessoas que chegaram na minha casa que não tem condições de comprar eu presenteei, para saberem o que é o remédio dos indígenas. Ele é muito rico e como ele cura e como ele sara. O óleo de coco serve para o couro cabeludo, para os pelos, pele, fritura etc. óleo de mastruz, é antibiótico, anti-inflamatório, serve para verme, garganta, brônquios, o sumo do mastruz com leite arranca o catarro do pulmão. e o óleo é mais rápido do que você tomar o leite com mastruz. é muito rápido, onde ele vai entrando, onde tem os poros, onde ele pode respirar ele vai penetrando e você sente na hora que ele penetra no corpo, na pele, ele vai curando, vai desinflamando, você

sente. Se você levar um golpe, você limpa a ferida e passa o óleo e deixa, cuidado com a poeira, fique reservado, meia hora, uma hora, para ele penetrar naquele ferimento, e vai cicatrizar de dentro para fora e muito rápido e para o sangue muito rápido. também, o óleo de angicos serve para os lúpus, passando no corpo. Tem deles que abre uma ferida como se fosse um tumor, que às vezes precisa até o médico cortar para limpar. é uma doença que não é fácil curar, mas o óleo de angico, dá uma moderada para que ela não cresça na pele. pode passar e tomar o óleo de angicos, a quantia vai depender, pode ser uma colher de chá, meia colher de chá, vai acompanhando com as colheres de chá da menor que tem, vai acompanhando as melhoras. Não estou dizendo que você não é para usar o remédio que o médico passou, o que to dizendo é que o óleo vai aliviar a pele, o couro cabeludo. Minha família em peso toma o óleo de mastruz, chamam de óleo abençoado. Resolve até dor dente desinflamando. os remédios indígenas têm cura. O óleo de batiputa para quem tem A.V.C facial para massagear esse nervo, a paralisia facial prende a articulação, entorta a boca e eu tive de fazer para curar meu marido. Óleo de mamona para quem tem problema de pulmão, catarro seco no pulmão, aquela tosse que não solta, uma pessoa retorna doente do pulmão. O óleo de mamona saca tudo para fora. Quando a mulher tem uma gestação, tem um aborto que a placenta não solta pode tomar o óleo de mamona, de imediato ela salta fora. Antigamente médicos eram ricos, as crianças quando adoeciam com diarreia, levavam para o rezador, muito rezador já sabia, esse não escapa, só no olhar eu estou vendo, leve para morrer em casa. E os remédios para diarreia das crianças de antigamente não se vê mais. O cabelo do milho seco com o tronco do talo do jerimum feito chá para dar justamente para doença de criança. Meizinha que a gente faz tem solução e resolve. Muitas coisas boas nós temos na natureza, só que nós não conhecemos as plantas quais são a utilidade delas para cada doença. O capim santo e a cidreira servem para ficar mais tranquilo, dormir mais, desestressar. trata depressão, a pessoa agitada com muita coisa para fazer do dia a dia, de casa, de trabalho, de estudo, daí você não tem esse direito de sentar e tomar um chá. Não precisa de paracetamol ou dipirona, tomo meus chás e meus remédios para ficar calma e tranquila. o Chá da canela para quem tem pressão alta, faça fraquinho. Com cada pouquinho, você faz um litro e mantém esse litro na geladeira e vai tomando, o chá da canela com o capim santo e a cidreira. Ele serve para acalmar e para o intestino, a gente precisa ficar ciente do bem que eles trazem a nós, o remédio de farmácia já foi feito através da medicina dos indígenas, trazendo tudo aquilo, passando por um processo muito fino, ao ponto de nós tomarmos e servirmos. O nosso mesmo é o natural, vai pegando e vai tomando. Com delicadeza e cuidado, não são todos que a gente faz, não são todos que a gente toma porque cada qual tem um

organismo diferente. O jatobá virgem é aquele que você nunca tirou nenhum pouquinho da casca, aquele é muito bom para coração crescido, quem tiver para morrer escapa.

Cacique Roberto: Sou do tempo em que os meninos levavam um corte e taparam o corte com areia, sem querer aumentava a imunidade. vocês trabalhadores da saúde indígenas, estão nas suas funções físicas, medicinas regulares convencional, as vezes em outros terreiros da aldeia estão tendo outros trabalhos que sustentam e rege todo esse universo que a gente tem , porque na verdade entre o físico e o não físico, para além do físico, existe uma coisa que eu procurei na língua Anacé, mas o mais próximo que achei foi Iandê Ienó que significa o mais próximo é religar. É por isso que eu acho que os indígenas, nós e nossos antepassados tiveram um conflito horrível com as religiões porque vem do latim e outras línguas que diz religarem, e a coisa mais próxima que os indígenas têm da palavra religar é eu e você, nós. Eu, a natureza, é nós. Eu e a espiritualidade, é nós.

Mas o que seria desse conhecimento se não fosse os ancestrais, por que toda a medicação que tem hoje vem de onde? Quando você vai entrar para fazer o trabalho você busca os troncos velhos. Uma medicina você vai encontrar conhecimento nos troncos velhos. os troncos velhos vêm dos nossos antepassados. Não deixem nossa tradição morrer, continuem dando força a essa cultura, com essa força aos jovens repassando, e não deixe de conhecimento passar. A fé quem cura, senti uma forte dor dente, cheguei lá o queixo dessa altura, pensando que seu Antônio ia pegar um ramo e rezar, mãe pediu para ele rezar porque ela não gosta de rezar em dor dente. e a reza dele foi mandar eu levar um gato para comer, fiquei puto e voltei pra casa. Próximo de casa o dente deu duas pontadas que eu chorei, no outro dia ele pediu para eu voltar lá. Quando eu cheguei, olhei o tamanho do queixo dele, já estava me perguntando: meu filho, como você estava aguentando? Isso é a gente ter fé, se você tem fé e crer na espiritualidade, criado dentro desse pomar indígena. É o que tá aqui, é o que a gente sente, soltar o que tem dentro de você como indígena.

Dr. João Vítor: De maneira mais assertiva e onde hoje existe a medicina convencional, mas o que se tem da medicina convencional hoje tem sim raízes no passado de algumas coisas que eram utilizados pelos indígenas e muitos deles viram aquilo da própria natureza. Via que o animal ficava doente, comia um certo vegetal ficava bom, deixa eu vê se eu comer também eu fico bom. E assim vai e foi passando de um para o outro até hoje.

O que seria a medicina indígena - Dentro do que foi falado, cada um disse uma coisa e todo mundo disse a mesma coisa. Isso é muito bom porque mostra que está todo mundo dentro do

mesmo entendimento. É um conjunto de saberes e práticas de povos indígenas ao longo de décadas e séculos, ou seja, foi aquilo que foi aprendido e foi repassado ao longo dos anos, de pai para filho, de filho para neto e de neto para bisneto. Dona Maria Gil falou muito bem hoje diante dos seus 93 anos, aprendeu de técnicas com o pai e com a avó, então a gente já está falando aí de dois séculos, duzentos e cinquenta anos atrás, e continua sendo utilizado e está dando certo. Ligada ao conhecimento e acultura de cada povo, situação interessante porque faz com que a medicina indígena seja única, não é como a medicina convencional. O tratamento por losartana é utilizado para o tratamento de pressão aqui nos Anacé, nos Estados Unidos, na Austrália, aonde foi porque virou uma medicina única. Cada povo tem sua cultura e sua experiência daquilo que está experimentando, como o povo usa a mata, a planta como raiz da questão das terapias, não podemos dizer que as mesmas plantas que tem aqui vão ter na China ou em outro canto. Com cada cultura, vem cada medicina, e isso não quer dizer que a sua medicina não funciona. Muito pelo contrário, só vai mostrar a pluralidade que existe na medicina indígena, onde vários povos diferentes conseguem tratar várias doenças com várias plantas e com eficácia. A medicina indígena tem suas raízes de cada povo, a partir da ancestralidade, dos testes quando os mais velhos que viam o que acontecia, vendo e ouvindo o que as pessoas diziam, além da questão espiritual que cada um tem, que entra na mata e parece que escuta uma pessoa dizer o que usar, junta essa com essa que dá certo, isso faz parte do dom. Tem coisa que a ciência nunca vai saber explicar, mas no dia a dia mostrar que é efetivo, dona Maria aprendeu, ensinou para um filho, vai ensinar para o neto, e assim a partir do que sentimos e vimos na mata pelo indígena. A criação dessa medicina está atrelada a rituais, a características de cada local e ao conhecimento ancestral, como foi dito que a reza era tão forte que já tinham as rezas para fazer. Como se esconder de um amigo, era um ritual religioso que ele tinha, importante na medicina indígena quando a gente compara principalmente com a medicina tradicional, numa emergência se recebe ibuprofeno, dois dias deitado, tratamento frio e imparcial. A medicina indígena já existe algo mais global, não vai olhar somente o tratamento, mas também a harmonia da pessoa com a natureza e o ambiente, fazendo com que essas ligações ajudem na cura dos tratamentos mais diversos. Você pode até pegar a mesma planta que serviu para uma pessoa e não serviu para outra, sendo a mesma doença? Porque aquele tratamento não levava em consideração somente aquela doença, levava em consideração a espiritualidade daquela pessoa, a espiritualidade de quem estava passando e o momento que os prescritos sentiam que o ambiente, as matas, e as ervas estavam colocando para ele naquele momento. Se a pessoa usar o mesmo remédio não dá certo, mas se for o mesmo curador ele vai conseguir fazer um tratamento. Medicina indígena não é o remédio, é todo o processo, todo o ritual, desde

a questão da crença até o sentimento do tratador de colocar qual medicamento era necessário para aquele momento para aquela pessoa, então é um individualizado e mais global. Isso significa que os povos indígenas costumam focar atuando na interação entre corpo, mente, meio ambiente e os demais elementos que nos rodeiam como as ancestralidades, os troncos velhos, os encantados, tudo embutido a partir do que se inicia um tratamento. A medicina indígena atua também na medicina atual dentro da farmácia, não sendo específica só dos indígenas por estar mais globalizada, muitas das medicações utilizadas hoje foram tiradas das experiências das vivências indígenas no passado. Então, esses conhecimentos que se relacionam com diversos elementos da natureza muitas vezes podem ser aplicados em conjunto com outros diversos tratamentos. Foram a origem da fitoterapia, não tenho propriedade para falar para vocês de medicina indígena, esses saberes, crenças, as experiências e o contato com a religiosidade, isso faz parte do viver da população. A fitoterapia foi quando a medicina tradicional se acasalou com a medicina indígena para tirar dela o que é cientificamente comprovado e que possa ser utilizado dentro da comunidade por qualquer pessoa pela questão dos ensinamentos. A fitoterapia foi definida por Depascuali 1984 como a terapêutica que utiliza medicamentos cujo constituintes ativos são plantas ou derivados vegetais e tem sua origem no conhecimento e uso popular. Tem a questão da homogeneidade, é dizer que esse mastruz X em qualquer lugar que for utilizado ele vai ter o mesmo efeito. E a indústria farmacêutica se utiliza disso para gerar o lucro dela. O papel da Anvisa é saber se aquilo que está sendo dito é verdade? Será que não estou vendendo um óleo de mastruz dizendo que é uma planta raríssima. As plantas são utilizadas como plantas medicinais e a OMS (2021) coloca que plantas medicinais são todas aquelas que são administradas tanto ao homem ou a animal, por qualquer via ou forma, exerça alguma função farmacológica. Segundo a OMS 80 por cento da população mundial se socorre na fitoterapia, em compensação hoje, 50 por cento das complicações em urgência médica está ligado ao uso indiscriminado do auto uso da medicação. hoje a nível de governo federal, temos farmácia viva que estimula a pessoa em fazer uma farmácia em casa com plantas medicinais, por isso do nome farmácia viva. Em dezembro de 2021, o governo do estado lançou dentro do programa farmácia viva, o manual de preparações caseiras de plantas medicinais. É um passo a passo, traz o tratamento de cinco grupos mais prevalentes no nosso dia a dia: infecções respiratórias agudas, diarreia, doenças de pele, infestação de piolhos e parasitose. Então se consegue tratar cinco grandes grupos de doenças que são responsáveis pelo menos de 80 por cento dentro de um ambulatório médico.

ESCOLA INDÍGENA DIREITO DE APRENDER DO POVO ANACÉ – JOGOS INDÍGENAS – CORPOREIDADE E EXPRESSÃO CORPORAL – 19/10

Thiago Anacé – Tenho acompanhado o quanto a escola tem valorizado o brincar, o movimento, o dançar, o movimento, praticar alguma atividade física e como essa relação consigo mesmo e a relação coletiva mediada com outras pessoas, sempre que falam de corpo e expressão corporal eu lembro de uma fala da Ana Clécia Pitaguary, ela coloca que o processo de ocupação do território brasileiro foi marcado por muitas violências e relações assimétricas, onde essas marcas ficaram no território, na cultura, nas formas de se relacionar, mas elas também ficaram nos nossos corpos, ela é uma indígena do tom da pele clara e com o olho verde igual o meu e ela costuma dizer que as marcas do processos de colonização ficaram também no nosso corpo e a violência foi também com os nossos corpos, entender os corpos como estratégias de resistência é um debate que a nível nacional e o movimento nacional de mulheres tem feito nossos corpos como território temos visto essa relação, que as mulheres dizem que são mulheres biomas, mulher da caatinga, mulher da Amazônia, mulher cerrado, e do quanto que essa relação vai para além do exercício da atividade física, mas essa dimensão do corpo como sendo uma relação da expressão que se tem com os outros corpos, com o meio ambiente, relação que se tem com as outras pessoas, então é tentando trazer uma dimensão mais ampla, não apenas do indivíduo, mas uma relação que se tem com o espaço. Quando eu tenho aqui os corpos dos alunos da escola são também espaços, lugares demarcados que expressão essa resistência, que expressam essa memória e com esse território que é a reserva. Eu sou entusiasta do esporte, da atividade física, das linguagens, a escola não pode se prender apenas aos processos de letramento e ranqueamento e numeramento. Mas o fato da escola indígena ter em seu currículo uma disciplina,, um componente curricular, que aborda a cultura e a arte indígena, mas também a expressão cultural de como se desenvolve essas capacidades de se mover , de permanecer, de estar no ambiente, acho que também é difícil porque quando penso os outros componentes curriculares, na língua portuguesa nós temos especialistas que tratam e abordam sobre isso, agora quando trato corporeidade, espiritualidade indígena, história indígena tem uma responsabilidade muito grande, por isso tenho apostado cada vez mais no professor pesquisador porque é o professor quem cria ou que dar uma dimensão pedagógica a esse conteúdo, não é fácil dar uma aula de expressão cultural, você começa a pensar o que vai abordar e que conteúdo é esse. É mover o corpo, ter a dimensão desse meu corpo que ta presente no território e que traz essa relação com o território. O pai gosta muito de dizer que eu me misturo com o lugar que eu vivo, eu perco essa dimensão de mim mesmo a partir da minha relação com o meu território.

Professor Ednardo Anacé – pós-graduado em fisiologia do exercício, estamos no momento de jogos escolares indígenas, então essa parte de expressão corporal é muito importante para crianças. Infelizmente, a atividade expressão corporal requer a criança saber movimentos, os movimentos corporais, mas só os movimentos corporais do dia a dia, mas também ter contato com a natureza, inclusive numa das atividades de expressão corporal, jogos populares, esporte de aventura que é o contato com a natureza, a expressão corporal é trabalhar não só o corpo, mas também a sua mente. Hoje as crianças têm uma dificuldade de correr, de tempo e espaço. Temos uma geração Nutella que qualquer coisa eles querem chorar, parte emocional comprometido, e o porte físico quando a gente ia caçar depois da escola, brincar, jogar bola. A expressão corporal requer desde o infantil até os anos iniciais é a criança desenvolver principalmente suas habilidades motoras, correr, pular, saltar, girar e entre outras atividades. A importância das meninas, elas têm uma expressão corporal maior que os meninos na fase da infância, são mais habilidosas, tem mais noção de tempo e espaço entre outras habilidades, a partir do momento que ela perde sua imunidade, no seu primeiro ciclo de menstruação, ela fica frágil, como as mulheres mais adultas ficam, sensíveis. As meninas são mais velozes e eficazes em tudo, sendo que hoje das crianças elas estão focadas nos jogos eletrônicos e nos celulares, isso requer uma parceria entre escola e os pais, ter regras e horários para os alunos ficarem no telefone, porque as vezes os alunos deixam de fazer uma atividade física para estar no jogo eletrônico. Essa sociedade que vivemos hoje é uma sociedade pobre de expressão corporal, na minha época quando estudava uns interclasses desses ia só em casa almoçar e voltava pro campo, hoje em dia esses meninos não querem participar, isso é de geração em geração. Infelizmente a geração dos anos 80 e 90 e 2000 era uma geração boa, diferente das de hoje.

ANEXO B – TRECHO DA CARTA DO POVO DE SEATTLE

Trecho da Carta do líder do povo Seattle.

Trechos de uma carta enviada pelo líder do povo Seattle ao presidente dos Estados Unidos em 1855, quando este enviou aos índios uma proposta de compra das terras onde viviam, no Noroeste do país.

Carta do líder indígena Seattle

(...)

*C*ada pedaço desta terra é sagrado para meu povo. Cada ramo reluzente de um pinheiro, cada punhado de areia da praia, a penumbra na floresta densa, cada clareira e cada inseto a zumbir são sagrados na tradição, na memória e na consciência de meu povo. A seiva que percorre o corpo das árvores carrega consigo as lembranças do homem vermelho.

Os mortos do homem branco esquecem sua terra de origem quando vão caminhar entre as estrelas. Nossos mortos jamais esquecem esta bela terra, pois ela é a mãe do homem vermelho. Somos parte da terra e ela faz parte de nós. As flores perfumadas são nossas irmãs; o cervo, o cavalo, a grande águia são nossos irmãos. Os picos rochosos, os sulcos úmidos nas campinas, o calor do corpo do potro e o homem — todos pertencem à mesma família.

(...)

Essa água brilhante que escorre nos riachos e rios não é apenas água, mas o sangue de nossos antepassados. Se lhes vendermos a terra, devem lembrar-se de que ela é sagrada e devem ensinar às suas crianças que ela é sagrada e que cada reflexo nas águas límpidas dos lagos fala de acontecimentos e lembranças da vida de nosso povo. O murmúrio das águas é a voz dos nossos ancestrais.

Os rios são nossos irmãos, saciam nossa sede. Os rios carregam nossas canoas e alimentam nossas crianças. Se lhes vendermos nossa terra, devem lembrar e ensinar a seus filhos que os rios são nossos irmãos, e seus também. E, portanto, devem dar aos rios a bondade que dedicariam a qualquer irmão.

(...)

Vocês devem ensinar às suas crianças que o solo a seus pés é a cinza de nossos avós. Para que respeitem a terra, digam a seus filhos que ela foi enriquecida com as vidas de nosso povo. Ensinem às suas crianças o que ensinamos às nossas: que a terra é nossa mãe. Tudo o que acontecer à terra, acontecerá aos filhos da terra. Se os homens cospem no solo, estão cuspiendo em si mesmos.

Isto sabemos: a terra não pertence ao homem; o homem pertence à terra. Isto sabemos: todas as coisas estão ligadas como o sangue que une uma família. Há uma ligação em tudo.

O que ocorrer com a terra recairá sobre os filhos da terra. O homem não tramou o tecido da vida; ele é simplesmente um de seus fios. Tudo o que fizer ao tecido, fará a si mesmo.

(...)

Preservação do meio ambiente: manifesto do chefe Seattle ao presidente dos EUA. São Paulo: Babel Cultural, 1987.